

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**A FRONTEIRA COMO DESTINO DE VIAGEM:  
A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**

**ANTONIO MARCOS MYSKIW**

Niterói/RJ  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ANTONIO MARCOS MYSKIW**

**A FRONTEIRA COMO DESTINO DE VIAGEM:  
A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História Social.

ORIENTADOR: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Anselmo Olinto

Niterói/RJ  
2009

M998f MYSKIW, Antonio Marcos.

A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Antonio Marcos Myskiw. Niterói, RJ. 2009.

Orientadora: Beatriz Anselmo Olinto

Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais, Curso de Pós-Graduação em História 2009.

1. História. 2. História do Paraná. 3. História Agrária. 4. Foz do Iguaçu - Colônia Militar (1888/1907). 5. Conflitos Agrários - Paraná. I. Olinto, Beatriz Anselmo. II. Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais. Curso de Pós-Graduação em História. III. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. IV. Título.

CDD 20 ed. 981.62

ANTONIO MARCOS MYSKIW

**A FRONTEIRA COMO DESTINO DE VIAGEM:  
A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial para obtenção do Grau de  
Doutor. Área de Concentração: História Social.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Anselmo Olinto - Orientadora  
UFF/Unicentro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Maria Menendes Motta  
UFF

---

Prof. Dr. Valdir Gregory  
Unioeste

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliane da Costa Freitag  
Unicentro

---

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado  
UFSC

Niterói/RJ  
2009

Ao pai, que tem passado parte de  
sua vida viajando.

À mãe, por ter suportado a ausência do  
pai e de seus filhos em casa.

À Kelly Regina Sarinhos Myskiw,  
esposa admirável.

Ao Anselmo Tem Pass (*in memoriam*),  
ser humano exemplar.

## A G R A D E C I M E N T O S

Meu doutoramento foi uma experiência prolongada e desgastante. Por não estar vinculado a uma universidade pública nem lecionar na rede estadual de educação paranaense, não tive a oportunidade de ser agraciado com bolsa de pesquisa e nem auxílio financeiro por parte da Fundação Araucária, a quem o Programa de Pós-Graduação Dinter/Minter em História UFF/Unicentro esteve ligado financeiramente. Sem bolsa, nesses quatro longos anos de doutoramento continuei lecionando seis disciplinas anuais aos alunos do curso de graduação em História da Unimeo/Ctesop, assim como no Colégio Integração como professor de História e Sociologia. O tempo disponível para leitura de livros, reflexão sobre as fontes documentais, redação da tese e revisão, se resumiram aos finais de semana e às inúmeras madrugadas regadas, ora a chimarrão, ora a vinho, ora ainda, à companhia do gato que insistia em dormir atrás do *notebook*. Lembrei incontáveis vezes de uma frase dita por Márcia M. Meneses Motta quando do início das aulas do curso de pós-graduação em Guarapuava, que era mais ou menos esta: “daqui em diante, esqueçam que vocês têm finais de semanas, feriados e férias”.

O trabalho de pesquisa, seguido das leituras e redação da tese foi solitário. Mesmo assim, entendo que a pesquisa e a escrita deste estudo seria ainda mais difícil sem a contribuição direta e indireta das pessoas que passo a agradecer neste pequeno espaço. Seria injusto não destinar o primeiro agradecimento às professoras que me orientaram: Márcia M. Meneses Motta

e Beatriz Anselmo Olinto. Ambas deram grande contribuição para que a tese viesse a ser gestada com o presente formato. A elas, ainda agradeço por intervir com todo cuidado nos textos que apresentávamos para leitura. Márcia Motta me fez enxergar a fronteira e a possibilidade da escrita de uma história agrária, inicialmente a partir dos relatos de viajantes; Bia me ajudou a redefinir os rumos da tese, principalmente após a qualificação. Seu olhar garimpeiro e inquieto contribuiu muito a esta pesquisa, além das leituras cuidadosas e das observações sempre pertinentes.

À Liliane Freitag devo um duplo agradecimento. Primeiro, por ter cedido parte de seu acervo de documentos sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Sem eles, certamente essa pesquisa não teria ido em frente, ou teria tomado outros rumos. Segundo, pela fina, profunda e arguta argüição na banca de qualificação da tese. Suas inúmeras observações nas páginas e versos das páginas do copião, num primeiro momento, me levaram ao desespero. Com o passar do tempo, enfrentei-os e espero ter seguido suas ponderações.

Agradeço também ao Núcleo de Referência Agrária, mais precisamente aos seguintes pesquisadores: Marina, Francisco, Francivaldo, Cristiano, Carlos Leandro, Elione, Antônio Henrique, Márcio Both, Graciela, Vanderlei, Márcia Motta, Angelo Carrara, Théo Lobarinhas, Liliane Freitag, Beatriz A. Olinto e Paulo Pinheiro Machado. Independente da ordem que foram citados, a contribuição direta ou o simples apoio durante os Colóquios à minha pessoa e à pesquisa que procurei socializar nas mesas redondas ajudaram a amadurecer os textos que agora figuram no corpo deste estudo. O colóquio foi, por incrível que pareça, um dos poucos momentos em que pude expor e dialogar minhas idéias e angústias com pesquisadores vinculados à mesma área temática e com aportes teóricos afins.

Agradecimentos também se destinam a vários órgãos de pesquisa, centros de documentação e bibliotecas. No Estado do Rio de Janeiro, ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional, ao Arquivo Histórico do Exército e



ao IHGB; em Petrópolis, o Museu Imperial de Petrópolis; No Estado do Paraná, à Biblioteca Pública do Paraná, ao Arquivo Público do Paraná; ao Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro; ao setor de Arquivos do 34º Batalhão de Fronteira do Exército em Foz do Iguaçu, à Biblioteca Frederico Engel de Foz do Iguaçu e à Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu.

Agradeço aos professores-amigos Valdir Gregory, Tarcísio Vanderlinde, Erneldo Schallenberger, Fábio Hahn, Astor Weber, Leandro Baller e Jorge Pagliarini Junior. Espero que compreendam minha ausência junto a vocês e pelas raras conversas que travamos sobre assuntos que fogem à vida acadêmica. Foi das conversas que tivemos que amadureci a idéia de encarar o doutorado e de me manterem firme nesse propósito até o fim.

Ao Pai, à Mãe, ao Mauro e à Jociane. Estive mais do que ausente e distante de vocês. Era preciso. Sem esse sacrifício, a tese não nasceria. Não deixei de pensar em vocês. O mesmo digo ao Natal, Zilda, Renata, Matheus e Marcelo. Com o casamento, passei a fazer parte de mais uma família. Por estarem mais próximo a mim, pude usufrir mais seguidamente do conforto e atenção de vocês em diferentes momentos.

À Unimeo/Ctesop e aos alunos do curso de História, desde 2004 aos dias atuais. Alguns deles se tornaram amigos (Moraes, Josenei, Lopes, Luiz, Alex, Fabiana...). Em diferentes momentos souberam me ouvir falar da tese, até em momentos festivos e em sala de aula. O olhar e a atenção de vocês sobre o que eu falava e detalhava na lousa me deram fôlego para superar os obstáculos que surgiram.

Sei que deixei de mencionar muitas pessoas neste breve agradecimento. Sintam-se acolhidos e lembrados.

Deixemos à astúcia de uns, à ingenuidade de outros, a *Fronteira Natural*: não há senão Fronteiras Humanas. Elas podem ser *justas* ou *injustas*, mas não é a natureza quem dita a equidade ou aconselha a violência.

Lucien Febvre – *O Reno*

## RESUMO

Este é um estudo de História Agrária, que tem por tema central a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. A meta inicial é investigar como o imenso território situado a Oeste dos campos de Guarapuava passou a ser explorado, ocupado e colonizado, a partir de meados do século XIX, via abertura de picadas e a formação de fazendas de criação. A segunda meta é mostrar que a instalação de uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, assentada na atividade agrícola e pastoril, teve um lento desenvolvimento devido a uma série de dificuldades, dentre elas, o isolamento geográfico e o extrativismo de erva-mate e madeira adotado pelos militares para poder sobreviver na fronteira via comercialização com argentinos de Posadas e Corrientes. A terceira meta é averiguar como as terras concedidas aos colonos matriculados passaram a ser objetos de disputas e conflitos agrários por não terem sido demarcados e titulados aos seus ocupantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colônia Militar de Foz do Iguaçu; 1888/1907; fronteira; colonos; conflitos agrários.

## RESUMEN

Éste es un estudio de Historia Agraria que tiene por tema central la Colonia Militar de Foz do Iguaçu. La meta inicial es investigar como el inmenso territorio localizado a Oeste de los campos de Guarapuava pasó a ser explorado, ocupado y colonizado, después de los medios del siglo XIX, vía apertura de caminos y la formación de granjas de creación. La segunda meta es mostrar que la instalación de una Colonia Militar en la boca del río Iguaçu, centrado en la actividad agrícola y pastoral, los tenían un desarrollo lento debido a una serie de dificultades, entre ellos, el aislamiento geográfico y el extrativismo de mate y madera adoptadas por los militares sobrevivir en la frontera a través de la comercialización con los argentinos de Posadas y Corrientes. La tercera meta es descubrir como las tierras concedidas a los colonos enrollados que pasó para ser objetos de disputas y conflictos agrarios por no se han demarcado y se han titulado sus ocupantes.

**PALABRA-IMPORTANTE:** La Colonia Militar de Foz do Iguaçu; 1888/1907; frontera; colonos; conflictos agrarios.

## R É S U M É

C'est une étude d'Histoire Agraire qu'il pour thème central Cologne Militaire la bouche de Iguazu. Le but initial est enquêter sur comme le territoire localisé immense à Ouest des champs de Guarapuava passé être exploré, occupé et colonisé, commencer de milieux du siècle XIX, à travers ouvrir de morsures et la formation de fermes de la création. Le deuxième but est montrer que l'installation d'un Cologne Militaire dans la bouche de la rivière Iguazu, s'assis dans l'activité agricole et pastorale, avait un développement lent dû à une série de difficultés, parmi eux, l'isolement géographique et l'extrativismo du houx et bois adoptés par les militaires pour survivre dans la frontière à travers commercialisation avec argentins d'ayant Posadas et Corrientes. Le troisième but est découvrir comme les terres accordé aux colons enrôlés est passé pour être objets de discussions et conflits de l'agrarien car ils n'ont pas été délimités et intitulés leurs occupants.

MOT CLEF: Cologne Militaire de bouche Iguazu; 1888/1907; frontière; colons; conflits agraires.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

### LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Mapa da área disputada pela Argentina e a localização das Colônias Militares de Chopim e Chapecó.....	98
FIGURA 02	Mapa com a localização da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.....	136

### LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Despesas com serviços de comitivas e conservação da Estrada de Guarapuava - exercício administrativo de 1898.....	166
TABELA 02	Relação nominal de colonos matriculados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1905.....	193

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1.</b>	<b>A FRONTEIRA SOB O OLHAR E A MEMÓRIA DOS VIAJANTES.....</b>	<b>29</b>
1.1	A FRONTEIRA: DE LIMITE A REGIÃO.....	29
1.2	O OLHAR E AS MEMÓRIAS DOS VIAJANTES.....	38
1.2.1	José Maria de Brito e a descoberta da foz do rio Iguaçu.....	41
1.2.2	À foz do Iguaçu, José Cândido da Silva Muricy.....	43
1.2.3	Pela fronteira, Domingos Nascimento.....	52
1.2.4	Cândido de Abreu, um engenheiro na fronteira.....	58
1.2.5	Silveira Netto, poetizando a fronteira.....	66
<b>2.</b>	<b>PICADAS, FERROVIAS E COLÔNIAS MILITARES NA FRONTEIRA (1846/1888).....</b>	<b>74</b>
2.1	ABRIR PICADAS E OCUPAR TERRAS NA FRONTEIRA SOB RESISTÊNCIA INDÍGENA (1846/1864).....	74
2.2	PLANEJAR FERROVIAS PARA CONQUISTAR A FRONTEIRA (1865/1877).....	83
2.3	COLÔNIAS MILITARES PARA POVOAR A FRONTEIRA (1878/1889)..	94
<b>3.</b>	<b>A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU (1888/1907).....</b>	<b>114</b>
3.1	DOS PLANOS DO CAPITÃO BELLARMINO À FUNDAÇÃO OFICIAL EM 1892.....	114
3.1.1	Reabrindo picadas: do Chagú ao rio Paraná.....	122
3.1.2	A edificação da Colônia Militar.....	137
3.2	A DISTÂNCIA E O ISOLAMENTO: OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO DA COLÔNIA MILITAR .....	146
3.3	A SOBREVIVÊNCIA DA COLÔNIA MILITAR ATRELADA AO COMÉRCIO ARGENTINO E AOS COLONOS PARAGUAIOS.....	151
3.4	OS DESMANDOS DOS DIRETORES DA COLÔNIA MILITAR.....	167
<b>4.</b>	<b>SER COLONO NA FRONTEIRA (1889/1907).....</b>	<b>183</b>
4.1	OS COLONOS E SUAS QUEIXAS.....	198

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>230</b>
FONTES DOCUMENTAIS.....	230
BIBLIOGRAFIAS UTILIZADAS.....	238



## APRESENTAÇÃO

O território da ex-Colônia Militar teve vida franca, leal, cheia de garantias quando era administrada pelo Governo Federal; depois da emancipação da mesma Colônia, a política tomou conta e que decepção!<sup>1</sup>

José Maria de Brito, 1938.

A afirmação tecida acima por José Maria de Brito ao escrever suas memórias com relação à fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu me levou à escritura deste estudo, cujo tema central é a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, tendo por recorte temporal os anos de 1888 a 1907. Teve a Colônia Militar uma vida franca, leal e cheia de garantias a militares e colonos, ou era apenas o olhar saudosista do ex-sargento com relação às origens de Foz do Iguaçu com a intenção de ocultar os tempos incertos, difíceis e conflituosos vividos por brasileiros e estrangeiros? Esse questionamento acabou por se tornar o problema de pesquisa e a tese que sustentamos.

Ao contrário do que afirmou José Maria de Brito, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, desde sua fundação até sua extinção, teve vida difícil e instável tanto para os militares como para os colonos matriculados. O que teria

---

<sup>1</sup> BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005. p. 83.

motivado essas dificuldades e instabilidades? Sustentamos as seguintes hipóteses: que o isolamento e a distância do núcleo urbano brasileiro mais próximo (Guarapuava) levaram militares e colonos a se aproximar e a depender dos negociantes argentinos para sobreviver. Com isso, os negociantes de Posadas e Corrientes passaram a interferir direta e indiretamente no projeto colonial, a ponto de os colonos virem no mercado ervateiro e madeireiro uma oportunidade maior de renda, culminando no abandono do trabalho agrícola e pastoril para sobreviver da extração de ervamate e madeira; que o comércio ervateiro e madeireiro existente dentro e fora dos limites territoriais da Colônia Militar levou à disputa pela terra e pela floresta, intensificando os conflitos, as expulsões e uma série de outras arbitrariedades movidas contra os colonos; que os erros e desmandos dos diretores da Colônia Militar contribuíram ainda mais para o acirramento dos conflitos agrários na medida em que deixaram de realizar a demarcação dos terrenos concedidos aos colonos e de não expedir os documentos provisórios e definitivos das terras aos colonos; que o clientelismo e as práticas coronelísticas levadas a cabo por comerciantes e empresários tornaram a problemática agrária ainda mais aguda, pondo em xeque o projeto colonizatório proposto pelos militares em 1888.

A princípio, as fontes documentais que pretendíamos fazer uso se limitavam a alguns relatos de viagens. Na medida em que a tese foi tomando forma, lançamos mão de outras fontes documentais para compreender o funcionamento da Colônia Militar e sustentar a tese e as hipóteses lançadas. Os relatórios do Ministério da Guerra, os relatórios provinciais, os relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, além de documentos manuscritos do capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, contribuíram de maneira significativa à pesquisa por possibilitar uma melhor compreensão da estruturação e funcionamento da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, além de preencherem várias lacunas deixadas pelos relatos de viajantes.

A reflexão em torno do conceito de fronteira (nas acepções de Frederick Jackson Turner e de José de Souza Martins) nos levou a perceber que a instalação da Colônia Militar junto à foz do rio Iguaçu era fruto de um projeto de ocupação e colonização de uma vasta porção do território paranaense situado a Oeste dos campos de Guarapuava. A abertura de uma picada ligando Guarapuava à margem esquerda do rio Paraná e a instalação de uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu se traduzia no avanço inicial do homem branco sobre a fronteira em fins do século XIX; que desde o início do avanço da fronteira, a violência, os conflitos e as mortes fazem parte do cenário cotidiano dos homens da fronteira. Os índios e os colonos foram as primeiras vítimas, mas não foram as únicas.

Podemos afirmar que na vasta historiografia do Oeste Paranaense, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu recebeu pouca atenção dos historiadores. Os primeiros estudos sobre as origens de Foz do Iguaçu estão ligados à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, obra esta, iniciada em 1974. O governo militar brasileiro desenvolveu projetos visando levantar informações sobre o passado da região que seria atingida diretamente pelas obras e o reservatório de água de Itaipu. Um convênio entre a Usina Hidrelétrica de Itaipu e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) viabilizou a participação de arqueólogos e historiadores vinculados à Universidade Federal do Paraná (UFPR) num projeto direcionado à busca, catalogação e estudo de vestígios arqueológicos e de documentos escritos, cartográficos e iconográficos.

Igor Chymz esteve à frente dos estudos arqueológicos, que resultaram na elaboração de sete relatórios detalhando em desenhos, mapeamentos e descrições de centenas de artefatos arqueológicos da cultura indígena guarani.<sup>2</sup> Os historiadores Ruy Christovam Wachowicz e Cecília Maria

---

<sup>2</sup> Os relatórios relativos às pesquisas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Itaipu foram construídos entre os anos de 1975 e 1983 e fazem parte do *Projeto Arqueológico Itaipu*,

Westphalen ficaram incumbidos da coleta, seleção, catalogação de documentos escritos, iconográficos e de depoimentos orais, que resultaram na publicação de dois livros sobre a história do Oeste do Paraná: *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*, publicado em 1982 por Ruy Wachowicz;<sup>3</sup> e *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu*, publicado em 1987 por Cecília Maria Westphalen.<sup>4</sup>

Ruy Wachowicz destinou algumas páginas de seu livro para historiar a respeito da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, utilizando os relatos de alguns viajantes como suporte documental. A partir dos relatos de José Maria de Brito, Ruy Wachowicz discorreu sobre as duas expedições que levaram à descoberta e, posteriormente, à fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu em fins de 1889. As memórias de Cândido Ferreira de Abreu foram utilizadas pelo historiador com o intuito de destacar que a Colônia Militar não conseguia levar adiante suas metas devido aos supostos erros e desmandos cometidos por diversos diretores e oficiais; que os colonos matriculados não faziam uso das terras que lhes foram concedidas, preferindo extrair erva-mate e madeira para ser negociada junto aos comerciantes argentinos de Posadas; que os colonos eram explorados pelos comerciantes de erva-mate. Ruy Wachowicz destacou ainda os embates ocorridos entre o Coronel Torres Homem e o capitão Lindolfo de Siqueira Bastos, com relação à Instalação da Agência Fiscal de Rendas em 1898. Por fim, o historiador alude que os motivos que levaram à extinção da Colônia Militar estavam vinculados à má administração levada a cabo pelos militares.<sup>5</sup>

---

coordenado por Igor Chmyz. Exemplares desses relatórios encontram-se no Arquivo Público do Paraná, no Ecomuseu da Itaipu e na Biblioteca Frederico Engel, em Foz do Iguaçu.

<sup>3</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. A primeira edição é de 1982.

<sup>4</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu*. Curitiba: UFPR, 1987.

<sup>5</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. "Colônia Militar de Foz do Iguaçu". In: *Obrageros, mensus e colonos:...* Op. Cit. pp. 21-30.

Cecília Maria Westphalen destinou atenção em seu livro aos documentos iconográficos (mapas e fotografias), documentos cartoriais e de domínio de terras (requerimentos de concessões de terras, plantas de terrenos, títulos preventivos, provisórios e definitivos de terras). Apenas dois documentos ligam-se diretamente à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, coletados junto ao Departamento do Arquivo de Microfilmagem do Estado do Paraná (DEMI-PR).<sup>6</sup> Ao contrário de Ruy Wachowicz, Cecília Maria Westphalen apenas apresentou ao leitor um conjunto diversificado de fontes documentais que trazem à tona o conturbado cenário de apropriação de terras por colonos e empresas colonizadoras no Oeste Paranaense entre fins do século XIX e a segunda década do século XX.<sup>7</sup> Cecília Westphalen não construiu um texto cruzando as fontes documentais às formas de acesso às terras e os conflitos agrários no Oeste Paranaense.<sup>8</sup> A reflexão nascida a partir da leitura e análise das fontes documentais deveria ser feita pelo leitor.

Em 1988 José Augusto Colodel, publicou *Obrages e companhias colonizadoras*, cujo objetivo era discorrer sobre a história da colonização do município de Santa Helena. A Colônia Militar de Foz do Iguaçu também é objeto de atenção a partir dos relatos de viajantes.<sup>9</sup> No entanto, apresenta ao leitor um olhar mais crítico com relação às narrativas apresentadas pelos viajantes, enfatizando as dificuldades enfrentadas pelos viajantes e colonos na fronteira Oeste do Paraná; às dificuldades enfrentadas pela Colônia Militar

---

<sup>6</sup> O Departamento de Microfilmagem do Estado do Paraná, na atualidade, encontra-se alocado no Arquivo Público do Paraná, assim como todo o acervo de microfilmes.

<sup>7</sup> Ver documentos VI e IX. WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná:...* Op. Cit. p. 32 e 35.

<sup>8</sup> Cecília Maria Westphalen faz menção a um texto escrito em 1968, em que discorre sobre a ocupação do Paraná moderno, com ênfase aos conflitos agrários e as formas de apropriação de terras no Norte, Sudoeste e Oeste do Paraná. Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. "Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno". In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Departamento de História, n.º 7, 1968.

<sup>9</sup> Fez uso de fragmentos dos relatos de José Maria de Brito, José Cândido da Silva Muricy e Cândido Ferreira de Abreu.

devido à ausência de comunicação com o restante do Brasil, obrigando os militares a depender dos comerciantes de Posadas e Corrientes, na Argentina; aos poucos recursos financeiros que impediam o desenvolvimento econômico da Colônia Militar; à exploração dos recursos das florestas (erva-mate e madeira) pelos colonos como forma de sobreviver, contanto com a anuência dos militares que negociavam com os comerciantes argentinos.<sup>10</sup> Diferenciando-se de Ruy Wachowicz, José Augusto Colodel salienta ao leitor que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu passou por muitas dificuldades em épocas distintas, que culminaram num lento crescimento urbano e rural. José Augusto Colodel não deu ênfase às críticas tecidas por Cândido Ferreira de Abreu aos militares designados para administrar a Colônia Militar, assim como aos supostos erros e desmandos que teriam motivado a extinção da Colônia Militar.

Ruy Wachowicz, Cecília Maria Westphalen e José Augusto Colodel delimitaram o recorte temporal e documental de suas pesquisas de modo a não dar visibilidade aos conflitos agrários dentro e nos limites territoriais da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. O que estava por trás dessa ação? Acredito que dar ênfase aos conflitos agrários num projeto colonizatório levado a cabo por militares, em pleno regime militar, não era viável e saudável a ambos os historiadores. E mais, evitava-se, direta e indiretamente, suscitar discussões sobre os conflitos, resistências e a migração de milhares de trabalhadores rurais que passaram a ocorrer em fins da década de 1970 com a desapropriação de terras agricultáveis, imóveis rurais e urbanos pela Usina Hidrelétrica de Itaipu.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988. pp. 37 a 50.

<sup>11</sup> Milhares de colonos, arrendatários, posseiros, empregados e bóias-frias, brasileiros e paraguaios, que sobreviviam do trabalho nas terras próximo às margens do rio Paraná, foram expropriados de seus bens, memórias e histórias. O jornalista Juvêncio Mazzarollo, a convite da "Comissão Justiça e Paz" da Diocese de Foz do Iguaçu, escreveu o livro *A taipa da injustiça*, denunciando as arbitrariedades cometidas pela direção da Usina e o drama social

Os embates decorrentes da desapropriação de imóveis rurais e urbanos e os movimentos de resistências organizados por colonos e entidades religiosas e sociais, por não conhecerem a história de Foz do Iguaçu pela óptica dos conflitos agrários, acabaram contribuindo para com a historiografia acima destacada em manter o silêncio. Na última década do século XX e na primeira década do século XXI, os estudos sobre a história de Foz do Iguaçu dedicaram-se aos impactos econômicos, sociais e culturais causados durante e após a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Destacam-se aqui as pesquisas realizadas por Luiz Eduardo Catta,<sup>12</sup> Maria de Fátima Bento Ribeiro,<sup>13</sup> Ivone Terezinha Carletto de Lima<sup>14</sup> e José Adilçon Campigoto;<sup>15</sup> Nesses estudos, quando citada, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu serviu apenas como alusão (ou ponto de referência inicial) ao processo de ocupação e colonização do Extremo-Oeste paranaense.

Liliane da Costa Freitag, em pesquisa recente, retomou a reflexão sobre a história do extremo-oeste paranaense, a partir de meados do século XIX com ênfase nos conceitos de território, região, identidade e (re)ocupação. Destaca

---

vivido pela população ribeirinha ao rio Paraná. Em 1982, ano em que Ruy Wachowicz publicou *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense* e da formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Guiomar Inez Germani defendeu dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) com o título *Os expropriados de Itaipu*. Era outro estudo de fôlego detalhando o conflito entre a Itaipu e os colonos e a construção do “Movimento Justiça e Paz” criado por lideranças da Igreja Católica e da Igreja Luterana (IECLB) com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). (Ver. MAZZAROLLO, Jovêncio. *A taipa da injustiça*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2003. A primeira edição é de 1980, publicada pela CPT/PR; GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados, terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EdUFBA/ULBRA, 2003. A primeira edição é de 1982).

<sup>12</sup> CATTÀ, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Florianópolis: UFSC, 1994; CATTÀ, Luiz Eduardo. *A face da desordem: pobreza e estratégia de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu, 1964-1992)*. Niterói: UFF, 2005.

<sup>13</sup> RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu*. São Paulo: PUC, 1999. (A publicação em forma de livro ocorreu em 2002, pela editora da Unioeste); RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Itaipu, A Dança das Águas: Histórias e Memórias de 1966 a 1984*. Campinas: Unicamp, 2006.

<sup>14</sup> LIMA, Ivone T. Carletto de. *O Jagunço moderno: Os pousos no processo de expropriação da Itaipu Binacional. (1905/1982)*. Assis: UNESP, 1999; LIMA, Ivone T. Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Niterói: UFF, 2005.

<sup>15</sup> CAMPIGOTO, José Adilçon. *Hermenêutica da Fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. Florianópolis: UFSC, 2000.

por meio de um conjunto diversificado de fontes documentais que o extremo-oeste paranaense foi objeto de uma construção discursiva e imagética por intelectuais, sertanistas e engenheiros ligados ao governo do Paraná, com a intenção de criar uma idéia de vazío demográfico para, assim, justificar e propor a ocupação das terras de maneira harmônica e controlada. Liliane Freitag também ressalta no decorrer de seu estudo que a historiografia regional tem enfatizado o imaginário de uma região inóspita, despovoada e ausente de brasilidade; que a brasilidade passou a marcar presença com a chegada dos pioneiros e da colonização privada e não com o início do povoamento via instalação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu.<sup>16</sup>

A originalidade de nossa pesquisa frente à historiografia existente sobre a Colônia Militar se destaca, inicialmente, pensá-la pelo viés da História Agrária, onde buscamos ressaltar os mecanismos de acesso a terra na fronteira; a política agrária levada a cabo pelos militares para atrair colonos à Colônia Militar; os colonos e suas estratégias de sobrevivência na fronteira; e a ênfase aos conflitos agrários existentes mediante as queixas dos colonos e os relatos dos viajantes. Outro aspecto deste estudo com relação ao quesito originalidade está em fazer uso do conceito de fronteira para pensar o processo de exploração, ocupação e as primeiras ações com o intuito de colonizar a porção extrema da região que hoje se denomina de Oeste Paranaense.

No primeiro capítulo, que tem por título *A fronteira sob o olhar e as memórias dos viajantes*, procuramos discorrer e refletir, num primeiro momento, sobre o conceito de fronteira a partir dos postulados do historiador Frederick Jackson Turner e do sociólogo José de Souza Martins. A contribuição inicial de Turner foi proporcionar uma nova definição ao termo fronteira: de limite territorial a uma vasta região (ou espaço territorial) ao se referir à fronteira como uma região onde existe uma porção de terras e florestas desconhecidas.

---

<sup>16</sup> FREITAG, Liliane da Costa. *Extremo-Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação*. Franca: Unesp, 2007. [Tese de doutorado em História].



Outra contribuição de Turner à nossa pesquisa foi mostrar que no avanço sobre a fronteira, várias são as fases de exploração, ocupação e colonização de uma mesma região, isto é, que havia a fronteira dos exploradores, dos fazendeiros, dos colonos, ...; e ainda, que a edificação de postos militares na fronteira era uma antiga estratégia levada a cabo por diferentes governos para abrir novas fronteiras. José de Souza Martins, um dos críticos de Turner, destaca que os conflitos agrários e a violência fazem parte do avanço da fronteira e criam inúmeras dificuldades aos migrantes que passam a viver de maneira instável e com muitas privações.

Ainda no primeiro capítulo centramos atenção no olhar dos viajantes sobre os lugares visitados e na produção dos relatos de viagens. São apontamentos teóricos e metodológicos que tem por objetivo destacar que por trás dos relatos de viagens os viajantes ocultam outras intenções, mensagens e até mesmo leitores ideais. Tendo feito tais observações mediante a apreciação dos escritos de Adauto Novaes, Marilena Chauí, Roger Chartier e Michel de Certeau, passamos a por em prática tais observações ao refletir sobre os viajantes, as viagens e a construção dos relatos de viagens, mais precisamente, de José Maria de Brito, José Cândido da Silva Muricy, Domingos Nascimento, Cândido Ferreira de Abreu e Manoel de Azevedo da Silveira Netto.

*Picadas, ferrovias e colônias militares na fronteira (1846/1888)* é o título atribuído ao segundo capítulo da tese, que tem por meta destacar e refletir o avanço sobre a fronteira, dos campos a Oeste de Guarapuava à margem esquerda do rio Paraná. Ao contrário do que a historiografia regional tem enfatizado, a abertura de uma picada pelo Capitão José Joaquim Firmino em 1888 não era a primeira tentativa de ocupação e colonização dos limites territoriais do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e Argentina. As primeiras ações nesse sentido remetem ao final da quarta década do século XIX, quando uma equipe de militares inicialmente chefiada pelo major Henrique de Beaurepaire Rohan abriu uma picada ligando Guarapuava ao rio Paraná. Era

uma estratégia utilizada pelos militares visando incentivar os fazendeiros guarapuavanos a ocuparem novas áreas de terras e, ao mesmo tempo, inibir a ação belicosa dos índios guaranis na orla dos campos de Guarapuava. Tal iniciativa culminou no avanço da fronteira a aproximadamente 20 léguas rumo a Oeste de Guarapuava em duas décadas, ora via ação dos fazendeiros, ora via ação de degredados. A picada aberta em 1848/1849 foi abandonada para além dos campos do Chagú (hoje Nova Laranjeiras).

Em meados de 1860, durante e após o término da Guerra com o Paraguai, diferentes presidentes da Província do Paraná passaram a cogitar a idéia de se construir uma ferrovia ligando o Paraná a Mato Grosso, cujos trilhos seguiriam pelo vale do rio Piquiri. A exploração e a ocupação da fronteira se dariam com a edificação de uma estrada férrea, a exemplo do que ocorria na África, na Ásia e nos EUA. Os planos chegaram a sair do papel, mas não foram adiante devido à ausência de auxílio financeiro do Governo Imperial e da situação financeira desfavorável da Província do Paraná. Em 1880, o litígio territorial entre o Brasil e a Argentina levou os militares a criar duas Colônias Militares (Chopim e Chapecó) próximo à área disputada. O sertanista José Francisco Thomaz do Nascimento, mediante uma iniciativa particular e um módico apoio financeiro do Ministério da Agricultura, com o auxílio de um grupo de indígenas kaingang e alguns camaradas tentou, sem sucesso, abrir uma picada ligando os campos do Chagú à margem esquerda do rio Paraná. Os resultados positivos obtidos com a implantação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó, com relação à formação de núcleos populacionais centrados nas atividades agrícolas e pastoris, levou a alguns militares a cogitar a edificação de outra Colônia Militar na foz do rio Iguaçu com o rio Paraná. Coube ao capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo construir os planos e dirigir o processo inicial de instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Tanto os planos como vários outros procedimentos tomados pelo capitão Bellarmino para implantar a Colônia Militar na foz do rio Iguaçu são detalhados no terceiro capítulo, que tem por título *A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Além disso, passamos a fazer uso mais freqüente dos relatos dos viajantes para compor o cenário fronteiriço e as práticas cotidianas de militares a abrir picadas rumo ao ponto extremo do território da Província do Paraná. Foram muitas as surpresas e perigos vivenciados pelos militares, dentre eles, que na área escolhida para se edificar a sede da Colônia Militar centenas de pessoas de diferentes nacionalidades habitavam e exploravam as matas e rios. Na tentativa de limitar e controlar a ação exploratória naquela porção do território brasileiro, os militares resolveram matricular como colonos muitos dos antigos habitantes brasileiros e estrangeiros. Houve aqueles que resistiram.

Segundo os relatos dos viajantes, os relatórios provinciais e os relatórios do Ministério da Guerra, nos primeiros anos, a Colônia Militar teve um crescimento significativo a ponto de atrair muitas famílias paraguaias a assentar residência dentro do território pertencente à Colônia Militar de Foz do Iguaçu. O ano de 1894 marcou uma mudança drástica na vida dos militares e colonos matriculados. A passagem dos homens chefiados por Juca Tigre pela Colônia Militar, quando fugiam rumo à Argentina com os desfechos da Revolução Federalista no Paraná, levou-a quase ao completo abandono por militares e colonos. Foram muitos anos para a Colônia Militar voltar a crescer, quase sempre, na dependência dos negociantes de erva-mate e madeira e dos comerciantes argentinos. Por outro lado, o comércio argentino e os colonos estrangeiros legaram um período maior de vida à Colônia Militar.

Os diferentes militares que ocuparam o posto de diretor da Colônia Militar fizeram uso de diferentes estratégias para atrair novos colonos e de evitar que a Colônia Militar viesse a definhar. Destacamos a atuação do coronel Torres Homem entre os anos de 1897 e 1898. A erva-mate e a madeira

se tornaram mercadoria. Parcela significativa dos colonos deixou de cultivar a terra e de criar animais para sobreviver da extração dos recursos naturais das florestas. A terra, abandonada pelos colonos, passou a ser objeto de especulação de alguns militares e de as redistribuírem a outros colonos e a outras pessoas (comerciantes, empresários, oportunistas) a quem deviam favores. Outros militares, no entanto, eram enviados à Colônia Militar como forma de punição a atos de insubordinação, ou pediam para tirar serviço na Colônia Militar mediante abono salarial visando sanar dívidas particulares. Esses e outros fatores levaram à extinção da Colônia Militar.

Em *Ser colono na fronteira*, último capítulo da tese, centramos atenção no acesso à terra pelos colonos e nos diferentes conflitos que vieram a surgir na medida em que a terra passou a ser objeto de especulação comercial (ou dos recursos naturais que existiam nelas). Para discorrer sobre o acesso à terra por colonos brasileiros e estrangeiros, exploramos as *Instruções Provisórias* elaboradas pelo capitão Bellarmino, o *Contracto de colonos*, os relatos dos viajantes e os relatórios do Ministério da Guerra. Muitos detalhes vieram à tona, ora expondo erros e desmandos por parte dos militares, ora mostrando que muitas famílias de colonos não estavam a explorar os terrenos concedidos como foi inicialmente planejado.

Essas fontes documentais revelaram os nomes de muitos colonos matriculados. Isso abriu a possibilidade de realizarmos um estudo mais apurado da vida de alguns colonos. Adiante, passamos a explorar uma *Ata de Audiência Particular com os colonos*, datada de fins de 1907, para dar ver e voz aos colonos e suas queixas com relação a situações diversas que estavam a ocorrer na Colônia Militar. Dentre as queixas estavam: a não demarcação dos terrenos dos colonos; a não expedição da titulação dos mesmos terrenos; a invasão e extração de madeira, erva-mate e da produção agrícola pertencentes aos colonos; a expulsão de colonos como estratégia para obter acesso a terra por militares ou a redistribuição a outras pessoas, não necessariamente

colonos; e a prática do clientelismo e do coronelismo dentro e fora dos limites do território da Colônia Militar.

A fronteira reservava a seus habitantes destinos diferentes. Para alguns militares, prestar serviço na Colônia Militar de Foz do Iguaçu traduzia-se numa oportunidade de crescimento na carreira militar; para outros militares, a nomeação era uma espécie de punição. Para os colonos, de diferentes nacionalidades, a fronteira abria a possibilidade de se planejar um futuro melhor para a família, a começar pelo acesso grátis à terra. Para comerciantes e negociantes argentinos, a instalação de uma Colônia Militar junto ao rio Paraná era sinônimo de lucros, de oportunidades diversas de comércio e contrabando.

# 1

## A FRONTEIRA SOB O OLHAR E AS MEMÓRIAS DOS VIAJANTES

### 1.1 FRONTEIRA: DE LIMITE A REGIÃO

Vimo-lo olhar fixamente para oeste; de repente, partindo de diferentes pontos, reboou um grito: A fronteira! Da elevação onde se achava o destacamento avistava-se, com efeito, a mata sombria do Apa, limite das duas nações.

Momento solene êste, em que entre oficiais e soldados não houve quem pudesse conter a comoção! O aspecto da fronteira que demandávamos a todos surpreendeu. É que realmente era novo. Podiam alguns já tê-la visto, mas com olhos do caçador ou do campeiro, indiferentes. A maior parte dos nossos dela só haviam ouvido vagamente falar; e agora ali estava à nossa frente como ponto de encontro de duas nações armadas, e como campo de batalha.<sup>17</sup>

Alfredo D'Escragnole Taunay

A narrativa do Visconde de Taunay com relação à fronteira entre o Brasil e o Paraguai, materializada na mata sombria que se sobrepunha sobre o leito do rio Apa (Sul da Província do Mato Grosso), durante a Guerra do

---

<sup>17</sup> TAUNAY, Alfredo D'Escragnole. *A retirada de Laguna*. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1942. p. 59.

Paraguai, fornecia outro olhar sobre o limite entre as duas nações. Em outros tempos, este mesmo cenário certamente foi admirado ou mesmo ignorado. Em tempos de Guerra, a fronteira, na leitura de Taunay, assumiu novas conotações: era chegada a hora do combate, do avanço sobre o território inimigo; era o campo de batalha, o ponto de desencontro de idéias, crenças, nacionalidades; era onde o conflito e a morte eram esperados, desejados, comemorados.

Até então, para os soldados que compunham o regimento militar, a fronteira existia apenas em mapas. O leito do rio Apa servia como delimitação geográfica. A narrativa do Visconde de Taunay propiciou ao leitor de *A retirada da Laguna*, imaginar a fronteira. Os traços sinuosos do Apa afixados nos mapas, mediante os relatos de Taunay, passaram a ter paisagens cujas cores eram sombrias, ora devido à densidade da floresta, ora devido à tensão da guerra. Taunay também leva o leitor a perceber que, ao referir-se à fronteira, edificava-se através da narrativa um espaço de dominação (ou que deveria ser dominado, conquistado, reconquistado) e de exercício de poder (político, econômico, militar, ...) que se estenderia, a princípio, aos limites do território brasileiro.

É necessário esclarecer que, neste estudo, não iremos empregar o uso do conceito de fronteira da maneira como fez Visconde de Taunay, isto é, como referência a uma linha imaginária, geográfica e política, cuja intenção é indicar onde tem início ou fim a soberania de uma nação. A definição de fronteira que iremos fazer uso foi elaborada pelo historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, ao estudar a colonização do Oeste dos Estados Unidos da América. Centraremos atenção no texto “O significado da fronteira na história americana” (tornado público em 1893). Num primeiro momento, centramos atenção na definição e uso do termo fronteira por Turner e, em seguida, apontamos de maneira breve a *tese da fronteira* e a contribuição das reflexões de Turner na escrita da história do Brasil no decorrer do século XX.

Para Frederick Turner, a fronteira era uma região, um espaço territorial a ser conquistado e colonizado:

Primeiro, a fronteira foi a Costa Atlântica. Era a fronteira da Europa num sentido muito concreto. Deslocando-se em direção ao oeste, a fronteira foi tornando-se mais e mais americana. Assim como sucessivas morainas terminais são resultado de sucessivas glaciações, cada fronteira deixa para trás rastros e, quando esta se converte numa área colonizada, a região ainda mantém as características de fronteira.<sup>18</sup>

Na acepção de Turner, o Oeste americano era a fronteira. Eram as terras livres. Na medida em que a conquista das terras livres ocorria, novas fronteiras eram abertas em regiões mais a Oeste. Os embates entre pioneiros e indígenas, traduziam-se no movimento da fronteira. Na óptica de Turner, os conflitos e mortes entre pioneiros e indígenas faziam-se presentes somente no avanço inicial da fronteira. Nas demais fases de ocupação, exploração e colonização das terras na fronteira os conflitos teriam cedido espaço ao diálogo, à ordem, à democracia.

Frederick Turner procurou naturalizar a violência e a morte de diferentes grupos indígenas ao identificá-los como parte da natureza a ser vencida pelos pioneiros. Com isso, Turner minimizou a violência como elemento central da fronteira. Os índios, perante o olhar de Turner, eram os agressores e não as vítimas, o que justificava a ação belicosa dos pioneiros. Ao minimizar a violência e de ver o índio como parte da natureza, Turner pôde afirmar que o vasto território a Oeste dos Estados Unidos era terra livre; que a fronteira estava aberta, disponível aos pioneiros e imigrantes europeus.

Terminada a conquista das terras indígenas, a fronteira estaria pronta para receber os fazendeiros, os mineiros, os lavradores, os comerciantes, os banqueiros e, por fim, os industriais. A ocupação e a colonização da fronteira,

---

<sup>18</sup> TURNER, Frederick Jackson. "O significado da fronteira na história americana". In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América, de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF, 2004. p. 26.



segundo Turner, fazia parte de um processo cadenciado e contínuo da chegada e partida de imigrantes em busca de terras, trabalho e outras oportunidades. “A exploração de animais selvagens levou caçadores e mercadores para o Oeste, a exploração dos pastos levou o rancheiro para o Oeste e a exploração do solo virgem dos vales dos rios dos prados atraiu o lavrador”, salienta Frederick Turner, construindo uma ordem natural, harmônica e espontânea no processo de colonização da fronteira; de não existirem desavenças, estranhamento, conflitos e mortes na disputa pela terra entre fazendeiros, lavradores, especuladores imobiliários, grileiros, etc..

A utilização de mapas, censos demográficos, relatos de viagens e de pioneiros, relatórios militares, propagandas e discursos políticos como fontes documentais, facultou a Frederick Jackson Turner moldar uma narrativa em que os conflitos decorrentes da posse da terra foram minimizados ou ocultados. Teria Frederick Turner tomado as fontes documentais acima arroladas como expressões da verdade? É possível. Mas, temos de levar em consideração que, ao por em evidência os conflitos agrários na fronteira, Turner estaria pondo em xeque sua Tese da Fronteira (que apresentaremos mais adiante).

Se na narrativa de Turner havia indícios de que a migração de milhares de pessoas para a fronteira teria sido natural e espontânea, esses sinais não se confirmam, pois o historiador ressalta que houve participação governamental no auxílio à conquista das terras indígenas e à colonização da fronteira, a começar pelo estabelecimento de fortes militares:

O posto militar de fronteira, além de servir à proteção dos colonos contra os índios, também atuou como ponta de lança para abrir o território indígena e foi um núcleo de colonização. Em relação a isso devem ser igualmente mencionadas as expedições militares e de explorações governamentais na determinação dos limites da colonização. Porém, todas as expedições mais importantes devem muito aos primeiros desbravadores, aos guias índios, aos mercadores

e caçadores, aos viajantes franceses [...] Cada expedição era o epítome dos fatores anteriores no avanço para o oeste.<sup>19</sup>

A instalação de postos militares não se dava ao acaso, seguindo o avanço espontâneo dos pioneiros sobre as terras indígenas. As explorações e expedições militares tinham por função conhecer, mapear, planejar e decidir onde iriam ser implantados os postos militares. Era uma decisão militar e política, pois iria atender a determinados interesses e, ao mesmo tempo, orientava os pioneiros e aventureiros a avançarem sobre novas fronteiras. A fronteira era aberta, como destaca Turner, com auxílios de guias índios, dos caçadores de animais e dos mercadores de peles. Aos militares, pontua Frederick Turner, a fronteira era uma “escola de treinamento militar, mantendo viva a força de resistência à agressão, desenvolvendo as qualidades vigorosas e rudes do homem da fronteira”.<sup>20</sup>

O auxílio governamental, no entanto, não cessava com a instalação de postos militares na fronteira. Orientavam a instalação de vilas e cidades; abriam caminhos terrestres; estabeleciam contratos de concessão a empresas de navegação para explorar o transporte de passageiros e de mercadorias nos grandes rios; e, em troca de extensas áreas de terras, promoviam a construção de ferrovias na fronteira. “A trilha do búfalo se tornou a trilha dos índios e essa se tornou o ‘rastros’ do mercador; as trilhas se alargaram, formando caminhos, e os caminhos se transformaram em ferrovias”,<sup>21</sup> destaca Turner, alegando o importante papel desempenhado pela abertura de caminhos e ferrovias no avanço sobre a fronteira e, em etapas distintas e em ritmos desiguais.

Em etapas distintas e em ritmos desiguais, no entender de Turner, também se deu o avanço dos pioneiros sobre a fronteira. Por isso, distinguiu a

---

<sup>19</sup> TURNER, Frederick Jackson. “O significado da fronteira... Op. Cit. p. 36-37.

<sup>20</sup> Idem. p. 35.

<sup>21</sup> Idem. p. 34.

fronteira em: “fronteira do mercador, fronteira dos rancheiros, fronteira dos mineiros e fronteira dos lavradores”.<sup>22</sup> O olhar sobre a fronteira e o papel desempenhado por esses grupos no processo de ocupação e colonização era específico, o que os motivava a migrar em busca de novas terras na medida em que a caça, o comércio de peles, as áreas de pastagens, as minas de ouro e as terras para plantio se tornavam escassas. O fortalecimento do comércio e o surgimento de indústrias, por sua vez, eram indícios de que a fronteira estava se fechando.

Como percebe-se, a utilização da categoria fronteira como sinônimo de região, ou espaço territorial, possibilitou a Frederick Jackson Turner fazer uma leitura da história da colonização do Oeste dos Estados Unidos ao longo dos séculos XVIII e XIX. Dessa leitura surgiu a “tese da fronteira” que, entre outras coisas, afirmava:

que a fronteira promoveu a formação da *nacionalidade* complexa do povo americano [...] se libertaram e amalgamaram numa raça mista, pouco inglesa, quer na nacionalidade, quer em suas características. [...] o avanço da fronteira diminuiu nossa dependência da Inglaterra. [...] Mas o efeito mais importante da fronteira foi fomentar a *democracia* aqui e na Europa [...] nascida em terra livre, forte no egoísmo e *individualismo*, intolerante em relação à experiência administrativa e à educação e levando a liberdade individual além de seus limites apropriados.<sup>23</sup>

As ponderações acima, a grosso modo, sintetizam o conjunto de idéias que se tornaram conhecidas, debatidas e questionadas como a tese da fronteira (ou teoria da fronteira) de Frederick Jackson Turner. Ao migrar para a fronteira, os europeus teriam entrado em contato com o meio ambiente hostil e com os hábitos culturais dos povos nativos. Com o passar do tempo, se americanizaram. O amor à pátria (ou às suas posses) teria feito crescer os

---

<sup>22</sup> Idem. p. 33.

<sup>23</sup> Idem. pp. 41, 42, 48 e 49. Destaques meus.

valores nacionalistas, o sentimento individualista e a democracia como prática política.

Até a década de 1930 a tese da fronteira de Turner obteve reconhecimento dentro dos Estados Unidos da América, sendo considerada a principal explicação histórica para a realidade estadunidense. A tese da fronteira ganhou novos adeptos em diversas nações latino-americanas na mesma década e nas décadas seguintes. No Brasil, entre os historiadores e sociólogos que fizeram uso da tese turneriana para interpretar a história ou a realidade brasileira entre as décadas de 1930 a 1970 destacam-se: Cassiano Ricardo<sup>24</sup>, Gilberto Freyre<sup>25</sup>, Vianna Moog<sup>26</sup>, Sérgio Buarque de Holanda<sup>27</sup> e Otávio Guilherme Velho<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 2 vol. Aborda a respeito da expansão das fronteiras agrícolas rumo a Oeste do Brasil através do programa “Marcha para Oeste” (do Cassiano Ricardo qual foi um dos idealizadores), lançado por Getúlio Vargas, em 1937. Centra atenção na figura do Bandeirante paulista, cuja índole seria democrática, com ênfase na solidariedade de grupo, na mestiçagem com índios, entre outras coisas. Na década de 1930, Cassiano Ricardo ligava o migrante que se deslocava em busca de terras e oportunidades aos antigos bandeirantes paulistas.

<sup>25</sup> A influência dos escritos de Turner sobre Gilberto Freyre é explícita na obra *Interpretações do Brasil*, mais precisamente no segundo capítulo, intitulado “Fronteiras e plantações”. Referencia Turner ao destacar a fronteira móvel e os tipos sociais que haviam dado mobilidade à exploração de novas áreas agrícolas. Para Freyre, os mestiços se assemelhavam aos pioneiros norte-americanos, possuíam “um espírito de aventura e um amor maior à liberdade individual forte demais para que se contentassem em ficar no litoral e viver perto das igrejas e dos edifícios públicos” (p. 105). FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. [Coleção Retratos do Brasil].

<sup>26</sup> Em *Bandeirantes e Pioneiros*, Vianna Moog faz uma história comparada da colonização do Brasil com a colonização dos Estados Unidos. Ressalta, por exemplo, a figura do mazombo (filho de português nascido no Brasil) como comparação ao pioneiro estadunidense, este último mais ágil, evoluído, astuto que o primeiro. MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>27</sup> Tendo como referencial os escritos de Frederick Turner, Sérgio Buarque de Holanda publicou, em 1957, o livro *Caminhos e Fronteiras*. Com o fôlego que lhe era característico e com farta documentação, trouxe a tona o cotidiano dos portugueses e de seus descendentes no Brasil, sendo moldado num novo homem (o bandeirante) mediante o contato com o meio ambiente, os diferentes grupos indígenas e a distância dos hábitos culturais dos europeus. A mobilidade do bandeirante paulista teria promovido a interiorização do Brasil, o avanço da

Nos Estados Unidos, as críticas com relação à ineficiência teóricas e empíricas da tese turneriana, segundo Arthur Lima de Ávila, tiveram início logo após a morte de Frederick Turner, ocorrido em 1932. Nas décadas de 1950 e 1960, segundo Ávila, os escritos de Turner tiveram novo fôlego. O surgimento da Nova História Social (na década de 1970) e o grupo de historiadores vinculados ao grupo *New Western Historians* (surgido em meados da década de 1980), a tese da fronteira de Turner passou a ser alvo de críticas por historiadores, economistas, antropólogos e sociólogos. Apontavam as deficiências, as generalizações e a inclusão de personagens até então excluídos da historiografia tradicional, como os negros, as mulheres, os imigrantes espanhóis e não anglo-saxões.<sup>29</sup>

Além da definição de fronteira proposta por Turner e de algumas de suas observações sobre o processo de ocupação das terras de fronteira, buscamos apoio nas reflexões de José de Souza Martins sobre a ocupação das terras na fronteira amazônica. Para Martins, a fronteira pode e deve ser entendida a partir de múltiplos ângulos de análise:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.<sup>30</sup>

---

linha de fronteira. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>28</sup> Em *Capitalismo autoritário e campesinato*, publicado em 1974, Otávio Guilherme Velho construiu uma interpretação diferente sobre o Brasil a partir da leitura marxista dos escritos de Turner. Seu foco não estava centrado na época colonial e na figura do bandeirante paulista. O cerne de sua atenção era o campesinato e a figura do camponês como motor das transformações sociais no Brasil via revolução. VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979. [Coleção Corpo e Alma do Brasil].

<sup>29</sup> Uma reflexão de fôlego sobre o *New Western Historians* e o teor de suas reflexões relativas à tese da fronteira de Turner foi escrito por Arthur Lima de Ávila, intitulado "O Oeste historiográfico norte-americano: a *Frontier Thesis vs a New Western History*.". Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.369-413, jan./dez. 2005.

<sup>30</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 13.

Para José de Souza Martins, a fronteira, comumente é compreendida como um lugar de encontros, de esperanças, de um novo tempo, mais justo e feliz, é, também, lugar dos desencontros, dos conflitos, da intolerância, da ambição e da morte. Que, na fronteira, a violência e o conflito fazem parte da realidade cotidiana daqueles que migraram.

Segundo José de Souza Martins, a violência e os conflitos só deixam de fazer parte do cotidiano dos habitantes da fronteira quando os tempos históricos dos diferentes personagens que compõe o cenário fronteiriço se fundem, “quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica do *nós*”.<sup>31</sup> Enquanto isso, os habitantes da fronteira constroem um modo de vida com base no provisório, no inseguro e no instável. A posse da terra e mesmo os documentos de posse provisórios expedidos por órgãos governamentais não são garantias de uma vida tranqüila. Acirra ainda mais a insegurança dos colonos, pois temem perder o que fora conquistado mediante sacrifícios e resistências.

Muitos viajantes, por estarem de passagem, não conseguem perceber que a violência e o conflito, em suas variadas acepções, fazem parte do cotidiano daqueles que tentam sobreviver na fronteira. Também não percebem que os habitantes fazem uso de micro poderes e táticas para tentar minimizar ou neutralizar a prática da violência (física, moral, psicológica) e mesmo os conflitos decorrentes da disputa pela terra. O olhar dos viajantes, na fronteira, está em busca dos sintomas do atraso e do progresso. Narram os contrastes de maneira ampla, quase sempre a partir do ponto de vista de quem os informa e os acolhe. Mas quem são esses viajantes? Porque viajam para a fronteira? Porque construíram relatos e os tornaram públicos na forma de livros, artigos e panfletos?

---

<sup>31</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira:...* Op. Cit. p. 150.

## 1.2 O OLHAR E AS MEMÓRIAS DOS VIAJANTES

É necessário pontuar que atrás da alcunha de *viajantes*, no decorrer do século XIX, estavam homens e mulheres de diferentes formações: zoólogos, botânicos, geólogos, artistas, educadores, jornalistas, engenheiros, médicos, militares, diplomatas, comerciantes e missionários. As viagens, se observado com cuidado tais ofícios, nada têm de ingênuas e destituídas de vontades individuais e coletivas, pois os viajantes geralmente estavam atrelados a instituições de pesquisa científicas (zoólogos, botânicos e geólogos) e de desenvolvimento (edificações de ferrovias e estradas, no caso de engenheiros e geólogos) públicos e/ou particulares. Os relatos dos viajantes permitem ao pesquisador refletir sobre os objetivos explícitos e implícitos das viagens e de seus relatos rumo à fronteira.

Os relatos das viagens, no entanto, são sínteses e omissões de inúmeros outros acontecimentos, depoimentos, reflexões e indagações elaboradas pelos viajantes durante as viagens. O silêncio dos viajantes com relação a determinados temas (ou acontecimentos) que se mostram flagrantes em outras fontes documentais, podem e devem ser objetos de questionamentos. Adauto Novaes ao refletir sobre o olhar pontua que são os olhos que mostram e fazem ler o mundo que se apresenta ao viajante.<sup>32</sup> Ou como diz Marilena Chauí: “Quem olha, olha de algum lugar”.<sup>33</sup> Noutras palavras, o olhar dos viajantes, assim como suas considerações impressas em seus diários e relatórios não são inocentes. E mais, é necessário levar em conta que a bagagem cultural e social dos viajantes interfere na construção do olhar e na forma em que eles se

---

<sup>32</sup> NOVAES, Adauto “De olhos vendados”. In: NOVAES, Adauto; Et. All. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 9.

<sup>33</sup> CHAUÍ, Marilena. “Janela da alma, espelho do mundo”. In: NOVAES, Adauto; Et. All. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 35.

manifestam com relação ao cenário visto e acontecimentos vividos durante e após o término das viagens.

Frente a isso, a leitura e a utilização dos relatos de viagens devem ser feitos com cuidado e rigor. Os relatos são fragmentos da memória dos viajantes, mas não todas as memórias. Esses fragmentos (que figuram num caderno de notas ou diário) possibilitam aos viajantes lembrar as viagens, de refazê-las via imaginação. É a combinação dos fragmentos da memória com a imaginação que nascem as narrativas de viagens e/ou os relatórios técnicos e científicos. É nesse exercício de rememoração que os viajantes constroem representações dos lugares percorridos. Não se constituem em discursos neutros, visto que produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade sobre os temas abordados e mesmo com relação aos escritos de outros viajantes que percorreram o mesmo itinerário em épocas mais remotas. Nesses embates de representações os viajantes tentam impor ao leitor a sua concepção de mundo, pontua Roger Chartier, ao recortar, classificar, ler e descrever as viagens e os espaços que observaram e experimentaram.<sup>34</sup>

As informações contidas nos relatos de viagens ressoam essas lutas, seja ao afirmar um preconceito, reproduzindo estigmas que pesam nos ombros do grupo onde os viajantes se inserem e a quem se dirige o texto escrito, seja transcendendo essas barreiras e reencontrando a alteridade no reconhecimento do outro como tal. Essas situações decorrem do fato de que as idéias impostas pelos viajantes às coletividades nunca são apropriadas da mesma forma por todos os leitores. Nesse sentido, diz Roger Chartier, há uma tensão entre as modalidades do fazer crer e as formas de crença. Por modalidades do fazer crer entendem-se os procedimentos e dispositivos (discursivos ou formais) que tem por objetivo coagir o indivíduo, sujeitá-lo, convencê-lo; por outro lado, existem formas de crença, variações possíveis diante dos mecanismos

---

<sup>34</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 17.



persuasivos, contra-sensos, rebeldias. Assim, a imposição de uma idéia não significa sua aceitação.<sup>35</sup>

Michel de Certeau lembra que os leitores são “nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram”, ou seja, também possuem interesses por determinados tipos de leituras.<sup>36</sup> Isso nos leva a pensar que as narrativas de viagens rumo à fronteira atendem a determinado grupo de leitores, que, por sua vez, buscam informações sobre os lugares e itinerários narrados. Os viajantes escrevem suas memórias de viagens visando atender aos anseios de determinados leitores? Quem são esses leitores? Fazem parte do círculo de amizade dos viajantes? Eis algumas questões que nos deteremos a seguir na medida em que procuramos explicar sobre um seletivo grupo de viajantes que, entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX, puseram-se a narrar o avanço sobre fronteira Oeste do Paraná.

Adiante, iremos centrar atenção na trajetória biográfica dos viajantes, no contexto das viagens e na construção dos relatos das viagens sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. José Maria de Brito, José Cândido da Silva Muricy, Domingos Nascimento, Cândido Ferreira de Abreu e Silveira Netto são os viajantes/narradores elencados. Direta e indiretamente, esses viajantes facultaram a diferentes pesquisadores um vasto conjunto de informações sobre o avanço inicial do homem branco sobre as terras indígenas e devolutas mediante a abertura de picadas, caminhos, pousos e sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

---

<sup>35</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural...* Op. Cit. p. 17.

<sup>36</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 269-270.

### 1.2.1 José Maria de Brito e a descoberta da foz do rio Iguaçu

São escassas as informações sobre o sargento José Maria de Brito. É através de suas memórias que iremos discorrer sobre o autor de *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*. José Maria de Brito integrou a “Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná” e acompanhou os trabalhos de abertura da picada e da fundação da Colônia Militar entre os anos de 1888 e 1889. Suas memórias com relação à abertura da picada e da instalação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, no entanto, foram escritas somente no final da década de 1930. Porque o sargento esperou 50 anos para escrever e publicar suas memórias com relação à descoberta da foz do rio Iguaçu e a fundação da Colônia Militar? O que o levou a isso?

Na biblioteca Frederico Engels, em Foz do Iguaçu, existe uma cópia datilografada dos relatos do sargento José Maria de Brito, datada de 1938. A data mais provável de redação do texto seja entre 1936 e 1938.<sup>37</sup> Percebe-se com certa facilidade que o sargento narrou suas aventuras de acordo com suas lembranças, sem se preocupar com as datas, o nome dos demais membros das duas expedições em que participou e, muito menos, de guiar a escrita seguindo o itinerário da viagem, como era comum entre os viajantes. Sua estratégia de construção textual foi dividir a obra em três grandes partes: “A fronteira no fim do Império”; “A Expedição”; e “A fundação da Colônia Militar”.

Beto Maciel ao prefaciá-los escritos de José Maria de Brito (reeditado na forma de livro em 2005, pela editora Travessa dos Editores de Curitiba), salienta que o sargento após passar por vários ofícios acabou como professor

---

<sup>37</sup> O manuscrito foi editado pela primeira vez em 1938, pela Tipografia João Haupt, de Curitiba. Foi republicado no *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, em 1977, sob o mesmo título “Descoberta de Foz do Iguaçu e Fundação da Colônia Militar”. O folheto foi resgatado e publicado pela Travessa dos Editores em 2005, com prefácio e apresentação de Beto Maciel e Fábio Campana, este último, editor chefe da referida casa editorial.

em uma escola rural de Foz do Iguaçu. Mais tarde, ao ser demitido de sua função teria sido abandonado, doente e sem recursos financeiros para custear sua sobrevivência. Beto Maciel informa que José Maria de Brito teria escrito suas memórias sobre as origens de Foz do Iguaçu visando custear as despesas médicas e de alimentação. Mas quais eram os destinatários das memórias do sargento? Que utilidade teria? Em 1938, a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu promoveu um evento comemorativo em alusão aos 50 anos da “descoberta” da foz do rio Iguaçu em fins de 1888. A publicação das memórias de José Maria de Brito girava em torno desse evento comemorativo. Além de reforçar uma memória oficial das origens de Foz do Iguaçu, os relatos do sargento José Maria de Brito procuraram silenciar os conflitos em torno da posse e uso da terra e dos embates identitários. Celebrizava os feitos de alguns homens e ocultava os esforços de dezenas de colonos brasileiros e estrangeiros para sobreviver na fronteira.

José Maria de Brito sabia da importância de suas memórias para com a história daquela comunidade fronteiriça, bem como do que deveria lembrar e esquecer em suas narrativas. Suas lembranças, mesmo lapidadas com o passar do tempo e mediante as influências da época e das condições em que estava a escrever a obra, transformaram-se em “instrumento e objeto de poder”, referencia Jacques Le Goff.<sup>38</sup> Revelava, a si próprio e aos futuros leitores, que os esquecimentos e os silêncios da história também eram frutos de uma manipulação (ou controle) por parte de um ou mais grupos de pessoas e/ou instituições. Em fins da década de 1930, tornou-se importante lembrar os anos iniciais da cidade de Foz do Iguaçu e, de que a cidade marchava para a “vanguarda do progresso” com a construção do campo de aviação, de novas casas comerciais, fábricas e serrarias.

José Beto Maciel informa que José Maria de Brito morreu em 1942, num dos leitos da recém criada Santa Casa Monsenhor Guilherme tendo por

---

<sup>38</sup> LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. p. 476.

companhia uma filha e de uma enfermeira chamada Irene Vera.<sup>39</sup> José Vicente Tezza, no entanto, questiona a respeito da data de falecimento de José Maria de Brito anunciada por Beto Maciel, aludindo que José Maria de Brito teria morrido em 27/12/1946, com 95 anos.<sup>40</sup>

### 1.2.2 À Foz do Iguaçu, José Cândido da Silva Muricy

José Cândido da Silva Muricy nasceu em Curitiba no ano de 1863. Era o segundo filho, do total de seis, nascidos do casamento do médico José Cândido da Silva Muricy e da professora primária Iria Narciza Ferreira da Luz.<sup>41</sup> Antes de freqüentar aulas na Escola Superior de Guerra, destaca Sebastião Paraná, José Cândido da Silva Muricy, em 1883, serviu como praça no 1º Batalhão de Engenheiros após matricular-se na Escola Militar da Praia Vermelha, onde tirou os cursos de Cavalaria e Infantaria. “Transferido para a Escola Superior de Guerra, ahi completou o curso de três armas, com o estudo simultâneo dos dois primeiros annos desta Escola”.<sup>42</sup> (sic.)

Em 1889, José Muricy teria participado de várias reuniões entre militares de diferentes patentes que “apressaram a queda do throno brasileiro”. Em 14 de novembro de 1889, salienta Sebastião Paraná,

---

<sup>39</sup> MACIEL, Beto. “Prefácio” In: BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e...* Op. Cit. p. 10 e 11.

<sup>40</sup> TEZZA, José Vicente. *Revista Painel*, nº 233, Foz do Iguaçu, jun/2005. p. 2.

<sup>41</sup> O casamento deu-se em 1860, em Curitiba. Deste casamento nasceram Josephina, José Cândido, João Cândido, Julia, Jaime e Joaquim. O Médico chegou na capital da Província do Paraná em 1853, ano em que foi instaurada a Província do Paraná. Veio a convite e à amizade travada com Cândido Martins Lopes, que chegou ao Paraná no mesmo ano com a finalidade de fundar a primeira casa tipográfica na Província. Seu trabalho junto à Santa Casa da Misericórdia levou-o à política. Em meados de 1860, foi eleito Deputado Provincial, além de outras funções em diferentes setores em órgãos públicos e particulares. Faleceu em 1879. Sobre a trajetória do médico José Cândido da Silva Muricy, ver: LOPES, Cândido Martins. *Biografia ou breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Muricy*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

<sup>42</sup> PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense: notas biographicas*. Curitiba, 1922. p. 109.

José Muricy foi escolhido para, juntamente com alguns alunos militares e oficiais de confiança, receber, dos chefes do movimento, reunidos no Clube Naval, ordens que deveriam ser transmitidas aos corpos da Guarnição e à Escola Militar.

No dia 15 de novembro marchou de S. Christovão, às 6 horas da manhã, com a pequena força que ousou iniciar e precipitar o movimento revolucionário contra o regime monárquico, fazendo parte da celebre Companhia de Guerra composta somente de oficiais, de quase todas as patentes, que formaram como praças de pret. [...] Foi promovido a 2º Tenente de Artilharia em 4 de janeiro de 1890, sendo, então, nomeado Auxiliar Técnico da Comissão [de Estradas] Estratégica do Paraná.

Em 1892, a 7 de abril, foi promovido a 1º Tenente e comissionado para estudar o motivo da situação precária em que se achava a Colônia Militar da Foz do Iguassú e, ao mesmo tempo, levar-lhes recursos.<sup>43</sup> (sic.)

A promoção recebida por José Muricy em 1890 foi um benefício que o “Golpe de 1889” proporcionou aos militares envolvidos na conspiração. Celso Castro informa que as promoções por serviços relevantes nos cinco primeiros anos da República possibilitaram aos jovens militares, a exemplo de José Muricy, progredir rapidamente em suas carreiras.<sup>44</sup> José Cândido da Silva Muricy foi promovido ao posto de 2º tenente e foi nomeado “Auxiliar Técnico” da Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná (com sede em Guarapuava). Essa nomeação sinaliza, em parte, o grau de envolvimento de José Muricy entre os militares conspiradores quando da Proclamação da República. Também sinaliza que mudanças (promoções e reformas) aconteceram no interior da Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná e na direção das Colônias Militares de Chopim, Chapecó e Foz do Iguaçu. O capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, que chefiava a Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná foi promovido a Major, em 1890; O Major José Bernardino Bormann, diretor da colônia militar de Chapecó, em 1890 foi promovido a Tenente-Coronel do Estado Maior do Exército e, em 1892, após uma viagem ao Rio de Janeiro, foi promovido a Coronel; O Capitão Alberto

---

<sup>43</sup> PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense*.... Op. Cit. p. 110.

<sup>44</sup> CASTRO, Celso. *Os militares e a República*.... Op. Cit. p. 197/198.

Ferreira de Abreu que estava à frente da Colônia Militar de Chopim, em 1890, foi substituído pelo Major Joaquim Martins de Mello. O 1º Tenente Antonio Baptista da Costa Junior, então Vice-Diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi substituído pelo Tenente Frederico Luiz Roszani. O Tenente Antonio Baptista foi, em 1891, nomeado Capitão e, assim como o sargento José Maria de Brito, permaneceu prestando serviços militares na Colônia Militar de Foz do Iguaçu.<sup>45</sup>

Após a descoberta da foz do rio Iguaçu e o início dos trabalhos relativos à formação da Colônia Militar na fronteira, as atividades da “Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná” se voltaram à manutenção e alargamento da picada, além de fornecer, periodicamente, gêneros alimentícios, roupas, ferramentas, armas, munições, medicamentos e dinheiro à Colônia Militar.<sup>46</sup> Em 20 de outubro de 1892, a Colônia Militar foi oficialmente fundada, cabendo ao Ministério da Guerra zelar pelo sucesso da referida Colônia Militar. A partir desta data, a Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná passou a ter por obrigação manter abertas e em conservação a picada rumo a Guarapuava. Foi com o objetivo de fiscalizar os trabalhos de uma turma de 15 homens (civis e militares) que estavam a aperfeiçoar e alargar a picada de 40 léguas,<sup>47</sup> que o tenente José Cândido da Silva Muricy empreendeu “penosíssima viagem à colônia militar da Foz do Iguassú, através de aspérrimo sertão, o maior e mais bruto do nosso Estado”, em novembro de 1892.

---

<sup>45</sup> Cf. BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*. Curitiba: Separata do Boletim do IHGEP, Nov/1977 p. 42/43 e 53; BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu....* Op. Cit. p. 88.

<sup>46</sup> MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú. Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*. In: MONUMENTA – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 46.

<sup>47</sup> José Cândido da Silva Muricy observa que, do Chagú (ou Xagú) até a Colônia Militar, o percurso inicial de 40 léguas era, na verdade muito maior, chegando a 70, 80 léguas, pois os cálculos naquela época eram feitos em linha reta, sem levar em conta os declives do terreno, os desvios feitos na picada para ultrapassar árvores caídas, rios cheios e as áreas pantanosas formadas com as chuvas constantes. (Cf. MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 58/59.)

A publicação dos relatos da viagem realizada por José Cândido da Silva Muricy à Colônia Militar de Foz do Iguaçu ocorreu em 1896, pela Tipografia Impressora Paranaense com sede em Curitiba. À frente da administração da casa tipográfica estava Jesuíno Martins Lopes, filho de Cândido Martins Lopes, amigo de longa data do pai de José Cândido da Silva Muricy. Segundo Newton Carneiro, a Tipografia Paranaense passou a se dedicar com mais afinco na edição e impressão de livros após fundir-se, em 1888, com a Litografia do Comércio, de Narciso Figueiras, dando origem, então, à tipografia Impressora Paranaense.<sup>48</sup>

O folheto *A Foz do Iguassu*, de José Cândido da Silva Muricy (assim como a obra *Esquifes*, de Dario Vellozo) publicado pela Impressora Paranaense em 1896, marcou o início da valorização de memorialistas, poetas, literatos e intelectuais paranaenses. Uma iniciativa que se mostrou profícua e altamente estratégica para o fortalecimento e afirmação da literatura e da história do Paraná no cenário brasileiro, devido à produtividade e o fôlego intelectual contido nas linhas e entrelinhas de livros, revistas e periódicos.<sup>49</sup> Numa nota editada ao final de suas memórias da viagem à Foz do Iguaçu, José Muricy explicou, de forma breve, os motivos pelos quais editou suas “notas de viagem”:

---

<sup>48</sup> Neste mesmo ano Idelfonso Pereira Correia (Barão do Serro Azul), empresário do ramo ervateiro na Província do Paraná, decidiu se associar a Jesuíno Martins Lopes e Narciso Figueiras, transformando a tipografia em Companhia Impressora Paranaense. Com a morte do Barão do Serro Azul, em 1894, durante a “Revolução Federalista”, o controle acionário passou para as mãos da Baronesa Maria José de Araújo Correia e a administração da tipografia a Jesuíno Martins Lopes. Destacou-se das demais tipografias e litografias paranaense por oferecer aos clientes um parque de máquinas atualizado e apto para a impressão de jornais (com vários formatos), revistas, livros e embalagens, com ou sem gravuras. Parcela do sucesso dos trabalhos produzidos pela Impressora Paranaense foi creditado a Francisco Folch, litógrafo espanhol com larga experiência na área. Cf. CARNEIRO, Newton. *As artes gráficas em Curitiba: surto e desenvolvimento dos processos tipográficos e litográficos, arte editorial e comércio de livros da capital paranaense*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/ Edições Paiol, 1975. p. 10; DICIONÁRIO Histórico e Biográfico do Estado do Paraná. “Dezenove de Dezembro - Impressora Paranaense”. Curitiba: Livr/Editora do Chain, 1991. p. 120.

<sup>49</sup> ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980. pp. 127-135.

Ao pedido de alguns amigos e a franqueza incondicional do meu amigo Jesuíno Lopes, devo-o estarem hoje no domínio público as minhas impressões na viagem feita à Foz do Iguassú, singelamente escriptas n'um diário de viagem, de que é cópia o presente folheto. D'ahi o estar elle eivado de incorrecções, perfeitamente desculpáveis, bem como o desenho que o acompanha, que pela pressa da minha partida, não poude o seu autor concluir, não só pela integridade do panorama geral dos saltos, como a sombra das águas, onde se nota a falta de um pequeno chamalotado, fácil, entretanto de completar nas provas lithographadas.<sup>50</sup> (sic)

Da amizade cultivada entre José Muricy e Jesuíno Lopes (e das respectivas famílias) nasceu a idéia de editar o diário de viagem de José Muricy em forma de folheto. Tal iniciativa estava atrelada a um projeto maior: valorizar a produção da escrita (literária, histórica, poética) e das artes (pintura, escultura, gravura) elaboradas por paranaenses visando construir uma identidade regional, além de inserir o nome do Paraná e de Curitiba no cenário cultural brasileiro. Além de “communicar as impressões que nos iam n'alma”, diz José Muricy ao visitar as Cataratas do Iguaçu, fazia-se necessário noticiar aos paranaenses “as lindíssimas paysagens, verdadeiras jóias de valor com que a pródiga natureza mimoseou o nosso Estado! [...] Os olhos ofuscam-se-nos, embora enormemente abertos; os lábios movem-se, mas nada balbuciam. O coração avoluma-se, cheio d'uma alegre anciedade de comunicar a um outro as impressões que sente”.<sup>51</sup> (sic.)

É importante destacar que os relatos de José Muricy sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e sobre as Cataratas do rio Iguaçu fizeram com que seus patrícios, pela primeira vez, tomassem ciência das belezas naturais daquelas paragens; da vida difícil que levavam os colonos e militares na fronteira; das péssimas condições dos caminhos que ligavam o sertão à civilização; da tipologia de fauna e flora dos lugares percorridos; da variedade de peixes nos rios e da fertilidade do solo; das diferentes paisagens e riquezas

---

<sup>50</sup> MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 86.

<sup>51</sup> Idem. p. 85.



minerais, além de tecer críticas ao Governo do Paraná em relação ao Museu Paranaense, fundado em 1876:

Sentimos profundamente que o nosso Estado, podendo ter um importante e rico muzeu, possui um, mas um verdadeiro engeitado, tão pobre, tão desprezado, sem direcção, principalmente tão mal organizado, ou por outra, completamente desorganizado depois da saída do seu desvelado director, o Desembargador Ermelindo de Leão, tendo até desaparecido d'elle, muitos e importantes objectos, que naturalmente foram enriquecer collecções particulares! [...] O muzeu deve ser para todos, um livro de sciencia bem difficil, onde o presente lê o futuro e lerá, a história do passado. Vê-se n'elle a transformação da natureza, as evoluções da vida humana, pelos progressos da civilização; vê-se o desenvolvimento das sciencias physicas e naturais, que precisam estudar todos os phenomenos geológicos, metereologicos e physiológicos, das ephocas prehistoricas e das actuaes.<sup>52</sup> (sic.)

A crítica, em parte, ocorreu pelo fato de José Muricy ter acompanhado a história e a trajetória do referido Museu, pois entre os fundadores estava seu pai (Dr. José Cândido da Silva Muricy), junto do Desembargador Agostinho Ermelino de Leão e do engenheiro André Blaz Charléo Junior.<sup>53</sup> Juntos lançaram mão de recursos próprios e o auxílio da Sociedade de Aclimação (com sede no Rio de Janeiro) para dar materialidade ao Museu, que se achava em decadência na época em que José Muricy realizou a viagem à fronteira. São evidências que, de maneira sutil, revelam o quanto alguns acontecimentos interferem na construção do olhar dos viajantes por e sobre os lugares visitados e vice-versa.

Na crítica ao Museu Paranaense, José Muricy justificava ao leitor sua alongada descrição da flora, fauna, climatologia e mineralogia da região

---

<sup>52</sup> Idem. p. 52 e 53.

<sup>53</sup> Em 25 de setembro de 1876, Adolpho Lamenna Lins, então Presidente da Província do Paraná, inaugurava no Largo da Fonte (atual Praça Zacarias) as instalações do "Museo Curityba", a mais antiga casa de Ciência e de Cultura do Paraná. Funcionou como instituição particular entre os anos 1876 e 1882. Em 1883 o "Museo Curityba" foi incorporado à Província do Paraná como órgão público e recebeu novo nome: Museu Paranaense. Cf. Westphalen. Cecília Maria. "Museu Paranaense". In: Dicionário Histórico e Biográfico do Estado do Paraná.... Op.Cit. p. 307.

visitada em 1892. Sua narrativa também mostra a bagagem cultural do viajante ao ver, descrever e compreender o cenário que se apresentava à sua frente, isto é, a objetividade científica (comum aos viajantes em fins de oitocentos) ao mesmo tempo em que fazia o leitor ver o Museu Paranaense como “um livro de sciencia bem difficil, onde o presente lê o futuro e lerá, a história do passado” e de informar ao leitor que a partir das coleções e peças históricas alocadas no Museu, era possível refletir sobre a “transformação da natureza, as evoluções da vida humana, pelos progressos da civilização”.<sup>54</sup> (sic.)

É difícil datar com precisão o período em que José Muricy escreveu suas memórias da viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu. As primeiras impressões, diz o viajante, foram postas no papel ainda durante sua estadia na Colônia Militar.<sup>55</sup> Já, o período em que redigiu a versão final do texto não foi informada pelo narrador. Alguns indícios fornecidos pelo autor em suas narrativas, no entanto, permitem lançar algumas luzes em tal direção. A passagem mais flagrante nesse sentido trata-se da menção à passagem de Juca Tigre (José Serafim de Castilhos, irmão de Julio de Castilhos), em julho de 1894, pelo caminho que ligava Guarapuava à Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Tal alusão reforça a idéia de que o texto tenha sido objeto de atenção de José Muricy após o final dos embates relativos à Revolução Federalista (que, no Paraná, deram-se entre os meses de janeiro e maio de 1894).<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú...* Op. Cit. p. 53

<sup>55</sup> Idem. p. 85

<sup>56</sup> José Cândido da Silva Muricy foi convocado em setembro de 1893 pelo Exército Nacional para comandar uma Divisão de Artilharia na Fortaleza de Santana em Desterro (hoje Florianópolis, Santa Catarina), além de ter assumido outras missões e expedições pelo interior dos Estados de Santa Catarina e Paraná visando conter a passagem das forças revolucionárias de Gumercindo Saraiva rumo a São Paulo nos meses seguintes. O historiador e militar Davi Carneiro, na obra *O Paraná e a Revolução Federalista* (1944), traz dezenas de documentos (cartas, bilhetes, mensagens telegráficas) de José Cândido da Silva Muricy quando de sua estadia na região de contestada entre Santa Catarina e Paraná; e, também de suas atividades na região da Lapa, onde ocorreram os embates que resultaram no desfecho final e a debandada dos revolucionários chefiados por Gumercindo Saraiva. Cf. CANEIRO, Davi. *O Paraná na Revolução Federalista*. Curitiba: Atena, 1944.

No mesmo ano em que publicou suas memórias da viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, José Muricy fez parte de outra expedição ao sertão paranaense, junto de outros curitibanos.<sup>57</sup> A meta era chegar às ruínas da redução jesuítica de Vila Rica do Espírito Santo,<sup>58</sup> e, lá chegando, tinham por finalidade empreender estudos e sondagens solo daquela região e verificar a existência de minas de ouro, cobre, ferro e diamante, bem como averiguar a respeito da lenda ali existente em relação a tesouros enterrados pelos Padres Jesuítas quando abandonaram aquela redução jesuítica devido às investidas dos bandeirantes portugueses entre 1628 e 1632. Dentre os tesouros enterrados, destacou José Muricy em sua obra póstuma, “há os doze apóstolos de Jesus, todos de ouro maciço, em tamanho natural e com olhos de brilhantes”.<sup>59</sup>

Para isso, em 07 de dezembro de 1895, Cassimiro de Souza Lobo (empresário e comerciante) e Augusto Silveira de Miranda (chefe de Polícia do Estado do Paraná), que firmariam sociedade junto a José Cândido da Silva Muricy e Carlos de Andrade (Capitão da Guarda Nacional e filho do governador do Estado do Paraná, José Pereira dos Santos Andrade, este

---

<sup>57</sup> Segundo os escritos de José Muricy, os membros que compuseram a expedição além dele, foram: Cassimiro de Souza Lobo (português, empresário e comerciante em Curitiba), Augusto Silveira de Miranda (Major da Guarda Nacional e Chefe de Polícia do Estado do Paraná), Carlos de Andrade (capitão da Guarda Nacional e filho do então Governador do Estado do Paraná, José Pereira dos Santos Andrade), os técnicos alemães Tomascheck (que havia estado em Vila Rica junto das comissões Lloyd e Keller, em meados do século XIX) e Augusto Kürsch (experiente minerador), além dos auxiliares Chico Gordo, Antonio Colaço, Antonio Porfírio, Manoel Porfírio (filho de Antonio), o padre Tedeschi, Brasílio (camarada de confiança do chefe da Política) e Luís Chapot (que morava em Guarapuava e, supostamente, tinha o mapa do tesouro de Vila Rica). (Cf. MURICY, José Cândido da Silva. *Viagem ao País dos Jesuítas*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975. p. 11 e 12)

<sup>58</sup> A redução jesuítica de Vila Rica do Espírito Santo foi fundada em 1570, às margens do rio Tibagi, abandonada em 1632. Segundo Erneldo Schallenberger, essa redução jesuítica foi “transmutada, em 1632, para a margem oeste do rio Paraná”, hoje em território paraguaio. Os vestígios dessa redução jesuítica, na atualidade, têm sido explorados cientificamente e turisticamente pelo setor de Cultura e Turismo da prefeitura de Fênix e, também, por historiadores e arqueólogos de diferentes instituições de ensino superior do Brasil, da Argentina e do Paraguai. (Cf. SCHALLENBERGER, Erneldo. *O Guairá e o espaço missioneiro: Índios e jesuítas no tempo das Missões Rio-Platenses*. Cascavel? Coluna do Saber, 2006. p. 40)

<sup>59</sup> MURICY, José Cândido da Silva. *Viagem ao País dos Jesuítas*. Op. Cit. p. 11.

último, sogro de José Muricy),<sup>60</sup> solicitaram junto ao Governo do Estado do Paraná uma concessão de exploração por 30 anos “minas de ouro, cobre, diamante e outros mineraes nas bacias hydrographicas dos rios Ivaí e Pequery (da colônia Therezina, no municipio de Guarapuava até o lugar denominado ‘Vila Rica’)”.<sup>61</sup> (sic.)

Essas concessões visando explorar minas de cobre, diamante e ouro nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri era uma estratégia utilizada por José Murcy e pelos seus sócios para obter a posse provisória das terras ditas “devolutas”. Euclides César Plaisant, Orizombo Olybano Rosas, Luiz Soares de Gouvêa e Domingos Ignácio Araújo Pimpão foram outros curitibanos que também requereram concessões junto ao Governo do Paraná para a exploração de minérios às margens do rio Cobre, Piquiri, Ivaí e “nas terras anexas e agoas do rio Paraná, na extensão de duas legoas quadradas de terras junto as corredeiras das Sete Quedas, do mesmo rio”.<sup>62</sup>

Realizamos pesquisa junto aos jornais e periódicos que circulavam em Curitiba no ano de 1896 procurando saber se a publicação do folheto versando sobre a viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi impressa e tornada pública antes da viagem às ruínas da redução jesuítica de Vila Rica, ou após o retorno de José Muricy e seus companheiros da referida expedição. Nenhuma informação foi encontrada noticiando a respeito da publicação do folheto de José Muricy, antes ou após a viagem a Vila Rica. Assim, fica difícil saber se havia uma estratégia editorial de comercialização do folheto atrelado à segunda viagem de José Muricy à Fronteira. Nem mesmo notícias da viagem a

---

<sup>60</sup> Segundo Sebastião Paraná, José Cândido da Silva Muricy que contraiu matrimônio, em 1893, com Hecilda Santos Andrade, irmã do capitão Carlos de Andrade, filha de José Pereira dos Santos Andrade Cf. PARANÁ, Sebastião. *Galerias Paranaenses...* Op. Cit. p. 116.

<sup>61</sup> JORNAL A REPÚBLICA. Edital da Secretaria de Obras Públicas - Requerimento de concessão para exploração de minérios, de 07/12/1895. Curitiba, 03/01/1896. p. 03.

<sup>62</sup> JORNAL A REPÚBLICA. Edital da Secretaria de Obras Públicas - Requerimento de Domingos Ignácio Araújo Pimpão, de concessão para exploração de minérios, de 30/12/1895. Curitiba, 07/01/1896. p. 02. Para os demais requerentes, ver edição do Jornal A República do dia 03/01/1896, p. 3.

Vila Rica foram tornadas públicas nos jornais e periódicos, o que permite pensar que a viagem a Vila Rica possuía objetivos puramente econômicos e não científicos e culturais.

Entre os leitores das narrativas de viagem de José Cândido da Silva Muricy figuravam jornalistas e militares, dentre eles José Francisco da Rocha Pombo, que fez uso dos escritos de José Muricy para escrever sobre os aspectos geográficos da grande região oeste do Paraná, assim como da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, na obra *O Paraná no Centenário*. Outro leitor do folheto *A foz do Iguassú* foi o major Domingos Nascimento, quando da construção da versão final do livro *Pela fronteira*, autor e obra que passamos a discorrer em seguida.

### 1.2.3 Pela fronteira, Domingos Nascimento

Em 1896, Domingos Virgílio Nascimento<sup>63</sup> não era apenas mais um militar, jornalista e literato na capital paranaense. Tinha prestígio e fama entre seus pares pelos livros que havia escrito e, em grande parte, por ser considerado um jornalista polêmico e independente, como se verifica na primeira edição do jornal *Folha Nova*, fundado por Domingos Nascimento ao chegar a Curitiba em fins de 1892:

---

<sup>63</sup>Domingos Virgílio Nascimento nasceu em Guaraqueçaba (litoral do PR), em 31/05/1863; Faleceu em Curitiba/PR em 30/08/1905. O filho de Francisco Luis do Nascimento e Antonia Luiza do Nascimento. Segundo Cassiana Lacerda Carollo, Domingos Nascimento teve formação militar no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, onde “participou da propaganda republicana ao lado de Júlio de Castilhos”, influenciando na escrita de alguns de seus poemas. Entre os livros que se destacam estão *Revoadas* (1883, publicado no Rio de Janeiro quando de sua passagem pela Escola Militar da Praia Vermelha), *Trenós e arruídos* (1887, quando estava no Rio Grande do Sul, ao lado de Júlio de Castilhos a incentivar aos ideais republicanos), *Contos de Caserna* (1901, que trata da decadente Curitiba logo após o término da Revolução Federalista) e *Sul* (1895, que discorre sobre o Rio Grande do Sul). CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Nascimento, Domingos Virgílio”. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná S/A, 1991. p. 307-309.

O diretor da redação da Folha Nova entrega esse novo órgão de publicidade ao critério e ao apoio de seus compatriotas, e cujo programa é o de todos os jornais que trabalham para o bem público. Reserva, porém, para o seu governo este lema que é todo o seu intuito presentemente: 'Conservar a República para melhorá-la' (...) Com este pensamento comecei a minha propaganda republicana, há alguns anos, e com ele prosseguirei reencetando com mais ardor a mesma propaganda.<sup>64</sup>

Em pouco tempo Domingos Nascimento atraiu para si outros adeptos aos ideais republicanos, dentre eles Manoel Azevedo da Silveira Neto, Dario Vellozo, Rocha Pombo e Nestor Victor. Além do jornal, Domingos Nascimento colaborava com textos, crônicas e poemas em outras revistas e periódicos curitibanos, como *Revista Azul*, *Club Curitibano*, *Cenáculo*, *Breviário* e *A Pena*, todos atrelados ao movimento parnasiano-simbolista. Também passou a freqüentar as reuniões realizadas na casa de Dario Vellozo (mais precisamente, na biblioteca, entre os livros), onde liam, declamavam e discutiam as idéias de Emile Zola, Charles Darwin, Charles Baudelaire, Auguste Comte, Herbert Spencer, Shakespeare e Luis Murat (poeta gaúcho), a quem tinham certa predileção, diz Cassiana Lacerda Carollo.<sup>65</sup>

Dessas discussões coletivas nasceram vários textos publicados sob temas diversos e polêmicos, como por exemplo, a busca por uma Curitiba símbolo da modernidade e do progresso nas artes, nas letras, na educação, na cultura e na arquitetura (que se manifestava nas fachadas dos novos prédios, sobrados e casas). "Era um momento em que a intelectualidade se via como portadora de novos caminhos, como elemento que iria ajudar no desenvolvimento da sociedade", destaca Elizabete Berberi.<sup>66</sup> Viam-se e eram vistos como "porta vozes" da modernidade. Domingos Nascimento era mais comedido em seus

<sup>64</sup> JORNAL FOLHA NOVA. Editorial. 13/01/1893. p. 01. APUD. CAROLLO, Cassiana Lacerda. "Nascimento, Domingos Virgílio" .... Op. Cit. p. 308.

<sup>65</sup> CAROLLO, Cassiana Lacerda. "O Cenáculo: o grupo, a revista". In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná S/A, 1991. p. 65.

<sup>66</sup> BERBERI, Elizabete. *Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 51.

textos, mas também manifestava tais anseios, como pode-se notar na obra *Pela Fronteira*, escrita em 1903, onde procurou fazer uma espécie de radiografia do Paraná, de suas riquezas e mazelas. Diferenciando-se dos demais letrados curitibanos, nessa obra pouco disse a respeito da capital paranaense, do litoral e dos Campos Gerais, este último, entrecortado de fazendas e de núcleos coloniais. Deu prioridade a extensas e detalhadas narrativas sobre “os lados de oeste de nossa terra”, com o objetivo de participar de um concurso realizado pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná.<sup>67</sup>

A Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (dirigida por Dr. Octavio do Amaral, Braziliano Moura e Romário Martins), mediante negociação com o Governo do Estado do Paraná, ficou incumbida de realizar os eventos comemorativos em alusão ao quinquagésimo aniversário da Emancipação Política do Paraná, em 19 de dezembro de 1903. Romário Martins em um artigo intitulado “Exposição”, no jornal *A República* (de 06/08/1903), noticiava que além da construção de um pavilhão central para as comemorações, outros pavilhões iriam ser construídos para abrigar uma série de produtos agrícolas, industriais e artesanais oriundos dos municípios paranaenses.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> A Sociedade de Agricultura do Paraná era filiada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). De acordo com Sônia Regina Mendonça, a SNA era “uma associação de classe contraposta às da grande burguesia de São Paulo, configurando o que denomino de um eixo alternativo de poder na Primeira República”. (p. 99). Para ampliar seu raio de ação, patrocinou a fundação de “entidades congêneres” em diversos Estados brasileiros, sob seu comando. O Paraná foi um dos primeiros Estados a implantar uma filial da SNA. A partir disso, informa Sônia Regina Mendonça, novas estratégias foram definidas com a finalidade de “garantir aos grupos através dela representados maior capacidade de organização e de poder político, dentre as quais destacaram-se a propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante”. (p. 101). O apoio e patrocínio a congressos e exposições foi uma estratégia amplamente utilizada para expor ao público seu ponto de vista, centradas na “diversificação da agricultura, pela abertura de novos mercados”, destaca Mendonça. MENDONÇA, Sônia Regina. “Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República”. In: MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). *Nação e Poder: as dimensões da História*. Niterói: EdUFF, 1998.

<sup>68</sup> MARTINS, Romário. “Exposição”. *Jornal A Republica*. Curitiba, 06/08/1903. p. 01.

O lugar escolhido foi a Praça Eufrásio Correia, lugar estratégico para a realização de tal evento, pois junto a ela estava a estação ferroviária e outras construções imponentes que abrigavam hotéis, residências e instituições públicas. Mais do que festejar e comemorar, era preciso rememorar determinados acontecimentos históricos e seus personagens. E, com isso, moldar e apresentar à população paranaense (e de outros Estados) um passado recheada de sentimentos de pertencimento ao Paraná, de identificação com território paranaense e sua história. O passado, reelaborado, serviria como ponte para se falar do tempo presente, em particular, das transformações recentes ocorridas na sociedade, na cultura, na política e na economia paranaense, assim como dos caminhos a serem seguidos pelo Estado do Paraná e pelos paranaenses em busca de um futuro próspero.

Na edição de 12 de agosto, Romário Martins enfatizava que a Exposição serviria de preparação oficial da representação dos produtos paranaenses na Exposição Universal de Saint-Louis, nos Estados Unidos.<sup>69</sup> No dia seguinte, convocava os leitores do jornal *A República* a participar de dois concursos. O primeiro deles, destinado à elaboração da medalha comemorativa do quinquagésimo aniversário da Emancipação; e o segundo concurso, visando a elaboração de um livro científico ou de divulgação sobre o Estado do Paraná.

A Sociedade de Agricultura compromete-se a fazer publicar o trabalho escolhido por um jury de competentes previamente nomeados. O trabalho versará sobre a descrição da natureza paranaense, progresso material e intelectual, ou somente sobre uma dada região à escolha do concorrente. Não deverá, porém, a obra, exceder a 200 páginas.<sup>70</sup> (sic.)

O prazo para a apresentação dos modelos de medalha comemorativa era de 15 dias e, de dois meses para a entrega do livro seguindo os requisitos propostos acima.

---

<sup>69</sup> MARTINS, Romário. "Exposição". *Jornal A Republica*. Curitiba, 12/08/1903. p. 01.

<sup>70</sup> MARTINS, Romário. "Exposição - Concurso". *Jornal A República*. Curitiba, 13/08/1903. p. 03.



Dez dias antes do lançamento do edital do concurso para a elaboração do livro sobre o Paraná, o capitão Domingos Nascimento (Secretário do 5º Distrito Militar), o general José Bernardino Bormann (Comandante do 5º Distrito Militar de Curitiba) e o coronel Lino Ramos desembarcavam na estação ferroviária de Curitiba. “Foram vivamente cumprimentados pelos amigos e camaradas na ocasião”, destacou o jornal *A República*, na edição do dia 30 de julho de 1903.<sup>71</sup> Regressavam eles de uma viagem de “inspecção as colonias militares” de Foz do Iguaçu, Chopim e Chapecó.

Domingos Nascimento ao saber do concurso promovido pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, decidiu participar do referido concurso. Em 25 dias, tendo por base seu “livro de notas” que pontuava “uma ideia vaga do que os seus olhos contemplaram”<sup>72</sup> em 103 dias de viagem, deu forma ao livro *Pela Fronteira*, e entregou-o à comissão do concurso. O resultado final do concurso foi publicado na edição de 16 de outubro de 1903, do jornal *A República*. Sem mencionar o nome e o título dos outros trabalhos que concorreram, a diretoria da Sociedade Estadual de Agricultura teceu elogios a Domingos Nascimento, o “illustre cultor das letras em nossa terra”, bem como ao livro escrito por ele:

Este trabalho, por certo o mais completo sobre a formosa região tão pouco procurada pelos nossos touristes, trará grande cópia de photogravuras que muito irão concorrer por dar lhe o encanto dos livros descriptos. A publicação da obra magistral de Domingos Nascimento será uma bela contribuição para as grandes solenidades com que o Paraná pretende commemorar a passagem de seu jubileu.<sup>73</sup> (sic.)

Junto a esses comentários, o sumário do livro, adiantando aos futuros leitores os temas/lugares percorridos, descritos e ponderados por Domingos Nascimento. O lançamento do livro ocorreu durante os festejos

---

<sup>71</sup> Jornal *A República*. “Diversas”. Curitiba, 30/08/1903. p. 01.

<sup>72</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: s/ed, 1903. p. 03.

<sup>73</sup> Jornal *A Republica*. “Exposição”. Curitiba, 16/10/1903. p. 01.

comemorativos do 50º aniversário de Emancipação Política do Paraná. Exemplares da obra foram entregues para políticos, empresários e jornalistas do Paraná e de outros estados que vieram prestigiar o evento. Era uma forma de divulgar as potencialidades, as belezas naturais e os problemas existentes nos longínquos sertões a Sul e Oeste do Paraná. Nos jornais curitibanos que deram ênfase ao evento comemorativo não conseguimos obter informações noticiando se referido livro chegou a ser distribuído (ou vendido) aos anônimos visitantes da Exposição.

A aqueles que tiveram acesso ao livro de Domingos Nascimento, a leitura, página após página, revelou cenários contraditórios. As paisagens, planaltos, vales, rios, saltos e quedas d'águas, descritas com o intuito de destacar a "grandiosidade das nossas riquezas, que como jóias intactas permanecem ocultas para os lados oeste de nossa terra", contrastavam com o desinteresse dos órgãos governamentais brasileiros em relação à Fronteira explorada por empresários argentinos e paraguaios. Nesse sentido, salientou Domingos Nascimento:

Quem quizer dar-se ao trabalho de compulsar este livro, verá nos precedentes capítulos o grau de desenvolvimento e sofreguidão com que esses dois povos tratam de aproveitar a nossa desídia, de tudo tirando vantagem deante do abandono em que se acham nossas terras da fronteira, nas mãos dos capitalistas estrangeiros [...] Elles ali cantam em verdadeira alvorada de victoria decisiva, pelo seu commercio e pelas suas industrias, enquanto que nos, brasileiros, senhores apenas do solo, estamos ali escravizados aos seus capitaes, dependentes de seus caprichos.

Nada temos ali de valor que nos aproveite: madeiras, commercio, navegação, fabricas, tudo lhes pertence.

Pois não será tudo isso um desastre para as nossas armas no campo do progresso? [...]

E porque toda a vida dessas três fronteiras pertence ao estrangeiro?

Porque nos separa das costas do Paraná e do Iguassu immenso sertão de mais de 40 leguas para cada lado, sem meios de communicação regular com o centro de nosso Estado: pois é sabido que as actuaes picadas para a colônia militar do Iguassú e para o barracão são horrorosas, ao passo que os argentinos, principalmente, possuem toda a zona das Missões cortadas de regulares estradas e onde o

movimento de cargueiros para diversos centros e portos é extraordinariamente grande.<sup>74</sup> (sic.)

A fronteira era um “Paraíso do Assombro”, definiu Domingos Nascimento. As precárias vias de comunicação com o restante do Paraná e do Brasil dificultavam a migração de pessoas rumo à fronteira, aberta oficialmente com a instalação das Colônias Militares. Por outro lado, isolava os brasileiros que haviam migrado sertão adentro e os punha em contato direto com o estrangeiro que marcava presença e estava a explorar erva-mate e a madeira, transportada em barcos-vapores rio Paraná abaixo e por cargueiros com tração animal via estradas aos portos e cidades argentinas. Domingos Nascimento alude que o progresso do Paraná dar-se-ia com a ocupação das terras na fronteira por brasileiros, seguido da exploração das matas e da formação de áreas destinadas à agricultura. Entendia que os “capitalistas estrangeiros” constituíam-se num entrave ao desenvolvimento e o progresso do Paraná e da fronteira Oeste do Paraná.

#### **1.2.4 Cândido de Abreu, um engenheiro na fronteira**

Na história e na historiografia paranaense, Cândido Ferreira de Abreu é conhecido como o prefeito que implementou a reestruturação urbana de Curitiba, entre os anos de 1913 e 1916. Consolidou em seu governo um imaginário da modernidade na capital paranaense, “deixando para trás o passado, desprezando suas evidências materiais, em prol das promessas e dos interesses inerentes ao capital em adequar geograficamente a cidade”, destaca Rafael Augustus Sêga.<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira....* Op. Cit. p. 189-190.

<sup>75</sup> SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu - 1913/1916*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. p. 68.

Filho de Antonio Ferreira de Abreu (magistrado) e de Maria Cândida Guimarães (filha do Visconde de Nácar, Manoel Antonio Guimarães – um dos maiores ervateiros do litoral Paranaense), Cândido Ferreira de Abreu nasceu a 02 de agosto de 1856, em Paranaguá. Segundo Rafael Augustus Sêga, Cândido Ferreira de Abreu “perdeu o pai ainda criança e, mesmo pertencendo à família tradicional, atravessou uma série de dificuldades financeiras. O que não o impediu de dar prosseguimento aos seus estudos. [...] em 1870, com quatorze anos, ele já estava matriculado no tradicional colégio curitibano do professor Jacob Mueller”.<sup>76</sup> Quatro anos mais tarde, migrou para a o Rio de Janeiro e, em 1879, ingressou no curso de engenharia da Escola Politécnica. Após a conclusão do curso de engenharia, em 1882, “iniciou sua carreira profissional na epopéia amazônica da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré como engenheiro de 1ª classe da Comissão de Exploração”,<sup>77</sup> pontua Rafael Augustus Sêga, que continua:

Após trabalhar na Amazônia, atuou como inspetor de colonização no Rio Grande do Sul. Em 1885, retornou ao Rio de Janeiro e passou a atuar junto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; dois anos mais tarde, em 1887, o presidente da Província do Paraná, Alfredo d’Escagnole Taunay, convidou-o para assumir o cargo de Diretor de Obras Públicas da Província, chegando a inspetor especial de terras e colonização. [...] Permaneceu nesse cargo até ser nomeado, em 1890, chefe da Comissão de Saneamento de Campos, renunciando ao antigo cargo. [...] Em 1892, Cândido de Abreu venceu a primeira eleição para prefeito da cidade de Curitiba. [...] Porém, as limitações impostas pelo Legislativo Municipal irritaram Cândido de Abreu, que encaminhou uma carta renunciando ao cargo [após 11 meses de mandato]. [...] No ano seguinte à renúncia, Cândido de Abreu foi convidado por Aarão Reis para fazer parte da Comissão Construtora de Belo Horizonte, nova capital mineira em substituição a Ouro Preto.<sup>78</sup>

Em 1896, Cândido de Abreu retornou a Curitiba e firmou-se como arquiteto, projetando diversas praças, palacetes, residências e capelas, sem, no

---

<sup>76</sup> SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque: ...* Op. Cit. p. 32.

<sup>77</sup> Idem. p. 32.

<sup>78</sup> Idem. p. 32 a 34.

entanto, deixar de atuar como Secretário dos Negócios e Colonização do Paraná, coordenando núcleos coloniais, construções de estradas, medição e demarcação de terras pelo interior do Paraná. Nesse período, sob sua responsabilidade esteve a colônia de Prudentópolis, fundada em abril 1896. Após três anos, destaca Sebastião Paraná, sua população se compunha de “8.000 habitantes polacos, afora 200 famílias nacionaes. A sede da colônia contém cerca de 200 casas, existindo estabelecimento commerciaes, fabrica de cerveja, cortumes, etc.”.<sup>79</sup> (sic.)

A experiência adquirida por Cândido Ferreira de Abreu no Rio Grande do Sul e sua atuação como inspetor de terras e colonização no Governo de Alfredo D’Escragnolle Taunay, contribuíram para o êxito administrativo da colônia de Prudentópolis, assim como na solução dos conflitos existentes entre poloneses, ucranianos e caboclos, em questões relativas à ocupação de terras e os fatores identitários.<sup>80</sup> Cândido de Abreu foi eleito Deputado Estadual (1901/1903) e Deputado Federal (1903/1906). Segundo Bento Munhoz da Rocha Neto, Cândido de Abreu exercia, além das funções parlamentares no Rio de Janeiro, “sua profissão na Repartição de Estadual que tratava das terras devolutas”.<sup>81</sup> Algumas plantas demarcando áreas de terras devolutas situadas na região oeste do Paraná adquiridas pelo empresário ervateiro Domingos Barthe, entre os anos 1901 e 1905, foram elaboradas e assinadas por Cândido Ferreira de Abreu.<sup>82</sup>

Em fins de agosto de 1904, Cândido Ferreira de Abreu convidou o engenheiro Arthur Martins Franco “para participar da execução de um serviço

---

<sup>79</sup> O nome Prudentópolis deve a uma homenagem a Prudente de Moraes, então Presidente do Brasil. Cf. PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná...* Op. Cit. p. 392 e 393.

<sup>80</sup> Um estudo recente problematizando os conflitos étnicos e identitários em Prudentópolis foi realizado por Odinei Fabiano Ramos. RAMOS, Odinei Fabiano. *Ucranianos, poloneses e “brasileiros”*: Fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis (1895/1950). São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. [Dissertação de mestrado em História].

<sup>81</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz. “As lições dos relatos de viagem”. In: FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba: s/ed, 1973. p.3.

<sup>82</sup> Conferir Plantas XIX e XXIV, em WESTPHALEN, Cecília Maria. *História Documental do Paraná...* Op. Cit. p. 45 e 50.

de medição e demarcação de terras no sertão do Alto Paraná”,<sup>83</sup> mais precisamente, as terras adquiridas pelos empresários argentinos Nuñez y Gibaja e Domingos Barthe. Além de Cândido Ferreira de Abreu e Arthur Martins Franco, fizeram parte da equipe Aristides de Oliveira, Max Kopf (fotógrafo), Getúlio Requião e Francisco Lopes das Chagas. A presença de um fotógrafo entre os membros da equipe indica que a viagem visava atender, além dos trabalhos de medição e demarcação de terras, aos anseios dos viajantes em conhecer e em registrar algumas imagens dos lugares visitados e admirados durante a viagem.

Com exceção a Cândido Ferreira de Abreu, que partiu do Rio de Janeiro a bordo do vapor “Urubu” (em 7 de setembro de 1904), os demais membros da equipe partiram no dia 3 de setembro, no “vapor cargueiro argentino ‘Dalmata’”, lembra Arthur Martins Franco.<sup>84</sup> O itinerário da viagem incluía passar por Montevideú, Buenos Aires, Rosário, Corrientes, Posadas e outros portos menores no Rio Paraná até chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu e, de lá, seguir de barco-vapor até o “Porto 12 de outubro”, de onde seguiriam floresta adentro visando dar início aos trabalhos de medição e demarcação das terras. O encontro de Cândido Ferreira de Abreu com a equipe de trabalho deu-se em Buenos Aires, na Argentina, em 12 de setembro de 1904. Conta Arthur Martins Franco que foram recebidos pelo “patrício Plínio Miró”<sup>85</sup> e que lhes acompanhou a diferentes lugares nos seis dias que permaneceram na cidade. Em 18 de setembro, a equipe embarcou no vapor “Saturno” rumo a Corrientes, chegando em 23 de setembro. Após rápida visita à cidade, embarcaram no vapor “Uruguai” e seguiram viagem com destino a Posadas.

---

<sup>83</sup> FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 9.

<sup>84</sup> Idem. p. 9.

<sup>85</sup> Plínio Miró é irmão de Manoel Miró, empresário ligado à extração e beneficiamento de erva-mate na região de Curitiba, este último, casou-se com a irmã de Cândido Ferreira de Abreu, conhecida como “Nenê” Miró. Cf. SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque...* Op. Cit. p. 55.

A chegada a Posadas deu-se na tarde do dia 25 de setembro sob intenso calor, destaca Arthur Martins Franco, que segue:

Hospedamo-nos no hotel 'Espanña'. A noite saímos a passeio pela cidade e tivemos ocasião de assistir a uma cena interessante – no quintal de uma das casas, a família inteira, composta de homens, mulheres e crianças, dormiam ao relento, à luz do luar, em camas de vento. Iguais cenas vimos em outros quintais e mesmo ela rua, nas mais desertas. [...] O Sr. Domingos Barthe, que se achava em Posadas, foi incansável em nos obsequiar. No dia 29, munidos de ingressos para o 'Clube Misiones' e um convite para assistirmos a um 'recibo', que teria lugar nesse dia, fomos ao Clube e assistimos à reunião.<sup>86</sup>

Posadas era uma cidade portuária e, para ela se destinavam parte da erva-mate e madeira extraída das terras paraguaias, brasileiras e argentinas. Ali eram beneficiados e exportados para o Chile, Uruguai e Europa. A sede da empresa de Domingos Barthe era em Posadas e, seu proprietário ao saber que os brasileiros que iriam proceder a medição e a demarcação das suas terras estavam hospedados no hotel "Espanña", tratou lhes ofereceu ingressos para o "Clube Misiones". Também deixou a disposição dos brasileiros o Sr. James Pagés<sup>87</sup>, funcionário de Domingos Barthe, que, além de obsequiar os membros da equipe de medição em Posadas, passou a acompanhar Cândido Ferreira de Abreu em suas atividades. Relata Arthur Martins Franco que, em 04 de outubro de 1904, parte da equipe de medição seguiu viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu a bordo do vapor "Iguassu", de propriedade de Nuñez y Gibaja: "O Dr. Cândido de Abreu, sentindo-se adoentado, resolveu não continuar a viagem até o Guayra, que pretendia visitar, de modo que apenas eu [Arthur Martins Franco], o Aristides, o Max, o Getúlio Requião e o Francisco Chagas seguiríamos viagem".<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 20 e 21.

<sup>87</sup> Em parte do livro de memórias de viagens de Arthur Martins Franco, James Pagés é nominado de Jayme Pagés.

<sup>88</sup> FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 21.

Para chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu era necessário desembarcar no Porto Aguirre, construído na margem esquerda do rio Iguaçu, e dali atravessar para a margem direita do mesmo rio. A travessia se fez na manhã do dia 8 de outubro de 1904, “onde aguardavam a nossa chegada os membros da Comissão Estadual de Rendas, Alfredo Dulcideo Pereira, Walfrido de Abreu e Egas Borba, em cuja residência nos hospedamos, Fulgencio Pedroso e Dom Jesus Val”, aludiu Arthur Martins Franco. Egas Borba era filho de Nestor Borba.

Cândido Ferreira de Abreu e James Pagés chegaram à Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 11 de outubro de 1904. No dia seguinte, os membros da equipe de medição subiram o rio Paraná a bordo do vapor “Espanña” até o Porto “12 de outubro”, ponto de desembarque e “acampamento da gente de Nuñez y Gibaja, onde devíamos ficar”, relembrou Arthur Martins Franco. Cândido de Abreu teria regressado a Posadas no mesmo vapor, por estar adoentado.<sup>89</sup> Arthur Martins Franco não informou qual era a enfermidade que se abateu sobre Cândido Ferreira de Abreu, bem como nada mais informou os rumos e atividades desenvolvidas por Cândido Ferreira de Abreu na fronteira até o nono dia do mês de maio de 1905, por ocasião do retorno da equipe de medição a Posadas a bordo do vapor “Espanña”, onde reencontraram Cândido Ferreira de Abreu.<sup>90</sup>

Assim como outros viajantes, Cândido Ferreira de Abreu também fez uso de um caderno de notas de viagem, onde imprimiu o seu olhar sobre diferentes lugares percorridos nos “sertões do Alto Paraná”, entre outubro de 1904 e maio de 1905. O referido caderno de notas de viagem não chegou a ser publicado por Cândido de Abreu. Segundo Julio Moreira, parte considerável do caderno de notas foi extraviada, restando apenas algumas “folhas avulsas”, que, por ocasião da publicação no *Boletim* do Instituto Histórico, Geográfico e

---

<sup>89</sup> Idem. p. 26.

<sup>90</sup> Idem. p. 50-51.



Etnográfico Paranaense, em 1974, transformaram-se em dois textos: “Visita ao Salto de Santa Maria” e “Colônia Militar do Iguaçu”,<sup>91</sup> ambos datados de 1905. É difícil precisar se foi Cândido Ferreira de Abreu que dividiu seu caderno de notas por temas e lugares visitados, ou se os títulos e a divisão do caderno de notas de viagem em tópicos ocorreram mediante a intervenção de Julio Moreira.<sup>92</sup>

Em “Visita ao Salto de Santa Maria”, Cândido Ferreira de Abreu narra sua “visita” ao que na atualidade e turisticamente se denomina as “Cataratas do Iguaçu”,<sup>93</sup> ocorrida entre os dias 11 a 13 de abril de 1905. Em sua companhia estavam o tenente-engenheiro José Ozório e um dos filhos do argentino Jesus Val: Ricardo Val. A narrativa segue o itinerário da viagem, isto é, partindo da Colônia Militar de Foz do Iguaçu rumo ao Porto Aguirre e, de lá, subir o rio Iguaçu de canoa a remo até chegar aos saltos, feitos em três horas, destaca Cândido Ferreira de Abreu, “três horas sem nos apercebermos do tempo tudo nos despertava curiosidade e distraia a atenção, as árvores da ribanceira, a vegetação das ilhas, as pedras soltas, os encalhes da canoa, a paisagem que a cada passo mudava”.<sup>94</sup> Assim como José Ozório, Cândido Ferreira de Abreu tinha em mãos uma máquina fotográfica e, na medida em que descrevia os diferentes saltos, anunciava que havia assentado seu

---

<sup>91</sup> ABREU, Cândido Ferreira de “Visita ao Salto de Santa Maria” e “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol. XXII, 1974. pp. 119-127 e 129-135.

<sup>92</sup> Julio Estrella Moreira era médico e dentista, porém, dedicou parte de seu tempo à pesquisa histórica sobre a cidade de Curitiba e à história do Paraná. Foi durante longo tempo, membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, colaborando periodicamente com textos para o *Boletim do IHGE*. Também era membro da Academia Paranaense de Letras (cadeira 14) e do Museu Paranaense. Faleceu em 1975. Entre as obras escritas por Julio Estrella Moreira está o *Dicionário Bibliográfico do Paraná*, publicado em 1957, através do Museu Paranaense, que, naquela época, era dirigido por Julio Moreira.

<sup>93</sup> Salto ou saltos de Santa Maria era o nome dado ao conjunto de saltos a poucos quilômetros da foz do rio Iguaçu, entre fins do século XIX e princípios do século XX. Isso pode ser verificado nos relatos de viagens de José Cândido da Silva Muricy, Domingos Nascimento, Cândido Ferreira de Abreu e de Silveira Neto.

<sup>94</sup> ABREU, Cândido Ferreira de. “Visita ao Salto de Santa Maria”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol. XXII, 1974. p. 121.

aparelho e “queimado uma chapa”. As fotografias tiradas não acompanham o texto. Porém, Julio Moreira acrescentou um “Croquis do Salto de Sta. Maria”, desenhado a caneta tinteiro por Cândido Ferreira de Abreu e José Ozório, com o objetivo de fornecer ao leitor algumas características geográficas do conjunto dos saltos de Santa Maria.

Em “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”, Cândido Ferreira de Abreu inicia sua descrição preocupado não apenas em descrever a Colônia Militar em 1905, mas em trazer informações relevantes para a compreensão da situação de abandono vivida pela Colônia Militar, na medida em que faz um esboço histórico da colônia, pontuando “uma série de desmandos, erros e descabros” cometidos por diretores, oficiais, soldados e colonos. A localização geográfica da Colônia Militar, a ausência de estradas e a escolha dos militares que atuaram como diretores da Colônia Militar são temas abordados por Cândido Ferreira de Abreu. Como anexo ao texto, há uma “relação nominal dos colonos residentes na Colônia Militar e, algumas tabelas pontuando a quantidade de extração e exportação de erva-mate pelo rio Paraná referente ao ano de 1904.<sup>95</sup>

Como dito antes, as notas de viagem de Cândido Ferreira de Abreu foram publicadas no *Boletim* do IHGE/PR, em 1974, ano em que se iniciaram os trabalhos de demarcação e escavação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Nesse mesmo ano teve início um estudo histórico e arqueológico da região que iria ser afetada (alagada, escavada) pelas obras, máquinas, desvio do curso do rio Paraná e a formação do lago. Alguns historiadores e arqueólogos vinculados à Universidade Federal do Paraná (UFPR) fizeram parte da equipe de pesquisadores, dentre eles Ruy Christovam Wachowicz, Cecília Maria Westphalen e Igor Chmyz.

---

<sup>95</sup> ABREU, Cândido Ferreira de. “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol. XXII, 1974. pp. 129-135.

A publicação de algumas folhas avulsas contendo narrativas de viagem de Cândido Ferreira de Abreu à Colônia Militar de Foz do Iguaçu e ao salto de Santa Maria, por Julio Estrella Moreira nas páginas do *Boletim* do IHGE/PR, sinaliza que havia um esforço maior entre os historiadores curitibanos em colaborar com a equipe de pesquisadores acima citados. Ao fazer isso, Julio Moreira também alertava à sociedade letrada paranaense e brasileira que a região onde iria dar lugar à maior usina hidrelétrica do mundo possuía uma história de longa data e que era necessário valorizar e preservar as riquezas naturais, as memórias e as histórias daquela região fronteiriça.

### 1.2.5 Silveira Netto, poetizando a fronteira

“Quando conheci Silveira Netto”, diz Oscar Martins Gomes,

já ‘Luar de Hivero’ tinha mais de um decênio de publicidade. Sem rendimento de fortuna, vivia e mantinha numerosa família trabalhando como escriturário da Fazenda Federal, em cujo âmbito de serviços desempenhou importantes comissões nesta Capital [Curitiba], em Paranaguá (Inspetor de Alfândega), na Foz do Iguassú e no Rio de Janeiro, onde residiu maior número de anos. Dividia Silveira Netto o seu tempo entre seu cargo, sua família, sua biblioteca e seus amigos. Homem de vida austera, de educação e de hábitos sociais, não o seduziam, entretanto, as mundaneidades fúteis. Autodidata, lia e estudava sempre. Lembra-me que estudou inglês num curso por correspondência. E depois de 45 anos matriculou-se na Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro, colando grau na primeira turma de bacharéis, da qual, pelo brilhantismo e relevo com que se houve, foi orador na cerimônia realizada em junho de 1920.<sup>96</sup>

As palavras proferidas acima foram lidas por Oscar Martins Gomes em 13 de janeiro de 1943, na sessão de homenagem póstuma da Academia Paranaense de Letras, prestada a Silveira Netto, falecido em 19 de dezembro de 1942, no Rio de Janeiro, aos 71 anos de idade. Como poucos, Oscar Martins

---

<sup>96</sup> GOMES, Oscar Martins. “Silveira Netto: oração proferida na sessão de homenagem póstuma, prestada ao poeta pela Academia, em 13/01/1943”. *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Ano IV, jan/1946, n. 11. p. 8.

Gomes (amigo de longa data de Silveira Netto) soube sintetizar em poucos parágrafos a trajetória e o fôlego intelectual de Manoel de Azevedo da Silveira Netto.

O primeiro ensaio biográfico e bibliográfico sobre Silveira Netto foi escrito por Sebastião Paraná em sua *Galeria Paranaense: notas biográficas* (1922), portanto, 20 anos antes de sua morte. Faz-se uso deste ensaio biobibliográfico, pois os demais ensaios biográficos e estudos existentes, com exceção à oração póstuma escrita por Oscar Martins Gomes, têm por base as informações coletadas por Sebastião Paraná. Silveira Netto nasceu em Morretes, a 4 de janeiro de 1872, filho de Manoel Azevedo da Silveira Junior e Guilhermina de Miranda Silveira. Após os estudos primários, Silveira Netto começou a auxiliar o pai na fabricação de tonéis e pipas de madeira, naquela época, feitos para armazenar e exportar erva-mate e outros produtos líquidos (como a cachaça). “Cedo, porém, revelou aptidões para o desenho e a pintura o que o levou a ser um dos alunos fundadores da Escola de Bellas Artes (depois de Artes Industriales) organizada em Curitiba, 1888, pelo artista português Mariano de Lima”, enfatiza Sebastião Paraná, que continua:

Deixou a oficina para fazer seus estudos secundários no Instituto Paranaense, começando a esse tempo a ensaiar-se no jornalismo estudantil.

Chegou a ser pensionado, por decreto da Assembléia Provincial do Paraná, para ir estudar bellas artes no Rio de Janeiro, não o conseguindo, porém, por se ter o governo da província negado a effectivar a pensão, sob pretexto de falta de meios no Thesouro.

A proclamação da República encontrou-o trabalhando na officina lithographica de Narciso Filgueiras, em Curitiba, e com os seus estudos de humanidades interrompidos.

Luctando com a carência de recursos para o conseguimento de seu ideal, que era ser pintor, e necessitando rumar-se na vida, inscreveu-se em concurso aberto para empregos do Ministério da Fazenda, em 1890. No anno seguinte começava a carreira burocrática.

Pouco antes [1890 a 1891] servira na Biblioteca Pública do Estado, por nomeação do Governador José Marques Guimarães, vindo a ocupar

novamente esse cargo de bibliotecário, de 1894 a 1895, época em que ligava seu nome à fundação do *Cenáculo*.<sup>97</sup> (sic.)

Segundo Cassiana Lacerda Carollo, foi exercendo os trabalhos de bibliotecário na Biblioteca Pública do Paraná que Silveira Netto “entrou em contato com os primeiros grandes livros de sua vida, origem de sua paixão pela poesia”,<sup>98</sup> demonstrada no livro *Luar de Hivero*, publicado no Rio de Janeiro, em 1900.

Em 1893, dois anos após assumir o cargo de “praticante da Thesouraria de Fazenda do Paraná”, Silveira Netto foi “addido à Delegacia Fiscal de Curitiba, por ordem do Ministro da Fazenda”, sendo, em fins de agosto de 1894, demitido junto com outros funcionários federais com a eclosão a Revolução Federalista no Paraná. Voltou a exercer o cargo de bibliotecário na Biblioteca Pública do Paraná e, junto com Dario Vellozo, Julio Pernetta e Antonio Braga fundou a revista *O Cenáculo*, na qual publicou algumas poesias que iram integrar, em 1900, o livro *Luar de Hivero*. Silveira Netto foi reintegrado aos quadros de servidores federais em julho de 1896, referencia Sebastião Paraná, onde ocupou o cargo de “escripturario” e “inspector” em diferentes regiões do Paraná e do Brasil:

Em 22 de junho de 1897 foi nomeado 2º escripturario da Alfândega de Paranaguá. Em 1898 passou a servir na Delegacia Fiscal de Curitiba, sendo promovido a 1º escripturario em 11 de março de 1902. Nesse mesmo anno, foi nomeado para o cargo de Inspector, em comissão, da Alfândega de Corumbá, onde permaneceu até 4 de julho de 1903, quando pediu dispensa, regressando ao Paraná. [...] A 11 de novembro de 1904 foi designado para instalar a Mesa de Rendas da Foz do Iguassú, em companhia do digno funcionário Benedito Nicolao dos Santos.<sup>99</sup> (sic.)

---

<sup>97</sup> PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense....* Op. Cit. p. 240-241 [Grifos do autor].

<sup>98</sup> CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Luar de Hivero de Silveira Neto - expressão do decadismo”, SILVEIRA NETO. *Luar de Hivero*. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1996. p. 14.

<sup>99</sup> PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense....* Op. Cit. p. 239.

A nomeação de Silveira Netto para instalar e administrar a Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda junto à Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1904 foi motivado, em parte, pela repercussão dos escritos de Domingos Nascimento (na obra *Pela Fronteira*), com relação às críticas ao regime fiscal e aduaneiro. A viagem, no entanto, foi realizada somente em março de 1905, via barco-vapor passando por Montevideú, Buenos Aires, Corrientes, Posadas até chegar à Colônia Militar subindo o rio Paraná. Além de Silveira Netto e Benedito Nicolau dos Santos, integravam a comitiva de viagem e estadia na Colônia Militar, a esposa de Silveira Netto (Amélia Cassiana Alcântara) e seus 5 filhos (Tasso, Hiran, Eloah<sup>100</sup>, Antar e Heleno).<sup>101</sup> O retorno de Silveira Netto e sua família a Curitiba deu-se em junho de 1906, visando realizar o tratamento da “febre palustre”<sup>102</sup> que havia se abatido sobre a Colônia Militar em fins de fevereiro de 1906. “Eu e toda minha família adoecemos naquele retiro selvático e antes magnificamente sadio”, pontua Silveira Netto, que continua: “viagem longa e dolorosa, pelo Rio da Prata, porque íamos emaciados, febris a lutar com os repetidos acessos palúdicos, minha mulher em estado grave, os filhos debilitados”.<sup>103</sup>

Em 1910, Silveira Netto passou a ocupar o cargo de 3º escriturário da Recebedoria do Rio de Janeiro. Em 23 de outubro de 1910, a convite de Nestor Victor, proferiu conferência sobre os Saltos do Iguaçu, no Salão da Associação dos Empregados do Comércio, no Rio de Janeiro. Em 11 de julho de 1912, Silveira Netto voltou a proferir conferência sobre os Saltos do Iguaçu e Sete Quedas na Capital Paranaense, cuja renda seria revertida em prol “do

---

<sup>100</sup> Eloah, foi nome dado à primeira filha de Silveira Neto com Amélia, em 1893. Porém, faleceu ainda bebê. Em 1899, outra filha veio a nascer, recebendo o mesmo nome.

<sup>101</sup> Cf. CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Luar de Hinverno de Silveira Neto – expressão... Op. Cit. pp.13 a 17.

<sup>102</sup> Também conhecida como Malária.

<sup>103</sup> SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1995. p. 48. A primeira edição, datada de 1914, foi impresso em Curitiba, pela Tipografia do Diário Oficial do Paraná. A segunda edição é de 1939, publicado em São Paulo, pela Companhia Editora Nacional.

levantamento da estátua em Curitiba ao extraordinário chanceler barão do Rio Branco, vitorioso negociador das questões das Missões com a República Argentina”.<sup>104</sup> “Vendo acolhidas sob tão lisonjeiros auspícios pelo público”,<sup>105</sup> enfatizava Silveira Netto, as conferências foram “impressas em volumes por conta do governo paranaense” mediante interferência de Ernesto Luiz de Oliveira, que, em 1914, respondia pela pasta da Agricultura no Estado do Paraná.<sup>106</sup>

Poucos dias após sair do parque gráfico e chegar às prateleiras das livrarias, o livro e seu mentor foram objetos de atenção em jornais paranaenses e cariocas, tais como o *Diário da Tarde* (de Curitiba), *Gazeta de Notícias* (do Rio de Janeiro), *Correio da Manhã* (do Rio de Janeiro), *Jornal do Commercio* (do Rio de Janeiro). Nesses jornais, textos versando sobre a qualidade do trabalho escrito por Silveira Netto. “Um trabalho completo”, frizou Rubens do Amaral, no *Diário da Tarde*: “Nelle seu autor mostra-se o artista, na emoção com que fala do espetáculo sublime que contemplou; o escriptor, no methodo e na clareza da exposição; o estudioso e o conhecedor do assumpto, na abundância de dados e pormenores com que enriqueceu a sua obra”.<sup>107</sup> João Itiberê (poeta e músico paranaense) pelas páginas do jornal *Correio da Manhã* enfatizava que não havia outro poeta melhor “para ser chronista destas terras de maravilha e destas águas de sonho. [...] é, pois, um livro precioso, de incontestável e utilíssima propaganda, e ainda mais – um brado patriótico em favor das nossas maravilhas naturaes”.<sup>108</sup> No *Jornal do Commercio*, referencia Sebastião Paraná, uma longa e detalhada notícia:

---

<sup>104</sup> SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. *Do Guairá...* Op. Cit. p. 9

<sup>105</sup> Idem. p. 8.

<sup>106</sup> Idem. p. 9

<sup>107</sup> AMARAL, Rubens do. *Diário da Tarde*. APUD. PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 248.

<sup>108</sup> ITIBERÊ, João. *Correio da Manhã*. APUD. PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 249.

O livro do Sr. Silveira Netto é, assim, muito interessante e útil; traz copiosas informações sobre questões que a opinião brasileira precisa conhecer. Além de descrever os saltos, de comparar as grandes cachoeiras, de descrever a República del Guairá e de narrar a lenda de Naipir mostra com espírito patriótico os grandes problemas nacionaes que dessas ricas zonas fronteiriças desperta.<sup>109</sup>

A recepção dada pela imprensa carioca e paranaense a *Do Guairá aos Saltos do Iguassú* espelha o prestígio e o fôlego intelectual de Silveira Netto entre seus pares. O poeta também se mostrava um prosador, um “chronista” de mão cheia ao narrar suas aventuras e desventuras quando de sua estadia na fronteira oeste do Paraná. No início da década de 1920, noticia Sebastião Paraná que *Do Guairá aos Saltos do Iguassú* continuava a ser um “livro muito procurado e cuja edição se acha esgotada”.<sup>110</sup>

Em 1936, Silveira Netto recebeu convite de Fernando de Azevedo (que estava à frente da “Coleção Brasileira”<sup>111</sup> da Companhia Editora Nacional), para promover uma nova edição do livro *Do Guairá aos Saltos do Iguassú*. Para

---

<sup>109</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. APUD. PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense...* Op. Cit. p. 250.

<sup>110</sup> PARANÁ, Sebastião. *Galerias Paranaense...* Op. Cit. p. 247.

<sup>111</sup> A Companhia Editora Nacional foi criada em 1926, por Octales Marcondes Ferreira e José Bento Monteiro Lobato, empresa essa, nascida dos “escombros” da Gráfica Editora Monteiro Lobato S/A. Desde então, salienta, Eliana de Freitas Dutra, “o escritor [Monteiro Lobato] e seu sócio [Octales Marcondes Ferreira] revolucionaram as práticas da edição e da comercialização de livros no Brasil, buscando ampliar o público leitor e, para isso, transformando o livro em uma mercadoria atraente, vendável e rentável”. (DUTRA, Eliana de Freitas. “Companhia Editora Nacional: Tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30”. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: UFF/Fundação Casa Rui Barbosa, nov/2004. p. 3 e 4. ) A idéia das “Coleções” foi trazida da França, com o intuito de popularizar a leitura: mais livros editados, por custo menor e com público alvo específico. Na década de 1930 e 1940, a Companhia Editora Nacional mantinha várias coleções, dentre elas a “Biblioteca das Moças”, a “Biblioteca Pedagógica”, a coleção “Para Todos”, a coleção de “Literatura Infantil” e os “Livros Didáticos”. A Coleção Brasileira fazia parte da Biblioteca Pedagógica, informa Maria Rita de Almeida Toledo, pois tanto o Ministério da Educação (capitaneado por Francisco Campos) como a Companhia Editora Nacional “depositavam na escola e no professor, bem como no livro, as missões de nacionalizar a cultura brasileira pela conquista de um público leitor para a literatura nacional, de instrumentalização de uma escola remodelada em prol da civilização e de produzir uma nova opinião sobre a política e a cultura nacional”. (TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto pedagógico ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo: PUC, 2001. p. 59 [Tese de Doutorado em Educação])



enquadrar-se à linha editorial e à pedagogia nacionalista levada a cabo pela Companhia Editora Nacional, que entre outras coisas visava construir um modelo de identidade e cultura nacional, Silveira Netto reestruturou o livro, incluindo novos capítulos.<sup>112</sup> Para isso, lançou mão de outros relatos de viajantes (como por exemplo, os de Domingos Nascimento e Cândido Ferreira de Abreu) e da obra *Chorographia do Paraná* (1899), de Sebastião Paraná para discorrer a respeito da “Fronteira Oeste”; das maneiras para lá chegar e sair; de elaborar um novo texto sobre a história da Colônia Militar de Foz do Iguaçu; e de pontuar com dados estatísticos e populacionais as condições em que se encontrava Foz do Iguaçu, em 1936. Várias fotografias também foram incluídas ao novo texto.

Silveira Netto teve o livro *Do Guairá aos Saltos do Iguassú* incluído na “Biblioteca Brasileira” da Companhia Editora Nacional em 1939, momento esse, de fundamental importância para o fortalecimento e consolidação do programa “Marcha para o Oeste”, lançado por Getúlio Vargas em 1937, cujo objetivo principal era incentivar a população brasileira a migrar e colonizar os sertões a oeste do Brasil e as regiões de fronteiras com outros países. Nesse sentido, tanto os escritos de Silveira Netto, como os escritos de José de Lima Figueiredo,<sup>113</sup> Teophilo de Andrade,<sup>114</sup> Cassiano Ricardo,<sup>115</sup> Nelson Werneck Sodré,<sup>116</sup> entre outros intelectuais, contribuíram para com o projeto nacionalista de Vargas. Um seleto grupo de intelectuais voltados a uma

---

<sup>112</sup> Na edição de 1914, o livro de Silveira Netto possuía 6 capítulos: A fronteira Oeste; Viagem por água; Recordações; Sete Quedas, ou Guairá; Os saltos do Iguaçu e; Lenda de Naipir. Na edição de 1939, outros capítulos vieram ser acrescentados: Primeiras linhas; A viagem por terra; Cidade de Iguaçu; Histórico da Colônia; Outros aspectos; A madeira; O mate; A República del Guairá; O Parque Nacional, e; As grandes cachoeiras. É da edição de 1939, que o Governo do Estado do Paraná, em 1995, promoveu uma nova reedição do livro *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*, que foi incluído na coleção Farol do Saber.

<sup>113</sup> FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

<sup>114</sup> ANDRADE, Theophilo de. *O rio Paraná no roteiro da marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti – Zelio Valverde editores, 1941.

<sup>115</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. 2v.

<sup>116</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

missão: produzir bases científicas e empíricas a respeito dos problemas do Brasil e de sua história de forma a assegurar a formação de uma consciência nacional e, ao mesmo tempo, através da leitura e da educação, fazer os brasileiros “redescobrirem” o Brasil e marcharem rumo a Oeste em busca de terras, trabalho, dinheiro e futuro próspero.

## PICADAS, FERROVIAS E COLÔNIAS MILITARES NA FRONTEIRA (1846/1888)

### 2.1 ABRIR PICADAS E OCUPAR TERRAS NA FRONTEIRA SOB A RESISTÊNCIA INDÍGENA. (1846/1864)

No discurso de abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 07 de janeiro de 1847, o Marechal de Campo Manoel de Fonseca Lima e Silva, então Presidente da Província de São Paulo, noticiou, entre outros temas, a situação dos aldeamentos indígenas nos vastos sertões paulistas. Deu ênfase ao aldeamento de Guarapuava, cuja vila situava-se nos campos que levam o mesmo nome, interior da 5ª Comarca (cuja sede era em Curitiba). Segundo o Marechal de Campo, o aldeamento indígena de Guarapuava estava em progressiva decadência mesmo depois de terem sido concedidas e demarcadas terras, florestas e campos nas proximidades da vila de Guarapuava “para uso fructo dos índios ali aldeados”.<sup>117</sup> O motivo da decadência, advertia o militar,

---

<sup>117</sup> Lúcio Tadeu Mota informa que em 1819, D. João VI concedeu sesmaria aos índios kaingang dos campos de Guarapuava, cujas delimitações eram: “entre os rios Coutinho e Lageado Grande, cuja testada correrá de Leste a Oeste em paralelo a serra denominada de Agudos entre os ditos dois rios e os fundos descerão por entre os mesmos rios abaixo até onde elles se encontram e abrangerá esta sesmaria os matos que dentro dellas se acharem, as quaes são apropriadas aos ditos índios para seu patrimônio”. (SÃO PAULO. *Repertório das Sesmarias* – Edição Fac-similar. Divisão de Arquivo do Estado. São Paulo: Divisão, 1994). Uma discussão mais densa sobre a reivindicação dessa sesmaria pelos índios kaingang junto ao governo da Província do Paraná após meados do século XIX, ver: MOTA, Lúcio Tadeu.

não estava no fato dos índios viverem “dispersos à sua descrição, e sem apparencia alguma da condição de aldeados”. Mas porque as terras, florestas e campos concedidos aos indígenas caíram “em posse de intrusos, e retalhado em porções, existe hoje já em poder de terceiros possuidores, por vendas dolosas, que d’elle se tem feito”.<sup>118</sup>

O apossamento das terras indígenas seguido de comercialização eram evidências de que, nos campos a Oeste da vila de Guarapuava, o conflito entre posseiros, fazendeiros e indígenas era intenso e, aos olhos do Governo da Província de São Paulo, necessitava uma intervenção. Entre as medidas tomadas para remediar o conflito, ainda em fins de 1846, Manoel da Fonseca Lima e Silva informa que expediu comunicação ao Ministro dos Negócios do Império (Joaquim Marcellino de Brito) solicitando que algumas medidas fossem tomadas, dentre elas, a abertura de novos caminhos rumo à fronteira Oeste da 5ª Comarca e a edificação de um novo aldeamento indígena.<sup>119</sup>

Atendendo ao pedido do Marechal de Campo, Joaquim Marcellino de Brito incumbiu a Henrique de Beaurepaire Rohan, Major Imperial do Corpo de Engenheiros, a seguinte missão:

Determinar a mais curta e conveniente direcção de huma estrada, que, partindo de Guarapuava, Província de S. Paulo, se dirija à margem esquerda do rio Paraná, verificando ao mesmo tempo se o rio Iguassú he navegável até a sua confluência com o mesmo Paraná; encarreguei aquelle Official de examinar igualmente se as terras, por onde tenha de passar a nova estrada, são próprias para o assento de Colônias, meio sem divida o mais efficaz de povoa-las promptamente.<sup>120</sup> (sic.)

---

“O processo de desterritorialização dos índios kaingang nos Koran-bang-rê”. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. (Orgs.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009. pp. 159-182.

<sup>118</sup> DISCURSO Recitado pelo excellentissimo senhor Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, Presidente da Província de São Paulo, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 07 de janeiro de 1847. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847. P. 12.

<sup>119</sup> DISCURSO Recitado pelo excellentissimo senhor Marechal de Campo... Op. Cit. p. 13.

<sup>120</sup> RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa, na 4ª sessão da 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário D’Estado Joaquim Marcellino de Brito. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847. p. 74 e 75.

As providências solicitadas pelo Marechal de Campo, acatadas pelo Ministro do Império tinham por meta incentivar a exploração, a ocupação e o povoamento da fronteira a Oeste dos campos de Guarapuava. Não era uma ação imediata procurando conter ou inibir o avanço sobre as terras indígenas por posseiros e fazendeiros. Realizar explorações e abrir caminhos fronteira adentro, em meados do século XIX, continuava a ser uma tarefa árdua e lenta. Era, no entanto, o primeiro passo efetivo para estimular aventureiros, posseiros e fazendeiros a obterem novas áreas de terras devolutas via o simples apossamento.

O engenheiro militar Henrique de Beaurepaire Rohan, que estava na Corte Imperial se recuperando de uma doença contraída no Mato Grosso quando da realização de estudos e explorações junto ao rio Paraguai, partiu do Rio de Janeiro rumo a São Paulo somente em fins de 1847. Em 06 de janeiro de 1848, segundo noticiou o Ministro dos Negócios do Império (Visconde de Macaé), o engenheiro militar Henrique Rohan havia partido de São Paulo rumo a Guarapuava com uma comitiva de 15 homens.<sup>121</sup> Em maio do mesmo ano foram iniciados os trabalhos de abertura da picada visando ligar Guarapuava à margem esquerda do rio Paraná.

Alguns meses depois, o engenheiro Henrique Rohan pediu exoneração das funções que estava a ocupar para assumir a cadeira de deputado suplente na Província de Mato Grosso. Segundo o Barão Homem de Mello (um de seus biógrafos), Henrique de Beaurepaire Rohan não chegou a assumir o cargo de deputado em Mato Grosso por haver se apresentado o deputado eleito, o Dr. João Chrispiano Soares.<sup>122</sup> Os trabalhos de abertura do caminho, no entanto,

---

<sup>121</sup> RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa, na 1ª sessão da 7ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário D'Estado Visconde de Macahé. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848. p. 55.

<sup>122</sup> MELLO, Barão Homem. "Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan. *Revista do IHGEB*, Rio de Janeiro, vol IXII, 1900. p. 208.

não cessaram. A missão foi confiada ao Major Luiz José Monteiro com auxílio do Piloto da Armada Nacional Camilo de Lellis Cordeiro da Silva. De acordo com as informações do Ministro do Império, Visconde de Mont'Algre, obteve-se notícias de que a expedição conseguiu chegar ao rio Paraná e que a distância da vila de Guarapuava era de 52 léguas.<sup>123</sup>

Camilo Lellis escreveu um diário da referida expedição para além dos campos de Guarapuava, finalizado logo após sua chegada ao acampamento, nos campos do Chagú. Além das narrativas sobre dificuldades encontradas para abrir a picada entre as densas florestas e as inúmeras caçadas realizadas pela equipe, nos relatos do viajante se destaca a descrição do itinerário seguido, as coordenadas geográficas e a atribuição de nomes a rios e serras, como se pode ler abaixo:

Dia 6 [de junho de 1849] – Partimos do Taquaral pelas 8 horas da manhã, e às 2 da tarde viemos pousar no Regresso (lugar d'onde voltou o major de Beaurepaire da primeira expedição), distante do último pouso 736 braças. Passamos a serra do Silva Machado (nome imposto pelo major de Beaurepaire em memória do barão de Antonina), que é bastante forte e se prolonga de N.O. para S.E.. No alto da serra mandei descortinar o mato, e pude ver bem a bella paisagem que se offerece em todo o quadrante do N. e perfeitamente divisei os grandes quebradões e nevoeiros que forma o rio Iguassú, que estimei em dezoito milhas distante de nossa picada.

[...]

Dia 22 [de julho de 1849] – Pelas 5 h. 25' mandei fazer pouso junto ao rio Nhapindá, distante do Mandassaia 3.951 braças. O terreno entre esses dois pontos percorridos é chato em sua máxima extensão, o mato compõe-se do que vulgarmente chamam capoeira; não parece sertão, é raro ver-se madeira grossa, e a margem do rio é toda bordada do tal espinho nhapindá, que me fez assim baptizal-o.

[...]

Dia 6 [de agosto de 1849] – Pelas 2 horas da tarde chegamos à margem esquerda do Paranan, 2.148 braças distante do pouso do Laranjal, e do acampamento do Chagú 29 léguas e meia, 58 braças. Passamos uma capoeira de roça que pareceu-me abandonada há pouco tempo pelos selvagens, a qual denominei – Capoeira dos Bugres – O rio das Guabirobas corre muito alcantilado, e faz sua

---

<sup>123</sup> RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia geral Legislativa, na 1ª sessão da 8ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário D'Estado Visconde de Mont'Algre. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. pp. 61-62.

confluência no Paranapanã a O.N.O.. A largura do Paranapanã calculei em 230 braças e a velocidade da corrente em sete milhas por hora.<sup>124</sup> (sic.)

A descrição do itinerário, seguido de comentários sobre os aspectos geográficos dos terrenos percorridos, da tipologia vegetal e das distâncias percorridas desde o último pouso eram, no entender de Camilo Lellis, informações preciosas e que deveriam constar em seu diário. Traduziam-se em coordenadas geográficas extremamente úteis para a elaboração da primeira planta cartográfica da fronteira a Oeste da vila de Guarapuava.

João Olivir Camargo ao historiar sobre as origens do município de Laranjeiras do Sul informou que, em fins de 1849, o governo da Província de São Paulo enviou um degredado para cumprir pena na fronteira a Oeste dos campos de Guarapuava, mais precisamente, junto ao rio Cavernoso (também conhecido como Boca da Mata).<sup>125</sup> Tratava-se de José Nogueira do Amaral (paulista, funcionário do governo imperial), que por motivo de desavenças com relação à divisa de suas terras com as de alguns vizinhos foi alvo de uma emboscada e acabou tirando a vida de duas pessoas. Segundo João Olivir Camargo, José Nogueira do Amaral foi condenado à pena de morte por enforcamento, mas “como ele era benquisto pelas autoridades, a pena de

---

<sup>124</sup> SILVA, Camilo Lellis da. “Diario da viagem feita aos sertões de Guarapuava ao rio Paranapanã por Camilo Lellis da Silva, P. da Armada Imperial e Nacional, em 23 de maio de 1849”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 28, vol 1, 1865. p 10, 21 e 26. Observe-se que a publicação do diário de viagem de Camilo Lellis deu-se somente em 1865, ano em que já estava em andamento a Guerra com o Paraguai. Suas narrativas, itinerários e observações sobre os rios e serras, poderiam ajudar aos militares a conhecer e traçar planos sobre uma nova missão para abrir caminhos rumo à margem esquerda do rio Paraná e, com isso, proteger os limites territoriais e facilitar o envio de novas tropas e suprimentos alimentares e bélicos para as frentes de batalha.

<sup>125</sup> Existem alguns estudos sobre degredo e degredados para os campos de Guarapuava. entre os mais recentes cita-se: PONTAROLO, Fábio. *Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*. Curitiba: UFPR, 2007. [Dissertação de Mestrado em História]; FERREIRA JUNIOR, Francisco. *A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX*. Niterói: UFF, 2007. [Dissertação de mestrado em História].

morte acabou por ser comutada e transformada em degredo”.<sup>126</sup> Por determinação do governo da Província de São Paulo, José Amaral foi escoltado por quatro soldados até Boca da Mata e lá deixado pelos soldados.

João Olivir Camargo aponta que o degredado chegou a ser aprisionado pelos índios kaingangs, porém teria ele conquistado a “simpatia dos seus captadores” mantendo-o vivo e livre.<sup>127</sup> Em 1851, a família de José Amaral (esposa e dois filhos) junto de um dos irmãos (Joaquim Nogueira do Amaral) migraram para Guarapuava e adentraram nos campos do Chagú em busca de José Nogueira do Amaral, encontrando-o vivendo com os índios kaingangs. Numa das viagens que fez a Guarapuava, Joaquim teria informado as autoridades de Guarapuava sobre o encontro de seu irmão e que estavam a explorar e cultivar as terras próximas ao Arroio Farinha. E ainda, que tinham contraído amizade com os índios kaingangs. Interessados em manter contato com os índios mediante a intervenção dos irmãos Nogueira do Amaral, os guarapuavanos Domingos Floriano Machado, José Benedito Inocência, José Moraes Coutinho e Antonio da Cruz, pontua João Olivir Camargo, seguiram viagem aos campos do Chagú junto de Joaquim Nogueira do Amaral.<sup>128</sup> O alferes Domingos Floriano Machado, em 1853, obteve registro de posse da “Fazenda Bugre Morto” junto à paróquia de Guarapuava. A referida fazenda foi instalada junto ao rio Tapera.

No início do ano seguinte, Domingos Floriano Machado e mais oito pessoas de sua família foram mortos pelos índios kaingangs. Zacarias de Góes e Vasconcellos em seu Relatório Provincial descreveu da seguinte forma o acontecimento:

No primeiro de fevereiro do corrente anno, huma porção de índios selvagens, dos que percorrem o immenso sertão, que há entre o

---

<sup>126</sup> CAMARGO, João Olivir. *NERJE – Laranjeiras do Sul, raízes de nossa terra*. Laranjeiras do Sul: s/Ed, 1999. p. 27

<sup>127</sup> CAMARGO, João Olivir. *NERJE – Laranjeiras do Sul... Op. Cit.* p. 29.

<sup>128</sup> Idem. p. 32.



Paraná e o município de Guarapuava, tendo assaltado a fazenda do alferes Domingos Floriano Machado, matou-o e a oito pessoas de sua família, feriu gravemente a mais cinco, e, levando consigo o que na casa havia de mais valor, o resto entregou a devastação e a ruína.<sup>129</sup> (sic.)

A ação belicosa movida pelos índios kaingangs na fazenda Bugre Morto foi interpretada pelo governo da Província do Paraná como uma catástrofe. O avanço sobre as terras habitadas pelos índios, no entanto, era considerado normal e inevitável. E mais, entendiam que os kaingangs não eram vítimas do avanço do homem branco sobre a fronteira, mas que faziam parte da natureza selvagem e que precisavam ser civilizados, expulsos ou mortos.

O mesmo grupo de índios e no mesmo dia, segundo informa Zacarias de Góes, também visitou a “Fazenda Laranjeiras” de José Nogueira do Amaral, “mas ahi não lograrão o seu intento, porque pessoas da casa resistirão-lhes com energia, até que, socorridas opportunamente, os puderão repellar”.<sup>130</sup> Para repelir a ação belicosa dos índios nos campos das Laranjeiras, o Diretor Geral de Índios (Francisco da Rocha Loures) solicitou em caráter de urgência ao Presidente da Província do Paraná o envio de uma força pública para percorrer as fazendas que estavam “mais expostas às correrias dos índios”, lembrou Zacarias de Góes e Vasconcellos em seu relatório.<sup>131</sup>

O fazendeiro Rocha Loures também sugeriu a Zacarias de Góes a fundação de um aldeamento indígena nos campos do Chagú, adiante dos campos das laranjeiras, onde haviam ocorrido as mortes em fevereiro de 1854. Somente em 1859 o aldeamento indígena foi instalado no Chagú, sendo extinto em 1863 após ser alvo de críticas devido às altas somas de dinheiro investido sem ter mostrado resultado positivo. A crítica estava atrelada à ocorrência de novos ataques dos índios kaingangs à fazenda de Manoel Pereira do Valle

---

<sup>129</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854. p. 3.

<sup>130</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias... Op. Cit. p. 4.

<sup>131</sup> Idem. p. 4.

(junto ao rio Cavernoso) e à morte de onze pessoas da família Nogueira do Amaral no início de julho de 1863 “por ocasião que colhiam uma roça no Chagú, logar que dista da Villa de Guarapuava vinte léguas. Foram victimas d’estes bárbaros: duas mulheres; três homens; seis meninos”.<sup>132</sup> Eram filhas, genros e netos de José Nogueira do Amaral.<sup>133</sup>

Parte considerável do caminho aberto em 1849, ligando Guarapuava à margem esquerda do Paraná, por não ter sido feita a manutenção foi recoberto pela floresta. Em 1864, restava em péssima condição de tráfego, o caminho que interligava os campos do Chagú a Guarapuava. A ferocidade dos índios kaingangs limitou a abertura de novas fazendas de criação e de roças para além dos campos do Chagú. Por esse motivo, alude Lúcio Tadeu Mota, muitos fazendeiros dos campos de Guarapuava e dos Campos Gerais decidiram se apossar de terras nos campos de Palmas ou próximo às margens dos rios Ivaí e Tibagi, no Norte da Província do Paraná, onde os índios de diferentes grupos étnicos estavam respondendo com menos violência e resistência ao aldeamento, civilização e catequização.<sup>134</sup>

Com o início da Guerra do Paraguai, em fins de 1864, a reabertura da picada partindo do Chagú à margem esquerda do rio Paraná, voltou a ser objeto de discussão pelo Ministério da Guerra e pelo governo da Província do Paraná. No entender dos militares, após reabrir a picada, a uma determinada distância da margem brasileira do rio Paraná pretendia-se fundar um estabelecimento militar para evitar possíveis invasões dos soldados de Solano Lopes e servir como porto para o deslocamento de tropas e de material bélico

---

<sup>132</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia legislativa da Província do Paraná, pelo 1º Vice-Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª Sessão da 6ª legislatura, em 21 de fevereiro de 1864. Curitiba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1864. p. 34.

<sup>133</sup> O lugar onde foram encontrados os cadáveres das onze pessoas recebeu o nome de Campo das Crianças e, na atualidade, faz parte do município de Virmond.

<sup>134</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 147.

para as frentes de combate.<sup>135</sup> Para André Augusto de Pádua Fleury (Presidente da Província do Paraná), a reabertura da picada possibilitaria, além de fornecer proteção aos limites territoriais do Paraná com o Paraguai, povoar a fronteira e defender os lavradores contra os “continuados e sempre impunes assaltos dos selvagens”. E ainda, destaca Fleury, a picada após ser transformada em caminho carroçável traria “immensas vantagens se refletirdes que o mate de Guarapuava e de todo o Valle do baixo Iguassú não é em nada inferior ao do Paraguay; [...] aumentarão alli a riqueza provincial, [...] libertando-nos das contingencias das duas precárias fontes de renda, o dizimo sobre a herva e o imposto dos animais”.<sup>136</sup>

A implantação de uma Colônia Militar próximo aos rios Paraná e Iguaçu com o propósito de servir a uma dupla finalidade passou a ser cogitada pelo Ministério da Guerra. Além de policiar e vigiar os limites territoriais do Brasil com a Argentina e o Paraguai, a Colônia Militar teria a função de estimular o assentamento de colonos brasileiros e estrangeiros. No entanto, após serem realizados novos estudos dos custos de tal empreendimento durante a Guerra, o governo da Província do Paraná passou a sugerir ao Ministério da Guerra o aproveitamento do curso dos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema para o deslocamento de tropas, mantimentos e armamentos.<sup>137</sup> A Colônia Militar de Jataí, fundada em 1855, às margens do rio Tibagi, deveria tornar-se um centro de apoio e defesa dos limites territoriais da Província do Paraná junto ao rio Paraná e Iguaçu caso houvesse uma invasão paraguaia.

---

<sup>135</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1865. p. 19-20.

<sup>136</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o doutor André Augusto de Pádua Fleury, na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura, em 21 de março de 1865. Curitiba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1865. p. 36-37.

<sup>137</sup> Os estudos sobre a navegabilidade nos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema foram feitos pelos engenheiros José Keller e Francisco Keller. O relatório final encontra-se publicado no Anexo A, da FALLA dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura, a 15 de fevereiro de 1866, pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury. Curitiba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1866.

## 2.2 PLANEJAR FERROVIAS PARA CONQUISTAR A FRONTEIRA (1865/1877)

A estrada para Mato Grosso, como ficou conhecido projeto encampado pelo governo da Província do Paraná, durante a Guerra com o Paraguai foi objeto de longa discussão e divergências entre vários engenheiros brasileiros. Uns defendiam ampliar o leito dos rios e explorar a navegação a vapor, ao passo que outros defendiam mesclar estradas-férreas e navegação a vapor.<sup>138</sup> Ignorando os estudos e projetos construídos até então, o Governo Imperial concedeu ao Barão de Mauá a autorização para realizar estudos de uma via férrea ligando Curitiba a Miranda (no Mato Grosso) e de linhas de navegação nos rios Ivaí, Paraná, Ivinheima, Brilhante e Mondego. Esses estudos (orçamentos e plantas) foram realizados pelos engenheiros ingleses Cristian Palm, William Lloyd e Thomas Plantagenet Bigg-Wither.<sup>139</sup>

Adolpho Lamenha Lins, após ler os relatórios e os projetos elaborados pelos engenheiros ingleses fez, em seu relatório provincial, uma síntese dos estudos e orçamentos de tal via férrea:

A linha de Curityba a Miranda está dividida em três secções de via terrestre tomando a extensão de 852 kilometros e 229 metros, ou 129 léguas aproximadamente, e uma secção de navegação de 733 kilometros.

Toda a linha está orçada na avultada somma de 99:191:721\$481.

No fim da 1ª secção de Curityba à colônia Thereza e no principio da 2ª, da colônia ao Pary dos Coroados, o caminho de ferro projetado terá de vencer consideráveis obstáculos topographicos e ali avulta a necessidade de obras de arte importantes. [...]

---

<sup>138</sup> Essa inflamada discussão pode ser percebida nos relatórios provinciais de 1867 a 1870, envolvendo os engenheiros Francisco Tourinho, os engenheiros Keller, André Rebouças e outros.

<sup>139</sup> Thomas P. Bigg-Wither após retornar à Inglaterra publicou um livro contendo os relatos de sua estada, durante três anos, nos Campos Gerais do Paraná. No Brasil, esses relatos foram publicados somente em 1974, que ganhou nova tiragem em 2002, sob o título *Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – 3 anos em suas florestas e campos*. Curitiba: Coleção Brasil Diferente, 2002.

As margens do baixo Ivahy e Ivinheima ficam completamente submersas nas enchentes, e o lançamento de uma ponte no gigantesco rio Paraná é empreza quase impossível.

O próprio engenheiro Lloyd que effectuou o traçado pelo Ivahy em seu relatório condemnou este valle e insinuou o do Tibagi e Paranapanema, não resolve a difficuldade de uma ponte no Paraná, nem evita os terrenos alagadiços do baixo Ivinheima.

Tratando sobre esse assumpto com o ilustrado engenheiro Tourinho, sugeriu-me elle a possibilidade de uma ponte sobre os saltos das Sete Quedas, fazendo-me a respeito, judiciosas e importantes considerações.<sup>140</sup> (sic.)

Como se percebe acima, Lamenha Lins buscou desqualificar os estudos dos engenheiros ingleses apontando a inviabilidade de se construir uma ferrovia seguindo o curso dos rios Ivai e Tibagi devido aos pontos alagadiços existentes na confluência com o rio Paraná, que dificultariam a instalação de uma ponte férrea. Lamenha Lins sugeriu, no mesmo relatório provincial, mediante consulta ao engenheiro Francisco Tourinho, um novo traçado para a edificação da ferrovia aproveitando os saltos das Sete Quedas como base para a sustentação da ponte férrea:

Pensa o engenheiro Tourinho que não será difficil a construcção de uma ponte, e por associação a essa idéia indica os valles do Iguassú e do Piquery como os mais vantajosos para a construcção da estrada de ferro Curityba à Miranda.

Pensa-se geralmente em Guarapuava que o rio Piquery é navegável por muitas léguas; e o finado senador José Saturnino da Costa Pereira, em seu dictionário topographico do império do Brazil, diz que esse afluente do Paraná dá navegação por espaço considerável.

Se assim for, é evidente que uma estrada de ferro de Curityba a Miranda pelo valle do Piquery, aproveitando-se as porções não interrompidas da navegação dos rios, exigirá menor número de léguas de construcção de via terrestre, e por conseguinte deverá esta linha custar menos que a do traçado de Lloyd.<sup>141</sup> (sic.)

A estrada férrea passou a ser, aos olhos do governo da Província do Paraná, a maneira mais viável e rápida para explorar, ocupar e colonizar as

---

<sup>140</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1876, pelo Presidente da Província, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins: Província do Paraná: Typ. Da Viuva Lopes, 1876. p. 73.

<sup>141</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná,... Op. Cit. p. 74.

terras situadas na fronteira a Oeste dos campos de Guarapuava. Ciência, modernidade, progresso, futuro. A euforia da modernidade vivida pelos curitibanos com os trabalhos de edificação da estrada de ferro ligando Paranaguá a Curitiba, fazia Lamenha Lins crer que ao chegar a Guarapuava, os trilhos trariam ares de cidade moderna; que outras vilas e cidades iriam nascer ao longo da estrada férrea, junto à estação ferroviária ou ao descampado para facilitar o carregamento de madeira, café e outros tantos produtos cultivados por imigrantes europeus assentados em colônias de imigrantes.<sup>142</sup>

A exploração da fronteira para além dos campos do Chagú, assim como o surgimento de novas vilas e o desenvolvimento urbano das cidades, estava a ser gestado mediante os interesses da política local, dos fazendeiros dos Campos Gerais e dos campos de Guarapuava e de pessoas de diferentes ofícios ligados, direta e indiretamente, ao governo da Província do Paraná. Resultaria em planejamento urbano, mercado, modernidade, cidadania e *status* social para uns; terras e riquezas minerais para outros. Entre as pessoas que se identificaram com os anseios de Adolpho Lamenha Lins e do engenheiro Francisco Tourinho, estavam os irmãos Nestor Borba e Telêmaco Borba. O primeiro, capitão e ex-combatente da Guerra do Paraguai e, o segundo, sertanista e diretor do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara (edificado junto à Colônia Militar de Jataí, às margens do rio Tibagi).

Desde que voltou da guerra, Nestor Borba almejava conhecer os Saltos de Sete Quedas, situados nos limites territoriais do Brasil com o Paraguai, então conhecida pelos paranaenses “unicamente pelas descrições feitas, no século passado, por Azara e pelos comissionários portugueses, demarcadores dos limites entre o Brasil e as possessões hespanholas”,

---

<sup>142</sup> Idem. Ibidem.

pontuou Nestor Borba.<sup>143</sup> “Por serem incompletas e esparsas”, destaca Nestor Borba, “não satisfaziam nossa curiosidade [...] pretendíamos reconhecer, e rasgar, por assim dizer, esse véo misterioso, que, há quase um século, escondia, com versões espantosas, uma das mais bellas maravilhas da natureza”.<sup>144</sup>

Suas intenções eram somente estas? Acredito que Nestor Borba também buscava reconhecimento e *status* social perante a sociedade paranaense (em especial a curitibana) como sertanista, ofício esse desempenhado por seu pai (capitão Vicente Antonio Rodrigues Borba) e por seus irmãos (Telêmaco Borba e Jocelin Borba). A viagem e os relatos da viagem, ao serem publicados, poderiam lhe abrir algumas portas, pois seria o primeiro paranaense visitar e descrever os saltos de Sete Quedas.

Telêmaco Morocines Borba, irmão mais velho e sertanista não só ajudou a traçar os planos da viagem como também se dispôs a seguir viagem junto de Nestor Borba. No entanto, após definirem o itinerário e outros detalhes, verificou-se que o custo financeiro da viagem era alto. Em fins de 1875, estrategicamente, o capitão Nestor Borba comunicou seu projeto a Adolpho Lamenha Lins e ao engenheiro Francisco Tourinho, que se dispuseram a financiar a expedição. A visita aos saltos de Sete Quedas passou a ter, além das metas iniciais, outros objetivos: verificar a possibilidade de construir uma ponte férrea sobre os saltos de Sete Quedas, visando ligar por ferrovia a Província do Paraná com a Província do Mato Grosso.<sup>145</sup> A realização de medições detalhadas dos saltos de Sete Quedas por Nestor Borba e seu irmão Telêmaco Borba serviriam para comprovar, *in loco*, as reais possibilidades da construção de uma ponte metálica sobre os saltos aproveitando a estrutura

---

<sup>143</sup> BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo capitão Nestor Borba”. In: MONUMENTA – Documentação sobre povos indígenas (séculos XVIII e XIX). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 21.

<sup>144</sup> BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas... Op.Cit. p. 21.

<sup>145</sup> Idem. p. 21.

rochosa como base de sustentação, além de explorar a margem esquerda do rio Paraná e a navegabilidade do rio Piquiri.

Em seus relatos de viagem, Nestor Borba pontua que a referida viagem teve início em 04 de dezembro de 1875, saindo de Curitiba rumo à Colônia Militar de Jataí, onde estava Telêmaco Borba. A Colônia Militar do Jataí era um ponto estratégico para a o cumprimento dos próximos passos da viagem exploratória, pois estava interligada a uma ampla rede de rios navegáveis rumo ao Norte, Noroeste e Oeste, aproveitável em parte com a navegação de vapores de pequeno calado e em parte por canoas grande.<sup>146</sup> A chegada na Colônia Militar deu-se em 17 de dezembro, tendo Telêmaco Borba colocado à disposição “suas canoas e tudo, quanto mais pudesse prestar-nos”, destacou o viajante.<sup>147</sup> Seguir o leito dos rios Tibagi e Paranapanema era, para Telêmaco Borba, o trajeto mais adequado, rápido e seguro para se chegar ao rio Paraná. Percursos estes, já explorados anteriormente por Telêmaco e outros sertanistas.<sup>148</sup>

Além de Nestor e Telêmaco Borba, iriam compor a expedição mais oito tripulantes indígenas de origem “cayguás, guaranys e mais dous coroados”,<sup>149</sup>

---

<sup>146</sup> Sobre a navegação e exploração dos rios Ivaí, Tibagy e Paranapanema, consultar BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. *Novo caminho no Brasil...* Op. Cit. p. 423.

<sup>147</sup> BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas... Op.Cit. p. 22.

<sup>148</sup> Nas décadas de 1840 e 1850, os Campos Gerais e os sertões da então 5ª Comarca da Província de São Paulo e a fronteira com a província de Mato Grosso foram objetos de exploração pelos sertanistas João Henrique Elliot e Joaquim Francisco Lopes. Dessas viagens exploratórias nasceram algumas publicações. ELLIOT, John Henrique. “Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e sertões adjacentes”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (9). Rio de Janeiro, 1847, pp. 17/42; \_\_\_\_\_. “Itinerário das viagens exploradoras emprhendidas pelo Sr. Barão de Antonina. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (10). Rio de Janeiro, 1848, pp. 153/177; \_\_\_\_\_. “Itinerário de huma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, e os sertões adjacentes mandado fazer pelo Barão de Antonina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. (28). São Paulo, 1930, pp. 230/267; LOPES, Joaquim Francisco. “Itinerário da melhor via de comunicação entre a Província de SP e a de MT”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (13). Rio de Janeiro, 1850, pp. 315/335.

<sup>149</sup> Entre os índios nominados estavam o cacique Bandeira e os índios Bruno, Bento e Avarevi. BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas... Op.Cit. p. 22.



destacou Nestor Borba. Alguns iriam ter a tarefa de conduzir as canoas e os demais iriam servir de intérpretes junto aos índios que habitavam os campos do Paiquerê (como era denominado o vale do rio Piquiri) e as barrancas do rio Paraná. De acordo com a narrativa de Nestor Borba, a expedição saiu da Colônia Militar do Jataí na manhã do dia primeiro de janeiro de 1876, saudada pelo “povo de Jatahy e de S. Pedro de Alcântara, que lhe fica fronteiro, para, diziam eles, dar o ultimo adeus, aquella pobre gente (como nos chamavam) que não tinham esperanças de tornar a ver”<sup>150</sup>, teceu tais ao perceber a inquietação da população ribeirinha a observarem, esperançosos e aflitos, a tripulação a navegar rio Tibagi abaixo. A aflição, em parte, devia-se à existência de diversas corredeiras, cachoeiras e saltos que ofereciam perigo aos viajantes e à tripulação, como as corredeiras do “Tira Fubá” (a 20 Km de distância da Colônia Militar do Jataí), do “Cerne”, de “Congonhas” e das “Sete Ilhas”, cita Nestor Borba.<sup>151</sup> Mencionar as corredeiras era, no entender dos engenheiros, evidência de que o rio Tibagi era, em diferentes pontos, inapropriado para a navegação a vapor e mesmo aos barcos de grande calado.

Na manhã do terceiro dia de viagem, após terem pernoitado nos dias anteriores na “ilha dos cágados” e na “foz do ribeiro do Jacu”, Nestor Borba narra a entrada nas águas do rio Paranapanema. Segundo seu olhar, as terras eram “fertilíssimas e próprias para plantas dos climas tropicais; observa-se com freqüência, enroscados nas árvores, os cipós de baunilha aromática. Há limoeiros, laranjeiras, cidreiras, goiabeiras e taquaras do reino. Indícios seguros de área habitada outrora”.<sup>152</sup> Na citação, Nestor Borba refere-se a vestígios das transformações da paisagem feitas pelos padres jesuítas à flora original do vale do Paranapanema, entre fins do século XVI e princípios do século XVII.

---

<sup>150</sup> Idem. p. 22.

<sup>151</sup> BORBA, Nestor. *Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”*. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato: a vida lendária de Telêmaco Borba*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2001. p. 87.

<sup>152</sup> BORBA, Nestor. *Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”*.... Op. Cit. p. 88.

O aldeamento indígena de Santo Inácio do Paranapanema foi o local de descanso no quinto dia de viagem. Nestor Borba referencia que o aldeamento indígena foi fundado sobre as ruínas da redução jesuítica de Santo Inácio, destruída pelos bandeirantes paulistas em 1631.<sup>153</sup> O passado daquele aldeamento mereceu destaque nos relatos de Nestor Borba. Pontuava que em terras pertencentes à Coroa espanhola, portugueses, jesuítas, índios e espanhóis haviam entrado em conflito, culminando na destruição da redução jesuítica de Santo Inácio. Por outro lado, o viajante sinaliza que, mediante o esforço de lusos e brasileiros, um novo aldeamento foi edificado visando catequizar e civilizar os índios aldeados. Noutras palavras, que naquela porção do território da Província do Paraná, os índios, assim como no passado, estavam aceitando a evangelização e a civilização; que não estavam resistindo à invasão das terras que habitavam, ao menos não da mesma forma que os índios kaingangs que habitavam os campos do Chagú.

Nestor Borba pontuou em suas memórias de viagem que, do referido aldeamento à foz do rio Paranapanema junto ao rio Paraná, restavam percorrer aproximadamente duzentos quilômetros seguindo o leito do rio. O referido percurso, segundo o viajante, foi cumprido em quatro dias. No alvorecer do dia 10 de janeiro Nestor Borba e os demais tripulantes entraram nas águas do rio Paraná. Na tarde do dia seguinte, puseram-se a contemplar a paisagem que se formava acima dos saltos de Sete Quedas, descrito por Nestor Borba da seguinte forma:

antes de começar a formação das quedas, o rio Paraná tem largura de 4.200 metros. Nesse ponto não há ilha a interromper a corrente. Parece lagoa de águas serenas sobre as quais se debruçam, balançadas pela brisa, as belas palmeiras bocagi. À margem ocidental, o barranco é baixo, alagadiço e coberto de capim bravo. À distância de três quilômetros principia a formar-se espigão coberto de grossos bambus, entremeados de palmeiras e frondosas árvores. Sobressaem os taquaruçus. Na outra margem tudo é diferente. O

---

<sup>153</sup> Idem. p. 88.

barranco alto e firme. O espigão que nele finda é recoberto de vasta floresta virgem. A primeira impressão é de espanto.<sup>154</sup>

Margem de um lado, barranco de outro. Eis algumas características naturais que, a partir dos relatos de Nestor Borba, passaram a ser utilizadas como referência geográfica do limite territorial entre Brasil e o Paraguai. A descrição da tipologia da vegetação e os saltos de Sete Quedas também funcionaram como elementos que, somados às características naturais, definiram com maior precisão os limites de um território de pertencimento, e não apenas o rio Paraná, como figuram nos mapas desse período. O limite do território paranaense foi naturalizado. Ao ser descrito por Nestor Borba, poderia ser imaginado pelos leitores (a exemplo do que fez Taunay). O espanto e admiração expressavam os sentimentos do viajante narrador ao ver e descrever os saltos de Sete Quedas:

Tudo parece tremer e o rumor ensurdece. Vistas fantásticas. São vinte e duas quedas. Contemplar tal quadro produz religioso terror. Refrescante e agradável, quanto grandioso e terrível. A duzentos metros da margem ocidental, forma-se canal de trinta e poucos metros de largura abertos pelas águas na rocha negra luzidia. É o novo leito do rio. Precipita-se quase verticalmente de oito a dez metros de altura. E com rapidez rolam essas águas que, na distância de trezentos metros, a profundidade atinge trinta metros. Recebe ainda a precipitação das águas laterais formando a série de onze quedas. [...] As quedas mais grandiosas, tanto pelo volume de água quanto da altura em que estatelam, são a quarta e a sexta, contadas debaixo para cima.<sup>155</sup>

No relato acima, percebe-se o viajante acuado frente ao cenário narrado. A natureza mostrava-se grandiosa e, ao mesmo tempo, assustadora. Ao ressaltar as peculiaridades dos saltos de Sete Quedas, Nestor Borba buscava pontuar uma região do Paraná que se desejava original, singular frente às demais regiões do Paraná e do Brasil. Impunha ao leitor outro olhar sobre os

---

<sup>154</sup> Idem. p. 94.

<sup>155</sup> Idem. p. 94.

sertões a Oeste. Já não eram tão inóspitos e impenetráveis e que nos limites territoriais do Paraná existiam cenários deslumbrantes, dignos de serem tornados pontos turísticos.

As distâncias entre as quedas, o volume de água e os novos canais que se formavam abaixo das quedas, eram indícios de que o olhar de Nestor Borba com relação aos saltos não era apenas de espanto, admiração e temor. O olhar civilizador, esquadrinhador e cientificista faziam o viajante perceber aquele cenário por outros ângulos procurando averiguar a possibilidade de se edificar uma ponte férrea sobre os saltos. Após três dias de medições, aludiu Nestor Borba, verificou-se que era possível construir a ponte metálica sobre as rochas que formavam os saltos “offerecendo a solidez necessária e uma forma original”.<sup>156</sup>

Os irmãos Borba e a tripulação partiram de Sete Quedas no dia 20 de janeiro. Passaram três dias realizando explorações junto às margens do rio Piquiri. A chegada à Colônia Militar do Jatay deu-se no dia 14 de fevereiro de 1876, informou Nestor Borba, sendo “recebidos por aquelle bello povo com as maiores demonstrações de regozijo; tendo gasto 45 dias de ida e volta, sem termos de lamentar perda de companheiro algum”, encerra o relato Nestor Borba.<sup>157</sup>

Um mês após o final da viagem à Sete Quedas Nestor Borba já havia escrito uma versão menor dos relatos da referida viagem, se comparado com as informações presentes no diário de viagem. Entregou-o ao engenheiro Francisco Tourinho e a Adolpho Lamenha Lins como forma de relatório das atividades então realizadas nos saltos de Sete Quedas. Junto aos relatos, algumas fotografias e amostras de rochas que formavam os diversos saltos. Outro engenheiro a ter acesso aos relatos de viagem de Nestor Borba foi

---

<sup>156</sup> BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas... Op.Cit. p. 26.

<sup>157</sup> Idem. p. 29.

André Rebouças.<sup>158</sup> Após ler o relatório escrito pelo capitão Nestor Borba, teceu algumas “notas e considerações gerais”, comparando os saltos de Sete Quedas com as cataratas do Niágara e com o “Canyon do Yellowstone”. André Rebouças propunha a criação de um parque nacional nos limites da Província do Paraná visando a exploração turística daquelas paisagens, as quais segundo o viajante, o “Creador concedeu à nação brasileira”:

Desde a foz do Ivahy até à do Iguassú, o rio Paraná reúne todas as gradações possíveis do bello ao sublime e do pittoresco ao assombroso! É a região das cascatas e das cataratas por excellencia. Só no Guayra - 7 - formando uma prodigiosa escala de menor a maior e de maior a menor, o *maximum* de belleza e de magestade pertencendo à quinta cataracta! [...] Será difficil que o *Canon* de Yellowstone seja mais pittoresco do que o do Guayra, opulentamente adornado de palmeiras, de fetos arborecentes e das mais bellas árvores da flora brasileira; quando lá a rocha é nua e queimada pelas emanções vulcanicas, deixando apenas ver, de longe em longe, um melancólico grupo de tristes coníferas.<sup>159</sup>

André Rebouças, mediante autorização de Nestor Borba, encaminhou ambos os textos para publicação na Revista do IHGB, da qual era sócio. A publicação deu-se ainda no ano de 1876 sob o título “Excursão ao salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”.<sup>160</sup> Outra edição na forma de folheto circulou pela capital da Província do Paraná com o mesmo título, contendo o texto e as notas tecidas pelo engenheiro André Rebouças. Adolpho Lamenha Lins informa que os escritos de Nestor Borba e das observações do engenheiro André Rebouças, teriam influenciado na nomeação de uma

---

<sup>158</sup> Sobre André Rebouças existem vários estudos de fôlego, dos quais se destacam: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século. André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998; TRINDADE, Alexandro Dantas. *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. Campinas: Unicamp, 2004. [Tese de doutorado]; JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: Reforma e Utopia no contexto do segundo império, quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecth, 2001.

<sup>159</sup> REBOUÇAS, André. “Notas e Considerações Gerais”. In: BORBA, Nestor. “Descrição da viagem às Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”... Op. Cit. p. 40 e 41.

<sup>160</sup> BORBA, Nestor. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n 97, 1876. pp. 65-87.

comissão chefiada pelo Visconde do Rio Branco para “estudar os diversos projectos apresentados para a estrada de ferro de Matto Grosso e de proferir o mais vantajoso sob o ponto de vista econômico e estratégico”.<sup>161</sup>

Para Lamenha Lins, a nomeação do Visconde Rio Branco sinalizava que o Rio de Janeiro tinha ligeira preferência como ponto de partida da estrada de ferro para Mato Grosso. Para manter o Paraná como ponto estratégico visando receber as obras da referida estrada férrea, Adolpho Lamenha Lins utilizava como argumentação os perigos existentes nos limites territoriais da província do Paraná com o Paraguai e Argentina:

No momento em que o governo imperial trata de construir uma estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayan; no momento em que fixando-se o Rio de Janeiro como ponto de partida da estrada de ferro para Matto Grosso, fica esquecida a província do Paraná, fronteira com duas repúblicas, uma pequena turma de aventureiros argentinos acaba facilmente de romper a orla do matto que separa o Campo-Erê dos Campos de Corrientes.<sup>162</sup>

O suposto inimigo, no entender de Lamenha Lins, eram os argentinos que estariam invadindo o território brasileiro. A construção da estrada de ferro partindo do litoral paranaense seria, para Adolpho Lamenha Lins, a solução de importantes questões de ordem econômica, política e militar. A ferrovia, segundo Lins, viria a auxiliar na “defeza de nossas fronteiras no caso de qualquer invasão por parte da confederação Argentina, Paraguay ou Bolívia. É muito provável que essa via férrea creando íntimas relações entre o povo brasileiro e o dessas republicas, amortença ódios tradicionais de raças, dissipe injustas prevenções e nos traga a sincera amisade desses povos”, além do incentivo à imigração para além dos Campos Gerais do Paraná rumo a Oeste,

---

<sup>161</sup> LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da província, o excelentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. Da viúva Lopes, 1877. p. 78.

<sup>162</sup> LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877...* Op. Cit. p. 79.

tendo como alavanca a construção de uma “via férrea as Sete Quedas, cortando de leste a oeste todo o território da província”.<sup>163</sup>

Adolpho Lamenha Lins tinha esperança de que o Governo Imperial viesse a acenar positivamente aos anseios referentes à construção daquele ramal férreo cortando o Paraná de leste a oeste, pois era um poderoso instrumento de avanço ao interior da província do Paraná. Junto da ferrovia, chegariam os imigrantes e brasileiros laboriosos. O idealismo e o entusiasmo manifestado pela elite paranaense, no entanto, logo foi solapado ao saberem que o Governo Imperial havia decidido a favor de Rio de Janeiro e São Paulo com relação à construção da estrada férrea rumo a Mato Grosso. Esta disputa que acabava de ser travada iria dar origem, em 1905, à Ferrovia Noroeste do Brasil, ligando Bauru (SP) a Corumbá (MS)<sup>164</sup>, bem como o pedido de demissão de Adolpho Lamenha Lins do cargo de Presidente da Província do Paraná, em julho de 1877. Lamenha Lins assumiu o cargo de Inspetor Especial de Terras e Colonização no Paraná, dando seqüência à sua política de imigração e colonização ao redor de Curitiba com base na pequena propriedade da terra, cuja produção agrícola e pastoril se voltaria ao mercado local.

### 2.3 COLONIAS MILITARES PARA POVOAR A FRONTEIRA (1878/1889)

Joaquim Bento de Oliveira Júnior assumiu a cadeira de Presidente da Província do Paraná após a demissão de Lamenha Lins. Em seu relatório provincial mostrou-se preocupado com a indefinição dos limites territoriais entre as Províncias do Paraná e Santa Catarina. Outra preocupação de Oliveira Junior era com relação “aos nossos vizinhos de Corrientes que sob innocentes pretextos vão sornateiramente devassando nossas fronteiras” em busca de

---

<sup>163</sup> Idem. p. 77

<sup>164</sup> Cf. QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimo. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil*. (1904-1908). Assis: UNESP, 1992. p. 151. [Dissertação de Mestrado em História].

madeira e erva-mate.<sup>165</sup> No entender de Oliveira Junior, algumas medidas preventivas deveriam ser tomadas, a começar pelo “estabelecimento de uma Colônia Militar em Santa Maria, no baixo Iguassú [...] seria por sua posição a guarda de nossas fronteiras com a República Argentina”.<sup>166</sup> Somente em setembro de 1881, as comissões para a fundação de Colônias Militares no baixo rio Iguaçu foram nomeadas. Por que a demora? O Governo Imperial não levou a sério as denúncias e preocupações dos Presidentes da Província do Paraná em seus relatórios provinciais?

A demora na nomeação das comissões para proceder a fundação da Colônia Militar entre o rio Iguaçu e o rio Uruguai estava atrelada à outra comissão chefiada pelo Marechal de Campo Henrique de Beaurepaire Rohan, que tinha o objetivo de apresentar um plano de reestruturação das Colônias Militares que estavam em atividade nos sertões do Brasil. Ficava-se, assim, suspensa a autorização para a fundação de novas Colônias Militares até a apresentação do plano de reestruturação. O plano de reestruturação elaborado por Rohan foi apresentado ao Ministério dos Negócios da Guerra em junho de 1879.<sup>167</sup> Das 16 Colônias Militares em atividade, Henrique de Beaurepaire Rohan sugeriu a extinção de algumas, a emancipação de outras e a criação de 7 novas Colônias em pontos estratégicos do Brasil:

No Paraná, as do Xagú, Campo-Erê e Saltos das Sete Quedas, sendo esta estabelecida onde existiram Villa Rica e Ontiveros; em Matto Grosso, a de Maracajú, e a de Apa, na margem direita do rio desse nome; no Amazonas, a do Içú, na foz do rio desse nome e a de S. Joaquim no Rio Branco.<sup>168</sup> (sic.)

---

<sup>165</sup> RELATÓRIO com que o excellentissimo senhor presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da Província do 1º Vice-Presidente, o excelentíssimo senhor conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 07 de fevereiro de 1878. Curityba: Typ. Da Viuva Lopes, 1878. p. 3.

<sup>166</sup> RELATÓRIO com que o excellentissimo senhor presidente Dr. Joaquim... Op. Cit. p. 3 e 4.

<sup>167</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima sétima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Pelotas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880. p. 24.

<sup>168</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral... Op. Cit. p. 25.



A sugestão dada por Rohan quanto à implantação de Colônias Militares no Paraná, visava não só a defesa dos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e Argentina, mas também a formação de núcleos de colonização em áreas até então habitadas por grupos indígenas que resistiam com violência à ocupação de terras (os campos do Chagú); e em áreas que estavam sendo visitadas e exploradas por argentinos de forma ilegal (Campo-Erê - entre os rios Iguaçu e Uruguai - e a margem esquerda do rio Paraná - entre os rios Piquiri e Iguaçu).

Estabelecer uma Colônia Militar nos campos do Chagú faria a linha de fronteira se deslocar para além do rio das Cobras rumo a Oeste. Entre os afazeres dos militares seria proteger os colonos da ação belicosa dos índios kaingang que persistiam em fins da década de 1870. Mas, os anseios do Marechal de Campo com relação aos campos do Chagú foram postergados devido à urgência em fundar duas Colônias Militares entre os rios Iguaçu e Uruguai visando conter a exploração e a presença argentina naquela área, que era, desde fins da década de 1850, objeto de litígio entre o Brasil e a Argentina.<sup>169</sup> A criação da Província de Misiones (em 1881), com capital em Posadas, tornou ainda mais urgente a fundação das Colônias Militares no Campo-Erê, visto que o território litigioso figurava em mapas da nova província argentina, alude Ruy Wachowicz.<sup>170</sup>

---

<sup>169</sup> Demétrio Magnoli informa que as origens desse litígio datam do início do período imperial: “a cunha formada por esses dois rios (Iguaçu e Uruguai) era uma tensão latente. Na década de 1830, o governo do Rio de Janeiro projetava instalar uma base militar em algum ponto da região, e o visconde de São Leopoldo (1839) alertava para a vulnerabilidade da então Província de São Paulo pelo lado sudoeste, em virtude da nulidade do Tratado de Santo Idelfonso e da falta de demarcação, sempre baralhada pelas intrigas e tergiversações do segundo comissário Espanhol. O desmembramento que originou a Província do Paraná, em 1853, foi condicionado, até certo ponto, por esse impasse fronteiriço. Em 1857, a área tornou-se objeto de um tratado, negociado pelo Visconde do Rio Branco, que não chegou a ser ratificado, pois a Confederação Argentina esperava, como retribuição, o engajamento do Império contra a Província de Buenos Aires, o que não ocorreu”. (MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. São Paulo: Unpes/Moderna, 1997. p. 263.).

<sup>170</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 7 ed. Curitiba: Vicentina, 1995. p. 182.

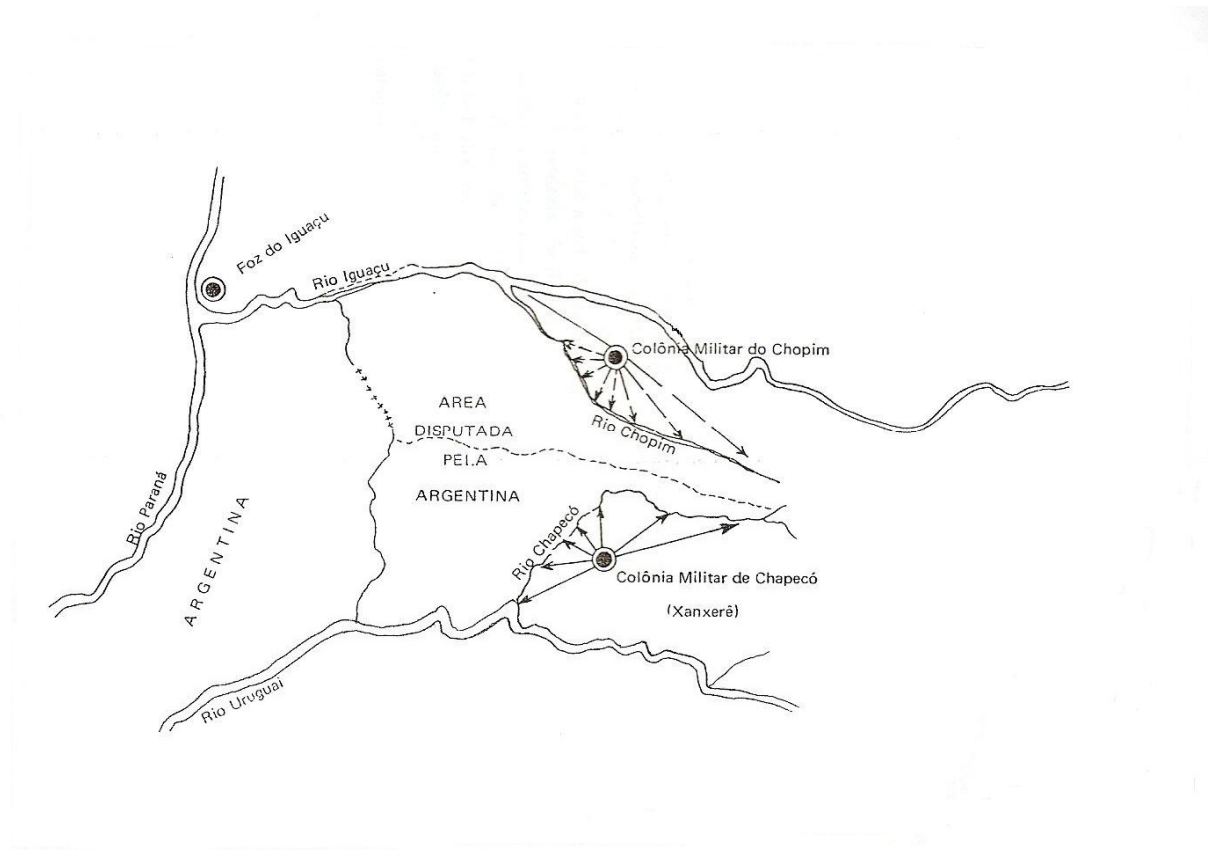
Em 20 de setembro de 1881, Franklin Américo de Menezes Doria (Ministro dos Negócios da Guerra) nomeou duas comissões para a fundação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó, próximo à área pretendida pela Argentina. Para chefiar os trabalhos de fundação das referidas colônias, foram nomeados os capitães Francisco Clementino de Santiago Dantas e José Bernardino Bormann.<sup>171</sup> O memorialista Sebastião Paraná informa que ambas as comissões chegaram a Curitiba em 31 de outubro e, em 03 de novembro, a equipe chefiada por Santiago Dantas partiu rumo a Guarapuava, de onde pretendiam seguir o curso do rio Iguaçu até o rio Chopim para proceder a escolha do melhor lugar para instalar a Colônia Militar de Chopim. A comissão chefiada por José Bernardino Bormann seguiu viagem de Curitiba para a vila de Palmas em 14 de novembro de 1881. Em março de 1882 a Colônia Militar de Chapecó foi fundada à margem esquerda do rio Chapecó. A Colônia Militar de Chopim foi fundada em dezembro de 1882.<sup>172</sup>

---

<sup>171</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Franklin Américo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882. p. 44.

<sup>172</sup> Uma narrativa detalhada é apresentada por Sebastião Paraná com relação ao Itinerário seguido por ambas as comissões. PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1889. pp. 404 a 410. Uma análise histórica das Colônias Militares no Paraná Provincial foi escrita por Leônidas Boutin em 1977. BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*. Curitiba: Separata do Boletim do IHGEP, Nov/1977.

FIGURA 01 - Mapa da área disputada pela Argentina e a localização das Colônias Militares de Chopim e Chapecó.



**Fonte:** BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*. Curitiba: Separata do Boletim XXXIII do IHGEP, Nov/1977. p. 49.

A Questão de Palmas (ou das Missões), como ficou conhecida a disputa territorial entre a Argentina e o Brasil acabou por ampliar a discussão sobre a exploração, a ocupação e a colonização da fronteira a Oeste dos campos do Chagú, estendendo-se à margem esquerda do rio Paraná. O esforço para que tal idéia fosse levada a cabo não partiu apenas do Ministério dos Negócios da Guerra. O Ministério da Agricultura também empenhou alguns esforços em tal causa. Em fins de 1884, o referido ministério subvencionou a quantia de 702\$320 réis ao sertanista José Francisco Thomaz do Nascimento, como forma de auxílio às despesas referentes à abertura de uma picada ligando os campos do Chagú à margem esquerda do rio Paraná.<sup>173</sup>

Segundo os relatos de José Francisco Thomaz do Nascimento, a abertura da picada tinha “o fim único de dar aos moradores de Guarapuava um porto de embarque naquelle rio, ou no do rio Iguassú, do salto de Santa Maria para baixo [...] para mais tarde ser convertida em estrada”.<sup>174</sup> A picada, após ser transformada em caminho carroçável e estrada, faria avançar a fronteira dos campos do Chagú aos limites do Império com a república do Paraguai. O porto, por sua vez, iria facilitar o transporte e a exportação de erva-mate para o mercado platino e chileno, por barcos-vapor que navegavam pelas águas do rio Paraná abaixo dos saltos de Sete Quedas.

Na década de 1880, Guarapuava continuava a ser o município mais a Oeste da Província do Paraná. Com pouco mais de 8 mil habitantes,<sup>175</sup> o referido município possuía uma superfície terrestre de aproximadamente

---

<sup>173</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, por João Ferreira de Moura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p. 236.

<sup>174</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados, mais bravios daquelles lugares”. In: MONUMENTA – Documentação sobre povos indígenas (séculos XVIII e XIX). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 89.

<sup>175</sup> NETTO, Fernando Franco. População, escravidão e Família em Guarapuava no século XIX. Curitiba: UFPR, 2005. [Tese de doutorado em História] p. 119.

60.000 Km<sup>2</sup>.<sup>176</sup> Segundo o memorialista Sebastião Paraná, mais ou menos a quarta parte da superfície terrestre de Guarapuava era composta de campos (cujas áreas estavam sendo ocupadas por fazendas de criação de animais). O restante da área compunha-se de pinheirais, catanduvras e faxinais que se estendiam até os campos do Chagú ao longo de caminhos carroçáveis, onde se iniciavam as densas florestas de mata atlântica e que se estendiam rumo a Oeste do território paranaense.<sup>177</sup>

Ao chegar ao porto de Antonina (litoral do Paraná) no início de março de 1885, José Francisco Thomaz do Nascimento adquiriu algumas mulas para transportar a tralha de viagem até a fazenda Juquiá, de propriedade de Leandro Soares, que serviria de acampamento base.<sup>178</sup> Instrumentos de trabalho, armamentos, mantimentos e remédios somavam-se a dezenas de peças de roupas coloridas e quinquilharias adquiridas pelo viajante para dar aos índios que habitavam os campos e florestas a Oeste dos campos do Chagú. Presentear os índios com roupas, instrumentos de metal, comidas e bebidas era, de longa data, uma estratégia utilizada pelos homens brancos para criar determinados vínculos de amizade e convivência.

José Francisco chegou à fazenda Juquiá em 01 de maio de 1885. Junto dele, dez camaradas que iriam auxiliá-lo nos trabalhos de abertura da picada e em outras tarefas cotidianas, como o preparo da comida e os cuidados com os animais de carga. Camarada foi termo utilizado pelo viajante para referir-se aos “habitantes das Laranjeiras”, povoado ainda rústico formado por pequenos lavradores e ervateiros no campo das Laranjeiras (15 léguas a Oeste de Guarapuava). Conta José Francisco que os camaradas voluntariamente o

---

<sup>176</sup> PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná...* Op. Cit. p. 647.

<sup>177</sup> Idem. p. 647.

<sup>178</sup> A Fazenda Juquiá estava a 18 léguas de distância de Guarapuava. O nome da Fazenda deriva de um rio denominado Juquiá que corta aqueles campos, que, por sua vez, receberam o nome de Juquiá.

“acompanharam, com seus mantimentos e ferramentas”.<sup>179</sup> O trabalho voluntário possibilitaria aos camaradas descobrir novos ervais e áreas de terras ainda não ocupadas adiante dos campos do Chagú.

Logo que chegou à fazenda Juquiá, com a ajuda de um dos camaradas, José Francisco procurou estabelecer contatos com alguns índios kaingang que também haviam chegado àquela fazenda. Nas conversas travadas, soube que os índios “ali tinham chegado do Pary, que dista daquelle lugar umas vinte e oito léguas, sertão adentro” e o chefe do grupo era o capitão Nhon-nhon, “rapaz de seus vinte e quatro anos de idade, bem figurado e inteligente, casado com uma rapariga de dezessete a dezoito annos de nome Anna Dona”.<sup>180</sup> Para facilitar a aproximação e extrair informações sobre as dificuldades e perigos a serem enfrentados na floresta, os índios foram presenteados com cobertas de algodão, roupas, facões, enxadas, panelas, pratos, canecas, anzóis e remédios. Em Nhon-nhon, diz o viajante, vestiu-lhe

uma camisa (pois elles vinham semi-nús), calça de algodão riscado nacional, uma farda de baetão azul forrada de baeta vermelha, com galão de capitão, botões de latão, bonet agalado, um fio de contas vermelhas ao pescoço, gravata, lenço da mesma cor, machado, facão, fouce, enxada, faca, tesoura, pente, curú (coberta de algodão grosso), pistola de dous cannos, pólvora, chumbo e espoletas, remédios contra o veneno das cobras, anzóes e linha de pescar. [...] Aos [homens] de sua tribu reparti-lhes os mesmos objectos, menos farda, bonet, pistola, pólvora, chumbo, espoletas, pente, espelho, tesoura e contas.<sup>181</sup>

Junto aos presentes, a contínua imposição de hábitos culturais e valores sociais dos civilizados. Prática essa, iniciada há décadas através da política de conquista levada a efeito pelos padres capuchinhos e os diretores dos aldeamentos indígenas implantados na Província do Paraná em meados do século XIX. O uso de roupas era uma imposição feita aos índios, a princípio,

---

<sup>179</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por... Op. Cit. p. 89.

<sup>180</sup> Idem. p. 88.

<sup>181</sup> Idem. Ibidem.

nos aldeamentos indígenas. Com o passar do tempo passou-se a cobrar tal atitude fora dos aldeamentos, isto é, todas as vezes que os índios dirigissem a palavra a alguma autoridade (diretor ou vice-diretor de Índios, delegados, militares) ou quando um homem branco fosse visitar um chefe kaingang. O chefe indígena deveria vestir-se conforme os trajes da visita.<sup>182</sup> Assim, a farda militar vestida pelo capitão Nhon-nhon não era um simples presente, era o traje adequado a Nhon-nhon para apresentar-se diante do sertanista.

Antes de partir rumo a Guarapuava no dia 8 de maio, o capitão Nhon-nhon determinou a quatro índios de seu grupo para que acompanhassem José Francisco e sua equipe na abertura da picada. A função dos índios consistia em guiar a equipe pelas veredas e atalhos indígenas rumo ao rio Paraná, assim como em auxiliar na edificação da picada.<sup>183</sup> Nas narrativas de José Francisco, percebe-se que os índios tinham importância singular na abertura da picada. Conheciam como poucos as matas, os rios e os perigos que poderiam vir a enfrentar, assim como possuíam os cinco sentidos muito mais apurados, possibilitando a eles criar e recriar estratégias para cada nova situação de perigo. O avanço da fronteira, assim como se fazia no Brasil Colonial, ainda dependia da colaboração, direta ou indiretamente, dos indígenas.<sup>184</sup>

O início dos trabalhos de abertura da picada deu-se no dia 13 de maio de 1885. “Depois de 26 dias de tempo chuvoso e frio”, destacou o sertanista,

---

<sup>182</sup> Uma discussão mais densa sobre os mecanismos de conquista e civilização de diferentes grupos indígenas na Província do Paraná, ressaltando a relação amistosa e conflituosa entre índios e brancos foi realizada por MOTA, Lúcio Tadeu. *O aço, a cruz e a terra. Índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)*. Assis/SP: UNESP, 1998. [Tese de Doutorado em História].

<sup>183</sup> Em alguns Relatórios Provinciais, ao se destacar as atividades relativas à abertura e/ou manutenção de caminhos e estradas pelo interior do Paraná, consta o emprego da mão-de-obra indígena nas tarefas de abertura de picadas, roçadas e pequenos reparos nas estradas. [Cf. NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná* pelo Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 1863. Corityba: Typ. De Cândido Martins Lopes, 1863. p. 66-67.

<sup>184</sup> Um livro que serve de referência de leitura sobre a importância do conhecimento indígena no avanço da linha de Fronteira é HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

conseguimos com dificuldade abrir 9 léguas de picada, por onde passavam 6 cargueiros carregados. No lugar onde fazia as 9 léguas de picada, tivemos de invernar 11 dias, por causa das chuvas e rios cheios; dali pretendíamos seguir quando o tempo melhorasse, visto que o terreno parecia ser menos montanhoso, e menos dificultoso para os trabalhos, porque já se avistaram faxinaes e vestígios de campo.<sup>185</sup>

Chuva, frio, terrenos acidentados e rios cheios foram algumas dificuldades encontradas pelo grupo de picadeiros para abrir 9 léguas de picadas seguindo trilhas indígenas. Ao enfatizar a existência de faxinais e vestígios de campo, José Francisco estava a denunciar que, 9 léguas adiante dos campos do Chagú existiam novas áreas propícias à criação de animais e de que as terras situadas nos lugares mais íngremes eram férteis. Ao referir-se aos faxinais, o sertanista aludia sobre o modo de vida levado por muitas famílias de pequenos lavradores e criadores de animais na fronteira. Do uso comunal das áreas de pastagem, criavam suínos, muares, bovinos e aves; da exploração dos ervais, procuravam obter algum dinheiro para comprar sal, roupas e ferramentas de trabalho; do cultivo das terras, tiravam o sustento alimentar para os animais e para as famílias.<sup>186</sup>

---

<sup>185</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por... Op. Cit. p. 89.

<sup>186</sup> A historiografia que discute o “Sistema Faxinal” ainda é tímido, formado em parte por engenheiros florestais. É recente a adoção desse tema entre os historiadores, e tem gerado uma rediscussão do que até então foi escrito sobre os faxinais, bem como os usos e abusos políticos e ideológicos por parte do Governo do Estado do Paraná, ao tornar os remanescentes de faxinais e os faxinais ainda existentes no Centro-Sul do Paraná em Áreas de Proteção Ambiental. Ocultam-se os motivos pelos quais os faxinais e o modo de vida levado por centenas de famílias estão desaparecendo, ao se enfatizar a proteção ambiental e os valores identitários. Ocultam-se, também, as origens do Sistema Faxinal, ao se enfatizar as raízes européias (portuguesas e espanholas) e não antigas práticas indígenas e caboclas. Para uma leitura mais profunda, ver: NERONE, Maria M. *Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças (1950-1997)*. Assis/SP : Unesp, 2000. [Tese de Doutorado em História]; CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro Sul do Paraná*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985. [Mestrado em Sociologia Rural]; CAMPIGOTO, José Adilçom. “Os faxinais da região das araucárias” In: MOTTA, Márcia; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. *História Agrária, propriedade e conflito*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009. pp. 183-212.



Outro detalhe que chama a atenção é de que esse modo de vida assentava-se sobre terras apossadas e não compradas. Isso leva à afirmação de que os faxinais eram frutos diretos e indiretos do processo de expansão da fronteira e a população que compunham os faxinais eram, ao menos em parte, formados por ex-agregados das fazendas dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava; por posseiros expulsos de suas posses quando do avanço das fazendas de criação rumo a Oeste dos campos de Guarapuava; por índios mansos (ou civilizados); por escravos alforriados e/ou fugidos; e por pessoas que haviam cometido algum delito e buscavam os faxinais para se esconder e viver. A migração para a fronteira pode ter se transformado numa oportunidade para se obter acesso a terras e uma melhor condição de vida.

Nos Relatórios Provinciais de meados da década de 1880 não há menção aos faxinais e seus habitantes. Silenciar era necessário, pois eliminava da história aquilo que era negativo no processo de ocupação da fronteira: os problemas agrários, envolvendo conflitos armados, as mortes, as posses, os grilos e as práticas coronelísticas levadas a cabo por muitos fazendeiros com auxílio dos capatazes. O mesmo silêncio marcou presença nos relatos de José Francisco em relação aos conflitos agrários, pois o diálogo freqüente com seus camaradas (que habitavam os campos das Laranjeiras) poderia ter fomentado conversações sobre o acesso à terra na fronteira e os conflitos existentes. O sertanista, porém, não omitiu a existência de embates entre os índios das tribos kaingang e guaranis, ao referir-se aos “toldos de índios bravios” encontrados a três quilômetros do acampamento que haviam montado a 9 léguas de distância do Chagú. “Pelo tamanho dos toldos”, destaca o viajante,

indicavam morarem nelles muitas gente, e com bastante prevenção chegamos bem perto e conhecemos não haver nelle pessoal alguma; depois de dividir sentinellas para todos os pontos ordenei que entrassem naquelles verdes palácios; o maior delles media 10 metros de comprimento sobre quatro de largura e dous e meio de altura [...] Os índios que andavam em minha companhia me fizeram

ver que aquelles toldos e flexas eram de Guaranys que viviam dalli até o [rio] Paraná e com quem elles têm tido várias guerras.<sup>187</sup> (sic.)

Os relatos de José Francisco dão a entender que as guerras entre tribos eram motivadas por questões étnicas. Acreditamos que esses embates não eram motivados apenas por diferenças étnicas, mas estavam atreladas à disputa por territórios. Nesse sentido, esses embates eram sinais de que a fronteira movia-se sobre as áreas ocupadas e exploradas pelos índios kaingang, que, por sua vez, eram empurrados para os territórios dos índios guaranis. E ainda, de que a aproximação dos índios kaingangs aos homens da fronteira mediante o fortalecimento de alianças poderia estar motivando os embates contra os índios guaranis com a intenção de repeli-los da orla das matas e de que os guaranis viessem a praticar correições, assaltos e mortes nos faxinais e nas fazendas de criação.<sup>188</sup>

Em 10 de junho de 1885, José Francisco e alguns camaradas voltaram à fazenda Juquiá, com o objetivo de buscar mais alimentos para a equipe de trabalho. Antes de regressar, conheceu o cacique capitão Janguiô, “homem de estatura média, de seus quarenta annos de idade, semblante carregado para os de sua comitiva, de poucas palavras, olhar penetrante e desconfiado”, descreveu o viajante.<sup>189</sup> Junto ao cacique, estavam 25 outros índios kaingang (homens, mulheres e crianças) os quais José Francisco salientou serem “pobres

---

<sup>187</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por... Op. Cit. p. 90.

<sup>188</sup> A atuação de grupos indígenas Kaingang no auxílio aos homens da fronteira foi objeto de menção em diversos relatórios provinciais. Sebastião Gonçalves da Silva, por exemplo, em seu Relatório Provincial referente ao ano de 1863, informou que, para diminuir as correições de índios selvagens nos campos próximos ao rio Cavernoso e nos campos do Chagú, ordenou a vinda de um grupo de índios oriundos dos campos de Palmas, chefiados pelo cacique Viri, com a finalidade de repelir os índios ditos selvagens. Destacou ainda, que os custos para o deslocamento dos índios mansos de Palmas para a localidade do Chagú foram cobertos com dinheiro extraídos do orçamento referente à catequese e civilização dos índios. (SILVA, Sebastião Gonçalves da. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná, pelo 1º Vice-Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª Sessão da 6ª Legislatura em 21 de fevereiro de 1864*. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1864. p. 30. [Acervo on-line Biblioteca Pública do Paraná])

<sup>189</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por... Op. Cit. p. 90-91

habitantes das selvas” por andarem nus, “envoltos com alguns pedaços de panno immundo, a que chamam curú” nos meses em que o frio era rigoroso. Após vestir e alimentar os índios, como havia feito com o capitão Nhon-nhon, salientou o sertanista “pedi a Janguiô que mandasse sua gente voltar e abrir caminho para passarmos, prontamente elle mesmo foi” (sic.), visto que esses índios habitavam as matas “no baixo Páqueré ou Pequery”, isto é, a pouco mais de 12 léguas da foz do rio Piquiri, no rio Paraná.<sup>190</sup>

Conta José Francisco que ele e mais cinco camaradas deixaram a fazenda Juquiá no dia 20 de junho. Com eles seguiam “oito cargueiros carregados” de mantimentos rumo ao acampamento edificado a 9 léguas dos campos do Chagú. Ainda em junho de 1885, a equipe de trabalho com auxilio dos índios do cacique Janguiô e os índios de Nhon-nhon, reiniciou os trabalhos de abertura da picada aproveitando as veredas abertas pelos índios. Atravessaram o rio Piquiri em 30 de junho e, no dia seguinte, o rio Cantu, um dos afluentes do rio Piquiri.<sup>191</sup> A chegada às terras habitadas pelos índios de Nhon-nhon, cujo lugar denominavam de “Pary”, deu-se em 15 de julho. Pary, descreve o sertanista,

é um lugar feito com pedras soltas arrumadas em forma de ângulo obtuso, nos lugares das corredeiras menos fundas do rio; é ahi que elles encurralam os peixes, que ficam presos em tecidos de taquara, e dahi tiram-no com abundancia para comerem. Naquelle lugar há quatro toldos, sendo um do capitão Nhon-nhon, outro de Raphael, pae do mesmo, outro do Capitão Manoel, e o quarto do cadete; alli só se encontram milho, algumas abóboras, pouco feijão silvestre e poucas gallinhas.<sup>192</sup> (sic.)

Na descrição do lugar em que os índios kaingang habitavam, os hábitos alimentares dos referidos índios tiveram certo destaque, o que mostra

---

<sup>190</sup> Idem. p. 89 e 91.

<sup>191</sup> Se observado em mapas recentes do Paraná, verificar-se-á que a foz do rio Cantu, no rio Piquiri, ocorre nos limites territoriais dos municípios de Guaraniaçu (distrito de Guaporé) ao Norte e a Sul do município de Campina da Lagoa.

<sup>192</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por... Op. Cit. p. 93.

preocupação por parte do viajante em relação aos mantimentos que teriam para levar adiante a abertura da picada até a margem esquerda do rio Paraná e posterior retorno à fazenda Juquiá. Após verificar o que ainda restava de mantimentos nos cargueiros, José Francisco anotou em seu caderno de notas que “nossos mantimentos mal nos poderiam chegar para a volta (visto tel-o repartido com os índios)”. Tal constatação levou o sertanista a encerrar a empreitada iniciada nos campos do Chagú.

Nos quatro dias em que permaneceu junto aos índios no Pary, o sertanista reuniu-se com os chefes indígenas que habitavam aquelas terras. Fez a eles o convite para que migrassem para “as margens do rio Ivahy, perto da freguesia Theresina, que se lhes daria terras boas para planta, ferramentas, engenho para moagem de canna, e tudo o mais que lhes fosse preciso” (sic.). Recusaram o pedido, relatou José Francisco, dizendo que “elles não querem sahir donde estão acostumados e onde têm seus cemitérios, além do que, dizem elles, aquellas terras são melhores que as do Ivahy” (sic.).<sup>193</sup> Também ouviu dos caciques algumas queixas: “queixaram-se elles dos Portuguezes, nos seus povoados, depois de se terem aproveitado dos seus trabalhos e vigílias, correram com elles, o que isto é verdade, pois já tem acontecido e está acontecendo”, frisou o viajante, que continuou a relatar as queixas dos caciques: “dizem mais, que sahindo elles daquelles lugares, os guaranyes veem tomar conta, o que não gostam, porque são seus inimigos”.<sup>194</sup> (sic.)

Os índios também noticiaram que o rio Piquiri era navegável do Pary até o rio Paraná; que os Saltos de Sete Quedas, do toldo do cacique Janguiô, estavam a uma distância de 12 a 14 léguas; e que do Pary “com dous dias de viagem para o lado do norte chega-se ao campo de Mourão, onde moram os caciques Gregório e Henrique com seus toldos”,<sup>195</sup> (sic.) próximo às ruínas de

---

<sup>193</sup> Idem. p. 94.

<sup>194</sup> Idem. p. 94.

<sup>195</sup> Idem. p. 96.

Vila Rica do Espírito Santo. Tanto para José Francisco como para o Governo Imperial, essas eram informações preciosas. A partir dessas informações poder-se-ia organizar novas expedições partindo dos Saltos de Sete Quedas em direção ao interior das florestas utilizando os caminhos indígenas, ou ainda, o rio Piquiri acima a partir de sua foz no rio Paraná visto que era navegável até Pary.

Em 19 de julho de 1885, informa José Francisco que se despediu dos índios e iniciou o retorno à fazenda Juquiá. Nos relatos do viajante, várias foram as dificuldades enfrentadas, a começar pelo grande volume de água do rio Piquiri que lhes impediu a passagem à margem oposta por alguns dias. Ainda junto ao referido rio, encontrou outro grupo de índios kaingangs “que nunca tinham visto nem conheciam os christãos”. Nas narrativas do explorador destacam-se as conversas tecidas com um velho índio de nome Bertholdo sobre os índios guaranis: “Aquelle velho me contou que os guaranys, de quem elles muito se temem, vieram dos lados do Paraguay; [...] Disse mais, que os guaranys trabalhavam para as gentes do outro lado do rio Iguassú, que têm casas, andam caminhando com fogo por cima d'água (embarcação a vapor)”.<sup>196</sup> (sic.)

As embarcações a que se refere o sertanista, a partir das lembranças do índio Bertholdo, eram barcos-vapores argentinos utilizados para o transporte de erva-mate e madeira para Corrientes e Posadas. Sebastião Paraná informa que os principais exportadores de madeira e erva-mate da região de fronteira com a Argentina e o Paraguai “eram os hespanhoes Lorenzo Vila, Jacinto Palacin e o brasileiro João de Oliveira, residentes em Pozadas, tendo o 1º e o 3º por prepostos no nosso território os hespanhoes Lino Izaquirre e Manoel Gonzáles, e o terceiro o brasileiro Leopoldo de Oliveira”.<sup>197</sup> (sic.)

---

<sup>196</sup> Idem. p. 98-99.

<sup>197</sup> PARANÁ, Sebastião. *Corographia do Paraná...* Op. Cit. p. 412.

Os argentinos e brasileiros acima citados davam pouca (ou nenhuma) importância aos limites territoriais então existentes na visão do Governo Brasileiro (que se materializavam nos rios Paraná, Iguaçu, Santo Antonio e Pepiri-Guaçu). Os rios, que perante os governos eram utilizados para separar territórios nacionais, serviam para criar e reforçar os laços de amizade e comércio entre pessoas de diferentes nacionalidades. Isso mostra que a fronteira era um lugar de oportunidades distintas. Para uns, lugar para trabalhar na extração de erva-mate e madeira; para outros, lugar para explorar a mão-de-obra indígena; para outros, ainda, de um lugar em que a exploração ilegal das florestas facultava riqueza e *status* social.

A publicação das narrativas de José Francisco Thomaz Nascimento na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>198</sup> em 1886, assim como no jornal *Pátria* (de Montevideu, Uruguai) sob o título “Echos do Brazil”,<sup>199</sup> direta e indiretamente alertou os militares brasileiros vinculados aos ideais republicanos e também os militares próximos a D. Pedro II com relação à região que se limitava com as repúblicas do Paraguai e Argentina. Mesmo sendo discreto em seus comentários sobre aquelas paragens, os relatos de José Francisco podem ter contribuído para acirrar ainda mais os embates entre militares e o Governo Imperial, entre os meses de agosto de 1886 e maio de 1887.

O motivo inicial, segundo Celso Castro, foi a repreensão feita pelo governo aos coronéis Cunha Matos e Sena Madureira, por declarações feitas na imprensa. Ao defender os militares, o marechal Deodoro da Fonseca (comandante das Armas e presidente em exercício da Província do Rio Grande do Sul) acabou sendo exonerado das funções que exercia. Ao chegar na Corte

---

<sup>198</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados, mais bravios daquelles lugares”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 49 (1886): pp. 267-281.

<sup>199</sup> NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. “Echos do Brazil”. *Pátria*. Montevideu. Edições de 14, 15 e 16 de maio de 1886.

Imperial, junto de Sena Madureira, Deodoro procurou apoio entre os militares e também dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Também visitou o Imperador e a ele explicou os motivos que o fizeram defender a causa dos militares.<sup>200</sup> Alfredo Chaves (Ministro da Guerra) propôs a D. Pedro II o encerramento da carreira militar de Deodoro da Fonseca. Ao rejeitar tal proposta, D. Pedro II teve de aceitar o pedido de demissão do Ministro da Guerra.

Após a escolha do novo Ministro da Guerra (o senador mineiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz), o Governo Imperial passou a negociar e dialogar com mais prudência a participação dos militares no conturbado cenário político, visto que haviam se afirmado como grupo ao enfrentar o Ministro da Guerra e o Gabinete Cotegeipe. Exemplo desse diálogo foi a nomeação, ainda em 1887, de uma “Comissão Brasileira de demarcação de limites com a República da Argentina”<sup>201</sup>, chefiada pelo engenheiro Major do Exército Guilherme Schüch de Capanema (o Barão de Capanema), amigo de infância e conselheiro de D. Pedro II.<sup>202</sup> Tarefa importante na construção dos planos desta viagem e os trabalhos iniciais de demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Argentina foram traçados pelo Capitão de engenheiros Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, que entre os anos de 1882 e 1884, participou efetivamente na

---

<sup>200</sup> CASTRO, Celso. “Questão Militar”. In: *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. pp. 28 a 31.

<sup>201</sup> Compunha a referida comissão, o Tenente-coronel de engenheiros Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, o Capitão de fragata Guilhobel, o Major José Jardim, o 1º Tenente Frederico de Oliveira, o Tenente do Estado Maior João do Rego Barros, o Major Estevão Joaquim de Oliveira Santos (secretário da Comissão), o Dr. Ismael da Rocha (médico) e o Capitão Antonio Ribeiro de Aguiar (farmacêutico). (RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Exm. Snr. Dr. Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Tip. da Gazeta Paranaense, 1888. p. 10.)

<sup>202</sup> Sobre Guilherme Schüch de Capanema (1824/1906) existem vários estudos na área de História e ciências. Cf. PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856): na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Campinas: Unicamp, 2002. p. 27-28. [Dissertação de Mestrado em Geociências]; ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Os ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza, Museu do Ceará, 2005.

fundação, demarcação, estruturação e administração da Colônia Militar de Chopim, situada próximo à área contestada pela Argentina.<sup>203</sup>

O capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo estava atento aos desdobramentos da crise entre militares e o Governo Imperial. A insatisfação dos militares levou D. Pedro II a substituir Joaquim Delfino Ribeiro da Luz pelo senador Thomaz José Coelho de Almeida, que assumiu o cargo de Ministro e Secretário d'Estado e dos Negócios da Guerra em 10 de março de 1888. Por influência do Barão de Capanema, em abril de 1888, Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo apresentou ao Ministro da Guerra suas idéias em relação à fundação de uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu e à abertura de uma estrada para a Província de Mato-Grosso.<sup>204</sup>

\* \* \*

Neste capítulo procuramos destacar que o avanço da fronteira a Oeste dos campos de Guarapuava, ao contrário do que a historiografia tradicional alude, não ocorreu apenas no final do século XIX. Ao contrário, foram várias as ações e planos, a começar com a abertura de uma picada em 1848/49, que culminou na ocupação dos campos a Oeste de Guarapava até o rio Cavernoso via formação de fazendas ou o envio de degredados oriundos de diferentes Províncias do Brasil. Os intensos conflitos e resistências indígenas na fronteira puseram limite ao seu avanço, mesmo tendo o poder público (Província do Paraná) feito uso de diferentes estratégias para expulsar, reduzir ou mesmo eliminar a população indígena guarani. A instalação de fazendas, a formação

---

<sup>203</sup> BOUTIN, Leônidas. "Colônia Militar de Chopim". In: *Colonias Militares na Província do Paraná...* Op. Cit. pp. 45-56.

<sup>204</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Memória apresentada a Ex<sup>a</sup> Snr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário d'Estado e dos Negócios da Guerra, sobre a fundação da Colônia Militar do Iguassú e Estrada para província de Matto-Grosso no mez de abril de 1888, pelo capitão de engenheiro Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Manuscrito, 19 pág. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag].



de aldeamentos indígenas e o fomento de guerra intertribais foram alguns instrumentos utilizados.

A instalação de uma Colônia Militar nos campos do Chagú (ou além dele) era, em meados da década de 1850, outra opção existente. Porém, com o início da Guerra do Paraguai, a implantação de novas Colônias Militares foram adiadas mesmo em regiões limítrofes do Brasil com o Paraguai. Isso levou a Província do Paraná a cogitar, planejar e por em prática a construção de uma estrada férrea ligando Curitiba a Miranda (no Mato Grosso) seguindo os vales dos rios Ivai ou Piquiri. Os altos custos financeiros levaram o governo da Província do Paraná a abandonar tal projeto, ainda mais sem apoio de D. Pedro II. Os relatos de Nestor Borba, assim como os apontamentos tecidos pelo engenheiro André Rebouças, além de descrever a fronteira sob diferentes ópticas e de mostrar aos leitores as diferentes oportunidades para se investir em aquisição de terras, extração de madeiras, de minerais e do turismo como fonte de renda. A ferrovia propiciaria tais intentos.

O retorno à idéia de se implantar Colônias Militares para promover o avanço da fronteira a Oeste dos campos do Chagú surgiu com o acirramento da disputa jurídica entre o Brasil e a Argentina pelo território das Missões. Henrique de Beaurepaire Rohan cogitou a implantação de uma Colônia Militar nos campos do Chagú nos relatórios que fez sobre as Colônias Militares existentes e em funcionamento no Brasil. No entanto, os militares decidiram pela instalação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó, tendo por função proteger o território brasileiro contra possíveis invasões por parte dos argentinos e a formação de povoações assentadas no trabalho agrícola e pastoril junto as Colônia Militares. Em poucos anos, os núcleos urbanos e rurais haviam prosperado, motivando os militares a edificar outra Colônia Militar em fins da década de 1880, na foz do rio Iguaçu.

Nesse meio tempo, o sertanista José Francisco Thomaz do Nascimento decidiu, com auxílio financeiro do Ministério da Agricultura, abrir uma picada

ligando os campos do Chagú à margem esquerda do rio Paraná. A intenção era instalar um porto para facilitar o comércio de erva-mate com negociantes argentinos. A picada não chegou a ser finalizada. Porém, os relatos do referido sertanista evidenciam que a linha de fronteira se movia lentamente mediante a exploração e uso dos faxinais por posseiros para a criação de animais e plantio de pequenas roças em terras comunais. E mais, as memórias do sertanista destacam a presença de diversos grupos indígenas na fronteira, alguns deles auxiliando no avanço da fronteira; e que a presença de argentinos e paraguaios nos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e a Argentina foi objeto de menção pelos índios que habitavam as terras próximas à margem esquerda do rio Paraná.

## A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU (1888/1907)

### 3.1 DOS PLANOS DO CAPITÃO BELLARMINO À FUNDAÇÃO OFICIAL EM 1892.

No memorial que elaborou visando convencer o Ministro da Guerra a acenar positivamente sobre a implantação de mais uma Colônia Militar na Província do Paraná, o capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo destacou a necessidade de se instalá-la nos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e Argentina, “para servir de atalaia, quer para apoio demasiadamente de forças terrestres e navaes, quer para n'ellas crear mais recursos para essas forças, quer ainda para servirem simultaneamente de base no desenvolvimento industrial, commercial e politico”(sic).<sup>205</sup> Na argumentação de Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, percebe-se que além da função militar, a fundação da Colônia Militar tinha por meta incentivar o povoamento, o desenvolvimento industrial, comercial e político no ponto extremo da fronteira.

---

<sup>205</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Memória apresentada a Ex<sup>a</sup> Snr. Conselheiro Thomaz... Op. Cit. p. 3.

Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo salientou em seu memorial que a idéia da fundação de uma Colônia Militar já havia sido lançada e sustentada por alguns presidentes da Província do Paraná (André de Pádua Fleury, Joaquim Bento e João José Pedrosa) em seus relatórios provinciais quando da eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870). Os argumentos existentes nos relatórios provinciais reforçavam as ponderações do capitão Bellarmino sobre a necessidade de se erigir um posto militar junto à margem esquerda do rio Paraná. A ênfase dada nos relatórios provinciais era de que as terras situadas naquela porção do Brasil estariam abandonadas e que poderiam facilmente ser invadidas por paraguaios e/ou argentinos.

Na óptica do capitão Bellarmino, tal situação poderia ser evitada mediante a instalação de uma Colônia Militar na foz do rio Iguazu. Esse lugar era estratégico, visto que do ângulo formado pelos rios Iguazu e Paraná seria possível vigiar o movimento de embarcações no rio Paraná, acima e abaixo da foz do rio Iguazu.<sup>206</sup> E mais, que na referida foz havia “um extenso remanso com profundidade e capacidade para grande numero de navios de todo calado, nas condições de prestar-se perfeitamente a uma estação naval conforme as informações do Capitão de nau de guerra Silvano Canção, do capitão de fragata Alvorim Costa, do General Visconde de Maracajú e outros exploradores notáveis”.<sup>207</sup>

Em relação às terras onde se cogitava assentar a Colônia Militar, o capitão Belarmino informa o seguinte:

eram fertilissimas no vale dos dous rios e nas serras marginaes, apropriadas a toda a especie de culturas, tanto dos climas quentes, como dos climas frios, cobertas de madeiras para construcções e tinturaria, com escoadouro fácil para seus productos, a colonia tem, sob todos pontos de vista, um futuro promissor desde que ligue-se a Guarapuava na latitude de 25° 23' 36" S e na longitude de 8° 17' O, a distancia que a separa da foz do Iguassú é proximamente uma linha recta de 312 kilometros, ou 47 legoas brasileiras, podendo com o

---

<sup>206</sup> Idem. p. 5 e 6.

<sup>207</sup> Idem. p. 5.

desenvolvimento necessário, para desviar obstáculos e procurar declividades convenientes, se elevar a 374 kilometros ou cerca de 57 legoas.<sup>208</sup> (sic.)

Ressaltar a fertilidade da terra, as diferenças climáticas e a possibilidade de se cultivar diferentes tipos de sementes e plantas, além da criação de animais e da exploração das florestas, para o capitão Bellarmino traduzia-se na possibilidade de se formar uma comunidade pautada na atividade agrícola e pastoril. Porém, tanto para o surgimento como para o desenvolvimento da Colônia Militar, era necessário abrir um caminho carroçável ligando a foz do rio Iguaçu a Guarapuava, cuja extensão poderia chegar a 374 quilômetros.

A edificação de uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu era, para o capitão Bellarmino, a melhor escolha para fazer avançar sobre a fronteira até os limites territoriais do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e da Argentina. Além de assegurar a posse territorial e de guarnecer aqueles longínquos territórios, com auxílio de colonos e de militares, dar-se-ia início a um núcleo de colonização. Ao longo do caminho carroçável iriam ser abertos alguns pousos para dar comodidade aos viajantes e tropeiros. Esses pousos, algum tempo depois, dariam lugar a povoados. Ao longo do mesmo caminho, via iniciativa privada, novas fazendas de criação e colônias de imigrantes viriam a ser instaladas. A exploração da erva-mate e da madeira levaria ao fomento de indústrias, cujos produtos poderiam ser exportados para o mercado platino via rio Paraná. O avanço da linha de Fronteira, no entanto, segue ritmos e tempos distintos para sertanistas, militares, colonos, mercadores, fazendeiros e industriais.

A nomeação da comissão encarregada da fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu e da construção das estradas estratégicas do Paraná ocorreu em 29 de maio de 1888. A chefia ficou a cargo do capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, tendo por ajudantes os tenentes Tito Augusto

---

<sup>208</sup>Idem. p. 6 e 7.

Portocarrero e Felipe Schmidt, ambos do corpo de Estado Maior de 1ª classe. Na função de auxiliares foram nomeados os 2º tenentes João Soares Neiva de Lima (2º batalhão de artilharia), Américo de Andrada Almada (2º regimento do 2º batalhão de artilharia), Alvaro Fiuza de Castro (3º regimento, do 2º batalhão de artilharia) e Feliciano Benjamim de Souza Aguiar (1º batalhão de artilharia). O Dr. José Antonio Abreu Pinto foi nomeado para a função de médico, ao passo que para os postos de Oficiais da força foram nomeados os segundos-tenentes Antonio Baptista da Costa Junior (1º batalhão de artilharia), José Joaquim Firmino (3º batalhão de artilharia) e José Cândido Ferreira Rabello Junior (1º batalhão de artilharia).<sup>209</sup> Para compor a força de linha foram nomeados os cadetes Henrique Nogueira Borges (1º batalhão de artilharia) e Joaquim Raphael Pessoa de Mello (1º batalhão de infantaria), o 2º sargento Edmundo Francisco Xavier de Barros (batalhão de engenheiros) e o soldado João Mariot (2º regimento de artilharia).

O capitão Bellarmino também expediu ordens de transferência para o batalhão de engenheiros de “sete praças de cada um dos seis corpos da guarnição da Corte e para que completassem com as praças d'aquelle batalhão que se acham no serviço da estrada do porto da União à Villa de Palmas”.<sup>210</sup> (sic.) Junto às ordens, constava uma observação: “Esses praças devem ser tirados de preferência, d'entre os de melhor comportamento que tenham os officiaes de carpinteiro, ferreiro e oleiro”.<sup>211</sup> (sic.) É importante destacar que alguns tenentes nomeados integravam outras comissões ou desempenhavam funções administrativas fora da Corte Imperial, mais precisamente, na Província do Paraná. João Soares Neiva de Lima integrava a Comissão Militar

---

<sup>209</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Nomeação da Comissão encarregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construcção das estradas estrategicas do Paraná. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. p. 1 [Manuscrito, acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

<sup>210</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Nomeação da Comissão encarregada da fundação... Op. Cit. p. 2.

<sup>211</sup> Idem. p. 2.

da estrada de Palmas, chefiada pelo major do corpo de engenheiros Carlos Eugênio de Andrade Guimarães; Felipe Schmidt, cumpria funções de Ajudante de Ordens da Presidência, na Secretaria Militar da 5ª Região Militar em Curitiba; O cirurgião José Antonio Alves Pinto, quando de sua nomeação pelo capitão Bellarmino, cumpria dois meses de licença na Corte Imperial concedida pelo Ministério da Guerra após prestar serviços na Colônia Militar de Chapecó.<sup>212</sup> Isso mostra que as nomeações não deram-se ao acaso. Houve uma escolha e, no caso dos militares acima mencionados, procurou-se observar a experiência e as funções ocupadas anteriormente levando-se em conta as atividades desenvolvidas no interior da Província do Paraná.

Aos membros da comissão, além dos vencimentos normais dos militares levando-se em conta seus postos e titulações, foram dadas gratificações especiais. Ao chefe da comissão, quatrocentos mil réis mensais; aos ajudantes, duzentos mil réis mensais; aos auxiliares, cem mil réis mensais; ao médico, cento e oitenta mil réis mensais. Aos oficiais da força que seguissem da Corte deveriam “receber todas as vantagens desde a data do ajuntamento de contas e se lhes abonará logo que forem nomeados três meses de soldo com ajuda de custo de mais três meses para desconto na forma da lei”.<sup>213</sup>

A concessão de gratificações especiais aos militares pode ser interpretada como uma estratégia utilizada pelo Ministério da Guerra visando incentivar praças e oficiais a participar de expedições pelo interior do Brasil. A abertura de uma nova Fronteira era um oportunidade singular para os militares. Para os militares mais novos serviria como uma escola de treinamento militar. Para os mais experientes, se traduzia em oportunidade de

---

<sup>212</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o Dr. Joaquim D'Almeida Faria Sobrinho, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 29 de dezembro de 1888. Curitiba, s/ed. p. 114, 115 e 122.

<sup>213</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Nota sobre os vencimentos para a Comissão encarregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construção das estradas estrategicas do Paraná. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. pp. 1 e 2. [Manuscrito] Acervo particular de Liliane da Costa Freitag.

se ganhar algum dinheiro e de se conseguir nova graduação militar. Participar da abertura de uma Colônia Militar possibilitaria a alguns militares o acesso a terras e, com isso, facultar a migração da família para viver e trabalhar na nova fronteira.

Nos primeiros dias de junho de 1888, o capitão Bellarmino expediu aviso à Intendência de Guerra solicitando o fornecimento de equipamentos à Comissão de fundação da Colônia Militar na foz do Iguaçu. Entre os equipamentos solicitados estavam:

Uma barraca de desesseis praças  
 Duas barracas de oito praças  
 Seis barracas de quatro praças  
 Cem barracas de duas praças  
 Tres espingardas Le Taucheux com estojos  
 Tres mil cartuchos para as mesmas  
 Sete revolveres Gerard com cinto e capacidade  
 Dous mil cartuchos para os mesmos  
 Quarenta Alviões<sup>214</sup>  
 Duas caixas de ferramentas de carpinteiro  
 Quarenta enxadas inglesas  
 Vinte facões  
 Dez machadinhas martellos de aço  
 Dez machadinhas inglesas de falquejo  
 Quarenta pás de remoção  
 Quarenta picaretas para terrenos rochosos  
 Cinco carrinhos de mão americanos  
 Duas resmas de papel para Officios com cabeçalho impresso  
 Duas resmas de papel para relatórios  
 Duas resmas de papel fumê<sup>215</sup> (sic)

Alguns equipamentos destinavam-se ao uso e proteção dos militares (armas, barracas), as demais tralhas ao trabalho de abertura de caminhos e material de expediente da secretaria e do almoxarife. O capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo também expediu aviso à Diretoria Geral de Obras Militares para que fornecessem à Comissão outros equipamentos, dentre eles:

<sup>214</sup> Enxada, picareta, segundo o Dicionário Aurelio.

<sup>215</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Aviso à Intendência da Guerra - Comissão encarregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construcção das estradas estrategicas do Paraná. Rio de Janeiro, 02 de junho de 1888. pp. 1 e 2. [Manuscrito, acervo particular de Liliane da Costa Freitag].



Dous theodolithos stadia de Stampfer  
 Um tachesmetro portatil de Borsat com mira  
 Uma bussola celimetro  
 Duas reguas de mira fallante de 4 metros  
 Um micrometro de Lugeol com quadrante de Larerieu  
 Quatro bussolas de algibeira  
 Quatro climametros  
 Um pluviômetro  
 Uma trena de 50 metros  
 Duas trenas de 20 metros  
 Duas trenas de 10 metros  
 Vinte metros de papel quadriculado  
 Dez metros de papel panno  
 Vinte metros de papel vegetal  
 Vinte cadernetas de campo  
 Uma caixa de pennas para gothico  
 Dous kilogramas de gomma arabica em pó  
 Uma caixa de tintas completa  
 Quarenta e oito lapis graphite  
 Dous potes de nankim  
 Três vidros de tinta liquida verde, amarela e azul.<sup>216</sup> (sic.)

Eram equipamentos que se destinavam à medição e à elaboração de desenhos e projetos para posterior demarcação e execução das obras relativas à abertura de caminhos, manutenção de estradas e a demarcação da área destinada à sede da colônia Militar. Bússolas, teodolitos, micrômetros e outros instrumentos de medição podem ser vistos como ícones, símbolos que buscavam ressaltar as idéias de modernidade, progresso, civilização e ciência. Novas técnicas e instrumentos sofisticados, na óptica dos engenheiros militares, levariam à superação do atraso nos mais longínquos sertões brasileiros na medida em que eles poderiam explorar e conhecer a natureza e, com isso, edificar caminhos e planejar obras que viessem a melhorar as condições materiais de existência do ser humano.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Aviso à Directoria Geral das Obras Militares - Comissão encarregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construcção das estradas estrategicas do Paraná. Rio de Janeiro, 02 de junho de 1888. pp. 1 e 2. [Manuscrito, acervo particular de Liliane da Costa Freitag].

<sup>217</sup> Um trabalho recente sobre a formação dos engenheiros militares e a inserção deles nos debates sobre modernidade, civilização e ciência, atrelado ao Governo Imperial é MONTEIRO MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de. *Ampliando o Estado Imperial: os*

Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo e os demais membros da Comissão embarcaram no paquete Rio de Janeiro, na Corte Imperial, em 14 de junho de 1888. Alguns dias depois ancoraram no cais do porto de Paranaguá, cidade litorânea da Província do Paraná, temida pelos viajantes por abrigar diversas doenças trazidas por imigrantes e passageiros oriundos de outros portos e que ali acabava por se transformar em epidemia devido à ausência de um sistema de esgoto e tratamento d'água.<sup>218</sup> De Paranaguá, os membros da Comissão seguiram viagem para Curitiba, via estrada férrea Paranaguá-Curitiba, concluída alguns anos antes. Os militares permaneceram no 5º Distrito Militar de Curitiba até fins de julho de 1888, preparando os planos e organizando as equipes de trabalho para posterior deslocamento das mesmas a diferentes pontos do interior da Província do Paraná.<sup>219</sup>

De acordo com as informações que constam no relatório provincial de Joaquim D'Almeida Faria Sobrinho, um grupo de militares se deslocou para os campos de Palmas e juntou-se à *Comissão militar da estrada de Palmas*, chefiada pelo major do corpo de engenheiros, Carlos Eugenio de Andrade Guimarães. Os demais militares chefiados pelo capitão Bellarmino marcharam para a cidade de Guarapuava em 30 de julho de 1888, com o objetivo de construir a sede da *Comissão da Colonia do Iguassú e estradas estrategicas do Paraná e,*

---

*engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista - 1874/1888*. Niterói: UFF, 2008. [Tese de doutorado em História Social].

<sup>218</sup> Dentre as doenças que se alastraram pela cidade de Paranaguá, em 1888, estavam a coqueluche e a varíola. Cf. RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o Dr. Joaquim D'Almeida Faria Sobrinho, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 29 de dezembro de 1888. Curitiba, s/ed. p. 11 e 12.

<sup>219</sup> Idelfonso Pereira Correia no Relatório que apresentou para passar a administração da Província do Paraná ao Dr. José Cesario de Miranda, datado de 30 de junho de 1888, faz rápida menção à presença da Comissão chefiada por Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo na cidade de Curitiba. (RELATÓRIO que o Exm. Sr. Idelfonso Pereira Correia, 2º vice-presidente da Província, apresentou ao Exm. Sr. Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná em 30 de junho de 1888. Curitiba: Typ. Da Gazeta Paranaense, 1888. p. 40.).

posteriormente, dar início aos trabalhos de abertura de um caminho rumo à foz do rio Iguaçu.<sup>220</sup>

Em 09 de agosto de 1888, numa correspondência dirigida ao Juiz de Direito da Comarca de Guarapuava (Dr. Ernesto Dias Laranjeiras), o capitão Bellarmino comunicava ao referido Juiz de Direito que a Comissão já se encontrava naquela Comarca e que ele estava “no exercício effectivo desse cargo, afim de que V.S<sup>a</sup>. Se digne mandar-me suas ordens não só no que diz respeito ao público serviço como ao particular de V.S<sup>a</sup>., a quem Deus guarde”.<sup>221</sup> Uma correspondência com o mesmo conteúdo também foi enviada à Câmara de Vereadores de Guarapuava na mesma data.<sup>222</sup>

### 3.1.1 Reabrindo picadas: do Chagú ao rio Paraná

Na primeira semana de novembro de 1888, o capitão Bellarmino fez a escolha dos militares que iriam participar da missão que tinha por meta abrir uma picada ligando os campos do Chagú à margem esquerda do rio Paraná. O 2º tenente José Joaquim Firmino foi nomeado para comandar aquela missão. “Justamente o mais moço [...] oficial nimiamente bondoso, sem vícios, honrado”,<sup>223</sup> (sic.) destacou José Maria de Brito em suas memórias. O 2º sargento José Maria de Brito também integrou o grupo de militares nomeados para os trabalhos de abertura do caminho à foz do rio Iguaçu. É a partir de suas memórias, escritas em 1937/38, que daqui em diante procura-se refletir

---

<sup>220</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o Dr. Joaquim D'Almeida Faria Sobrinho... Op. Cit. p. 122.

<sup>221</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. OFICIO ao Juiz de Direito da Comarca de Guarapuava, Exm. Sr. Dr. Ernesto Dias Laranjeiras. Guarapuava, 09/08/1888. [Correspondência nº 081. Caixa 08 (anos 1886 a 1889). [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

<sup>222</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. OFICIO a Câmara de Vereadores de Guarapuava. Guarapuava, 09/08/1888. [Correspondência nº 098. Caixa 08 (anos 1886 a 1889). Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

<sup>223</sup> BRITO, José Maria de. “Descoberta de Foz... Op. Cit. p. 44.

sobre as dificuldades enfrentadas pelos militares para abrir caminho fronteira adentro até os limites do Brasil.

José Maria de Brito destacou em suas memórias que a escolha do tenente José Joaquim Firmino não foi visto com bons olhos perante os outros oficiais, a começar pelo fato de ser o mais moço e inexperiente em relação à missão que lhe fora dada. E ainda, que alguns oficiais passaram a duvidar do êxito daquela empreitada, pois imaginavam as matas repletas de “extensos e emaranhados alcantis. O ataque de feras e outros fatores próprios da natureza de matas seculares que o explorador teria que percorrer previam o fracasso”.<sup>224</sup> Os perigos a serem enfrentados na fronteira até então pouco explorada, causavam medo e insegurança entre os militares. A floresta, os animais ferozes e os índios estavam entre os principais temores da fronteira. Eram barreiras a serem vencidas. A ciência, a técnica e os instrumentos modernos pouco contribuía no sentido de minimizar essas dificuldades a serem enfrentadas pelos militares que compunham aquela expedição.

De acordo com as memórias de José Maria de Brito, em 25 de novembro de 1888, José Joaquim Firmino os demais membros daquela expedição se encontravam na Fazenda do Chagú e, na mesma data haviam iniciado os trabalhos de abertura da picada rumo a Oeste. Não há menção em relação ao número de pessoas que compunha a equipe de trabalho, porém nos relatos consta que foram contratados picadeiros, tropeiros (para guiar e alimentar os animais que levavam equipamentos, barracas e mantimentos) e um cozinheiro. Com exceção a Salvador do Mato (um dos picadeiros), cujo nome (ou apelido) foi citado por José Maria de Brito, os demais contratados não tiveram seus nomes referenciados. Não fazer menção aos nomes dos demais militares e pessoas contratadas foi um recurso utilizado por José Maria de

---

<sup>224</sup> Idem. p. 45.

Brito procurando enfatizar a sua participação nos eventos que estava a narrar.<sup>225</sup>

José Maria de Brito lembrou que as terras por onde ele e outros militares passaram eram propícias à agricultura e as matas “cobertas ora de taquaral ora de taquarussusal (bambu com espinho) cana esta muito difícil para roçar e pior para conservar os caminhos [...] Observa-se no correr da picada, além do garboso pinheiro, madeiras de lei de todas as qualidades e em grande quantidade”.<sup>226</sup> (sic.) Tais relatos fazem o leitor das memórias do sargento Brito imaginar a dificuldade para se avançar alguns metros sobre esse tipo de vegetação. As áreas cobertas de capões de pinheiro facilitaram os trabalhos da equipe de picadeiros porque a densa vegetação composta de taquaras e taquaruçus cediam espaço a uma vegetação pouco densa e rasteira.

De acordo com José Maria de Brito, as maiores dificuldades vividas pela equipe de trabalho deram-se nos meses de abril e maio de 1889 devido às constantes chuvas. Além de não permitir a continuidade dos trabalhos de abertura da picada,

as águas da chuva enchiam os rios, não permitindo atravessá-los em muitas ocasiões, sobrevindo, em consequência desse fato, bastante fome. Não obstante a solicitude do Chefe da Comissão para abastecer a turma de exploração, não foi possível conseguir seu intento; todas as providências feneceram à margem dos rios! Recorreu-se então aos filhos das selvas. Imaginou-se que seria um meio eficaz. Afeitos às

---

<sup>225</sup> Ao realizamos pesquisa no acervo de correspondências da Câmara de Vereadores de Guarapuava (alocado no Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro) conseguimos ter acesso a uma missiva endereçada a Frederico Guilherme Virmond, que, em 1888 exercia a presidência da Câmara de Vereadores de Guarapuava. No documento datado de 18 de dezembro de 1888, Manoel Aleixo d'Oliveira levava a conhecimento do referido presidente que deixaria de “comparecer à presente sessão” por estar “empregado na Comissão encarregada da fundação de uma colônia militar na foz do Iguassú e seguindo hoje para o Chagú em serviço da referida comissão”. (D'OLIVEIRA, Manoel Aleixo. Correspondência ao Exm. Snr. Frederico Guilherme Virmond, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. Guarapuava, 18/12/1888. [Correspondência nº 009. Caixa 08 (anos 1886 a 1889). [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro].

<sup>226</sup> BRITO, José Maria de. “Descoberta de Foz... Op. Cit. p. 56.

intempéries, conhecedores de todo os recantos do Sertão, exímios nadadores [...]

Puro engano!

Em certa ocasião quatro índios escolhidos tentaram atravessar o rio Guarany, levando sal, açúcar, charque, etc. Usaram de todos os estratégias ao seu alcance. Lançaram-se n'água e, em um momento, desapareceram absorvidos pelo vagalhão! Depois de cinco dias apareceram três índios somente, com uma manta de charque!<sup>227</sup> (sic.)

Como se verifica nos relatos de José Maria de Brito, a utilização de índios mansos (possivelmente kaingangs) para cumprir algumas tarefas mais perigosas foi uma estratégia adotada pelos militares, a exemplo do sertanista José Francisco Thomaz do Nascimento. Isso possibilita argumentar que os militares tinham contatos com os índios. Teriam sido os índios chefiados por Nhon-nhon, descritos por José Francisco quando de sua viagem pelos sertões a Oeste de Guarapuava entre fins de 1885 e princípios de 1886? Os relatos de José Maria de Brito não trazem maiores detalhes.

Além da fome e do frio que se abateu sobre a equipe de trabalho, a chuva e a umidade da floresta quase que diariamente molhava (ou umedecia) as roupas e as barracas de lona, “ficando mofada e os respectivos donos igualmente com cheiro de bolor”, relembra José Maria de Brito, que continua: “O terreno do acampamento, um lodaçal, quase intransitável! Em consequência de tal estado, sobrevieram constipações que, por não serem curadas em tempo e convenientemente, transformaram-se em bronquites”.<sup>228</sup> Adoecer na floresta, para a equipe de trabalho, significava atrasar o andamento da abertura da picada e, conseqüentemente, adiava por mais alguns dias o término das obras e o retorno à Guarapuava.

No início do mês de abril de 1889, a equipe havia conseguido edificar sete léguas de picada, a contar dos campos do Chagú. Deste ponto em diante, destaca José Maria de Brito, “aparecem vestígios de índios selvagens, fato que ocasionou ter sido o explorador abandonado por alguns operários da turma e

---

<sup>227</sup> Idem. p. 50-51.

<sup>228</sup> Idem. p. 52.

o descontentamento do ânimo dos que ficaram”.<sup>229</sup> Coube ao tenente Firmino dialogar com maior intensidade junto aos militares e trabalhadores para “levantar o ânimo dos seus homens, que viam índios em todos os sítios”.<sup>230</sup> Os índios selvagens a que se referiu José Maria de Brito eram índios guaranis, inimigos dos índios kaingangs e arredios à presença de homens brancos.

O medo do *outro* pontuado pelo sargento José Maria de Brito possibilita ao historiador perceber que a abertura de o avanço sobre a fronteira pode ser observada como um lugar de descoberta do outro e também do desencontro, do estranhamento. Para os militares e trabalhadores, a experiência vivida os ajudava a redescobrir o cenário que se projetava à sua volta. O medo era a insegurança frente ao novo, ao desconhecido. A superação do medo era uma espécie de alimento servido junto às palavras de ânimo tecidas pelo tenente José Joaquim Firmino na tentativa de convencer os trabalhadores a seguir em frente.

O ataque de animais selvagens aos animais que compunham a tropa e mesmo a um dos tropeiros ganhou destaque nos escritos de José Maria de Brito, assim como a descoberta de uma picada recém aberta próximo ao rio Henrique Dias (31 léguas a Oeste dos campos do Chagú) nos primeiros dias de junho de 1889: “A turma seguia o seu destino, em tom invariavelmente monótono de todos os dias, tendo transposto este rio com a picada quando de repente o Salvador do Mato, que era o primeiro picador, gritou: óia uma picada aqui!”<sup>231</sup> (sic.) alude José Maria de Brito, que continua a narrar:

Os homens da turma que estavam presentes, experimentaram tanta emoção, tão forte, tão viva que não puderam falar, no momento! Não era para menos! Tantos meses internados, passando a mesma vida sem mutação de painel, sem atrativos, insípida, sem notícias [...] O chefe suspendeu o trabalho o resto do dia e foi verificar o significado daquela novidade, acompanhado por alguns homens da turma. Na distância de uma légua, aproximadamente, encontraram um

---

<sup>229</sup> Idem. p. 46.

<sup>230</sup> Idem. p. 46.

<sup>231</sup> Idem. p. 53.

acampamento de ervateiros paraguaios; estes por vez experimentaram grande surpresa deparando com um grupo de homens estranhos àquelas paragens. Foi tão grande a surpresa que ficaram atoleimados; contudo prestaram informações confortadora e úteis. Por exemplo: informaram que o rio Paraná estava perto, fato que o pessoal da turma, inclusive o chefe, ignorava; que a costa brasileira era habitada por cerca de mil almas, etc.<sup>232</sup> (sic.)

A picada avistada e que teria sido aberta no dia anterior, para os militares brasileiros, denunciava a presença pessoas civilizadas e não de índios guaranis, pelos indícios encontrados. A rústica estrada não possuía as características de um caminho indígena, pelo fato da picada ter sido aberta com instrumentos de metal e possibilitava a passagem de animais com carga. Como não sabiam a que distância estavam da margem esquerda do rio Paraná, surgiram algumas indagações: Quem eram? Quantos eram? O que estavam a explorar naquelas matas? A monotonia foi quebrada. Os trabalhos de abertura da picada foram paralisados. Militares e picadeiros puseram-se a caminhar pela trilha e, alguns quilômetros adiante, avistaram um grupo de ervateiros paraguaios, que também estranharam a presença dos militares brasileiros. Nos relatos de José Maria de Brito, o encontro propiciou aos militares muitas informações obtidas com o diálogo junto aos paraguaios.

A presença de estrangeiros nos limites do território brasileiro, assim como a constatação de que a prática do contrabando de erva-mate estava ocorrendo, acabou por dar ânimo aos militares e demais membros da equipe de trabalho. Ao serem informados pelos paraguaios que o rio Paraná estava a algumas léguas de distância, pôde-se prever o fim da empreitada. “Apesar de todos os contratemplos”, ressaltou José Maria de Brito, “a turma exploradora atingiu o seu objetivo, isto é, a foz do Iguazu, no dia 15 de julho de 1889, aos 7 meses e 20 dias de trabalho”.<sup>233</sup>

---

<sup>232</sup> Idem. p. 54.

<sup>233</sup> Idem. p. 48.



Passado alguns dias da chegada da expedição chefiada pelo tenente José Joaquim Firmino à foz do rio Iguazu, alguns militares empreenderam uma excursão pela margem esquerda do rio Paraná. Tinham por objetivo fazer um levantamento populacional daquelas paragens, pois segundo informaram os ervateiros paraguaios, aproximadamente mil almas habitavam a costa brasileira. Após realizar o levantamento, constatou-se que 324 pessoas de diferentes nacionalidades estavam a habitar e explorar as florestas nos limites territoriais do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e da Argentina. José Maria de Brito lembra que, das 324 pessoas, 9 disseram ser brasileiros, “franceses, 5; espanhóis, 2; argentinos, 95; paraguaios, 212; inglês, 1”.<sup>234</sup>

Sebastião Paraná ao historiar sobre a Colônia Militar de Foz do Iguazu na obra *Chorographia do Paraná* (1899), destacou que “entre a foz Ocohy e do Iguassú foram então encontrados 35 fogos habitados por 324 pessoas, sendo 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 5 francezes, 2 orientaes, 2 hespanhoes e um inglez. Destes, 220 pertencentes ao sexo masculino e 104 ao feminino”.<sup>235</sup> A divergência com relação ao número de habitantes e suas nacionalidades nos limites do Império é acentuada ao se comparar com as informações fornecidas por José Maria de Brito a partir de suas lembranças. Sebastião Paraná informa o leitor que o conjunto das informações sobre a Colônia Militar foram extraídas do relatório escrito pelo tenente José Joaquim Firmino em setembro de 1888.

José Maria de Brito foi traído por suas memórias ou as adulterações eram intencionais? É necessário frisar que José Maria de Brito escreveu suas memórias sobre a descoberta de Foz do Iguazu e a fundação da Colônia Militar muito tempo depois dos eventos que narrou. Com idade avançada e saúde frágil, lembrar fatos e acontecimentos ocorridos 50 anos antes não era uma tarefa fácil e poderia estar sujeito a erros e releituras das experiências

---

<sup>234</sup> Idem. p. 57.

<sup>235</sup> PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná...* Op. Cit. p. 412.

vividas. Por outro lado, entende-se que o ato de narrar não se dá ao mero acaso, isto é, a rememoração está carregada de intenções e vontades. Como dito antes, José Maria de Brito foi incentivado a escrever suas memórias por ocasião das comemorações dos 50 anos da descoberta de Foz do Iguaçu. Suas memórias ao serem editadas na forma de livro no ano de 1938, buscavam reiterar determinadas datas, personagens e histórias contadas sobre a época da fundação da Colônia Militar. Na tentativa de tornar-se uma memória oficial, os relatos de José Maria de Brito evidenciavam que existia uma disputa onde diversas memórias buscavam se afirmar como legítimas, verdadeiras. Um exemplo disso pode ser percebido quando José Maria de Brito tece críticas a outros autores de livros e textos sobre as origens de Foz do Iguaçu, onde aludem que a descoberta ocorreu no ano de 1888.

Por mais que cogite não atino onde os dados em que se baseiam os escritores, que afirmaram que a Colônia Militar da foz do Iguaçu fora fundada em 1888! Não consideramos passíveis de culpa os que proferiram tal asserção, não! Culpamos aos que prestaram semelhantes informações.

O autor deste trabalho não dependeu de informações. Narra o que viu, ouviu e apalpou, executor que foi na qualidade de auxiliar da fundação. Eis o merecimento que doura a nossa narrativa.<sup>236</sup>

José Maria de Brito, ao tecer ponderações sobre as datas de fundação da Colônia Militar, assumiu a função de memorialista, de defensor de idéias, datas e acontecimentos que julgava serem verdadeiras. Assim, alteração do número de habitantes por nacionalidades nos relatos de José Maria de Brito pode não ter sido uma falha da memória, mas intencional, procurando reforçar uma memória popular que enfatizava a presença acentuada de paraguaios e argentinos nos limites do Brasil com as repúblicas do Paraguai e Argentina quando da descoberta da foz do rio Iguaçu no ano de 1889. A quem interessava? É difícil definir, porém tais memórias contribuía de maneira

---

<sup>236</sup> BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz...* Op. Cit. p. 79.

significativa para com a ideologia que se escondia atrás do slogan “Marcha para o Oeste”, lançada por Getúlio Vargas em 1937.

Outro detalhe que chama a atenção nos relatos de José Maria de Brito quando nomina a quantidade de habitantes e suas nacionalidades, trata-se da exclusão dos indígenas quando da realização do levantamento populacional. Não foram citados por serem considerados selvagens? Teriam eles sido expulsos das margens do rio Paraná e das proximidades da foz do rio Iguaçu por brasileiros e estrangeiros? A omissão e a expulsão são ângulos possíveis de reflexão. Porém, a presença constante de paraguaios, argentinos e brasileiros explorando erva-mate e madeira podem ter afugentado os índios, obrigando-os a migrar para o interior da floresta.

De uma forma ou de outra, são indícios de que o conflito, o estranhamento e a morte fazia-se sentir nos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e a Argentina desde a fase inicial do avanço do homem branco sobre as terras e florestas até então ocupadas e exploradas por diferentes grupos indígenas. Ainda resta outra questão em relação aos 35 fogos existentes entre a foz do rio Ocohy e a foz do rio Iguaçu e que abrigavam as 324 pessoas. Não estariam esses habitantes, nominados em sua maioria de estrangeiros, a promover abertura da fronteira sem o aval e controle do Governo Imperial e em sentido inverso ao planejado pelo Ministério da Guerra? Em síntese, era essa a constatação feita pelos militares que acamparam junto à foz do rio Iguaçu. A ocupação não era espontânea, mas motivada pela ação exploratória de erva-mate e madeira levada a cabo por empresários argentinos.

Em agosto de 1889, a equipe chefiada pelo tenente Firmino regressou a Guarapuava. Conta José Maria de Brito que após alguns dias de descanso, ele e o tenente Firmino puseram-se a redigir um minucioso relatório sobre a missão que tinham acabado de cumprir visando ser entregue ao capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Foi com base neste relatório que o capitão Bellarmino redigiu as *Instruções provisórias para os trabalhos de fundação*

*da colonia militar na foz do Iguassú,*<sup>237</sup> que tinha por função nortear os trabalhos da equipe que iria realizar os trabalhos iniciais de implantação da estrutura física da Colônia Militar. Para o engenheiro Bellarmino, as instruções traduziam-se numa forma racional, metódica e científica de se empreender a formação de um povoado na Fronteira que acabou de ser aberta pelos soldados sob seu comando.

De acordo com as instruções provisórias, a picada recém aberta deveria ser alargada em sua totalidade a partir dos campos do Chagú. Melhoramentos deveriam ser feitos entre a 29<sup>a</sup> e 30<sup>a</sup> léguas, a contar do Chagú, “para se prestar ao transito permanente, conduzindo por terrenos de facil conversão à rodagens”. Também instruía a equipe que iria dar inicio aos trabalhos de fundação da Colônia Militar para montar um posto na 24<sup>a</sup> légua, com uma edificação de madeira, uma mangueira para os animais e roças de milho “de modo a caçar ahi abrigo e recursos para as tropas e transeuntes”.<sup>238</sup>

Após a equipe chegar na foz do rio Iguazu, as instruções do capitão Bellarmino diziam para providenciar a instalação provisória do acampamento militar “o mais próximo que for possível da confluência dos rios Paraná e Iguassú”; que deverão ser abertas picadas em diferentes “direcções das quaes uma de S para N acompanhando o Paraná; outra de O para E; e mais outra no rumo de 45° NE margeando o Iguassú”; e o desmatamento de uma área de 250.000 m<sup>2</sup> “que aproveitará para plantio de milho, feijão, mandioca, canna, café, fumo, algodão e árvores frutíferas”. Também deveria ser realizado um detalhado levantamento da “zona habitada entre a foz do Iguassú e a do rio Ocohy”, aproveitando a picada dos moradores e demarcando numa planta as habitações, os terrenos por eles cultivados e os cursos d'água existentes.<sup>239</sup>

---

<sup>237</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. *Instrucções provisórias para os trabalhos de fundação da colonia militar na foz do Iguassú*. Guarapuava, 30/09/1889. 10 p. [Manuscrito, acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

<sup>238</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. *Instrucções provisórias...* Op.Cit. p. 05.

<sup>239</sup> Idem. p. 02 e 03.

Tendo como referência os anos em que atuou como diretor da Colônia Militar de Chopim, o capitão Bellarmino, determinou que a área urbana e rural da Colônia Militar seria de 22.500 hectares,

affectando a forma de um quadrado de 15 kilometros de lado. Os lotes urbanos serão demarcados dentro de um quadrado de 6 kilometros de lado, a partir da foz do Iguassú; os rocios começarão nos limites septentrional e oriental desse quadrado, devendo ser somente agrícola até a distancia de 3 kilometros desses limites e depois d'ele promiscuamente agrícola e pastoril.<sup>240</sup> (sic.)

Também foi determinado que os lotes urbanos deveriam ter entre 10 a 40 metros de frente e 20 a 100 metros de fundo. Os terrenos agrícolas, “de 25 a 250 hectares e os pastoris de 100 a 1.000 hectares dentro da área da sede e rocio. Fora desta área poderão aqueles atingir a 1.000 e estes a 4.000 hectares”.<sup>241</sup> Para se obter acesso aos lotes urbanos e rurais, o futuro colono deveria requerer à direção da Colônia Militar “por intermédio do Vice-Diretor que informará sobre o candidato e recursos dos requerentes, situação e valor das terras”.<sup>242</sup> O acesso aos lotes urbanos e rurais dentro dos limites territoriais da Colônia Militar passaria pelo crivo dos militares. A quantidade de terras a serem concedidas a cada família de colonos, por sua vez, estaria atrelada ao número de pessoas que compunham o grupo familiar do requerente. Era a partir desse quesito que se estimava o “valor das terras”, ou seja, o quanto ela poderia produzir anualmente ao ser cultivada pelo colono requerente. Caberia aos colonos matriculados, na medida em que tivessem seus terrenos localizados, “a obrigação de cultivar o respectivo lote”. O corte de madeira restringia-se aos lotes “e feitos nas epochas mais convenientes, não se permitindo a derrubada de arvores de madeira de lei que não tenham atingido o máximo desenvolvimento”.<sup>243</sup>

---

<sup>240</sup> Idem. p. 03.

<sup>241</sup> Idem. p. 04.

<sup>242</sup> Idem. p. 04.

<sup>243</sup> Idem. p. 06.

A Colônia Militar seria dividida em dois distritos coloniais, que estariam aos cuidados de dois inspetores a serem nomeados pelo Vice-Diretor da Colônia Militar. Caberia aos inspetores coloniais, sinaliza o capitão Bellarmino,

zelar pela conservação das mattas e observação das respectivas regras de corte e exploração; proceder ao arrolamento da população distrital por nacionalidades, sexo, idades, estados, profissões, ocupações e graus de instrução; e manter a ordem e segurança individual tomando as primeiras providências que as occurrencias exigirem.<sup>244</sup> (sic.)

Nessas instruções, percebe-se os cuidados prévios que deveriam ser tomados com relação à ordem e a segurança individual, assim como a presença de intrusos e a ocorrência de conflitos e desordens dentro da área colonial. A fronteira era um lugar de encontros e desencontros. O mesmo lugar onde se busca a esperança de um futuro melhor, é, também, lugar do conflito e da morte.

A estrutura urbana e administrativa da Colônia Militar também deveria ser edificada logo que possível. A casa para a diretoria deveria ser construída “o mais próximo possível da confluência do Iguassú, com a frente para este rio e a face direita para o Paraná, tendo nesta um puxado para depósito de ferramentas e material, arrecadação de gêneros, ferragens e arreiaamentos”. As demais edificações militares (alojamentos, almoxarifado e abrigo dos animais) receberiam “oportunamente as precisas instruções”.<sup>245</sup> (sic.) Para facilitar os trabalhos futuros referentes à construção de residências e demais edificações na área urbana e rural, também fazia parte das instruções provisórias montar “um engenho de serragem de madeira, uma olaria para fabrico de tijolos e telhas; e se nenhum particular fundar uma fabrica de beneficiar herva-matte, tratar de montar para esse fim um engenho de motor hidráulico no local mais

---

<sup>244</sup> Idem. p. 07.

<sup>245</sup> Idem. p. 04.

adequado aproveitando a queda d'água mais próxima".<sup>246</sup> (sic.) Se o engenho de erva-mate fosse construído e aos cuidados da Colônia Militar, instruiu Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, que poderia ser vedada "a exportação de herva em rama ou cancheada" para as repúblicas da Argentina e do Paraguai.

As habitações de militares e colonos, tanto na área urbana como na área rural, deveriam seguir a algumas recomendações:

Todas as casas serão intervaladas e ajardinadas na frente, quer na sede da colonia, quer nas habitações agrícolas e pastoris onde serão erguidas em lugares aprazíveis. O pavimento terreo de casa edificio será de 4 m de altura minima; as portas exteriores não devem ter largura menor de 1 m e nem altura inferior a 2, 4 m; e as interiores de 1m por 2; as janelas terão por limite minimo 1,2 m de largura e 1,6 m de altura. Nos sobrados os pés direitos dos andares variarão com a importância do edificio, conforme as regras de construção.<sup>247</sup>

A preocupação do capitão Bellarmino estende-se também à disposição das ruas a serem abertas na área urbana da Colônia Militar. Deveriam ser determinadas após a demarcação de "uma praça quadrada central situada em elevação que domine um vasto horizonte". De cada lado da praça deveria ser projetada uma rua com 12 metros de largura. As ruas que dariam acesso e margeariam os rios Paraná e Iguaçu deveria ter a "largura total de 32 m, sendo 20 m para o transito de carros e cavaleiros e seis metro de cada lado para passeio e arborisação".<sup>248</sup>

Como pôde-se verificar, as *Instruções provisórias* tecidas pelo capitão Bellarmino, além de determinar um conjunto de ações a serem desempenhadas pelos militares, impôs várias medidas com o intuito de padronizar terrenos, ruas, praças, casas, janelas, portas, etc. Observando-se a topografia e estabelecendo o lugar da praça quadrada, que deveria propiciar a

---

<sup>246</sup> Idem. p. 06.

<sup>247</sup> Idem. p. 08.

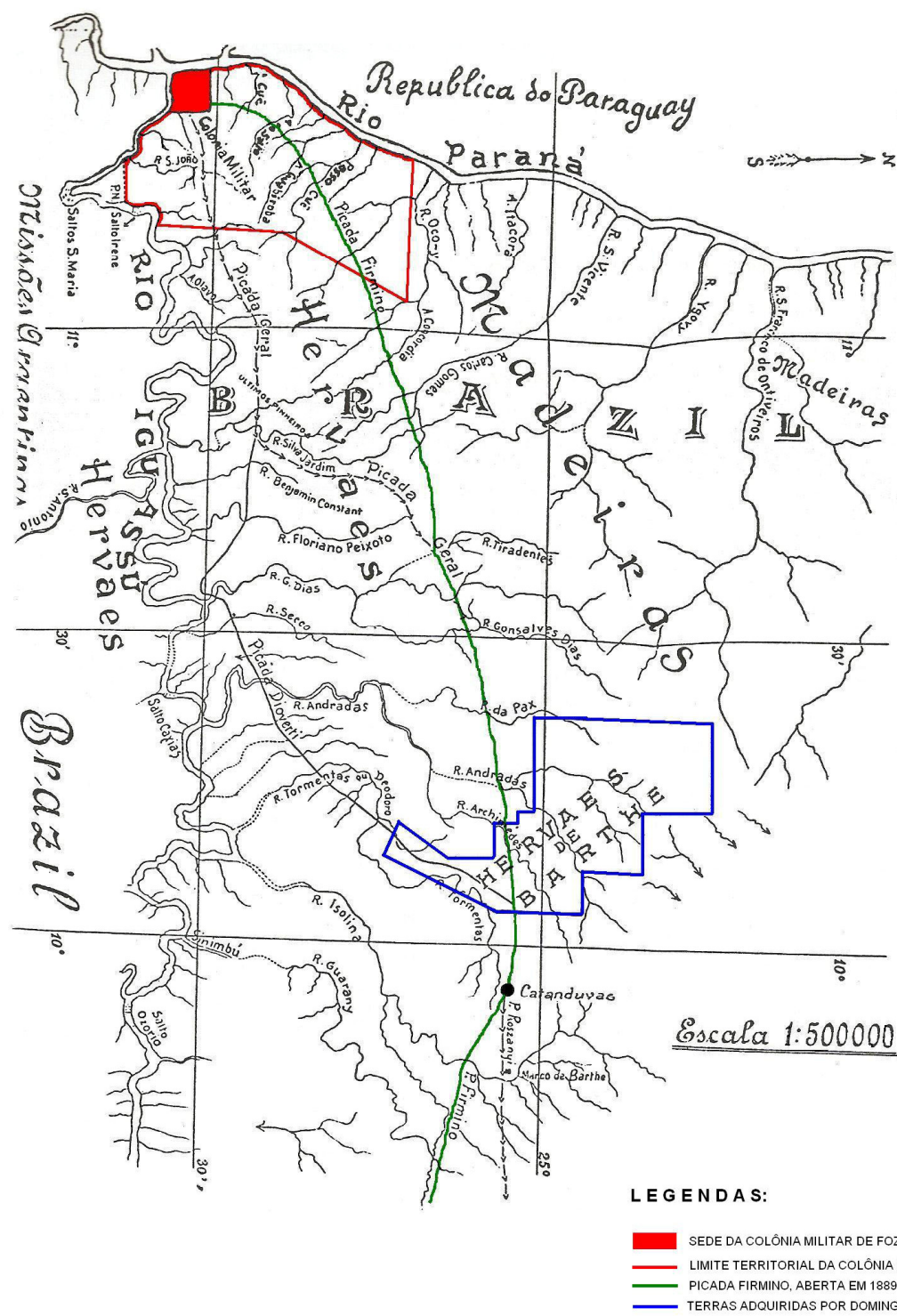
<sup>248</sup> Idem. p. 07 e 08.

observação de um vasto horizonte, determinar-se-iam as ruas centrais e demais ruas laterais e marginais aos rios Iguaçu e Paraná. As casas no perímetro urbano e rural deveriam ser ajardinadas e aprazíveis. Estrategicamente, a casa onde seria abrigada a Diretoria da Colônia Militar, deveria ser construída o mais próximo possível da foz do rio Iguaçu ao rio Paraná. A altitude do barranco existente na margem esquerda do rio Paraná propiciaria aos militares um ângulo privilegiado de observação das águas e florestas brasileiras, argentinas e paraguaias. A racionalização dos espaços públicos e privados levados a cabo na Côrte Imperial e em outras capitais de Província, fazia-se sentir no planejamento urbano e rural da Colônia Militar.

O espaço rural e o espaço urbano, ao serem determinados e demarcados, denunciavam os lugares de trabalho e, por extensão, os espaços de lazer e descanso. A altura dos pés direito das casas, assim como das janelas e portas, a preocupação com a claridade e a ventilação dos espaços internos da casa. Os jardins junto às casas, os passeios paralelos às largas ruas e a arborização sinalizavam a busca de uma salubridade urbana. A divisão da área da Colônia Militar em dois distritos e a nomeação de dois inspetores coloniais, ressalta a preocupação para com a ordem, o controle e o respeito às regras estabelecidas e condutas morais individuais.



FIGURA 02 - Mapa com a localização da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.



FONTE: NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Secretaria de Agricultura do Paraná, 1903, p. 230. Com alterações do autor.

Essa racionalização era fruto de uma nova concepção de arquitetura e urbanismo de matriz européia que passou a ser implementada pelos engenheiros civis e militares brasileiros às multifacetadas realidades sociais, geográficas e climáticas do Brasil a partir de meados do século XIX. A objetividade técnica e científica, evidenciada nas instruções do capitão Bellarmino, fez surgir uma crença entre os militares alocados em Guarapuava de que, ao serem cumpridas todas as suas recomendações, a Colônia Militar estaria fadada ao progresso. E mais, para o engenheiro Bellarmino, as 60 léguas (390 km) que separavam a futura Colônia Militar da Comarca de Guarapuava (que era o núcleo urbano mais próximo) não era um empecilho, desde que fossem cumpridas as instruções.

### **3.1.2 A edificação da Colônia Militar (1889/1892)**

Ainda em setembro de 1889, o capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo expediu correspondência ao Ministro da Guerra (Vice-Almirante Barão de Ladário José da Costa) sugerindo a nomeação de um grupo de militares para levar adiante os trabalhos relativos à fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu. Nesse grupo estava o 1º tenente Antonio Baptista da Costa Junior, que foi nomeado Vice-Diretor da Colônia Militar. Além do Vice-Diretor, ressaltou José Maria de Brito (que também foi nomeado para ocupar a função de almoxarife na Colônia Militar), outros 34 soldados, 12 operários civis, 3 mulheres casadas com soldados e 4 tropeiros compunham a equipe de trabalho.<sup>249</sup> Em seus escritos, José Maria de Brito alude que a expedição saiu de Guarapuava no dia 13 de setembro de 1889. Ao chegar nos campos do Chagú, detalha o sargento Brito, “fomos surpreendidos por um temporal que durou seis dias, obrigando-nos a permanecer ali 13 dias, esperando que as águas do perigoso rio das Cobras, situado a uma légua e

---

<sup>249</sup> BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e...* Op. Cit. p. 75.

tanto em nossa frente, permitisse vadeá-lo”.<sup>250</sup> A picada que tinham percorrido a algumas semanas estava obstruída pela vegetação. “Em lugares de taquaral e, sobretudo, taquarussusal estavam completamente acamados, de modo a impossibilitar a marcha”.<sup>251</sup>

Após vencer vários obstáculos a equipe atingiu a 24<sup>a</sup> légua, onde permaneceram por alguns dias cumprindo uma das instruções dadas pelo capitão Bellarmino. Conta José Maria de Brito que foram derrubados dez alqueires de floresta para fazer uma roça de milho, feijão e outras sementes para servir de “recursos aos viandantes que se aventurassem por aqueles ermos”. Também traçaram as bases para a construção de uma casa para depósito de víveres. “Como encarregado deste ponto que foi batizado com o nome de 'Posto das 24', ficou o civil Benedito Theodoro Cordeiro auxiliado por dois alemães, Henrique Enck e Francisco de Tal”.<sup>252</sup> Tinham por função realizar o plantio de sementes, de construir o depósito de alimentos e uma mangueira para abrigar os animais utilizados para montaria e transporte de bagagens.

Antes de reiniciar a viagem rumo à foz do rio Iguaçu, José Maria de Brito lembra que foram visitados por uma “turma de paraguaios”. Estavam eles a fazer uso da picada para localizar novos capões de erva-mate. “Escusado é dizer que o tenente encarregado da fundação da Colônia vedou-lhes a marcha para frente, explicando que daquela data por diante não seria permitido explorações nas matas brasileiras sem prévia autorização do Governo”,<sup>253</sup> relembrou José Maria de Brito. A presença de paraguaios naquela porção do território paranaense assinalava a precariedade (ou ausência) do domínio sobre as terras que estavam a percorrer. Para os militares, a fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu iria por fim à exploração dos ervais e

---

<sup>250</sup> Idem. p. 75.

<sup>251</sup> Idem. p. 75.

<sup>252</sup> Idem. p. 76.

<sup>253</sup> Idem. p. 76-77.

das florestas a Oeste dos campos de Guarapuava. Após abrir um desvio para contornar um “banhado muito extenso que nos impediu de marchar por alguns dias”, relatou José Maria de Brito, alcançaram a serra de Bela Vista alguns dias depois. A serra, para os viajantes, era sinal de que daquele ponto em diante iniciava-se o vale do rio Paraná e que restavam 7 léguas de picada a serem palmilhadas. Em 22 de novembro de 1889, a equipe chegou à foz do rio Iguaçu. No dia seguinte, relembrou José Maria de Brito, “o 1º tenente Vice-Diretor publicou a ordem do dia sob nº 1. Tomou as providências necessárias para que a população iguaçuense e as repúblicas vizinhas tivessem conhecimento que na foz do Iguaçu já havia autoridade constituída para todos os efeitos legais, etc”.<sup>254</sup>

Para a população local, que sobrevivia da exploração dos ervais e da madeira, as notícias veiculadas pelos militares traduziam-se em tempos de incertezas? Houve resistência à implantação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu? A Colônia Militar teve “vida franca, leal e cheia de garantias”, como afirmou José Maria de Brito? Pelas fontes documentais que dispomos, pode-se afirmar que a chegada de militares e civis na foz do rio Iguaçu (em 22 de novembro de 1889) alterou o cotidiano das pessoas que habitavam e exploravam as florestas que margeavam os rios Iguaçu e Paraná.

A notícia de que ali seria edificada uma Colônia Militar e de que a exploração de erva-mate e madeira havia sido proibida, acabou por intrigar ainda mais alguns habitantes. João Wanderley de Oliveira e Manoel Gonçalves, ambos brasileiros, puseram-se (com auxílio de alguns trabalhadores paraguaios) a transportar as toras de madeira de lei para a margem direita do rio Iguaçu. Ambos os brasileiros foram surpreendidos e advertidos por um grupo de militares que estavam a realizar o levantamento das famílias e as áreas de terras ocupadas por elas junto às margens do rio Iguaçu. As toras de madeira deveriam permanecer retidas para uso dos

---

<sup>254</sup> Idem. p. 78.

militares na construção das benfeitorias da sede colonial. A advertência tinha por função alertar a brasileiros e estrangeiros com relação à proibição de se extrair madeira e erva-mate das florestas brasileiras, salvo mediante a autorização do governo.<sup>255</sup>

Enquanto isso, outro grupo de militares e civis puseram-se a cumprir outras instruções provisórias tecidas pelo capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. O acampamento provisório foi levantado de acordo com as instruções, isto é, o mais próximo possível da confluência dos rios Iguazu e Paraná. No entanto, com o passar dos dias, lembrou José Maria de Brito, as altas temperaturas e as escassas chuvas dos meses de dezembro e janeiro não tinham capacidade suficiente para fornecer água ao pessoal que fazia parte da expedição. Antonio Baptista da Costa Junior sugeriu a mudança provisória do acampamento junto ao arroio Monjolo, cujo volume de água era maior. “No mesmo local havia um morador”, enfatizou José Maria de Brito em seus escritos: “o brasileiro Izaias Penna e sua mulher Joanna Roza, natural da República Oriental do Uruguai”.<sup>256</sup> Segundo José Maria de Brito, o casal prestou relevantes serviços à causa da fundação da Colônia Militar. A cura da enfermidade que se abateu sobre o vice-diretor da Colônia Militar foi um dos serviços prestados, destacou o sargento Brito:

o tenente Baptista sentia-se doente: dores de cabeça, febre e comichão em uma das narinas. [...] fiz uma visita à Sra. Roza, nossa vizinha. Durante a palestra que mantivemos, veio a baila o estado de saúde em que se encontrava o tenente Baptista. No mesmo dia Roza, visitou-o. Há muitos anos no sertão, com grande experiência dos costumes e das cousas sertanejas, gozando de boa fama de parteira e curandeira, examinou o nosso enfermo e constatou a existência de bichos de vareja na narina afetada! Roza em pessoa constituiu-se enfermeira do tenente e extraiu por intermédio de mercúrio (nesta época não creolina) um grande bicho, já revestido de cabelos, da narina afetada.<sup>257</sup>

---

<sup>255</sup> PROCESSO CRIME Nº 890.2.331, de 07/04/1890. Caixa nº 13. [Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro] p. 2.

<sup>256</sup> BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e...* Op. Cit. p. 85.

<sup>257</sup> Idem. p. 87-88.

Nesses relatos, evidencia-se a vida cheia de privações que estavam levando os militares e civis recém chegados de Guarapuava. O conhecimento dos saberes sanadores populares faziam parte do cotidiano e eram sinais incontestes da fragilidade da vida frente às doenças e ferimentos causados por insetos, cobras e outros animais. Somava-se a isso, as condições de higiene pessoal e à vida privada em condições desumanas. José de Souza Martins alude que em áreas de expansão territorial a vida privada não existe porque tudo (ou quase tudo) é provisório e temporário. O que existia, segundo o sociólogo, era uma vida de privações.<sup>258</sup>

A enfermidade do tenente Antonio Baptista da Costa Junior foi curada, no entanto, ele pediu afastamento das funções que ocupava na fronteira ao saber que o capitão Bellarmino havia pedido demissão das funções de chefia da *Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná* para assumir o cargo de Deputado Federal pelo Estado do Paraná. O tenente Frederico Luiz Rozsanyi foi nomeado vice-diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, mediante indicação do novo chefe da *Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná*, o tenente-coronel do corpo de engenheiros Luiz Antonio de Medeiros.<sup>259</sup> Na na óptica de José Maria de Brito, um dos erros cometidos pelo tenente Rozsanyi quando esteve administrando a Colônia Militar foi não levar a cabo as *Instruções provisórias* do capitão Bellarmino, tendo Rozsanyi começado a edificar a Colônia junto ao arroio Monjolo.<sup>260</sup>

Como a madeira era largamente utilizada para a edificação das casas, algum tempo depois, os militares foram buscar as toras de madeira de lei

---

<sup>258</sup> MARTINS, José de Souza. "A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil (4) – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 674.

<sup>259</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general da divisão, Antonio Nicoláo Falcão da Frota, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em junho de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 31.

<sup>260</sup> BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e...* Op. Cit. p. 88.

derrubadas pelos peões de João Wanderley e Manoel Gonçalves que haviam ficado retidas quando estavam para lançá-las no rio Iguaçu. Porém, as toras de madeira haviam desaparecido. De acordo com as informações que constam no inquérito escrito pelos militares, as toras foram desviadas para o território estrangeiro por João Wanderley de Oliveira, com auxílio e cumplicidade de Manoel Gonçalves. Ao ser interrogado pelos militares, Manoel Gonçalves (que residia na costa brasileira do rio Paraná e próximo à Colônia Militar) mencionou que foram levadas para Corrientes aproximadamente 45 toras de madeira de lei, calculadas em 40 m<sup>3</sup>. Segundo o depoente, foram vendidas ao preço de 1\$400 (mil e quatrocentos réis) o m<sup>3</sup>.<sup>261</sup> Sem contabilizar as despesas gastas com os peões e o transporte da madeira até Corrientes, João Wanderley embolsou 5:600\$000 (cinco contos e seiscentos mil réis).

Manoel Gonçalves também confirmou que foi João Wanderley de Oliveira o responsável por desviar as toras visando cumprir um contrato que tinha firmado com uma madeireira de Corrientes. Relatou ainda, que foram seus peões que derrubaram, transportaram e amarraram as toras em forma de jangadas para descer as águas do rio Paraná rumo às serrarias correntinas. Eduardo Marlio, argentino, solteiro, 33 anos; Vicente Ribas, paraguaio, solteiro, 34 anos; Felipe Varcillos, paraguaio, solteiro, 20 anos; Idelfonso Salina, argentino, solteiro, 20 anos; e Baldemiro Silva, paraguaio, solteiro, 35 anos, segundo o depoimento de Manoel Gonçalves, eram os peões envolvidos no desvio de madeira, todos moradores na costa brasileira do rio Paraná.<sup>262</sup> Após intimar e ouvir os peões, José Maria de Brito e Antônio Baptista da Costa Junior deram forma final ao processo e encaminharam para o Fórum da Comarca de Guarapuava para que fossem tomadas as providências cabíveis.

---

<sup>261</sup> PROCESSO CRIME N° 890.2.331, de 07/04/1890. Caixa n° 13. p. 2.

<sup>262</sup> DEPOIMENTO de Manoel Gonçalves. 03/04/1890. PROCESSO CRIME N° 890.2.331... Op. Cit. pp. 5 a 7.

Quais eram as intenções dos militares ao levar adiante a apuração dos fatos ocorridos em relação ao desvio de madeiras para território estrangeiro? São escassas as informações sobre os primeiros dois anos da Colônia Militar, assim como da atuação dos militares junto aos colonos matriculados e demais moradores estrangeiros e brasileiros que exploravam as matas e terras fora dos limites territoriais da Colônia. Intimar e ouvir as pessoas envolvidas no desvio de madeira pode ter sido uma estratégia utilizada pelos militares com o intuito de sinalizar aos habitantes daquelas paragens o que iria acontecer se a prática do contrabando de madeira persistisse. Também pode ser interpretado como uma forma de persuadir os peões paraguaios, argentinos e brasileiros para que se matriculassem como colonos. Eis alguns indícios de que havia resistências por parte dos antigos moradores em relação à implantação da Colônia Militar e à presença de militares nos limites do Brasil com a Argentina e o Paraguai.

José Maria de Brito em suas memórias da fundação da Colônia Militar não fez menção alguma às resistências movidas pelos antigos habitantes quando da instalação da Colônia Militar. Sequer mencionou o episódio envolvendo o desvio de madeira, que ele havia ajudado apurar os fatos, além de ter auxiliado na construção do processo-crime. Isso mostra que o narrador, ao escrever suas memórias, as seleciona de acordo com interpretações do seu tempo presentes. Silêncios, omissões, esquecimentos intencionais. José Maria de Brito enfatizou, no entanto, a participação de alguns antigos moradores por terem prestado “relevantes serviços a causa da fundação da Colônia”.<sup>263</sup> Os brasileiros Feliciano de Araújo e Pedro Martins, por exemplo, foram nomeados inspetores coloniais “com o fim de coibir abusos” nas áreas habitadas pertencente à Colônia Militar.<sup>264</sup> Tornaram-se agentes de polícia com autoridade para interferir no cotidiano da população, levando-a, mediante diferentes mecanismos, a aceitar as determinações impostas pelos militares.

---

<sup>263</sup> BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e...* Op. Cit. p. 85.

<sup>264</sup> Idem. p. 73.



Como aludido anteriormente, a primeira imposição foi proibir a extração e comercialização de erva-mate e madeira. Sem tal fonte de renda, muitos dos antigos moradores viram-se obrigados a trabalhar para os militares na construção da sede administrativa, habitações, praça e outras obras que dariam suporte ao funcionamento da Colônia Militar. Outros moradores, no entanto, se aproximaram dos militares e construíram laços de amizade com a intenção de obter uma área de terra para cultivar e criar animais.

Em julho de 1891, ocorreu a nomeação do tenente-coronel do corpo de engenheiros Joaquim Martins de Mello para a direção da *Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná*, em substituição ao tenente-coronel Luiz Antonio de Medeiros. Em relatório enviado ao Ministro da Guerra, Joaquim Martins de Mello pontuou que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu deveria ser inaugurada:

Sou da mesma opinião que manifestou o meu antecessor em seu officio relatório, a respeito da conveniencia na inauguração da colonia, pois que tendo ella o seu chefe effectivo, que será o director, ajudante, auxiliar, commandante do destacamento, medico, escrivão e almoxarife, com maior facilidade conhecerá a aprenderá as suas necessidades, desde que o governo forneça-lhe os meios necessários, consistindo principalmente na concessão de uma verba fixa regular, a qual a meu entender, não poderia ser menor de 40 a 50 contos de réis annuaes, ficando por enquanto a cargo da commissão estrategica a estrada até as divisas do dominio da colonia.<sup>265</sup> (sic.)

A origem desse comentário estava atrelada a Lei 39A, de 30 de janeiro de 1892, sancionada pelo Governo Federal autorizando a emancipação das colônias militares em todo território nacional, “com excepção das que se acham situadas nas fronteiras da República ou suas proximidades”.<sup>266</sup> Mesmo

---

<sup>265</sup> Excerto do Relatório enviado pelo tenente-coronel Joaquim Martins de Mello, citado no Relatório elaborado pelo general Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1892. MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general de brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em maio de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 24.

<sup>266</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente (1892)*... Op. Cit. p. 24.

estando a Colônia Militar de Foz do Iguaçu limitado-se com as Repúblicas do Paraguai e Argentina, Joaquim Martins de Mello sugeria a emancipação da referida Colônia Militar, pois o adiamento dessa decisão poderia ser prejudicial aos andamentos dos trabalhos pela relutância dos oficiais da comissão em prestar serviço na Colônia Militar “como prova a existencia, em pouco tempo, de tres vice-diretores, facto este muito prejudicial à boa marcha de qualquer serviço, não só pela divergência do modo de ver as cousas, como ainda pela inconveniencia das interinidades na administração”.<sup>267</sup>

Pelas informações pontuadas acima, percebe-se que há uma sintonia com os relatos do sargento José Maria de Brito, principalmente quando fez alusão à substituição do tenente Antonio Baptista da Costa Junior pelo tenente Rozsanyi, que teria ordenado a edificação de casas junto ao arroio Monjolo e não próximo à foz do rio Iguaçu como estipulou o capitão Bellarmino em suas *Instrucções provisórias*.

O tenente Frederico Luiz Rozsanyi ficou à frente da vice-direção da Colônia Militar até 20 de outubro de 1892, data essa em que o Ministério da Guerra baixou uma portaria oficializando a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e, ao mesmo tempo, nomeou o capitão de engenheiros Manoel Luiz de Mello Nunes para o cargo de diretor e, o alferes Edmundo Francisco Xavier de Barros para a função de vice-diretor.<sup>268</sup> Com isso, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu passou a estar vinculada diretamente ao Ministério da Guerra. À Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná caberia apenas manter aberta e conservada a picada rumo a Guarapuava, até os limites territoriais da Colônia Militar. Também ficou incumbida de auxiliar no transporte de gêneros

---

<sup>267</sup> Idem. p. 24.

<sup>268</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao vice-presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo general Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em abril de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 54.

alimentícios, medicamentos, roupas, ferramentas, armas e munições para a Colônia Militar.<sup>269</sup>

### 3.2 A DISTÂNCIA E O ISOLAMENTO: OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO DA COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU.

Com a missão de fiscalizar o serviço de uma turma de 15 homens que havia partido de Guarapuava em outubro de 1892, o tenente José Cândido da Silva Muricy relata que, contra a sua vontade, empreendeu “penosíssima viagem à colônia militar da Foz do Iguassú, através do asperrimo sertão, o maior e o mais bruto do nosso Estado”.<sup>270</sup> Além de fiscalizar as obras de limpeza da estrada, José Muricy também foi encarregado de levar até a Colônia Militar “uma tropa de uns 30 cargueiros com gêneros e uns 20 bois e vacas, cousa que ninguém até então conseguira levar”.<sup>271</sup> Os animais seriam distribuídos aos colonos matriculados, assim como parte dos gêneros alimentícios. Ao percorrer a picada, José Muricy pontuou em seus escritos o quão difícil era mantê-la em condições de tráfego devido ao rápido crescimento da vegetação e às constantes chuvas, “que tornavam os caminhos, que já não são bons, horrorosos. D'ahi o cansar quasi toda a tropa, a ponto de serem os tropeiros obrigados a viajar a pé, para porem cangalhas nos animais que montavam. Levamos 34 dias para atravessar o sertão”.<sup>272</sup>

A chegada à Colônia Militar deu-se na primeira semana de dezembro de 1892. Segundo José Muricy, os alimentos que trouxera iriam dar certo alento

---

<sup>269</sup> De acordo com o relatório do Ministério da Guerra, datado de abril de 1893, a sede da Comissão de Estradas Estratégicas no Paraná foi transferida de Guarapuava a as margens do rio Jangada, para facilitar os trabalhos de abertura da estrada entre União da Vitória e Palmas. (Cf. MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao vice-presidente dos Estados Unidos do Brazil (1893)*... Op. Cit p. 29.).

<sup>270</sup> MURICY, José Cândido da Silva. “À Foz do Iguassú:... Op. Cit. p. 47.

<sup>271</sup> Idem. p. 47 e 59.

<sup>272</sup> Idem. p. 60.

aos militares e colonos, pois ao conversar com os militares soube que Colônia Militar se encontrava “sem dinheiro, sem gêneros alimentícios, quasi sem créditos, exahusta portanto de recursos atravessava ella uma quadra horrorosa e desde muitos meses”.<sup>273</sup> (sic.) Isso evidencia que a produção agrícola e pastoril levada a cabo pelos colonos não era suficiente para prover o sustento da comunidade que estava a se formar. Para amenizar a crise alimentícia, José Muricy enfatiza em seus relatos que “sacrifícios e esforços sobrehumanos” foram feitos pelo vice-diretor Edmundo de Barros ao fazer uso do dinheiro enviado para as despesas administrativas da Colônia Militar para adquirir alimentos e outros gêneros de primeira necessidade junto aos comerciantes argentinos e paraguaios. A primeira dificuldade, diz José Muricy, era em relação à variação cambial, visto que os comerciantes alegavam que “o dinheiro brasileiro valia muito menos que o dinheiro argentino e paraguay”. Frente à insistência movida por Edmundo de Barros para que se respeitasse as variações cambiais, muitos negociantes pararam de fornecer alimentos, ou quando forneciam eram por preços exorbitantes. José Muricy diz que “os gêneros fornecidos não eram bons e a carne secca que vinha de Posadas (cidade argentina) coberta de uma camada branca de bolôr, continha além dos ossos das costellas, todas as vertebraes, buxo, língua, beiços, etc.”.<sup>274</sup> (sic.)

Para os comerciantes argentinos e paraguaios, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu havia se tornado um alvo certo para se obter lucros, a começar pela diferença cambial. O isolamento da Colônia Militar, atrelado à demora no envio de dinheiro, alimentos e outros produtos oriundos de Curitiba e Guarapuava, abriu caminho para que se estabelecesse um vínculo comercial com mercadores argentinos. Esse vínculo, como informa José Muricy, em pouco tempo se transformou em dependência, na medida em que os comerciantes passaram a fornecer mercadorias a colonos e militares para que

---

<sup>273</sup> Idem. p. 61.

<sup>274</sup> Idem. p. 62.

fossem pagas futuramente, ou ainda, mediante a troca de mercadorias por erva-mate. Esse vínculo e dependência comercial, no entanto, fornecia condições para que a Colônia Militar continuasse a existir.

Com relação à estrutura física da Colônia Militar, o tenente José Muricy informou em seus escritos que existiam “casas construídas pelo governo, para a directoria, enfermaria, pharmacia, casa do médico, deposito de gêneros, quartel das praças, ferraria, carpintaria, etc.”.<sup>275</sup> Eram casas de madeira e que atendiam aos serviços básicos a militares e colonos. Mesmo não tendo sido demarcado, segundo José Muricy, o território da Colônia Militar se encontrava em grande parte dividido em lotes urbanos e agrícolas, “habitados por grande número de colonos de diferentes nacionalidades, que se applicam na plantação de milho, feijão, mandioca, bananas, canna de assucar, café, fabrico de herva-mate, de farinha de milho e na serragem de madeira”.<sup>276</sup>

Ao destacar os gêneros alimentícios cultivados pelos colonos, o tenente José Muricy anuncia o sucesso inicial da Colônia Militar, mesmo enfrentando dificuldades financeiras. Tais produtos amenizavam a carestia de alimentos, que se completava com caça e a pesca. A restrição imposta pelos militares com relação à exploração de erva-mate e madeira aos antigos habitantes fez com que muitos deles se cadastrassem como colonos, independente da nacionalidade. No entanto, cultivar a terra ou criar animais era outra condição imposta pelos militares para que os colonos viessem a receber os títulos de legitimidade da posse de seus lotes de terra. José Muricy salienta, mesmo que de forma breve, que muitos “bons colonos”<sup>277</sup> ainda não tinham recebido seus títulos de legitimidade da posse das terras.

A expressão “bom colono”, utilizada pelo tenente José Muricy, se referia aos colonos que estavam a fazer roças e criar animais nas terras que receberam

---

<sup>275</sup> Idem. p. 63.

<sup>276</sup> Idem. p. 64.

<sup>277</sup> Idem. p. 65.

dos militares. Se haviam bons colonos, havia também os maus colonos, isto é, aqueles que não estavam a fazer uso das terras, ou, se as utilizavam era apenas para seu sustento. Nessa óptica, a sobrevivência de muitos colonos nos leva a crer que ainda estava ligada à extração de erva-mate e madeira. O controle sobre o uso da floresta, imposta pelos militares, não surtiu efeito em todos os colonos. Para esses colonos, não cultivar o solo pode ser lida como uma forma de resistência às imposições feitas pelos militares em nome dos costumes cotidianos existentes antes da chegada dos militares.

Um engenho de serra foi montado pelos irmãos José e Raymond Blosset nos limites territoriais da Colônia Militar e próximo às barrancas do rio Paraná, onde fundaram um porto que nominaram de Porto Francês. José Muricy fez uma visita aos irmãos Blosset e fez algumas anotações em seu diário sobre o porto:

Sobe-se do porto para a sua antiga casa de moradia, hoje simplesmente de negócio, por wagonetes que rolam sobre trilhos de aço e por um plano de grande declividade, na distância de trinta e tantos metros. Dahi até sua actual casa de morada, situada a uns duzentos metros da primeira, há uma linha ferrea, para o transporte de cargas, linha essa que estava sendo prolongada até os seus bem montados engenhos de serra e de fabricar farinha de mandioca.<sup>278</sup>

Além dos engenhos de fabricar farinha de mandioca e de serrar madeira, pontua José Muricy, os irmãos Blosset também montaram um alambique onde destilavam cachaça de cana de açúcar e de laranja, além da fabricação de melado de rapadura e açúcar mascavo. A madeira, a mandioca e a cana de açúcar eram adquiridas dos colonos e, após serem manufaturados, eram revendidos aos colonos, aos militares e aos comerciantes argentinos e paraguaios que atracavam no Porto Francês. Para os militares, assim como para José Muricy, os empreendimentos montados pelos irmãos Blosset, eram sinais incontestes de que a Colônia Militar seria “a rainha dessas paragens, e

---

<sup>278</sup> Idem. p. 64.

que o centro commercial mais importante de todo o Alto Paraná, assim como uma sentinella sempre alerta, um obstáculo anteposto à inimigos prováveis”.<sup>279</sup> (sic.)

José Muricy sinaliza que a comunidade que estava a se formar na fronteira situava-se num lugar estratégico e de futuro próspero a aqueles que ali resolverem instalar suas indústrias e casas de comércio. Domingos Nascimento também afirma que até o ano de 1894, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu havia progredido de maneira significativa: “Casas e caminhos eram construídos, distribuídos os lotes provisórios: as populações das fronteiras paraguaya e argentina se transportavam com famílias e bens para o território brasileiro”.<sup>280</sup> (sic.) Pela narrativa de Domingos Nascimento, percebe-se que era uma migração espontânea e não orientada, dirigida. A migração de brasileiros para a Colônia Militar de Foz do Iguaçu era ínfima devido à distância e à precariedade dos caminhos a serem percorridos.

Leônidas Boutin, em 1977, discorreu sobre a Colônia Militar de Chopim. Informou que após a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, algumas famílias de colonos brasileiros abandonaram a Colônia Militar de Chopim e seguiram rumo à Colônia Militar de Foz do Iguaçu “pelas melhores condições que ela oferecia”.<sup>281</sup> Cabe salientar que, nessa mesma época, um número acentuado de imigrantes europeus (poloneses, ucranianos, alemães, italianos e franceses) estavam sendo acolhidos em diversas colônias nos arredores da Capital Paranaense, nos Campos Gerais e nos Campos de Guarapuava, aos cuidados do Governo do Estado do Paraná e também da iniciativa privada.<sup>282</sup>

---

<sup>279</sup> Idem. p. 65.

<sup>280</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 113.

<sup>281</sup> BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná...* Op. Cit. p. 54.

<sup>282</sup> Um livro que serve como referência de leitura sobre a imigração européia para o Paraná na última década do século XIX é PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*, publicado em Curitiba no ano de 1899. Traz informações detalhadas sobre as 55 colônias de imigrantes até então existentes no Paraná, sob cuidados da iniciativa privada e/ou do Governo do Paraná. Outro livro que pode ser incluído no rol de leituras sobre a imigração européia no Paraná é MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989. É um ensaio

Não havia, por parte do Governo do Paraná, uma política de ocupação territorial da fronteira Oeste do Estado com migrantes nacionais ou imigrantes europeus.

### 3.3 A SOBREVIVÊNCIA DA COLÔNIA MILITAR ATRELADA AO COMÉRCIO ARGENTINO E AO TRABALHO DOS COLONOS PARAGUAIOS.

O crescimento populacional na Colônia Militar de Foz do Iguaçu sofreu forte abalo em 1894, com os desfechos da Revolução Federalista no Paraná.<sup>283</sup> Em fins de abril de 1894, cerca de 400 soldados sob comando de José Serafim de Castilho (vulgo Juca Tigre), após terem permanecido em Guarapuava por alguns dias, adentraram nos campos das Laranjeiras e do Chagú visando fugir das forças legalistas de Floriano Peixoto. Muitos soldados e civis, partidários da causa revolucionária, deram cobertura à fuga de Juca Tigre e outros soldados rumo à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, seguindo o caminho aberto em 1889.<sup>284</sup> Domingos Nascimento relatou que a passagem e a estadia dos revolucionários na Colônia Militar entre os meses de junho a agosto de 1894

---

histórico-sociológico sobre a aculturação européia no Paraná e a influência européia na formação cultural do Paraná moderno.

<sup>283</sup> Sobre a Revolução Federalista no Paraná, as memórias de José Francisco da Rocha Pombo, fornecem um detalhado panorama dos acontecimentos em Curitiba. Uma visão militar da Revolução Federalista no Paraná foi escrita por David Carneiro, com destaque para os acontecimentos belicosos na Lapa e Curitiba. Rafael Augustus Sêga elaborou uma pesquisa sobre a Revolução Federalista com enfoque político/militar. Cf. ROCHA POMBO, José Francisco da. *Para a História: notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná*. Curitiba: fundação Cultural de Curitiba, 1980. [1898, data em que foi escrito]. CARNEIRO, David. *O Paraná e a Revolução Federalista*. São Paulo: Atena, 1944; SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos Belicosos: A Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos; Editora CEFET, 2005.

<sup>284</sup> Sobre a Revolução Federalista e seus desdobramentos em Guarapuava e nos campos das Laranjeiras e nos campos do Chagú, existe um relato escrito por Frederico Ernesto Virmond, intitulado “História da Revolução de 1894 em Guarapuava”. Esse relato foi publicado na *Revista Monjolo*, por Murilo Walter Teixeira.



submergiu “a população em ondas de terror, obrigando-a a tudo abandonar: casas, roças, animaes, benfeitorias e a fugir para as costas fronteiras”.<sup>285</sup>

Os militares que residiam na Colônia Militar tiveram de “pedir proteção à bandeira estrangeira”, destaca Domingos Nascimento, que continua: “Passada a onda, muitos refugiados não mais voltaram, outros ainda, se deixaram ficar para a outra banda do rio, sem noticias fidedignas do restabelecimento da ordem no Brazil, desconfiados de novo êxodo”.<sup>286</sup> O major Manoel Luiz de Mello Nunes, a seu pedido, foi exonerado do cargo de Diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu ao ver a situação do povoado após a saída de Juca Tigre e seus homens, ficando o tenente Edmundo Francisco Xavier de Barros como diretor interino entre os meses de agosto de 1894 a outubro de 1897.

Em uma correspondência em forma de relatório enviada ao coronel Joaquim de Salles Torres Homem,<sup>287</sup> o tenente Edmundo de Barros descreveu uma, dentre outras estratégias levadas a cabo por ele a fim de fazer progredir a Colônia Militar:

E é do estrangeiro que ainda nos vem alguma coisa, sempre fiada, como alimentação e utensílios por causa de várias medidas que tomei

---

<sup>285</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 113.

<sup>286</sup> Idem. p. 113-114.

<sup>287</sup> Segundo Liliane Freitag, “Torres Homem nasceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1851. É considerado um historiador e filósofo brasileiro. Casado com Laura Luciana Torres (a qual faleceu na Colônia Militar de Foz do Iguaçu). Em 1868, Joaquim de Salles Torres Homem deu início à carreira militar, cuja ascensão o levou à patente de Tenente-coronel, vindo a receber a direção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu entre os anos 1897 e 1898. Torres Homem foi promovido a General em 1912, ano de extinção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Oficial de artilharia, engenheiro geógrafo, o referido dirigente marcou presença na produção historiográfica do século XIX. O teor de seus textos reside em obras de caráter analítico e organizacional sobre o Exército brasileiro. Outra marca do rol de interesses teóricos do militar residiu no campo da filosofia e da literatura. Sua produção nessas áreas legitima sua presença em Instituições literárias especialmente no estado do Rio Grande do Sul. Torres Homem, faleceu em 1920, no Rio de Janeiro, e sobre esse personagem, pairam imagens controvertidas”. FREITAG, Liliane da Costa. “Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898”. In: *Revista de História Regional* 12(2): 191-224, Inverno, 2007. pp. 195-196.

a fim de, protegendo aos colonos, entreter a vinda dos vaporzinhos argentinos, únicos que sobem por estas águas, enquanto houver para elles algum cedro e herva-matte. D'estes productos locais nenhum outro lucro se poderia auferir para esta direcção.<sup>288</sup> (sic.)

A extração de erva-mate e de madeira por colonos e militares se tornou moeda de troca junto aos comerciantes argentinos, por alimentos e outros produtos. As atividades agrícolas e pecuárias deixaram de ser prioridade na administração do tenente Edmundo de Barros. Tal prática atraiu a atenção dos empresários ervateiros e madeireiros de Posadas e Corrientes, a ponto de incentivarem a atividade extrativista selando contratos com colonos. Aos poucos, diz Domingos Nascimento, a extração de erva-mate e madeira se tornou “garantia única de vida dos habitantes” residentes na Colônia Militar.<sup>289</sup>

Críticas foram tecidas pelo coronel Joaquim de Salles Torres Homem à administração da Colônia Militar de Foz do Iguaçu pelo tenente Edmundo de Barros, quando da elaboração de seu relatório, em dezembro de 1897. Mesmo “animado pelo patriotismo e o sentimento republicano”, pontuou Torres Homem, não pôde Edmundo de Barros “com toda sua boa vontade suprir a falta de practica administrativa e o prestígio militar”, mesmo levando-se em conta as condições em que se encontrava a Colônia Militar.<sup>290</sup> Entre os fatores que comprometeram a administração de Edmundo de Barros, segundo o coronel Torres Homem, estavam:

---

<sup>288</sup> BARROS, Edmundo Francisco Xavier de. “Carta-Relatório”. APUD. TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú*. Manuscrito. Dezembro de 1897. p. 19.

<sup>289</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 114.

<sup>290</sup> TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú*, organizado pelo Diretor Coronel graduado Joaquim de Salles Torres Homem, e para ser apresentado ao Sr. Ministro dos Negócios da Guerra. Dezembro de 1897. p. 1 e 2. Este relatório e outro, datado de 1898, foram publicados na íntegra por Liliane da Costa Freitag na *Revista de História Regional*, da UEPG. Cf. FREITAG, Liliane da Costa. “Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898”. In: *Revista de História Regional* 12(2): 191-224, Inverno, 2007.

a circunstancia de acharem-se servindo conjunctamente na Colonia dous irmãos d'elle, um como comandante do destacamento de linha, e o outro como Almojarife. [...] Os soldados do destacamento tinham perdido de todo os habitos militares, a ponto que desertavam e desertam sem nenhuma consciencia da gravidade da falta que commettem. [...] D'uma administração tornada assim fraca não deixaram de abusar tambem os demais officiaes, mas conservando-se todavia uns e outros fiéis a disciplina e a subordinação militar. [...] Em resumo, como effeito d'esse estado de cousas, encontrei em desordem a administração colonial sem um conhecimento exato de sua situação material economica, nem habitos militares ou sequer outros modos regulares de convivencia Social, um desequilibrio patente entre os elementos de receita e as contas de despeza etc.<sup>291</sup> (sic.)

As objeções tecidas acima por Torres Homem responsabilizando o tenente Edmundo de Barros pelos erros, desmandos e abusos enquanto esteve à frente da administração da Colônia Militar, forneciam um panorama do que havia se tornado a Colônia Militar. Torres Homem, no entanto, ocultou em seu relatório que os desmandos e abusos ligavam-se também a outro militar: o alferes Alcibiades Cezar Plaisant.

A trajetória militar de Alcibiades Cezar Plaisant, segundo Sebastião Paraná, teve início em 1882, na Escola Militar da Praia Vermelha, de onde foi expulso “por ter escrito artigos na imprensa carioca contra a administração do estabelecimento militar onde estudava”.<sup>292</sup> Plaisant regressou a Curitiba e, por influência paterna (comendador Carlos Augusto Cezar Plaisant), “passou a servir no 6º Regimento de Artilharia Montada, estacionado em Curitiba. Deste Regimento seguiu, em 1886, com as divisas de sargento, para a Colônia Militar de Chopim, onde se esforçou para o progredimento della”.<sup>293</sup>

Em 1896 várias deserções ocorreram na Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Para suprir o deficiente grupamento militar, o comando do 5º Distrito

---

<sup>291</sup> TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú...* Op. Cit. pp. 1 a 4.

<sup>292</sup> PARANÁ, Sebastião. “Major Alcibiades Cezar Plaisant”. In: *Galeria Paranaense: notas biographicas*. Curitiba, 1922. p. 141.

<sup>293</sup> PARANÁ, Sebastião. “Major Alcibiades Cezar Plaisant”.... Op. Cit. p. 141.

Militar de Curitiba designou o alferes Plaisant para cumprir serviço militar na referida Colônia Militar cuja chegada se deu em 19 de novembro de 1896. Por diversas vezes no ano seguinte, o alferes Plaisant teria assumido a direção da Colônia Militar na ausência do tenente Edmundo de Barros. Segundo Mario Barros,<sup>294</sup> para tentar se manter na direção da Colônia Militar, o alferes Plaisant “recorreu, à torto e à direito, aos empenhos de toda sorte e especie, arma dos fracos, para demover o seu superior do firme proposito em que se achava”.<sup>295</sup> Dentre as leviandades cometidas pelo alferes Plaisant enquanto esteve à frente da administração da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, destacou Mario Barros, estavam:

compras excessivas sem legalmente documental-as ahi, quem privou a pobres colonos matriculados de alimentação que o governo manda distribuir-lhes graciosamente, como aconteceu com os de nomes Diogo Vieira Machado, José Lopes, para dal-a a granel a quem não tinha direito; quem propositalmente deixou quasi morrendo a mingoa, sem recurso algum, no amago do sertão bravio, ao pobre encarregado do posto do rio da Paz – Manoel Francisco das Chagas; quem tentou escurraçar ao proprio companheiro de administração, o ilustrado e distinto Dr. Paulo Pinto de Abreu, medico da Colonia sem motivo plausivel, alliciando mesmo assignaturas de colonos para mais tarde se esgueirar do compromisso attentatório, que felizmente não conseguiu; quem tentou invadir o território estrangeiro com o destacamento da colonia, armado e embalado, rompendo grosseiramente com as amistosas e proveitosas relações com o Chefe político de Tacuru-puçú, republica do Paraguay, sem haver, para isso, motivo sufficiente; quem, sem piedade, e abruptamente, obrigou a pobres trabalhadores que já tinham permissão e convite do director para se estabelecerem na colonia, a reembarcarem no mesmo dia de regresso ao ponto donde vieram, sem attender aos soffrimentos das crianças e as pesadas despesas que fizeram, etc., etc.<sup>296</sup> (sic.)

---

<sup>294</sup> Mario Barros é irmão do tenente Edmundo de Barros. Não era militar, e sim escritor, literato e poeta guarapuavano. Outros dois irmãos do tenente Edmundo de Barros eram militares e, entre os anos de 1895 e 1897, exerceram funções na Colônia Militar de Foz do Iguaçu. O alferes Pacífico Antonio Xavier de Barros era comandante do destacamento de linha, ao passo que o alferes Fabriciano de Rego Barros cumpria as funções de almoxarife.

<sup>295</sup> BARROS, Mario. “Colonia Iguassú”. *O Guayra*. Guarapuava, 26/03/1898. p. 3.

<sup>296</sup> BARROS, Mario. “Colonia Iguassú”... *Op. Cit.* p. 4.

Na óptica de Mario Barros, as leviandades cometidas pelo alferes Plaisant tinham por meta destruir a reputação do tenente Edmundo de Barros enquanto diretor interino da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. O artigo redigido e publicado por Mario Barros era uma resposta ao texto publicado no Jornal *O Guayra*, pelo o alferes Alcibiades Cezar Plaisant tecendo acusações a Egas Morocines Borba<sup>297</sup> (ex-professor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu) por ter se posicionado contra algumas informações veiculadas pela redação do jornal fluminense *O Paiz*<sup>298</sup>, sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu ao tecer ponderações<sup>299</sup> com relação à nomeação do coronel Joaquim de Salles Torres Homem.

Frente às informações apresentadas por Mario Barros, pode-se afirmar que parcela dos abusos, desmandos e os erros cometidos na administração da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, entre os anos de 1894 e 1896, não estavam restritos apenas às ações e ordens do tenente Edmundo de Barros, como afirmou o coronel Torres Homem em seu primeiro relatório. Entende-se, no entanto, que a função ocupada por Edmundo de Barros, obrigava-o a assumir e responder às diversas críticas e os raros elogios tecidos pelo referido coronel.

A estrutura física e populacional da Colônia Militar de Foz do Iguaçu em dezembro de 1897, de acordo com o coronel Torres Homem, era a seguinte:

---

<sup>297</sup> Alcibíades Plaisant refere-se a Egas Borba como, “desordeiro”, “vagabundo” e “bohemio”; que teria sido expulso da Colônia Militar por Plaisant devido à “má conduta e continuado estado de embriaguez” de Egas Borba. Cf. PLAISANT, Alcibiades Cezar. “Colônia Iguassú”. *O Guayra*. Guarapuava, 12/03/1898. p. 3.

<sup>298</sup> O PAIZ, “Colônia de Iguassú”. Rio de Janeiro, 11/09/1897. p. 3. Esse artigo foi republicado em sua íntegra no Jornal *O Guayra*, de Guarapuava, em 26/03/1898. p. 3 e 4; O acervo contendo a coleção do Jornal *O Guayra* está alocado no Centro de Documentação e Pesquisa da Unicentro, em Guarapuava/PR.

<sup>299</sup> Entre as ponderações tecidas por Egas Borba sobre a nomeação do coronel Torres Homem para o posto de diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu estava a seguinte: “Não duvidamos que a nomeação do denedado Coronel Torres Homem não passe de um premeditado massacre aos seus alvites e intransigentes princípios republicanos de uma vindeta talvez, mal sopitada pelos seus invejosos e gratuitos inimigos”. BORBA, Egas Morocines. “Colônia do Iguassú”. *O Guayra*. Guarapuava, 02/10/1897. p. 4.

Na sede, a administração possui quatro casas ou barracões de madeira, e o estabelecimento do engenho de serrar. Achavam-se em ruínas ou em abandono outras dependências.

Na mesma sede, os particulares possuíam de 35 a 37 habitações, sendo dez barracas de madeira, vinte e dois ranchos de barro e capim, e mais três ruínas de palhoças.

O aspecto de tudo isso era mais barbaro possível. Fora da sede, nos diferentes districtos da grande zona colonial apontava o Tenente Ajudante a existência de cerca de quarenta e oito fogos, quase todos ranchos.

Pelos cálculos do mesmo official, a população permanente orça por quatrocentos habitantes, e na época dos trabalhos de safra da herva-matte e corte de madeira, ascende a setecentos. [...] A administração colonial possui: 1 touro, 27 vacas, 24 novilhas e terneiros, 32 muares, 2 cavallos, 1 jumento, 3 eguas, 2 potrilhos, 8 bois carreiros, afora outros animaes estraviados.

Os plantadores da Colônia recoltem milho, feijão, mandioca, diversas cereaes para consumo local, mas não tendo ainda proporcionado quantidade sufficiente d'esses productos de sua lavoura para constituir celleiro, occasionaram carestias e até fome na Colônia.<sup>300</sup>

Pelos relatos apresentados acima, se comparada com a estrutura física existente em 1892 (descrita pelo tenente José Muricy), a Colônia Militar sofreu um forte retrocesso com a passagem dos soldados revolucionários de Juca Tigre e, posteriormente, com a lenta reestruturação. A produção agrícola levada a cabo pelos colonos matriculados era insuficiente, ficando abalada ainda mais na época da extração de erva-mate. Os colonos, segundo Torres Homem,

viviam ou procuravam viver só dos recursos fornecidos pelo Estado para a verba da Colônia, quer empregando-se ao serviço d'esta como operários, quer obtendo empreitadas ou encomendas de trabalho particular e livre, quer finalmente conseguindo vale de fornecimentos para o commercio, como os que vi e cujo fundamento não me foi satisfactoriamente explicado, afora os dons gratuitos que me disse o Sr. Tenente Ajudante dever a administração proporcionar aos colonos pobres.<sup>301</sup>

---

<sup>300</sup> TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu...* Op. Cit. p. 11 a 13.

<sup>301</sup> Idem. p. 10.

A extração de erva-mate e madeira das matas próximas à Colônia Militar, assim como a comercialização junto a mercadores argentinos e paraguaios, não era a única forma de sobrevivência dos colonos matriculados. Muitos colonos abandonaram a lide agrícola e pecuária para se dedicarem aos trabalhos particulares e à Colônia Militar, mediante pagamento em dinheiro ou em vale mercadorias para serem gastos quando da passagem dos vapores argentinos pelo porto Francês. Ambas as estratégias de sobrevivência, criticadas pelo coronel Torres Homem, foram os caminhos encontrados pelo tenente Edmundo de Barros para segurar, atrair e motivar os colonos a permanecerem na Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Entre os trabalhos desempenhados pelos colonos à Colônia Militar estavam a abertura de picadas e caminhos carroçáveis e a limpeza (roçadas, podas, carpinagem) da área urbana da Colônia Militar. Torres Homem salienta que moradores vizinhos, cortadores de madeira e os ervateiros também haviam aberto alguns caminhos floresta adentro. Isidro Dionertti era o nome de um dos industriais argentinos que vieram a imprimir esforços e recursos próprios para a abertura de algumas picadas. Torres Homem argumentou que tal ação não era justa, “visto que aqueles exploradores das mattas da zona Colonial, tinham também necessidades e proveito próprio de executarem semelhante trabalho, e como a condução tornada assim mais fácil da madeira da herva-matte”.<sup>302</sup>

Enquanto os industriais aumentavam seus lucros às custas da mão-de-obra, das florestas, e o não pagamento de impostos, a situação econômica da Colônia Militar era preocupante, alude Torres Homem, “por não ter-se satisfeito parte da dívida administrativa de 1896, e não se ter ainda recebido, até outubro último, os recursos para o corrente ano”.<sup>303</sup> De acordo com o

---

<sup>302</sup> Idem. p. 7.

<sup>303</sup> Idem. p. 13.

coronel Torres Homem, a falta de pagamento lhe foram explicadas na Delegacia Fiscal do Tesouro Federal em Curitiba,

como sendo devidas em parte à falta de remessas em tempo dos documentos comprobativos de despesas, por parte da Administração Colonial, que para 1896 fez entregar as mesmas à referida repartição, só em princípios do corrente anno, de modo a cahir em exercícios findos, e para 1897, mandou-as só em agosto, encontrando-se o official portador d'estes ultimos commigo, n'aquella capital, e concorrendo então para o mais pronto recebimento do dinheiro. Infelizmente, a desillusão que tiveram de não receberem já a importância de suas dívidas de 1896, levou soldados a desertarem, operários a despedirem-se, e os negociantes a desacreditarem a Colonia.<sup>304</sup> (sic.)

Nesse relato, percebe-se que a administração descuidada do tenente Edmundo de Barros e a ausência de recursos financeiros na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Curitiba, colaboraram para a ampliação da crise financeira da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Pedidos de demissão de alguns operários civis e a deserção de outros militares estavam entre as primeiras conseqüências, seguidas pela limitação de crédito à Colônia Militar junto aos comerciantes argentinos e paraguaios.

Após consultar autoridades militares e fiscais em Curitiba, o coronel Torres Homem informa que estabeleceu “uma contribuição relativamente modica sobre as vigas de madeira e a quantidade de herva-mate retiradas da zona Colonial”, mediante um officio datado de 23 de outubro de 1897. Tal contribuição tinha por finalidade melhorar “a vida economica e os progressos materiais da Colônia”, pontuou Torres Homem, esclarecendo ainda, que em 45 dias foram arrecadados seis contos de réis para os cofres da Colônia Militar.<sup>305</sup> Segundo Ruy Christovam Wachowicz, o coronel Torres Homem estabeleceu e afixou os seguintes impostos e taxas: “de licença de casas comerciais 1:000\$000

---

<sup>304</sup> Idem. p. 14.

<sup>305</sup> Idem. p. 20 e 21.



por ano; 1\$000 por quilo de erva-mate; 4\$000 ou 6\$000 por viga, além de uma caução muito pesada no início dos trabalhos, para garantia dos direitos”.<sup>306</sup>

Tais informações revelam que a cobrança de impostos não estava restrita à extração de madeira e a erva-mate da zona Colonial e que seguiam para Posadas, na Argentina, “alimentando a vida e desenvolvendo a população nas costas marginaes da Republica Argentina e do Paraguay”, como informa o coronel Torres Homem em seu primeiro relatório. Licenças para determinadas casas de comércio atuar dentro do perímetro territorial da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, assim como direito de exclusividade a alguns industriais argentinos para estabelecer contratos de extração de madeira e erva-mate com colonos e não-colonos, se tornaram a face mais lucrativa da cobrança dos impostos idealizados e posto em prática pelo coronel Torres Homem. Ruy Christovam Wachowicz destaca ainda, que a cobrança de licenças, dos direitos de exclusividade e mais os impostos sobre os produtos exportados afugentou algumas empresas de Posadas, dentre elas, a firma Lopes Santiago & Cia., que explorava os ervais junto ao rio da Paz, situados nos limites da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.<sup>307</sup>

O índice de deserções dos soldados destacados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu ganhou destaque no relatório de Torres Homem. Para o militar, as deserções eram motivadas pela “facilidade para a fuga com destino ao vizinho território estrangeiro”; pela falta de “inferiores idôneos para vigilância do quartel” e; pelo “atraso nos pagamentos”.<sup>308</sup> Para reforçar o policiamento e a segurança da Colônia Militar, Torres Homem informa que foi “obrigado a

---

<sup>306</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: a história do Oeste do Paraná*. 2 ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987. p. 26. Essas informações foram extraídas de um Relatório apresentado pela Comissão Fiscal de Foz do Iguassú ao Secretário de Finanças, Comercio e Indústrias do Paraná, elaborado pelo capitão Lindolfo de Siqueira Bastos em 1898.

<sup>307</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos...* Op. Cit. p. 26

<sup>308</sup> Idem. p. 26.

constituir os operários civis, n'uma - esquadra de segurança",<sup>309</sup> (sic.) salientando que essa era uma medida temporária até que lhe fossem enviados reforço militar e armamentos oriundos do 5º Distrito Militar de Curitiba.

Torres Homem, no entanto, questionava a eficácia da defesa dessa porção do território brasileiro, aludindo que a distância dos centros urbanos brasileiros certamente iria privar os "defensores da Colônia de serem de qualquer modo socorridos com forças e recursos do interior do Brazil", obrigando-os a "abandonar ou entregar as chaves dessa posição".<sup>310</sup> Frente a isso, o coronel Torres Homem sinaliza que a colonização militar empreendida no extremo-oeste do Paraná não oferecia, até então, nenhum resultado positivo. A Colônia Militar era, aos olhos do militar, "mais um appendice do territorio argentino ou paraguay" do que uma povoação brasileira, visto que não existia "um meio ou atmosphaera genuinamente brasileira, por assim dizer, é que muitos dos colonos de Iguassú não só não tem procedência do nosso exercito, como não são sequer nacionaes".<sup>311</sup> A ausência do sentimento de pertencimento à nação brasileira, para o coronel Torres Homem se traduzia em outro empecilho ao desenvolvimento e progresso da Colônia Militar. Era necessário empreender uma conquista identitária daquele espaço fronteiriço.

Em suas considerações finais, o coronel Torres Homem enfatiza que não havia sentido dar continuidade ao projeto de colonização dos limites territoriais do Brasil com as repúblicas da Argentina e do Paraguai por meio de uma Colônia Militar, cuja ênfase inicial era assentar colonos para lidar na agricultura e pecuária. Era preciso, segundo o militar, "encaral-a, porém como um centro de indústria extractiva de madeira e herva-matte, de real importancia, offerecendo elementos bastantes para concorrer aos mercados platinos, por via do rio Paraná".<sup>312</sup> (sic.) Para isso, fazia-se necessário

---

<sup>309</sup> Idem. p. 26.

<sup>310</sup> Idem. p. 24.

<sup>311</sup> Idem. p. 24-25.

<sup>312</sup> Idem. p. 25.

implantar “uma repartição fiscal da União e um simples ponto militar de segurança, devendo este renovar-se periodicamente”.<sup>313</sup>

Torres Homem era um estrategista militar, além de literato e filósofo. Entendia que a Colônia Militar deveria, antes de tudo, cumprir a função de defesa estratégica do Brasil frente a possíveis invasões estrangeiras. A colonização das terras nos limites territoriais do Brasil com a Argentina e o Paraguai, para o coronel Torres Homem, tinha importância secundária. Em seu segundo relatório administrativo (18/12/1898), o referido coronel reforça a idéia de se extinguir a Colônia Militar, visto que ela não tinha uma “posição que possa defender couza alguma, pois ela mesma se acha sem defesa, exposta neste isolamento a todos os azares da invasão”.<sup>314</sup> Salientou, no entanto, que se o Ministério da Guerra decidisse pela continuidade da Colônia Militar, em caráter de urgência deveria ser construída uma “estrada carreteira e a collocação d'uma linha telegraphica, na extensão de sessenta legoas de extensão no sertão, que nos separam das povoações mais visinhas do Estado do Paraná”.<sup>315</sup> (sic.)

O ano de 1898, para o coronel Torres Homem, começou de forma trágica. Laura Luciana Torres, esposa de Torres Homem e que lhe fazia companhia na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, veio a falecer em fins de dezembro de 1897. Entre os dissabores administrativos que teve de enfrentar no decorrer do ano de 1898, o coronel destaca em seu relatório as divergências nascidas perante o Estado do Paraná, que enviou para a Colônia Militar uma Comissão Fiscal com o propósito de instalar uma agência fiscal na sede da Colônia Militar. A resposta negativa dada ao capitão Lindolfo de Siqueira Bastos (chefe da comissão fiscal) com relação à instalação da aludida agência fiscal dentro da área colonial, segundo Torres Homem, não os agradou, tanto

---

<sup>313</sup> Idem. p. 28.

<sup>314</sup> TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú*. Manuscrito, 18 de dezembro de 1898. p. 17.

<sup>315</sup> TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia...* Op. Cit. p. 17.

que “retiraram-se inospitadamente [...] faltando às mais comezinhas regras de cortezia com a Directoria d'esta Colonia”.<sup>316</sup> (sic.) Torres Homem estava a proteger sua fonte de rendas eventuais e os contratos, licenças e privilégios que havia estabelecido em nome da Colônia Militar com empresas e casas de comércio argentinos que atuavam dentro e/ou nos limites da área colonial.

Com relação à situação material da Colônia Militar, o coronel Torres Homem informa que foram realizados alguns melhoramentos. Porém, o mato se traduzia num poderoso inimigo:

O mato. É esse que, cingindo a estreitamente por todos os lados, constitui-se o principal factor, em minha opinião, do estado de barbaria, em que ainda se encontra esta colonia. Debalde da-se para a cultura, segundo a lei, um lote colonial de mil e oitenta e nove hectares de terra quasi todas de plantio, no Valle do Iguassú e no plato do Paraná, podesse assegurar que o maior esforço do colono, essa luta com a mata, que tem de abater a machado, arvore apoz arvore, não lhe permite roçar mais do que a decima parte d'áquella area. Assim tambem, e em vão que extorca-se em cuidados e despesas a administração, para abrir e conservar os caminhos coloniales, estes são em tempo breve invadidos o mesmo obstruidos por uma feroz vejetação rasteira, ou pela queda dos ulterosos troncos marginaes. Em roçar o chão da séde colonial, vivam constantemente, ocupados os praças do destacamento, porque sem isso desapareciam breve da vista a edificação da colonia, no seio das urzes. Com igual intuito, tenho pessoal empregado em cortar mato na extensão do da barranca do Paraná, marginal da séde da colonia, para não furtal-a á vista das embarcações que passam no rio, e facilitar ao mesmo tempo a atracação dos pequenos vapores, poem-na em communicação com a civilisação, infelizmente só representada pela Republica Argentina, nestas paragens.<sup>317</sup> (sic.)

O calor e a umidade próxima aos rios Iguaçu e Paraná possibilitavam um rápido crescimento da vegetação rasteira e arbustiva, dificultando o trabalho dos colonos, dos civis e dos militares na manutenção dos caminhos, da área urbana e da área rural da Colônia Militar. E mais, acometiam os colonos e não-colonos de “febres malignas”. Estes últimos, diz Torres Homem,

---

<sup>316</sup> Idem. p. 3.

<sup>317</sup> Idem. p. 6 e 7.

procuram “refugio na sede da Colônia. É esse um fraco e fortuito contingente para a população urbana, que não podendo recrutar-se de individuos vindos do interior do Brazil, espera em vão a afluencia de habitantes estrangeiros”.<sup>318</sup> Assim, timidamente se elevava o número de habitantes na área urbana para 95 pessoas, “dos quaes quinze praças do destacamento e trez officiaes”.<sup>319</sup> Cerca de 400 pessoas habitavam e exploravam os 21 lotes coloniais distribuídos num raio de 2 léguas e meia da sede da Colônia Militar, destaca o coronel, que continua:

Fora dos limites indicados, a estatística da população não pode ser rigorosa. Pelo lado do Valle do Iguassú, não existem mais moradores conhecidos, até o porto Gonçalves Dias [...] No plato a margem do Paraná, encontram-se ainda diversos moradores, muito afastados, quer uns dos outros, quer da sede colonial, até cerca do Rio São Vicente e do Juguhy. Não conheço pessoalmente mais do que os ocupantes de oito d’esses ultimos lotes coloniaes, em paragens, onde não pode a administração certificar-se da qualidade dos moradores nem exercer qualquer policiamento effectivo.

As explorações de herva-matte, principalmente, os trabalhos de corte de madeira promoveram notavel augmento da população fluctuante, que avalia-se n’este momento em seiscentas pessoas, representados pelos operarios, e suas famílias, em diversos acampamentos visinhos do Paraná e do Iguassú.<sup>320</sup> (sic.)

Somando a população efetiva (urbana e rural) e a população flutuante, de acordo com os dados apresentados pelo coronel Torres Homem, em dezembro de 1898 a população estimada era de 1.172 pessoas. É importante destacar que, nos lugares mais distantes da sede da Colônia Militar, não havia um controle sobre a exploração das matas e a utilização dos lotes coloniais então ocupados, isto é, apossados por moradores desconhecidos.

Torres Homem alude que a população flutuante tem contribuído para com o desenvolvimento da Colônia Militar. As empresas argentinas adquiriam cereais junto aos colonos matriculados para revender aos trabalhadores

---

<sup>318</sup> Idem. p. 8.

<sup>319</sup> Idem. p. 12.

<sup>320</sup> Idem. p. 13.

ervateiros e madeireiros. O comércio local estimulava os colonos matriculados a cultivar uma quantidade ainda maior de cereais na safra seguinte. O número acentuado de trabalhadores que se dedicavam à extração de erva-mate e o corte de madeira ocasionava, por sua vez, uma maior arrecadação de impostos por parte da Colônia Militar. Mesmo não informando o número de vigas de madeira e de arrobas de erva-mate exportados para a Argentina, Torres Homem informa que as “rendas adventicias locais, provenientes na maior parte da venda da madeira e da herva-matte [...] foi de vinte e trez contos setecentos e trinta mil, cento e cincoenta e cinco reis”.<sup>321</sup> (sic.)

Segundo o coronel, foram essas rendas que possibilitaram a realização de alguns melhoramentos urbanos e rurais, porque “até a presente data, por exemplo, acha-se em atraso de oito meses o pagamento da verba colonial e dos vencimentos do pessoal militar”.<sup>322</sup> Na sede da Colônia, foram feitas as seguintes benfeitorias: a construção de uma estrutura de madeira com noventa metros de extensão na barranca do Paraná para receber uma dupla via férrea do “systema Decauville”; a construção de um armazém de madeira para depósito de cargas; uma casa de material de tijolo, coberta de telha de madeira, para residência do ajudante da Colônia; de um potreiro de oitocentos e cinco metros de perímetro, cercado de postes de madeira, fios de arame e taquara; três pontilhões de madeira junto à sede colonial; a abertura de uma avenida de seiscentos metros de extensão e trinta metros de largura, com a denominação de Marechal Floriano Peixoto; revestir de tabuas um pavilhão destinado para a escola; aquisição de uma casa construída de madeira comprando-a de particular, para residência dos oficiais. Na área rural, foram realizados reparos e limpezas na antiga estrada Edmundo Barros, que leva aos

---

<sup>321</sup> Idem. p. 11.

<sup>322</sup> Idem. p. 11.

saltos do Iguaçu; e reparos na nova estrada de Guarapuava, numa extensão de 16 léguas, até o porto Gonçalves Dias.<sup>323</sup>

Alguns particulares também vieram a construir benfeitorias na sede da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, relata Torres Homem: “cinco casas, todas revestidas de madeira, fornecendo a administração o taboado para algumas d'essas”.<sup>324</sup> Dois boliches, um bilhar e uma casa de negócios também foram instalados por particulares dentro da área colonial, este último, informa o militar, era de propriedade do senhor Higgino Allegre, que substituiu os irmãos Blosset.<sup>325</sup> A concessão dada a particulares (e argentinos) para explorar a venda de bebidas, jogos e outros produtos dentro da área colonial atendia às necessidades dos colonos, militares e demais habitantes temporários frente ao isolamento dos grandes centros urbanos brasileiros, argentinos e paraguaios, ressalta Torres Homem. Para manter aberta a comunicação terrestre da Colônia Militar com o Brasil, informa o militar, foram gastos no ano de 1898 mais da metade da receita anual que se destinava à Colônia Militar, afixada em 30:000\$000 contos de réis pelo Congresso. As despesas pontuadas pelo coronel foram transformadas numa tabela, que segue abaixo:

**TABELA 01 - DESPESAS COM SERVIÇOS DE COMITIVAS E CONSERVAÇÃO DA ESTRADA DE GUARAPUAVA (Exercício administrativo de 1898)**

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR GASTO
Ordenados de uma guarda e um peão no posto de Gonçalves Dias	2:100\$000 réis
Um guarda e dois peões no posto de Catanduvas	3:480\$000 réis
Gratificação do estafeta, termo médio	1:000\$000 réis
Abono ao Oficial quartel mestre, para custeio de comitiva e tropa, três viagens por ano	3:300\$000 réis
Extravio de um animal em cada viagem	750\$000 réis
Ordenado de dois tropeiros, suplementares, termo médio	2:400\$000 réis

<sup>323</sup> Idem. p. 14 e 15.

<sup>324</sup> Idem. p. 15.

<sup>325</sup> Idem. p. 15 e 16.

Rações fornecidas a comitivas e estafeta	630\$000 réis
Empreitada de limpeza e reparos	500\$000 réis
<b>TOTAL</b>	<b>16:660\$000 réis</b>

FONTE: TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú*. Manuscrito, 18 de dezembro de 1898. p. 9 e 10.

Ao detalhar os gastos com a manutenção da estrada de Guarapuava, o coronel Torres Homem intencionava solicitar ao Marechal Mallet (Ministro da Guerra) uma verba suplementar e/ou a redefinição da verba orçada pelo Congresso. Os guardas, os tropeiros e peões mencionados acima, eram funcionários da Colônia Militar. Além de manter o caminho aberto e em condições de uso, os guardas que residiam nos postos de Gonçalves Dias e de Catanduvás, deveriam auxiliar, hospedar e alimentar os viajantes e os animais utilizados para o transporte de pessoas e mercadorias.

### 3.4 OS DESMANDOS DOS DIRETORES DA COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU.

Em janeiro de 1899, o capitão Frederico Luiz Rozsanyi assumiu a direção da Colônia Militar de Foz do Iguaçú. No ano seguinte, Rozsanyi foi condecorado com o posto de major, devido aos trabalhos que estava a realizar na Colônia Militar e na melhoria da estrada de Guarapuava até Foz do Iguaçú. A partir de informações extraídas do relatório administrativo escrito pelo major Rozsanyi, o Marechal Mallet destaca em seu relatório (datado de maio de 1901) que as condições econômicas da Colônia Militar haviam melhorado após o corte nas despesas em algumas obras. No entanto, mesmo com os esforços administrativos implementados pelo major Rozsanyi, “a colonização



acha-se paralyzada, devido em grande parte à falta de comunicação com os centros populosos”,<sup>326</sup> esclarece o Ministro da Guerra, que continua a relatar:

É nullo o commercio na colonia e sua produção limita-se à extração de madeiras e herba mate. [...] Possui a colonia os seguintes proprios: um engenho de serrar madeira; seis casas; um galpão que serve de quartel; um antigo galpão em ruinas, que serviu de olaria; e um plano inclinado em mau estado, para conduzir as cargas que chegam pelo rio à sede da colonia. O engenho carece de reparo geral e há necessidade de aquisição de uma maquina de aplainar madeira.<sup>327</sup> (sic.)

Nota-se que a preocupação do Ministro da Guerra, e mesmo do major Rozsanyi com relação à Colônia Militar de Foz do Iguaçu centrava-se na questão econômica e industrial. No entender de Rozsanyi, melhorar a condição da estrada que ligava a Colônia Militar a Guarapuava iria dar ânimo à colonização com migrantes europeus e nacionais, mas, para isso, era necessário melhorar a estrutura física da Colônia Militar.

No decorrer do ano de 1901, diz Francisco de Paula Argollo, que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu teve certo alento, “de acordo com os poucos recursos de que se tem podido dispor”. Na sede colonial foram edificados “um poteiro de arame farpado com respectivo curral, com uma área de 706.250 m<sup>2</sup>; um galpão coberto de zinco e um forno para a queima de tijolos, tendo este a capacidade de tres metros cúbicos, ambos para atender as necessidades da olaria”.<sup>328</sup> O Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo também destaca o falecimento de 8 pessoas por terem contraído febre amarela, “sendo tres do sexo masculino e cinco do sexo feminino”; que o destacamento militar estava

---

<sup>326</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1901*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 135.

<sup>327</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República (1901)*... Op. Cit p. 135-136.

<sup>328</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1902*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 51.

composto de 21 praças; que os lotes coloniais eram ocupados por 18 colonos; e que “todos os gêneros de primeira necessidade são importados da cidade de Posadas, na República Argentina, e da villa Encarnacion, na República do Paraguay, distante 90 leguas da sede colonial”.<sup>329</sup>

Os trabalhos de construção da estrada de rodagem ligando a Colônia Militar de Foz do Iguaçu à Guarapuava foram reiniciados sob comando do diretor major Frederico Luiz Rozsanyi. Em relatório enviado ao Ministro da Guerra em fins de 1902, Rozsanyi pontua que os pontos extremos da estrada já haviam sido transformada em carreteira, “isto é, de Guarapuava ao Xagú e da colonia até a serra do Maracaju; não tendo conservação conveniente, a não ser em parte relativamente pequena, de nenhum modo ella pode ser considerada de facil communicação”.<sup>330</sup> Domingos Nascimento percorreu toda a extensão da estrada de Guarapuava em maio de 1903 para chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Mesmo com a manutenção dos caminhos, salienta Domingos Nascimento, a viagem era perigosa:

O viajor não mede o perigo: ve-o deante dos olhos, sente-o por sobre a cabeça, mede-o por debaixo dos pés; despreza-o porque adeante, a pouco mais, terá novo encontro. Coragem e prudência, o resto o animal tentará evitar.

O cavaleiro caminha sobre precipícios e dentro de uma trama de tacuaraes tão intensa por dias inteiros, num incessante vencer de mais de 40 leguas de sertão, que quando sae para o descampado como se sente despertar de extranho e longo pesadelo, onde vivera por longo tempo manietado de pés e mãos, a rolar em sonho mau por barrocas de espinheiros e rochedos abruptos.

Onze dias, quase sem ver sol; onze dias de peripécias e de sustos, pela aspereza do caminho e difficuldades da viagem.<sup>331</sup> (sic.)

---

<sup>329</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República (1902)*... Op. Cit. p. 50 e 51.

<sup>330</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1903*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p. 31.

<sup>331</sup> NASCIMENTO. Domingos. *Pela Fronteira*... Op. Cit. p. 86.

Dos campos do Chagú a Catanduvas. Era esse o trecho da estrada que Domingos Nascimento levou onze dias para percorrer vivenciando peripécias e sustos ao cavalgar entre taquarais e precipícios na densa mata que impedia o viajante em ver o sol. O descampado mencionado pelo viajante era o posto de Catanduvas que estava aos cuidados do preto Apolinário (ex-praça do exército), onde a comitiva de viagem pernitoitou em 24/05/1903.

Duas léguas adiante de Catanduvas o viajante descreve que foram vistos os primeiros acampamentos de peões argentinos, contratados pelo empresário ervateiro argentino Domingos Barthe para explorar os ervais existentes em abundância. O caminho, daquele ponto em diante, estava conservado e limpo, propiciando um deslocamento mais rápido. Pouco antes de chegar à Colônia Militar, Domingos Nascimento relata que passou a ter por companhia de viagem um número acentuado de peões de Domingos Barthe que haviam sido despachados dos ervais e que tinham por destino a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.<sup>332</sup> “Azilo de mendigos”, essa foi a frase que Domingos Nascimento utilizou para definir a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, mesmo antes de conhecê-la. Referia-se ele à migração dos peões ervateiros que encontrou pelo caminho e que muitos peões que havia conversado lhe disseram que iriam “à colônia pedir um lote para recomeçar a sua vida com seus filhos”.<sup>333</sup> Para os peões ervateiros, a Colônia Militar traduzia-se em esperança de se conseguir uma área de terra para cultivo e criação de animais. Ter acesso a terra na fronteira abriria a possibilidade de recomeçar a vida.

Na tarde de 01 de junho de 1903, Domingos Nascimento e sua comitiva foram recepcionados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu pelo tenente Antonio Rodrigues Portugal (diretor interino), pelo alferes Plínio de Almeida (comandante do destacamento) e Coriolano Lobo de Moura (soldado do

---

<sup>332</sup> Idem. p. 97.

<sup>333</sup> Idem. p. 99.

destacamento).<sup>334</sup> Nos 17 dias em que permaneceu alojado na Colônia Militar, Domingos Nascimento, entre uma viagem e outra, ora aos Saltos do Iguaçu, ora aos Saltos de Sete Quedas, teceu um breve levantamento dos problemas enfrentados por colonos e militares nos limites territoriais do Brasil com a Argentina e o Paraguai.

O olhar do viajante sobre a comunidade que lentamente estava se formando na fronteira era negativo. Onze anos após a fundação, ressalta Domingos Nascimento, a Colônia Militar estava em ruínas:

... onde se tem gasto cerca de um milhar de contos de reis, é de admirar que até hoje não estejam traçados os seus limites, nem provisórios muito menos definitivos, pelo que também não se acham os seus lotes ainda regularmente divididos. Não tem uma estrada, não tem um porto, não tem uma officina funcionando, não tem uma casa digna de constituir uma moradia decente, commoda e hygienica. O que existe de casinhas de madeira está em ruinas. Ferraria, olaria e serraria jazem abandonadas, os seus utensílios estragados.<sup>335</sup> (sic.)

A narrativa do viajante insinua que a Colônia Militar, ao invés de progredir como havia ocorrido em seus primeiros anos, com o passar dos anos, teria definhado ano a ano. O progresso, para o viajante, estava atrelado ao funcionamento da olaria, da ferraria, da serraria, da abertura de estradas, da edificação de um porto e da demarcação das terras que pertenciam à Colônia Militar e aos colonos. Também é flagrante na narrativa de Domingos Nascimento o olhar citadino. Punha em contraste a Curitiba com ares de *Belle Époque*, a uma estrutura urbana simples, quase toda edificada em madeira e envelhecida pelo tempo. Para a população local, sinônimos de progresso e de crescimento podiam ser sentidos quando Jesus Val edificou um hotel próximo aos Saltos do rio Iguaçu para receber os raros turistas, em sua maioria, estrangeiros; com a abertura de outra casa de comércio na sede da Colônia

---

<sup>334</sup> Idem. p. 117. Antonio Rodrigues Portugal exerceu a direção interina da Colônia Militar de Foz do Iguaçu entre os meses de janeiro e outubro de 1903, devido ao pedido de demissão do major Frederico Luiz Rozsanyi.

<sup>335</sup> Idem. p. 114 e 115.

Militar, maior e mais sortida, como a de Jacinto Palacin; ou ainda, com o movimento da população quando da chegada dos vapores argentinos junto ao porto.<sup>336</sup>

Para Domingos Nascimento, o trabalho desencadeado pelo tenente Portugal era infecunda, por não ter recursos financeiros e dispor apenas de 6 soldados para dar conta de uma “multidão de questões que affectavam directamente a colonia, dificuldades que elle já encontrara”, esclarece Domingos Nascimento. O número reduzido de oficiais e soldados teria, segundo o viajante, aumentado a “ganancia de alguns concessionários e a falta de respeito e obediências à directoria que já por vezes têm sido desconsiderada por forasteiro e intrusos, e sobre o gênio irrequieto, malvado e arrogante de alguns colonos que se julgam escudados no poderio de suas nações”.<sup>337</sup>

A ganância de uns, a desobediência e arrogância de outros, ligavam-se também ao surgimento e fortalecimento de outros personagens com anseios que divergiam aos interesses dos militares. Para o ervateiro argentino Domingos Barthe, a Colônia Militar (que lhe facultou acesso aos ervais e à madeira ao selar contratos com os colonos em meados da década de 1890) passou a ser um empecilho à expansão da atividade extrativa de erva-mate. Limitar, controlar e/ou impedir o desenvolvimento do povoado era uma estratégia utilizada para assegurar por mais tempo sua fonte de renda. Jorge Schimmelpfeng, por sua vez, fazia uso do cargo público (chefe da Agência Fiscal do Paraná nos limites territoriais da Colônia Militar) e de outros meios escusos para construir sua imagem de chefe político local. Os militares limitavam seu intento. Essa discussão será aprofundada no próximo capítulo.

Além das observações sobre as condições da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, Domingos Nascimento também ressaltou algumas características

---

<sup>336</sup> Idem. p. 116 a 118.

<sup>337</sup> Idem. p. 115.

identitárias daquela comunidade. “Durante os dias que estive naquella colonia”, destacou Domingos Nascimento, “parecia estar residindo num paiz estrangeiro, pois a população brasileira consta apenas do pessoal da administração militar, [...] da agencia fiscal com o seu também reduzido destacamento de policia e de poucos colonos; o mais são paraguayos, argentinos e meia duzia de europeus”.<sup>338</sup> (sic.) A ampla maioria de argentinos e paraguayos vivendo e explorando as matas, dentro e fora da área colonial, era estranho aos olhos de Domingos Nascimento. Para o viajante, a presença de estrangeiros naquela porção do território brasileiro (e paranaense) merecia maior atenção por parte do Governo, pois poderia evoluir para uma imigração ainda maior de estrangeiros com a anuência da Colônia Militar. No afã de ocupar as terras e explorar as matas levaria a uma invasão comercial e exploratória ainda maior capitaneada pelos empresários ervateiros argentinos. “Elles ali cantam em verdadeira alvorada de victoria decisiva, pelo seu commercio e pelas suas industrias, enquanto que nós, brasileiros, senhores apenas do solo, estamos ali escravizados aos seus capitaes, dependentes dos seus caprichos”,<sup>339</sup> (sic.) afirma Domingos Nascimento.

Francisco de Paula Argollo, fazendo uso do relatório escrito pelo major Rozsanyi, informa que em 1902 foi realizado um recenseamento populacional, que “accusou a existência de 1.127 almas, das quaes apenas 233 são colonos”.<sup>340</sup> Esses colonos estavam distribuídos em lotes rurais e dedicavam-se ao cultivo de milho, mandioca, feijão, fumo e cana de açúcar, com a qual fabricavam açúcar, rapaduras e cachaça. Outra informação apresentada pelo Ministro da Guerra refere-se à extração de 430.000 quilos de erva-mate e 7.286 toras e/ou madeira em vigas, ambas exportadas para Posadas.<sup>341</sup>

---

<sup>338</sup> Idem. p. 119.

<sup>339</sup> Idem. p. 189.

<sup>340</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente (1903)*... Op. Cit. p. 30.

<sup>341</sup> Idem. p. 31.

Com o pedido de afastamento do major Rozsanyi no início de 1903, o Ministro da Guerra nomeou interinamente o tenente Portugal, que permaneceu na função de diretor até a nomeação do coronel João de Figueiredo Rocha. Algumas semanas após chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu e de ter experimentado como era viver na Fronteira, soube por alguns peões ervateiros que nas terras do argentino Domingos Barthe ocorreu o assassinato de três homens. Após intimar e ouvir alguns ervateiros, Figueiredo Rocha enviou ofício ao general José Bernardino Borman (comandante do 5º Distrito Militar em Curitiba) fornecendo detalhes sobre o referido assassinato:

No dia 14 de novembro pela manhã foram assassinados a bala pelos encarregados da direção dos trabalhos da dita firma, Adeodato de tal, Remigio Ayalla e outros, os peões de nome Lourenço Rodrigues, brasileiro, e José Ogera, argentino, sendo ferido gravemente em uma das pernas por bala o de nome Aniceto Gonzalez, de nacionalidade argentina. Disseram ainda os mesmos peões terem presenciado todos os fatos cuja origem foi a seguinte: O peão Lourenço Rodrigues e alguns outros dirigiram-se aos administradores supra-citados e lhes pediram para que fossem transferidos para outro trabalho da dita firma n'outro ponto, visto estarem descontentes com aquella administração.

Esta, negando o pedido que lhe era feito, fel-o de arma em punho portando por terra os tres homens acima citados, logo formou-se revolta contra as atrocidades cometidas em pleno Brazil por estrangeiros audazes, a confusão estabeleceu-se rapidamente e todos os peões vieram refugiar-se nesta Colônia.<sup>342</sup> (sic.)

O coronel Figueiredo Rocha solicitava ao general José Bernardino Bormann que providências fossem tomadas, tendo em vista a gravidade dos fatos que estavam a repercutir “no ânimo daqueles que desejam ali a sua Patria engrandecida e respeitada e não como um Paiz selvagem, uma verdadeira Anarquia encravada no coração da livre América”.<sup>343</sup> Essas informações são importantes, pois evidenciam que fora dos limites territoriais

---

<sup>342</sup> ROCHA, José Figueiredo. OFFICIO N° 97. Directoria da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, 22 de novembro de 1903. Folhas 1 e 2. [Manuscrito, acervo particular de Liliane da Costa Freitag].

<sup>343</sup> ROCHA, José Figueiredo. OFFICIO N° 97. ... Op. Cit. p. 2

da Colônia Militar, atrocidades, desmandos e maus tratos estavam a acontecer em meio às densas florestas. A fronteira, desde sua abertura, apresentava-se aos colonos, aos militares que ali chegavam e aos peões ervateiros como um lugar em que a intolerância, a ambição, a violência e a morte faziam parte do cotidiano, resultado das disputas pelas terras e suas riquezas por diferentes grupos humanos.

O engenheiro Arthur Martins Franco, auxiliado por outros técnicos, tropeiros, cozinheiro e picadeiros, realizou a medição e a demarcação das terras adquiridas por Domingos Barthe no Oeste do Paraná, entre os anos 1901 e 1903. Eram, ao todo, 108.000 hectares de florestas que seus peões exploravam havia muitos anos e que somente foram demarcadas porque outros empresários argentinos passaram a se interessar pelas terras e florestas. Dentre os novos interessados estavam Pedro Nuñez e Lazaro Gibaja que, em agosto de 1904, adquiriram 50.000 hectares de terras próximas ao rio Paraná.<sup>344</sup> Arthur Martins Franco, a partir de anotações de um diário de viagem, escreveu suas memórias da viagem e dos meses que passou no meio da mata, entre os meses de setembro de 1904 e maio de 1905. O engenheiro pontuou em suas memórias que os peões ervateiros passavam por situações desumanas e até mesmo a condição de semi-escravos.<sup>345</sup>

---

<sup>344</sup> Documentos relativos à compra de terras por Domingos Barthe, Pedro Nuñez e Lazaro Gibaja podem ser lidos e estudados a partir da coletânea de fontes documentais organizada por Cecília Maria Westphalen. WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná...* Op. Cit.

<sup>345</sup> FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagem ao Alto Paraná...* Op. Cit. A semi-escravidão mencionada por Arthur Martins Franco está ligado a uma dinâmica implementada pelos empresários ervateiros quando da contratação dos peões que residiam próximo às margens dos rios Paraná, na Argentina, no Paraguai e em território brasileiro. Na época de poda das árvores de erva-mate, os peões eram contratados e recebiam adiantado pelo serviço que iriam realizar. Muitos peões gastavam o dinheiro recebido em poucos dias, não sobrando para adquirir alimentos, roupas, ferramentas e outras coisas que iria precisar nos meses que estaria trabalhando. Os empresários ervateiros edificaram armazéns para os peões adquirem seus produtos e, estrategicamente, os peões que não tinham dinheiro passaram a se endividar. A dívida era cobrada com trabalho, ou com a vida. Por isso muitos peões se tornaram semi-escravos dos ervateiros.



Nos dias em que permaneceu na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, Arthur Martins Franco relata que conheceu o tenente Antonio Pimenta da Cunha, que estava à frente da direção da Colônia Militar. De acordo com Martins Franco, o referido tenente era temido pela população local devido aos castigos impostos para com aqueles “que caíam no seu desagrado” Entre as punições estava o “el cajón”, que diretor teria mandado colocar dentro de um dos quartos da casa que servia de cadeia. Dentro desse caixão, destaca Martins Franco, “cabia uma pessoa de cócoras ou mal sentada e dentro dele mandava prender a quem desejava castigar não somente as praças que estavam sob seu comando, mas também os civis que incorriam em suas iras”.<sup>346</sup>

Segundo Hannah Arendt, “a violência destrói o poder, não o cria”.<sup>347</sup> A estratégia utilizada pelo tenente Pimenta, ao invés de lhe conferir autoridade perante os militares e colonos, agia em sentido contrário, anulando o pouco poder que ainda lhe restava. Fazendo uso da violência e da coação, o referido tenente impunha seus anseios particulares, que por sua vez, estavam acima das necessidades e dos propósitos para os quais a Colônia Militar de Foz do Iguaçu havia sido instalada. De acordo com Arthur Martins Franco, os atos praticados pelo tenente Pimenta da Cunha tiveram fim com a chegada do coronel Navarro Drumond à Colônia Militar em maio de 1905, para administrá-la.<sup>348</sup>

Segundo o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, a nomeação do coronel Navarro Drumond ocorreu por injunções políticas. Outros militares, no entanto solicitavam remoção para a Colônia Militar de Foz do Iguaçu “com o pensamento premeditado de fazer fortuna em pouco tempo ou mesmo para dirimir situações financeiras difíceis”.<sup>349</sup> O isolamento da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e a situação precária da mesma afugentava os militares

---

<sup>346</sup> Idem. p. 43-44.

<sup>347</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 9.

<sup>348</sup> FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagem ao....* Op. Cit. p. 44.

<sup>349</sup> ABREU, Cândido Ferreira de. “Colônia Militar do Iguaçu:.... Op. Cit. p. 129.

capacitados para administrá-la. Instaurar gratificações e outros prêmios foi, segundo Cândido de Abreu, a estratégia adotada pelo Ministério da Guerra para se obter a nomeação de alguns militares para exercer o cargo de diretor da Colônia Militar. Essa teria sido a maneira pela qual foi nomeado interinamente o tenente Antônio Pimenta da Cunha para ocupar o posto de diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu em julho de 1904. Para fazer fortuna em pouco tempo “o atual diretor interino negocia com os próprios colonos por intermédio da casa Leôncio”.<sup>350</sup> Essa prática também envolvia os demais militares, advertiu Cândido de Abreu: “Cada oficial é um negociante disfarçado, mas ostensivamente como o alferes farmacêutico, que negocia em madeiras ou como o também alferes secretário que negocia em fazendas da sociedade com Pedroso e outros”.<sup>351</sup>

Em suas memórias de viagem, percebe-se que Cândido Ferreira de Abreu nutria antipatias pela Colônia Militar de Foz do Iguaçu e pelos rumos que os militares estavam dando à mesma. Ressaltar os erros cometidos pelos militares que ali estiveram e estavam era, no entender de Cândido de Abreu, “mostrar o quanto tem sido perniciosa ao desenvolvimento de tão interessante zona, a administração militar que por caiporismo nosso foi ali implantada”.<sup>352</sup> De acordo com o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, o coronel Navarro Drumond assumiu a colônia Militar de Foz do Iguaçu com uma população estimada em “cerca de mil almas representadas por peões ou trabalhadores nas matas para extração de erva-mate e madeiras”.<sup>353</sup> A população rural, no entanto, era composta de 58 famílias.

Manoel de Azevedo da Silveira Netto, reconhecido nacionalmente por seus poemas, crônicas e textos literários, também esteve na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, entre os meses de abril de 1905 a abril de 1906. Silveira Netto

---

<sup>350</sup> Idem. p. 130.

<sup>351</sup> Idem. Ibidem.

<sup>352</sup> Idem. p. 131.

<sup>353</sup> Idem. p. 129.

era funcionário do Governo Federal e foi nomeado para implantar a Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda junto à Colônia Militar, “metodizando o movimento e as operações no porto da Colônia e obrigando, pela cobrança de direitos, a volta do dinheiro nacional e a sua conseqüente circulação no comércio local”,<sup>354</sup> ressaltou Silveira Netto, visto que até então “o dinheiro nacional quando aparecia era mais como um hóspede, prevalecendo, no comércio local, para todos os efeitos, o *peso* papel argentino”.<sup>355</sup>

A narrativa de Silveira Netto, diferente da construída pelo engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, centrou-se nas belas paisagens que se formavam ao longo das barrancas dos rios Iguaçu e Paraná; nas chuvas torrenciais que caíram intensamente nos três primeiros meses de estadia do poeta na Colônia Militar; no sol escaldante “que fazia lembrar as terras do norte, vivo, intenso, ressequindo a erva dos campos, carbonizando a grama”; na enchente que elevou as águas do rio Paraná se elevarem a mais de 30 metros em janeiro de 1906; e, na epidemia de varíola que se abateu sobre os habitantes da Colônia Militar “com intensidade superior à de outros anos” vitimando a esposa de Jorge Schimmelpfeng e adoecendo toda a família de Silveira Netto, obrigando-o a retornar a Curitiba em abril de 1906 para tratamento médico.<sup>356</sup>

O posto telegráfico que passou a funcionar na Colônia Militar de Foz do Iguaçu em setembro de 1905, segundo informa Silveira Netto, foi de grande utilidade para providenciar remédios e receitas médicas para os doentes, “graças à incomparável solicitude de Fidelis Alves, o encarregado da estação telegráfica da Colônia”. No auge do surto de febre, lembrou ainda Silveira Netto, chegou à Colônia Militar de Foz do Iguaçu o major João Soares de Neiva Lima e sua família para ocupar o posto de diretor, que o fez até fins de 1910, quando a Colônia Militar foi extinta e passou à condição de vila.<sup>357</sup>

---

<sup>354</sup> SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do Guairá aos...* Op. Cit. p. 46.

<sup>355</sup> Idem. p. 45.

<sup>356</sup> Idem. p. 47.

<sup>357</sup> Idem. p. 47.

No relatório do Ministério da Guerra elaborado pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca consta que entre os trabalhos realizados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu no correr do ano de 1906 estava a “instalação de um dynamo e aparelhos electricos e mais accessorios; instalação geral de luz electrica; aquisição de um cabrestante electrico para o serviço de carga e descarga no porto da colonia”.<sup>358</sup> (sic.) Também foi adquirido duas turbinas para movimentar os engenhos na fabricação de açúcar e farinha de mandioca. No ano seguinte, relata o Ministro da Guerra, foi construída uma olaria que garantia a produção diária de 1.000 tijolos, além de melhoramento em várias casas, “sendo algumas delas pintadas e outras caiadas”. Também foi providenciado o “levantamento da planta do território colonial”.<sup>359</sup> Em 1908, o destacamento militar contava com o efetivo de 50 praças para prover o policiamento e a defesa do território. A olaria e a serraria da Colônia Militar continuavam em funcionamento, tanto que no decorrer do ano conseguiu comercializar 7:000\$000 de réis em tijolos e madeira serrada, resultado direto da construção de 8 casas e uma capela para particulares.<sup>360</sup>

\* \* \* \*

No decorrer deste capítulo, fazendo uso ora dos escritos de viagens, ora de relatórios administrativos da Colônia Militar, ora, ainda, de textos publicados em jornais, que forneceram uma série de informações sobre as

---

<sup>358</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 40.

<sup>359</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. 48-49.

<sup>360</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 33.

origens da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, entre os anos de 1888 e 1907. Destacamos a atuação de Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, mentor e defensor da idéia de se implantar uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu em plena crise do governo de D. Pedro II. O Plano apresentado por Bellarmino, cujos detalhes mostravam a vasta experiência adquirida quando da administração da Colônia Militar de Chopim, foram aceitos pelo Ministro da Guerra, não sem antes ter sido objeto de debates entre militares na Côrte Imperial.

Dos planos à prática, em questão de semanas Bellarmino constituiu uma equipe de militares para levar adiante a abertura da picada e a fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu. Munidos de equipamento seguiram para a Província do Paraná e, nos campos de Guarapuava, erigiram a sede da *Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná*. Abrir uma picada ligando os campos do Chagú à margem esquerda do rio Paraná passou a ser uma das metas da referida comissão. Após sete meses convivendo com situações diversas na fronteira, uma equipe chefiada por José Joaquim Firmino conseguiram chegar à margem esquerda do rio Paraná, habitada por mais de três centenas de pessoas de diferentes nacionalidades e ofícios. Os relatos do sargento José Maria de Brito, assim como das instruções provisórias elaboradas pelo capitão Bellarmino, tornaram-se fontes preciosas para historiar sobre as origens da Colônia Militar e seu funcionamento nos primeiros anos na fronteira

A afirmação feita por José Maria de Brito de que a Colônia Militar, desde a sua instalação até a extinção, “teve vida franca, leal, cheias de garantias” merece ser relativizada, pois os documentos explorados indicaram que pouco havia de lealdade, garantias e vida franca. A primeira das dificuldades, segundo os documentos utilizados, era o isolamento da Colônia Militar de outros centros urbanos brasileiros, impedindo não só a comunicação, o

transporte de víveres, dinheiro e equipamentos, mas também de fomentar a migração de brasileiros.

A falta de recursos financeiros foi outro fator de destaque pela situação instável da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Soldados desertaram, pelo atraso no pagamento de seus soldos; muitos colonos matriculados, ao não serem assistidos pela Colônia Militar quando da falta de alimentos, de sementes e de animais que lhes facultariam o trabalho na terra, abandonaram o trabalho e seus lotes, para alugar sua força de trabalho aos ervateiros e madeireiros argentinos, atividade essa, ampliada entre os colonos após 1895/96, como estratégia visando manter e ampliar o número de colonos sob tutela da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Para diminuir os gastos com os colonos, a direção da Colônia Militar autorizou os colonos a comercializarem erva-mate e madeira com empresários argentinos. Tal ação promoveu o afastamento de muitos colonos às atividades agrícolas e pastoris, em prol da extração de erva-mate e madeira.

Entre os acontecimentos externos à Colônia Militar que vieram a contribuir para com a situação instável, descrita nos documentos e relatos de viagens, destacam-se a passagem da coluna de Juca Tigre, em meados de 1894, pela Colônia Militar, obrigando a soldados e colonos a empreender fuga para o território paraguaio e argentino; as perseguições políticas a militares pelo Governo Republicano e a nomeação de alguns deles para dirigir uma Colônia Militar numa região de fronteira internacional como forma de punição; e a aproximação do Governo do Estado do Paraná com empresários ervateiros argentinos, que culminaram na comercialização de terras devolutas fora dos limites da Colônia Militar.

Também verificamos que os relatos escritos pelos viajantes sobre a Colônia Militar não conseguiram captar (ou omitiram) inúmeros outros acontecimentos e estratégias de atuação dos colonos, dos soldados e dos diretores coloniais para viver e/ou sobreviver na fronteira. Algumas

estratégias foram tornadas conhecidas na medida em que utilizamos os relatórios administrativos do coronel Torres Homens e dos textos publicados em jornais cariocas e guarapuavanos. Com esse cruzamento de informações foi possível trazer à tona alguns aspectos da dinâmica de funcionamento da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Outros aspectos dessa dinâmica, no entanto, serão possíveis de serem no próximo capítulo, que tem por objetivo aludir sobre a situação dos colonos assentados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, a partir dos relatos de viagens, dos relatórios administrativos escritos pelo coronel Torres Homem e através de uma *Ata de Audiência Particular* feita por militares do exército, entre os dias 22 de novembro de 1907 a 02 de dezembro do mesmo ano. Nela constam as queixas dos colonos com relação a diversas coisas, dentre elas, os documentos provisórios de posse de terras, a não demarcação dos lotes, a invasão dos lotes rurais, a violência física cometidos aos colonos como forma de pressioná-los a vender erva-mate e madeira a determinados atravessadores, etc. Tais informações dão conta de que a vida levada pelos colonos na fronteira era incerta.

## SER COLONO NA FRONTEIRA (1889/1907)

Nas *Instruções provisórias* elaboradas pelo capitão Bellarmino em 1889, as pessoas interessadas em obter lotes agrícolas e pastoris na Colônia Militar de Foz do Iguaçu deveriam requisitá-los por intermédio do vice-diretor. Após preencher a requisição, o vice-diretor realizaria uma entrevista com o requerente com o objetivo de coletar informações sobre o candidato a colono (procedência, situação financeira, número de filhos, ...). A partir das informações coletadas caberia, a princípio, ao vice-diretor estipular o tamanho do lote rural (agrícola e/ou pastoril) que seria disponibilizado ao futuro colono.<sup>361</sup> Essas informações deveriam ser remetidas a Guarapuava e, após analisadas pelo capitão Bellarmino, caso fosse aprovado, seria elaborado o *Contracto de Colono*.

Salvo algumas alterações quanto ao tamanho dos lotes (urbanos e rurais) e no valor que seria pago como gratificação aos colonos até a primeira colheita, destaca o capitão Bellarmino, os demais itens do contrato de colono deveriam seguir as mesmas orientações traçadas no modelo de contrato elaborado por Marciano Augusto Botelho de Magalhães quando da

---

<sup>361</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. *Instruções provisórias...* Op. Cit. p. 4.



implantação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó, na primeira metade da década de 1880.<sup>362</sup>

O *Contracto de Colono* era composto de dez artigos. O primeiro deles destaca que todas as despesas de transporte da família dos colonos e suas respectivas bagagens deveriam ser feitas por conta do Governo Imperial. O parágrafo primeiro do artigo primeiro destaca que por família de colonos “entende-se mulher e filhos até a idade de 18 anos”. Os demais parentes e mesmo sogros e sogras deveriam bancar suas despesas caso desejassem tornar-se colonos na Colônia Militar de Foz do Iguaçu.<sup>363</sup> O artigo 2º e 3º, do referido contrato, esclarecem sobre a alimentação e a um auxílio financeiro a ser distribuído às famílias de colonos até a realização da primeira colheita das roças. Nota-se que ao chefe da família caberia receber “uma ração de alimentação diária” e aos demais membros da família (esposa e filhos) o direito de receber “meia ração diária”. O mesmo ocorre com relação ao auxílio financeiro: “Cada colono receberá cinco mil réis e cada mulher e filho duzentos reis mensalmente”.<sup>364</sup> Ao completarem 18 anos, os filhos do colono matriculado poderiam solicitar terrenos junto à direção da Colônia Militar, passando a ter as mesmas “vantagens de seus pais como colonos”.<sup>365</sup>

Após serem distribuídos os terrenos aos colonos, consta no artigo 4º e 5º do *Contracto de Colono* que eles teriam direito a receber instrumentos de trabalho (foice, machado, enxada, facão e pá) para dar início às atividades agrícolas e pastoris, assim como de receberem o apoio médico e religioso nos momentos difíceis, independente da crença religiosa praticada pela família dos colonos. Havia uma tolerância religiosa. No entanto, o artigo 6º, ponderava que não seriam permitidos descatos à religião oficial da nação brasileira, isto é, ao catolicismo. É importante destacar que em fins da década de 1880

---

<sup>362</sup> Idem. p. 8 e 9.

<sup>363</sup> Artigo 1º, CONTRACTO DE COLONOS. In: BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares...* Op. Cit. p. 63.

<sup>364</sup> Artigos 2º e 3º, CONTRACTO DE COLONOS.

<sup>365</sup> Parágrafo 1º, do artigo 3º, CONTRACTO DE COLONOS.

(momento em que o *Contracto de Colono* foi redigido, aprovado e posto em uso), em diferentes Províncias e mesmo na Corte Imperial, calorosos debates e embates estavam a ocorrer nos púlpitos das igrejas e nos jornais periódicos envolvendo a exclusão dos maçons da Igreja Católica.

Com relação às dimesões dos terrenos a serem distribuídos aos colonos, o *Contracto de Colono* estipulava que os lotes agrícolas teriam de 25 a 250 hectares e os lotes pastoris de 100 a 1.000 hectares, “conforme o número de pessoas de cada família”. Após dois anos de cultivo habitual os respectivos terrenos seriam titulados definitivamente em nome dos colonos.<sup>366</sup> Em tese, o número de filhos era utilizado pelos militares para afixar a quantia de terras que caberia a cada família de colono receber para prover seu sustento e da Colônia Militar em épocas de carestia. No decorrer deste capítulo mostraremos que a amizade, os laços de compadrio e o clientelismo também serviram de instrumento para se afixar quantias de terras a serem designadas a novos colonos, militares e até mesmo comerciantes nacionais e estrangeiros.

Os artigos 8º e 9º do *Contracto de Colonos* destacam as obrigações dos colonos, isto é, em disponibilizar três dias a cada mês para a realização de “trabalhos geraes” para a Colônia Militar enquanto estivessem recebendo auxílio financeiro da Colônia Militar. Auxiliar na limpeza e manutenção dos caminhos e estradas, assim como da área urbana da Colônia Militar eram algumas das tarefas destinadas aos colonos que não tinham habilidades específicas na construção civil. Também caberia ao colono que não cumprisse o contrato assinado, “indemnizar o Estado de todas as despesas feitas consigo e sua família”.<sup>367</sup> (sic.) O artigo 10º, apenas esclarece que passados dois anos de morada, cultivo habitual e de ter prestado serviços à Colônia Militar de

---

<sup>366</sup> Artigo 7º, *CONTRACTO DE COLONOS*.

<sup>367</sup> Artigo 9º, *CONTRACTO DE COLONOS*.

maneira regular, caberia ao colono requerer ao Presidente da Província do Paraná o título definitivo de suas respectivas propriedades.<sup>368</sup>

A aceitação às cláusulas estabelecidas no *Contracto de Colono* mediante a assinatura é que elevaria o requerente à condição de colono. A experiência do requerente e de sua família na lide agrícola ou pastoril certamente facilitava o acesso à terra, mas não era requisito obrigatório. Facultava-se, assim, o acesso aos lotes rurais a militares e àqueles antigos moradores que sobreviviam da extração de erva-mate e madeira às margens dos rios Iguaçu e Paraná. Não se faz menção à nacionalidade dos requerentes, o que nos leva a crer que os militares haviam previsto incorporar à condição de colono parte da população estrangeira que estava a habitar e explorar as terras situadas nos limites do território brasileiro com as Repúblicas do Paraguai e Argentina. Torná-los colonos, como salientado anteriormente, pode ter sido uma estratégia utilizada pelos militares visando limitar a exploração das matas e de manter o controle e a posse das terras.

A existência de dezenas de fogos entre a foz do rio Iguaçu e a foz do rio Ocohy obrigou os militares a agir com maior atenção no levantamento da área habitada e dos terrenos cultivados por eles. A expulsão dos antigos moradores, ou a mudança de lugar poderia dar origem a resistências à implantação da Colônia Militar. Na condição de colonos, muitos paraguaios, argentinos e uruguaios poderiam contribuir para com os trabalhos de desmatamento, limpeza e construção das benfeitorias necessárias para o funcionamento da Colônia Militar. José Maria de Brito informa que dois casais de antigos moradores tiveram grande participação nos trabalhos de edificação da Colônia Militar. Eram Izaias Penna (brasileiro) e sua esposa Joanna Roza (uruguaia), Feliciano d'Araujo (brasileiro) e sua esposa (Andrea Vera

---

<sup>368</sup> MODELO de Contracto de Colonos. In: BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares...* Op. Cit. pp. 63 e 64. O tamanho dos lotes urbanos e rurais, assim como o valor pago aos colonos até a primeira colheita foram atualizados conforme as informações apresentadas pelo capitão Bellarmino em suas *Instruções provisórias*.

(paraguaia).<sup>369</sup> Ambos os casais tornaram-se colonos e receberam lotes agrícolas e pastoris.

Três militares que integraram a segunda expedição à foz do rio Iguazu e que se fizeram acompanhar de suas esposas, também receberam lotes rurais.<sup>370</sup> José Maria de Brito ao fazer menção aos militares-colonos, mesmo sem atribuir nomes a eles, evidencia que alguns militares tinham a intenção de permanecer na fronteira após o término do tempo de serviço na Colônia Militar. José Maria de Brito também optou em permanecer na fronteira após pedir desligamento da função de evangelizador dos índios guaranis e kaingangs que se encontravam aldeados no posto de Catanduvás, entre os anos de 1891 e 1894. O número de índios aldeados chegou a “63 almas: 7 homens. 23 mulheres e os demais menores de ambos os sexos”,<sup>371</sup> lembrou José Maria de Brito. Beto Maciel esclarece que José Maria de Brito não chegou a solicitar terras à diretoria da Colônia Militar após seu afastamento militar, porém, exerceu por muitos anos a função de professor de primeiras letras na escola construída pela Colônia Militar destinada à instrução dos filhos de colonos, militares e de particulares.<sup>372</sup>

O avanço da fronteira a seu ponto extremo e a formação de um povoado próximo às margens dos rios Iguazu e Paraná atraiu dezenas de famílias paraguaias e argentinas no início da década de 1890. Segundo Domingos Nascimento, essas famílias foram movidas pela “magnanimidade e justiça de nossas autoridades, garantias individuais e respeito às leis” propiciando “solidas esperanças de futuro prospero a esses refugiados da sorte”.<sup>373</sup> A leitura ufanista de Domingos Nascimento com relação aos feitos dos militares, merece ser lida com ressalvas, pois como destacado no capítulo anterior,

---

<sup>369</sup> BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu...* Op. Cit. p. 85.

<sup>370</sup> Idem. p. 75.

<sup>371</sup> Idem. p. 60.

<sup>372</sup> MACIEL, Beto. “Prefácio”. In: BRITO, José Maria de. *Descoberta de...* Op. Cit. p. 11.

<sup>373</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 113.

alguns militares buscavam tirar proveitos dos colonos em situações diversas. O respeito às cláusulas do contrato de colonos e as benesses concedidas aos colonos nos primeiros meses após a instalação dos mesmos em suas terras pode ter contribuído significativamente na migração de muitas famílias pobres paraguaias e argentinas, que até então sobreviviam da exploração de erva-mate e madeira. O acesso à terra, à alimentação e a uma renda mensal até a primeira colheita trouxe esperanças de futuro próspero para muitas famílias de brasileiros e estrangeiros.

Mesmo sem detalhar o número de colonos matriculados quando de sua visita à Colônia Militar de Foz do Iguaçu em novembro de 1892, José Cândido da Silva Muricy salienta que havia um “grande número de colonos de diferentes nacionalidades”; e que eles estariam cultivando vários tipos de sementes, tubérculos e ramas, destinadas ao consumo dos próprios colonos e, eventualmente, para o consumo local.<sup>374</sup> Discretamente, José Muricy, menciona que alguns “bons colonos” que tanto tinham trabalhado em função do desenvolvimento da Colônia Militar não haviam ainda conseguido “os títulos de legitimidade da posse de seus lotes”. Essa observação tecida pelo tenente José Muricy é importante, pois evidencia que os colonos que reivindicavam a titulação de seus lotes agrícolas estavam cientes de seus direitos estabelecidos no contrato de colono, ou seja, o cumprimento de dois anos de habitação e cultivo das terras e a prestação de serviços mensais para a Colônia Militar. Para eles, a esperança de futuro próspero teria continuidade com o referido documento.

Se haviam bons colonos, existiriam também os maus colonos? Seriam aqueles colonos que não haviam cumprido suas obrigações estipuladas no contrato com colonos? Aqueles que não estavam a cultivar o solo e gerando alimentos para o consumo local, permanecendo na dependência da Colônia Militar para sobreviver? Ou eram aqueles que apenas se tornaram colonos

---

<sup>374</sup> MURICY, José Cândido da Silva. “À Foz do Iguassú.... Op. Cit. p. 64.

para ter acesso a uma área de terras para apenas explorar as riquezas naturais? O viajante não faz menção aos maus colonos e quantos eram. Evitar menção a eles pode ter sido uma estratégia lançada pelo viajante para valorizar os trabalhos desempenhados pelos bons colonos e de omitir que existiam colonos matriculados que estariam criando obstáculos ao desenvolvimento social e econômico da Colônia Militar.

O fato de alguns colonos exigirem a documentação definitiva das terras que ocupavam e cultivavam sinaliza que havia uma disputa pela terra. A migração de famílias paraguaias e argentinas para a Colônia Militar pode ter provocado a disputa pelo acesso a terra e aos benefícios concedidos aos novos colonos. Isso pode ter ocasionado a invasão de terras pelos novos habitantes, visto que, segundo informa Domingos Nascimento, muitos os lotes agrícolas e pastoris ainda não tinham sido medidos e demarcados em 1903.<sup>375</sup> O fato de alguns colonos reivindicarem a titulação das terras pode, no entanto, ter sido uma tática que eles encontraram para pressionar os militares para que efetuassem a medição e a demarcação de suas terras.

Os relatos de viajantes, os relatórios administrativos do coronel Torres Homem e os artigos publicados no jornal *O Guayra* aludem que a chegada e a permanência das forças revolucionárias de Juca Tigre na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, entre os meses de junho a agosto de 1894, teria debilitado seriamente a estrutura material e humana que até então havia sido edificada e conquistada por militares e colonos. A violência cometida contra militares, colonos teria motivado a fuga de um número acentuado de colonos para terras paraguaias e argentinas. Muitos colonos não mais regressaram à Colônia Militar de Foz do Iguaçu.<sup>376</sup> Tendo sido configurado o abandono das terras e benfeitorias por parte dos colonos, a administração da Colônia Militar anulou

---

<sup>375</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 114-115.

<sup>376</sup> Idem. p. 113.

os contratos. Caberia ao diretor da Colônia Militar redistribuir os lotes rurais a novos colonos.

No entanto, o tenente Edmundo de Barros e o coronel Torres Homem ao não repassaram todos os lotes rurais a novos colonos. Os lotes rurais com maior concentração de erva-mate e madeira foram concedidos por tempo determinado (via contrato de exploração) a negociantes e empresas argentinas para a extração de erva-mate e madeira. Com tal medida, os militares visavam arrecadar uma receita eventual para o pagamento das dívidas contraídas junto a comerciantes argentinos em nome da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.<sup>377</sup>

Mesmo levando em frente a concessão de áreas, Torres Homem informa que em fins de 1897 existiam 48 famílias de colonos explorando as matas e cultivando seus lotes agrícolas com lavouras de milho, feijão e mandioca para o consumo local, “mas não tendo ainda proporcionado quantidade suficiente d'esses productos de suas lavouras para constituir celeiro, occasionaram carestias e até fome na Colônia”.<sup>378</sup> Em 1901, no entanto, o número de colonos matriculados reduziu para 18 famílias, pontua o marechal Francisco de Paula Argollo, assinalando que vários colonos contemplados na época do coronel Torres Homem “já abandonaram há mais de dous annos as terras de que estavam de posse, e por isso foram-lhes cassados os respectivos titulos provisorios, em numero de cinco”.<sup>379</sup>

As 18 famílias de colonos aproveitando a fertilidade das terras e dos pastos produziram milho, feijão, mandioca e derivados de cana-de-açúcar, segundo informa o relatório do Ministério da Guerra (elaborado pelo marechal Francisco de Paula Argollo) relativo às atividades da Colônia Militar de Foz do Iguaçu no ano de 1902: “Milho, 129.160 mãos; feijão, 51.130 kilogrammas;

---

<sup>377</sup> TORRES HOMEM. Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1897)*... Op. Cit. pp. 18 a 23.

<sup>378</sup> Idem. p. 11, 12 e 13.

<sup>379</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1902*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 50.

rapaduras de 200 grammas, 5.000; mandioca, 10 alqueires; fumo, 500 kilogrammas”. Pelo porto da Colônia Militar foram exportados 430 toneladas de erva-mate e 7.286 vigas e/ou todas de madeira. A criação de animais também foi informada: “285 bovinos, 127 cavallos, 857 muares, 320 suinos, 30 caprinos e 4.000 aves domesticas”.<sup>380</sup>

Se a extração de erva-mate e madeira não dependia exclusivamente da mão-de-obra dos colonos, visto que envolvia o trabalho dos peões contratados pelos empresários argentinos, a produção agrícola e pecuária na Colônia Militar de Foz do Iguaçu era resultado do trabalho dos colonos, que segundo o senso populacional realizado em 1902 era de 233 pessoas (homens, mulheres e crianças).<sup>381</sup> Como os instrumentos de trabalho utilizados pelos colonos se restringiam a enxadas, foices, facões e o uso de arado com tração animal (bovinos, cavalos e/ou muares), o trabalho na terra era constante e tomava muito tempo dos colonos no plantio, limpezas, colheita e armazenagem das sementes. É necessário destacar ainda, que muitos colonos possuíam lotes pastoris, o que obrigava os colonos a dividirem as tarefas de modo a aproveitar a luz do dia.

Mas, uma questão permanece. O que teria motivado o êxodo dos colonos? Domingos Nascimento interpretou o êxodo levando-se em conta alguns fatores, a começar pela inexistência de um “mercado consumidor de cereaes”.<sup>382</sup> Além disso, sinaliza Domingos Nascimento, os colonos viam na prestação de serviços aos empresários argentinos para a extração de erva-mate e madeira “a garantia única de vida dos habitantes, por sua grande exportação para os mercados platinos”.<sup>383</sup> O motivo principal era, no entanto, uma estratégia levada a cabo pelos militares visando tirar proveito financeiro.

---

<sup>380</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1903*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p. 30 e 31.

<sup>381</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente...* Op. Cit. p. 30.

<sup>382</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 114.

<sup>383</sup> Idem. p. 114.



Segundo Domingos Nascimento, a direção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu passou a elaborar contratos “feitos de maneira a consentir a invasão dos concessionários nos terrenos dos pobres colonos”.<sup>384</sup> Os colonos, distantes e isolados do auxílio jurídico em Guarapuava, não tinham a quem recorrer com relação às arbitrariedades cometidas com o consentimento dos militares. Segundo Domingos Nascimento, aos colonos que tiveram suas terras invadidas e exploradas ilegalmente nada mais restava “do que abandonar suas benfeitorias, indo procurar outros meios de trabalhar fora do Brasil, ou se deixando ficar escravizados à vontade e ao sabor dos capitalistas, como simples camaradas”.<sup>385</sup>

Em meados de 1903, a situação dos colonos na fronteira não apresentou resultado positivo, relatou Domingos Nascimento. Informou ainda que alguns colonos paraguaios e argentinos tentaram buscar amparo jurídico e policial em suas nações de origem na tentativa de por fim às invasões territoriais e a desigualdade de direito com relação a outros colonos, porém não obtiveram sucesso. Frente às reclamações dos colonos, o tenente Portugal sabendo que pouco poderia fazer perante a situação que se apresentava “nada mais exigia do que o respeito às leis do paiz e à letra dos contractos”, observou Domingos Nascimento.<sup>386</sup>

Mas quem eram esses colonos? Quais eram seus nomes, suas nacionalidades? O engenheiro Cândido Ferreira de Abreu reproduziu em seus escritos uma relação de nomes dos colonos que residiam na Colônia Militar de Foz do Iguaçu em meados de 1905. Junto a alguns nomes de colonos, o engenheiro adicionou algumas informações sobre, ora sobre o estado civil, ora sobre a profissão, ora, ainda, sobre algum fato ocorrido envolvendo o colono. Organizamos as informações em uma tabela, que segue abaixo:

---

<sup>384</sup> Idem. Ibidem.

<sup>385</sup> Idem. Ibidem.

<sup>386</sup> Idem. p. 118.

**TABELA 02 - RELAÇÃO NOMINAL DE COLONOS MATRICULADOS NA COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU EM 1905.**

	<b>Nome</b>	<b>Observações:</b>
01	José Acosta	Solteiro, tropeiro da Colônia
02	Leocádio Correa da Costa	Amasiado
03	Higgino M. Allegre	Casado
04	Estevão Charon	Amasiado
05	Viúva de Joaquim Alves Rodrigues	
06	Guilherme Francisco dos Santos	
07	Ramon Houbes	
08	Simão Nobre	
09	Jesus Val	
10	Amâncio Schwartz	
11	Carmelo Benito	
12	Ramon Edmundo Morel	Casado pelo Rocha
13	Manoel Francisco de Lima	
14	Braz Martinez	Amasiado
15	Manoel Alves Serrão	Criminoso, assassino na Argentina e Paraguai
16	André Vera e Clementino Vera	
17	Vicente Alves de Oliveira	Amasiado
18	Adolfo Grande	Amasiado, assassino de Pedro Velho por ordem do Diretor
19	Manoel Zeferino Nascimento	Velho imprestável
20	Pedro da Costa	Amasiado
21	Tibúrcio Ruiz Dias	Amasiado
22	Manoel Francisco de Oliveira	
23	Eugênio de Oliveira	
24	Viúva de Elias Antonio Vargas	
25	Pedro Rodrigues	
26	João da Cruz Romero	
27	Manoel Machado	O alferes aluno Galdino Luiz Esteves, tendo de fazer uma viagem para o centro do Estado do Paraná, conduziu consigo a mulher do colono, depois de uma cena sensacional passada entre o marido, mulher e amante na qual o revolver da vitima representou importante papel. O ofendido, acabrunhado abandonou o lote onde viveu e trabalhou 14 anos.
28	Marcos Garrido de Aragão	Amasiado
29	Pedro Luiz da Rosa	Solteiro
30	Américo Geraldo da Veiga	Amasiado
31	Silvério Antonio dos Santos	Amasiado
32	Félix Memis	
33	Philadelpho Alvarenga	

34	Izaías Ignácio Pena	Casado pelo Rocha
35	Ignácio Martins	Casado pelo Rocha
36	Jacinto Sarga	
37	José Pedro de Souza	Casado pelo Rocha
38	Panjade Vidal	
39	Manoel Joaquim Ramos	
40	Xisto Aguirre	Amasiado
41	João Ansoategne	
42	Ricardo Val	
43	Cândido Pinto	Terreno do Estado, rio Paraná, fora dos limites da Colônia
44	Julião Vilalba	
45	Pedro Silva	Velho imprestável
46	Isidro Dionertti	
47	Emilia Roberti	
48	Antonio de Carvalho	
49	Manoel Gonzales	
50	Pedro Martins	Carpinteiro da Colônia, solteiro
51	Raphael Ozana	
52	João Silva	
53	Amancio Silvestre	
54	Pedro Moura	Louco, solteiro imprestável
55	Ramão Bento	Velho imprestável, estrangeiro
56	Fagundez Gonzales	
57	Lazaro Duarte	
58	Olympio Soares de Moura	Solteiro

FONTE: ABREU, Cândido Ferreira de. "Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem".. *Boletim do IHGEPR*, vol XXII, 1974. pp. 132 e 133.

Dos 58 colonos listados, 33 eram estrangeiros, destacou Cândido de Abreu em seus escritos, sem, no entanto, se preocupar em detalhar o país de origem. Alguns nomes acima citados foram objetos de menção pelos viajantes, abrindo, a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre esses colonos. Jesus Val (pai de Ricardo Val) era, segundo Silveira Netto, "proprietário e morador de 'Porto Aguirre', na costa argentina, à margem do Iguaçu, e que por anos facilitou os meios de visita aos famosos saltos, pelo lado argentino".<sup>387</sup> Manoel Joaquim Ramos, por sua vez, era "funcionário da delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Paraná" e Manoel Gonzáles era "um dos mais antigos moradores

<sup>387</sup> SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. *Do Guairá aos saltos do Iguaçu...* Op. Cit. p. 44.

da fronteira”, tendo ele chegado em 1881.<sup>388</sup> Pedro Martins (brasileiro, ex-combatente da Guerra do Paraguai) era o carpinteiro da Colônia, mas no início da Colônia Militar chegou a exercer a função de inspetor colonial.<sup>389</sup> André Vera e Clementino Vera eram os dois filhos do casal Feliciano D’Araujo e Andréa Vera, que, segundo José Maria de Brito, contribuíram para a “boa marcha” dos trabalhos iniciais da Colônia Militar em fins de 1889.<sup>390</sup> Guilherme Francisco dos Santos era “um mulato pernambucano”, ex-praça do exercito que possuía plantações diversas próximas ao rio Floriano Peixoto, destacou Domingos Nascimento, dizendo ainda, que “sua vivenda no alto da barranca é alegre e bem cultivada. Este procura certas commodidades e tem provisões a fartar, além de alguma criação de aves”.<sup>391</sup> Higgino M. Allegre, segundo os escritos de Domingos Nascimento, era um “concessionário de extracção de madeiras” e que havia construído na barranca do rio Paraná, no lado brasileiro, “a propriedade mais linda e importante daquela região. [...] O chalet de sua residência é feito todo de cedro com paredes dobradas, ricamente adornado de jardins, cercado de confortáveis varandas, granjas e pomares”.<sup>392</sup> A casa situava-se junto ao porto “Bella Vista”, pouco utilizada por Higgino M. Allegre, que residia em Buenos Aires. Mas, possuía lote rural na Colônia Militar, sendo “o colono que mais serviços materiais tem prestado à colônia do Iguassú, dotando de grandes melhoramentos as estradas que se dirigem para o norte, numa distância de 3 léguas da sede, posto que em benefício directo das suas propriedades”, ressaltou em seus escritos Domingos Nascimento.<sup>393</sup>

A Colônia Militar, como detalhado na lista de nomes de colonos, também acolheu a “assassinos” e “imprestáveis” na condição de colonos.

---

<sup>388</sup> Idem. p. 44 e 30.

<sup>389</sup> BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e...* Op. Cit. p. 73.

<sup>390</sup> Idem. p. 85.

<sup>391</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit p. 101.

<sup>392</sup> Idem. p. 125.

<sup>393</sup> Idem. Ibidem.

Adolfo Grande cometeu um crime ao matar Pedro Velho a mando de um dos diretores da Colônia Militar, diz Cândido de Abreu, sem, no entanto, mencionar o nome do referido diretor. Manoel Alves Serrão, por sua vez, havia cometido crimes na Argentina e no Paraguai. A Colônia Militar era, para Manoel Alves Serrão uma espécie de “esconderijo”. Entre os “imprestáveis” estavam pessoas idosas (Manoel Zeferino Nascimento, Ramão Bento e Pedro Silva), não servindo para a lide na terra, cabendo à Colônia Militar lhes prover sustento; e Pedro Moura, adulto e solteiro, caracterizado como louco.

O olhar de Cândido Ferreira de Abreu sobre os colonos era de depreciação, assim como da Colônia Militar, lugar, por excelência, de loucos, imprestáveis e criminosos. A fronteira em certa medida, era o destino das pessoas com tais “qualidades”, mas também era o destino de muitas outras pessoas que possuíam outras características, posturas e esperanças. Desses personagens, Cândido Ferreira de Abreu decidiu nada informar. Por outro lado, o olhar deste viajante mostra que havia uma diversidade de pessoas convivendo lado a lado na área urbana e/ou rural da Colônia Militar apresentando comportamentos distintos. Para muitos, a Colônia Militar era um lugar seguro, e, em certa medida, tranqüila e confiável para os que precisavam se esconder, viver o restante de seus dias, ou ainda de isolar-se do convívio daqueles que o consideravam diferente, insano, louco. Para outros, a Colônia Militar facultou a oportunidade a muitas famílias em conseguir acesso a terra, porém não era nada fácil viver na fronteira. Para um grupo seletivo de pessoas, a Colônia Militar foi vista como uma terra de oportunidades na área do comércio (como fizeram os irmãos Blosset), ou ainda, de lucrar mediante a exploração da mão-de-obra paraguaia, argentina, brasileira e indígena na extração de erva-mate e madeira (como praticaram os empresários argentinos Domingos Barthe, Pedro Nuñez e Lazaro Gibaja).

Outra informação que se destaca na lista de colonos fornecida por Cândido Ferreira de Abreu é quanto ao número de pessoas amasiadas ou

“casadas pelo Rocha”. Rocha era o nome de um capelão argentino que, de tempos em tempos, se deslocava à Colônia Militar para celebrar missa, batizados e casamentos. Conta Dora Schloegel Edhler (em entrevista ao padre Lotário Welter) que até o ano de 1916, Foz do Iguaçu possuía apenas um curato (capela) que estava vinculado a uma paróquia de Posadas, na Argentina. Por ocasião dos festejos de final de ano, à Foz do Iguaçu se deslocavam padres argentinos do Verbo Divino, “toda a redondeza vinha batizar seus filhos nessa oportunidade, inclusive do Paraguai e da Argentina. Muitos não traziam padrinhos, os quais eram improvisados junto aos moradores locais”.<sup>394</sup>

Como pontuado acima, tanto para os colonos, como para militares, funcionários públicos, comerciantes, religiosos, peões, forasteiros, assassinos e idosos imprestáveis, a fronteira moldava-se sobre cenários contraditórios. Ao mesmo tempo em que a intolerância, a ambição, o conflito, a expulsão e a morte se mostravam explícitos aos olhos dos viajantes, dos militares e dos habitantes da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, esses mesmos personagens tinham esperança num tempo novo, melhor, mais justo, alegre e farto. Para os viajantes, a extinção da Colônia Militar e a transformação do povoado em vila atrelada ao município de Guarapuava era a melhor saída, pois ao Governo do Paraná seria facultada a exploração ainda mais intensa dos recursos naturais existentes nas florestas, mediante venda e/ou concessões de terras a empresas brasileiras e estrangeiras. Essa era, também, a opinião de alguns militares que estiveram à frente da administração da Colônia Militar.

Para outros militares que ocuparam o mesmo posto de comando, caberia ao Ministério da Guerra reaparelhar o número de soldados e rever o

---

<sup>394</sup> EDHLER, Dora Schloegel. Entrevista. WELTER, Lotário. *Tempos heróicos de uma Igreja nascente*. Assunção, s/ed, 1992. p. 12. O livro, em edição bilíngüe (português e espanhol) foi escrito com base em entrevistas coletadas pelo padre Lotário Welter junto a outros padres e antigos moradores de Foz do Iguaçu. O conjunto dessa obra traz uma contribuição de fôlego para se pensar a religiosidade na fronteira Brasil, Paraguai e Argentina.

orçamento destinado à Colônia Militar para, assim dar início à recuperação social e econômica daquela comunidade nos limites territoriais do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Para os colonos, o novo tempo teria início ao se assegurar, por exemplo, a titulação das terras, a exploração das matas e o livre comércio de seus produtos, ou ainda, o retorno de um filho que foi expulso da Colônia Militar.

Os anseios dos colonos não eram os mesmos dos militares, dos comerciantes e dos empresários ervateiros. José de Souza Martins alude que esses anseios distintos são frutos dos desencontros de temporalidades históricas “lançadas pelas circunstâncias da vida numa situação social em que o conflito sai de seus ocultamentos, inclusive os ideológicos, e ganha a visibilidade e eficácia dramática na própria vida cotidiana de adultos e crianças”.<sup>395</sup> Nesse sentido, a *Ata de audiência particular com colonos de Foz do Iguaçu*, construída entre os dias 22 de novembro a 02 de dezembro de 1907, explicita de forma ímpar os desejos, as lutas, as resistências, os pensamentos, as condutas, a identidade de grupo e, ao mesmo tempo, a individualidade dos colonos.

#### 4.1 OS COLONOS E SUAS QUEIXAS

A *Ata de audiência particular* foi publicada como adendo aos relatos do sargento José Maria de Brito no livro *Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar*. O jornalista Beto Maciel informa que o referido documento integra um conjunto de relatórios do Ministério da Guerra alocados no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Segundo o jornalista, o manuscrito lhe foi apresentado por Elaine Pereira Rocha, que o consultou e reproduziu por

---

<sup>395</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira:....* Op. Cit. p. 15.

ocasião da elaboração de sua pesquisa sobre os índios Avá-Guarani.<sup>396</sup> Pela redação do documento percebe-se que apenas uma pessoa realizou as entrevistas e redigiu a *Ata de audiência particular*, possivelmente um militar que estava a algum tempo na Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Porém, o nome e o posto militar não constam no documento impresso junto aos relatos de José Maria de Brito e também não é mencionado por Beto Maciel. Realizamos pesquisa junto ao Arquivo Nacional, localizamos a *Ata de audiência particular* e verificamos que no referido documento não consta o nome de quem realizou as entrevistas e/ou o redigiu. Consultamos o acervo documental sobre colônias militares no Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro) na tentativa de localizar alguma informação sobre os motivos pelos quais a Ata foi elaborada. Não obtivemos resultados satisfatórios.

A *Ata de audiência particular* é composta de 48 depoimentos de colonos, coletadas num intervalo de dez dias. Se em 1905 o número de colonos matriculados era de 58, o conjunto desses depoimentos corresponde a mais da metade do número de colonos matriculados, mesmo estimando um crescimento de 20% no número de colonos matriculados entre os anos no período de 1905 a 1907. Isso evidencia que as queixas dos colonos não podem ser interpretadas como casos isolados.

A *Ata de Audiência Particular* é rica em informações. Logo após o nome completo do colono, consta a nacionalidade, o tempo de residência na Colônia, a quantidade de filhos e, por fim a queixa. Dos 48 colonos ouvidos pelos militares, 19 disseram ser brasileiros, 11 denominavam-se argentinos, 14 informaram ter nacionalidade paraguaia, 2 alegaram ser espanhóis, 1 declarou ser italiano e um disse ter origem alemã. Dos 48 colonos, 32 informaram o tempo de residência na Colônia Militar: 2 haviam chegado a menos de 1 ano; 5, entre 1 e 2 anos; 8, entre 3 e 5 anos; 6 entre 6 e 10 anos; 5 entre 11 a 20 anos; e

---

<sup>396</sup> MACIEL, Zé Beto. "Apresentação". *Descoberta de Foz do Iguaçu....* Op. Cit. p. 12.



6 acima de 20 anos. Pelos dados apresentados na *Ata*, entre os anos de 1904 e 1907, o número de colonos brasileiros que migraram para a Colônia Militar era maior do que a migração de colonos paraguaios e argentinos, na proporção de 5 brasileiros para 1 paraguaio e 1 argentino.

O que teria motivado a migração de brasileiros para a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e à diminuição do número de imigrantes paraguaios e argentinos? A formação da colônia Mallet (hoje Laranjeiras do Sul) nos campos das Laranjeiras, a comercialização de terras devolutas e a reestruturação de antigas fazendas de criação provocou a expulsão de posseiros que faziam uso dos campos e matas para o cultivo de sementes e a criação animais no sistema faxinal.<sup>397</sup> Alguns desses antigos posseiros viram na Colônia Militar de Foz do Iguaçu uma oportunidade para obter acesso à terra sem custos e certa segurança com relação à posse provisória dos lotes agrícolas e pastoris. Outros, no entanto, preferiram “instalar-se às margens da rodovia e próximo às linhas, tomando conta da região e convivendo com os estrangeiros que exploram o mate”, alude Alceu Sperança ao historiar sobre as origens de Cascavel.<sup>398</sup>

A nova regulamentação para as Colônias Militares sancionada em novembro de 1902 pelo marechal Mallet fornece algumas pistas para refletir sobre a redução do número de estrangeiros na Colônia Militar de Foz do Iguaçu. No artigo 35, que legisla sobre a concessão e a titulação de lotes urbanos e rurais, consta que “aos estrangeiros que requererem lotes e residências nas colônias só serão passados títulos provisórios quando se tiverem naturalizado brasileiros”.<sup>399</sup> Ao atrelar a expedição de documentação

---

<sup>397</sup> Uma listagem dos compradores e vendedores de terras nos campos das Laranjeiras pode ser lida no livro escrito por João Olivir Camargo. CAMARGO, João Olivir. *NERJE: Laranjeiras do Sul...* Op. Cit. pp. 60 a 63.

<sup>398</sup> SPERANÇA, Alceu. *Cascavel: a história*. Curitiba: Lagarto, 1992. p. 62.

<sup>399</sup> DECRETO Nº 4662, de 12 de novembro de 1902 – Regulamento para as colônias militares. In: MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados*

provisória e/ou definitiva dos lotes rurais à naturalização, limitava-se a presença e o acesso à terra aos estrangeiros pobres, notadamente os paraguaios e argentinos, com exceção à aqueles que haviam conseguido documento provisório anterior à 1902. A nacionalização da fronteira passou a ser legitimada e praticada com a aprovação da nova regulamentação das Colônias Militares. E, com isso, a exclusão estendia-se à posse da terra, ou da identidade de origem do colono estrangeiro.

Na *Ata de Audiência particular* não é explícita a exclusão dos colonos estrangeiros com relação ao acesso à terra devido à origem identitária. No entanto, percebe-se na fonte documental que a invasão das terras e a expulsão de colonos se deram com maior intensidade nas áreas ocupadas por colonos estrangeiros. Já, as queixas com relação à violência física, a não demarcação dos lotes agrícolas e a não expedição de documentos provisórios de posse eram temas recorrentes nas queixas de colonos brasileiros e estrangeiros. Como a *Ata de Audiência particular* é muito rica em informações, decidimos explorá-la seguindo a ordem em que as queixas dos colonos são apresentadas. Tal recurso irá trazer à tona os anseios e angústias dos colonos com relação à vida que levavam na fronteira. Não devemos esquecer que ao proceder a audiência com os colonos, o militar anônimo ao redigir as queixas dos colonos pode ter omitido inúmeras outras informações pontuadas pelos colonos não só com relação à queixa prestada, mas também à outras práticas cotidianas de sobrevivência na fronteira.

O paraguaio Julio Gutierrez foi o primeiro colono a ser ouvido pelo militar, em 22 de novembro de 1907. Mesmo cultivando um lote agrícola ainda não demarcado, Julio Gutierrez explorava erva-mate extraída de terrenos devolutos da Colônia Militar após obter autorização do diretor da Colônia Militar (o major Neiva Lima). Queixava-se, no entanto, por não poder cortar

lenha nem fazer erva-mate no terreno autorizado pelo major diretor, visto que “Jorge Schimmelpfeng tomou-lhe o terreno, peões e tudo quanto tinha, pondo-o para fora do local, cobrando-lhe ainda 25 contos por cada 10 km<sup>2</sup> de erva. É fiscal dos ervais o irmão de Jorge.”<sup>400</sup>

A primeira coisa que se destaca na queixa de Julio Gutierrez é com relação a uma prática antiga na Colônia Militar de Foz do Iguaçu: a concessão de áreas de terras a alguns colonos para explorar erva-mate e/ou madeira mediante a assinatura de contrato de exploração por tempo determinado. Nos últimos anos do século XIX, eram os diretores da Colônia Militar que compravam a erva-mate e a madeira dos colonos e as repassavam por um preço maior aos negociantes argentinos. Em 1907, o cenário era outro. Existiam várias casas de comércio instaladas dentro e fora dos limites territoriais da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, informa Silveira Netto.<sup>401</sup> Julio Gutierrez menciona em sua queixa que além de Jorge Schimmelpfeng existiam outros negociantes, mais precisamente, Fulgêncio Pedroso e Leôncio Alves. Quem eram eles?

Leôncio Alves era irmão de Fidelis Alves, militar operador da estação telegráfica da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Leôncio veio residir na Colônia Militar em fins de 1905, com a finalidade de instalar uma filial da casa de comércio dirigida por seu pai (Pedro Alves) na Colônia Mallet (hoje Laranjeiras do Sul).<sup>402</sup> Fulgêncio Pedroso, cujo nome completo é Fulgêncio Pedroso de Almeida, era militar. Foi destacado para a Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1906 para integrar o grupo de soldados do destacamento militar.

---

<sup>400</sup> GUTIERREZ, Julio. ATA de Audiência particular com colonos, 22/11/1907. p. 95. Na transcrição do manuscrito, José Beto Maciel deixou a expressão “Ilegível” entre parênteses nas palavras que não conseguiu ler. Tive acesso ao documento original e realizei uma busca visando sanar tal falha. Em alguns casos foi possível identificar a palavra até então não decifrada devido à caligrafia do militar anônimo.

<sup>401</sup> SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo. “Recordações”. In: *Do Guairá aos Saltos...* Op. Cit p. 44.

<sup>402</sup> Cf. CAMARGO, João Olivir. *NERJE: Laranjeiras do Sul...* Op. Cit. p. 65.

Junto com Accácio Pedroso (seu irmão mais novo) Fulgêncio abriu uma casa de comércio na área urbana da Colônia Militar. Com a emancipação política de Foz do Iguaçu, em 1914, os irmãos Pedroso foram eleitos camaristas, ambos reelegendo-se por vários mandatos seguidos.<sup>403</sup> Já Jorge Schimmelpfeng, segundo o memorialista Sebastião Paraná, teve rápida passagem pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, entre os anos 1892 e 1895, quando foi excluído do Exército por ocasião das “vaías contra o General Jacques Ouriques” em 15 de março de 1895. Regressou a Curitiba, sua terra natal, ingressando na política após rápida passagem como Sub-Comissário de Polícia. Em 1901 foi eleito camarista na Capital do Estado do Paraná, porém exerceu as funções até maio de 1902, quando foi convidado pelo Governo do Paraná para “instalar e chefiar a comissão fiscal da Foz do Iguassú”.<sup>404</sup> Jorge Schimmelpfeng exerceu tal função até 1905, quando pediu exoneração para se dedicar ao comércio, salienta Sebastião Paraná, que continua:

Tendo adquirido bens e fortuna, graças à sua labuta incessante na industria, não limitou seu circulo de acção aos ramos de negócio em que adquiriu esses bens: seu espírito progressista e o desejo de ver cada vez mais prospera a cidade das prodigiosas cachoeiras o induziram a realizar novos commetimentos na localidade. Assim é que, além de uma casa commercial, fundou e explora naquela cidade uma serraria, construiu confortável prédio para sua residência e outro para hotel. Mantém no lugar Benjamim Constant e em Santa Maria, junto aos Saltos do Iguassú, succursaes de sua casa commercial. [...] Mas não fica ahí seu espírito de inciativa. Assim é que, cuidando de tudo nessa localidade do extremo ocidente do Estado, dedica-se também à lavoura. Seu cannavial já está produzindo bons resultados, bem como a cultura da mandioca, destinada ao preparo de farinha.<sup>405</sup>

---

<sup>403</sup> Cf. PEDROSO, Luiz Renato. “O pioneirismo de meu pai”. In: [HTTP://olimpiadas.parana-online.com.br/editoria/mundo/news/205518](http://olimpiadas.parana-online.com.br/editoria/mundo/news/205518) [Acessado em 18/02/2009]. Luiz Renato Pedroso é filho de Accacio Pedroso. Atuou como desembargador em Curitiba durante muitos anos. Na atualidade é Presidente do Centro de Letras do Paraná.

<sup>404</sup> PARANÁ, Sebastião. “Jorge Schimmelpfeng”. In: *Galeria Paranaense: notas biográficas*. Curitiba, 1922. Edição comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil. P. 314-315.

<sup>405</sup> PARANÁ, Sebastião. “Jorge Schimmelpfeng”. In: *Galeria...* Op. Cit. p. 316.

A chefia da Agência Fiscal do Paraná facultou a Jorge Schimmelpfeng *status* social e algum sucesso financeiro. Sebastião Paraná não mencionou, no entanto, que parte dos bens e fortuna adquirida por Jorge deveu-se à intermediação na compra de uma vasta área de terras devolutas junto ao governo do Estado do Paraná em nome de um grupo de capitalistas ingleses. Para explorar as riquezas naturais existentes nos 274.750 hectares de terras situadas no extremo-oeste do Paraná, os ingleses fundaram em Buenos Aires a *Compañia de Maderas del Alto Paraná S/A.*, que passou a funcionar em 1907. Fazenda Britânia (ou Britânica) foi o nome dado às terras pertencentes aos ingleses,<sup>406</sup> administrada por Jorge Schimmelpfeng por algum tempo.

Julio Gutierrez, o colono paraguaio anteriormente citado, evidencia em sua queixa outra estratégia levada a cabo por Jorge Schimmelpfeng para manter em funcionamento seus empreendimentos industriais e comerciais na fronteira: a expulsão de colonos brasileiros e estrangeiros das áreas que exploravam erva-mate e madeira mediante autorização da direção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (o major Neiva Lima). Porque coube a Jorge Schimmelpfeng cobrar 25 contos de réis por cada 10 km<sup>2</sup> de erva-mate extraída se as terras pertenciam à Colônia Militar? Teria Jorge selado um contrato de compra da erva-mate com Julio Gutierrez e pago adiantado? Julio Gutierrez não cumpriu o contrato, o que teria motivado a cobrança e a expulsão? E os peões? Haviam sido cedidos (ou alugados) por Jorge Schimmelpfeng ou o colono os contratou? Eis algumas questões a espera de respostas.

Julio Gutierrez informou ao militar que realizou a audiência particular que um fato quase idêntico ao seu teria ocorrido com o colono argentino Jacinto Salsa: “tomaram-lhe o lote para dar a Antonio Martello”.<sup>407</sup> Ramona Salsa, argentina, esposa de Jacinto Salsa, foi ouvida pelo militar em 27 de

---

<sup>406</sup> SILVA, Oscar; et.all. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988. p. 33-34.

<sup>407</sup> GUTIERREZ, Julio. *Ata de Audiência Particular....* Op. Cit. p. 95.

novembro de 1907. Sobre o lote que lhe foi tomado, Ramona Salsa disse que residia na Colônia Militar havia muito tempo e que possuíam três lotes,

sendo-lhe agora tirado um pelo atual Diretor em vias de se estragarem. As referidas madeiras foram derrubadas por Poujardo, que com eles tinha um contrato para tiragem de madeiras, mas o tal contrato já tinha acabado o prazo quando foram pelo dito Poujardo derrubadas as madeiras que pede vender, aproveitando-as.<sup>408</sup>

O Poujardo citado por Ramona Salsa era o argentino Vidal Pojada, que prestava serviços a colonos e particulares derrubando madeiras. Na queixa prestada por Ramona Salsa, percebe-se que a perda do lote agrícola estava atrelada às toras de madeiras derrubadas por Vidal Pojada. Alegando que as toras estavam se estragando, o diretor da Colônia Militar tomou da família Salsa o lote e as madeiras. Pelo que informa Julio Gutierrez, o lote agrícola foi repassado ao argentino Antonio Martello. Jacinto Salsa, ao ser ouvido pelo militar em 29 de novembro de 1907, confirma o que disse sua esposa Ramona Salsa, dois dias antes. Também informou que o contrato com Vidal Pojada não tinha prazo e que a madeira ainda estava no lote que lhe fora tomado pelo major Neiva Lima.

Jacinto Palacin, de origem espanhola, não era colono. Mesmo assim, participou da audiência particular. Jacinto administrava uma casa de comércio na área urbana da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, cujo estabelecimento era de propriedade do empresário ervateiro Domingos Barthe. Palacin também foi enganado por Vidal Pojada ao não cumprir um contrato de derrubada de madeira. Informa que Pojada foi expulso da Colônia Militar pelo major Neiva Lima e este último teria aconselhado Jacinto Palacin a negociar com Domingos Barthe a derrubada e a comercialização das toras de madeira. “E assim fez Palacin, pagou a Barthe o débito de Pojada, não tendo, porém, até hoje sido satisfeito [...] se sente o mais prejudicado, ainda mais por não querer

---

<sup>408</sup> SALSA, Ramona. *Ata de Audiência Particular...* Op. Cit. p. 103-104.

permitir o Diretor que derrube e se tire a madeira por aquela deixada”.<sup>409</sup> Houve alguma negociação entre Barthe e o major Neiva Lima? Não encontramos fontes documentais que atestem uma negociação, mas a expulsão de Vidal Pojada pode ter sido uma estratégia utilizada pelo major Neiva Lima para favorecer Domingos Barthe e, assim, obter certa porcentagem do dinheiro pago antecipadamente a Barthe pelo serviço contratado.

Várias são as queixas ao diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Ignácio Martinez, paraguaio, residia na Colônia Militar a mais de 21 anos e tinha título provisório de lotes urbano e pastoril. Dizia estar descontente com o diretor porque “não lhe deixa fruir coisa alguma do título que possui, pois não pode tirar erva-mate e nem cortar uma só árvore, sequer. Queixa-se de ser muito difícil falar com o Diretor, que não os atende, o que não se dava com o sargento Pimenta, aquém fez muitos elogios”.<sup>410</sup> Martinez reclama ainda, que o diretor “não é amigo da pobreza” e de nada adianta ter título provisório das terras se “não são bem conhecidos os limites do seu lote”. Por fim, aludia que tinha a intenção de migrar para Posadas, na Argentina, porque ele e sua família viviam com muitas dificuldades na Colônia Militar.<sup>411</sup>

Qual era a intenção do diretor major Neiva Lima em controlar a prática dos colonos pobres com relação à extração de erva-mate e de madeira em seus respectivos lotes agrícolas e pastoris? Obrigar os colonos a solicitar autorização junto à diretoria da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, foi uma medida adotada por vários diretores com o intuito de limitar que os colonos viessem a abandonar a lide na terra e a criação de animais para sobreviver da extração de erva-mate e madeira. Por esse viés de análise, os militares mostravam-se preocupados em preservar as matas e incentivar os colonos a cultivar o solo.

---

<sup>409</sup> PALACIN, Jacintho. *Ata de Audiência Particular...* Op. Cit. p. 101-102.

<sup>410</sup> MARTINEZ, Ignácio. *Ata de Audiência Particular...* Op. Cit. p. 102-103.

<sup>411</sup> MARTINEZ, Ignácio. *Ata de Audiência Particular...* Op. Cit. p. 103.

No entanto, a expedição de autorizações para a extração de erva-mate e madeira passou a ser objeto de negociação, segundo as queixas de alguns colonos. Vicente Alves de Oliveira, brasileiro, ex-praça e colono residente na Colônia Militar a 18 anos, queixava-se de que o major Neiva Lima e o comerciante Leôncio Alves teriam lhe passado para trás “num negócio de madeira, sem que providência alguma fosse tomada. [...] Queixa-se também de que a colônia não compra os produtos dos colonos, preferindo comprá-los dos negociantes, o que não lhe parece justo”.<sup>412</sup> Felipe Saldanha, colono paraguaio, diz que em 1906 o diretor da Colônia Militar “veio por aqui, fez contrato para trabalhar num lote de 20 m de largo por 600 de comprido, por 70 [contos de réis] cada 200 m. Concluído o trabalho só lhe deram 40 [contos de réis] em erva”.<sup>413</sup> Como se nota, a expedição da autorização para explorar os recursos da floresta estava condicionado a um contrato de compra e venda do produto a ser explorado (madeira e/ou erva-mate) junto a determinada casa de comércio existente na Colônia Militar de Foz do Iguaçu. E mais, fazendo uso da autoridade, diretores, soldados e comerciantes não cumpriam integralmente os contratos selados com os colonos, como se verifica na queixa do colono Felipe Saldanha.

O abuso da autoridade foi motivo principal de várias queixas de colonos. Tiburcio de Miranda Ozório, brasileiro, migrou do Rio Grande do Sul para a Colônia Militar de Foz do Iguaçu havia mais de 2 anos. Em sua queixa, relatou que “era Inspetor do Distrito até há poucos dias. Sem que lhe dissessem o motivo e consciente de não ter dado causa, foi demitido para ser nomeado Gregório Charon,<sup>414</sup> argentino trabalhador e protegido de Jorge

---

<sup>412</sup> OLIVEIRA, Vicente Alves. *Ata de Audiência Particular...* Op. Cit. p. 111.

<sup>413</sup> SALDANHA, Felipe. *Ata de Audiência Particular...* Op. Cit. p. 96.

<sup>414</sup> Após conferir com o manuscrito original, verificou-se que o sobrenome correto de Gregório é Charon, e não “Chacão” ou “Chason”, como consta na transcrição feita por José Beto Maciel, publicada como adendo aos relatos de José Maria de Brito. Cândido Ferreira de Abreu em suas anotações de viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu também menciona o nome do irmão de Gregório utilizando “Charon” como sobrenome.



Schimmelpfeng”.<sup>415</sup> Mesmo antes de ser nomeado Inspetor de Distrito, Gregório Charon e seus irmãos (Estevão Charon, Felix Charon) eram personagens conhecidos dos colonos por terem cometido diversas arbitrariedades. Uma delas, contra o colono Manoel Gonçalves. Em sua queixa, Manoel Gonçalves informou que eles não respeitavam seus lotes; que “fizeram roçadas e plantações em suas terras o que protestou perante o sargento Pimenta, o qual lhe deu uma carta fechada para Estevão Charon, que era então fiscal; que tem sido perseguido porque eles têm sido sempre autoridade, viviam prendendo, surrando e castigando”.<sup>416</sup> Outro fiscal dos ervais era, segundo o colono paraguaio Julio Gutierrez, o irmão de Jorge Schimmelpfeng.<sup>417</sup>

Ao dar proteção aos irmãos Charon, Jorge Schimmelpfeng mostrava aos habitantes da Colônia Militar de Foz do Iguaçu que possuía forte influência junto aos militares, a ponto de sugerir a nomeação de seus protegidos e irmão para a função de fiscal dos ervais. Ao dar proteção, Jorge tornava os irmãos Charon dependentes de seu poder e cumpridores de suas ordens. Ao assumirem os postos de fiscal e de Inspetor de Distrito, Gregório, Estevão e o irmão de Jorge (cujo nome não foi citado) resguardavam e faziam valer os interesses de Jorge Schimmelpfeng como proprietário de terras, comerciante, empresário e político local. Desenhava-se, assim, a silhueta de um “coronel”<sup>418</sup> na fronteira.

---

<sup>415</sup> OZÓRIO, Tiburcio de Miranda. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 97.

<sup>416</sup> GONÇALVES, Manoel. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 106.

<sup>417</sup> GUTIERREZ, Julio. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 95.

<sup>418</sup> A imagem do coronel, como princípio enunciativo do coronelismo (prática política), foi construída como um símbolo cuja referência inicial era a patente de coronel fornecida pelo Governo Imperial a membros da Guarda Nacional. A imagem do coronel passou por várias reelaborações, variando de região para região do Brasil ao sabor de mudanças na ordem política (Império-República/República Velha-República Nova) A discussão é complexa e não conseguiremos esgotá-lo em poucas linhas. A título de conceituação do termo coronel faremos uso da definição dada por Edgard Carone: “O coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido, o que ele deve aos seus dotes pessoais e não ideológicos. É o clefe do Clã, titulo que engloba ‘não só a família que lhe segue e obedecem as pegadas mais

Em fins de 1907, no entanto, o poder de mando de Jorge ainda estava limitado e ofuscado pela presença dos militares. Muitos colonos ainda recorriam ao major Neiva Lima para prestar queixa dos problemas que estavam enfrentando. A viúva Emília Roberto, por exemplo, queixava-se que os porcos do tenente Barroso haviam estragado suas plantações e que ela prestou queixa ao major Neiva Lima “que prometia sempre ir ver”.<sup>419</sup> Carmo Benitez, argentino, “queixou-se ao major Diretor no ano passado, que Braz Martinez cortava erva e madeira no seu lote, não foi tomada nenhuma providência, apesar de ser proibido”.<sup>420</sup> Ao não atender às solicitações dos colonos, o major Neiva Lima (intencionalmente, ou não) obrigava os colonos a buscar auxílio junto a outras pessoas, dentre elas, Jorge Schimmelpfeng.

Domingos Nascimento e Silveira Netto referem-se a Jorge como uma pessoa prestativa e gentil, mas também portador de um temperamento explosivo quando contrariado. Ottilia Schimmelpfeng, filha de Jorge, escreveu um livro procurando ressaltar as contribuições de seu pai na história de Foz do Iguaçu. Segundo Ottilia, Jorge recebia o pobre como abastado em sua casa: “Nunca faltava lugar em nossa mesa àquele que vinha da roça, muitas vezes suarento e pouco asseado [...] Paciente ouvia suas queixas ou a conversa fiada, animando-as ou prestando auxílio ao qual recorriam”.<sup>421</sup> Ao agir desta forma,

---

próximas, mas o cabroal que vive em função do seu prestígio, da sua força, do seu dinheiro’. Aos agregados ele dispensa favores: dá-lhes terras,, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes; em compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação nos grupos armados. Aos amigos e familiares ele distribui empregos públicos, empresta dinheiro, obtém créditos; protege-os das autoridades policiais e jurídicas. É o juiz, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. É comerciante e agricultor, proque produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando a potência fundamental do município. É homem de fé, pois é que anima as festas religiosas e as oficializa. É hospitaleiro com os de fora e os do lugar, sendo sua casa e mesa abrigo seguro para todos que o procuram”. (CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais (1889-1930)*. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1978. pp. 253-254.)

<sup>419</sup> ROBERTO, Emília. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 107.

<sup>420</sup> BENITEZ, Carmo. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 98.

<sup>421</sup> SCHIMMELPFENG, Ottilia. *Retrospectos iguaçuenses: narrativas históricas*. Foz do Iguaçu: Tezza editores, 1991. p. 19.

Jorge Schimmelpfeng, ganhava a confiança dos colonos, dos militares, dos viajantes e dos raros turistas estrangeiros e brasileiros que aportavam na Colônia Militar de Foz do Iguaçu com a intenção de conhecer as cataratas do rio Iguaçu. Sua imagem de bom homem tornava-se mais consistente perante a população da fronteira e, ao mesmo tempo, obtinha o domínio pessoal sobre eles, inicialmente amparado na relação de reciprocidade para com aqueles que lhe procuravam.

Mandonismo e clientelismo eram duas características do coronelismo<sup>422</sup> que se fazia sentir em diferentes regiões do Brasil, sob configurações distintas geralmente atreladas ao poder político local/regional durante a Primeira República. Porém, na fronteira, o coronelismo enquanto prática política (ou sistema político) envolvendo barganhas entre o governo e coronéis ainda não existia. Estava em gestação e Jorge Schimmelpfeng era seu mentor. A existência de conflitos e abusos de autoridade por parte dos militares, dentro e fora dos limites territoriais da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, contribuía direta e indiretamente para o fortalecimento do poder político de Jorge Schimmelpfeng.

Eis algumas queixas que evidenciam o abuso de autoridade pelos militares. O colono brasileiro José de Oliveira queixava-se que sem motivo, “o sargento Barroso prendeu-o por 15 dias, comendo só um pedacinho de carne com um pouco de farinha, que lhe deu um soldado”.<sup>423</sup> Geraldo Pedrini, por sua vez, reclamava de uma aposta (corrida a cavalo) que fez com o sargento

---

<sup>422</sup> O conceito de coronelismo é elástico e, mesmo tendo sido debatidos por historiadores, sociólogos e economistas, não possui uma única definição. Para Victor Nunes Leal, o coronelismo é uma adequação entre o poder privado (proprietários de terras) e um regime político de base representativa onde ocorrem trocas de proveitos em momentos distintos, entre eles, em épocas de eleição, sobretudo na Primeira República. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Para se ter uma visão completa sobre as discussões em torno do conceito de coronelismo, ver: FORTUNATO, Maria Lucilene. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder*. Campinas: Unicamp, 2000. [Tese de doutorado em História Social]

<sup>423</sup> OLIVEIRA, José. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 110.

Pimenta, tendo o seu cavalo vencendo a corrida. Afirma que o sargento se negou a pagar. “Em regozijo de haver ganho”, diz Geraldo Pedrini,

enfeitou seu cavalo pondo-lhe umas fitas e saiu a passeio com mais dois companheiros, e que vistos pelo senhor sargento Pimenta, foram por sua ordem presos, sendo depois expulso do país. Passando então para o Paraguai, foi obrigado a dispor do cavalo e de tudo o que tinha, no que teve prejuízo e só voltou à colônia depois da chegada do atual diretor.<sup>424</sup>

Como visto acima, o isolamento e a distância da Colônia Militar com relação a outros centros urbanos paranaenses e brasileiros possibilitava aos militares tirar proveito de diversas situações. Ao invés de proteger e amparar os colonos, alguns militares criavam transtornos e dificuldades. Para os colonos, a vida familiar e comunitária na fronteira tornava-se mais instável, incerta e insegura. Gregório Pinto Bandeira, militar e colono brasileiro, disse que “o filho do major Diretor mandou roçar alqueires e meio dentro de seu lote, ficando e ocupando-o”.<sup>425</sup>

A invasão e a ocupação de lotes agrícolas concedidos aos colonos não foi obra apenas de militares, mas também de pessoas ligadas à atividade comercial na Colônia Militar. O colono argentino Simão Ramiro estava na Colônia Militar havia sete anos. Disse que “seu lote lhe foi dado pelo sargento Pimenta que em pessoa foi lhe mostrar o lugar e mais ou menos os limites”.<sup>426</sup> O lote ao lado pertencia ao comerciante Leôncio Alves, que havia solicitado aos militares a demarcação de outro lote. “Nesta demarcação foi apanhado todo o seu lote e mais parte de outros vizinhos”, afirma Simão Ramiro, ficando “sem coisa alguma, pois tinha casa e suas plantações que ficaram, assim, pertencendo a Leôncio Alves”.<sup>427</sup> Ramiro não diz quem eram os colonos vizinhos. Olympio dos Santos, colono brasileiro, esclarece que eram os colonos

<sup>424</sup> PEDRINI, Geraldo. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 112.

<sup>425</sup> BANDEIRA, Gregório Pinto. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 99.

<sup>426</sup> RAMIRO, Simão. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 105.

<sup>427</sup> RAMIRO, Simão. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 105.

Antonio Ortiz e Américo Geraldo da Veiga, tendo sido eles expulsos das terras e benfeitorias “sem a menor indenização, nem providências da diretoria”.<sup>428</sup>

Do que se tratava a indenização? No Regulamento das Colônias Militares sancionado em fins de 1902, previa-se no artigo 42 que caberia ao colono expulso da Colônia Militar uma indenização pelo terreno e pelas benfeitorias existentes sobre o mesmo. O mesmo artigo, no entanto, estipulava que a indenização somente era levada a efeito quando o motivo da expulsão do colono era por mau comportamento.<sup>429</sup> Pelo que relatam os colonos, o motivo da expulsão não foi por mau comportamento, e sim a invasão e a apropriação de seus lotes agrícolas. Note-se que Olympio dos Santos conhecia o regulamento da Colônia Militar e fazia uso dos acontecimentos envolvendo os colonos Simão Ramiro, Antonio Ortiz e Américo Geraldo da Veiga para reforçar sua queixa perante o militar que estava realizando a audiência particular. A demarcação de seu lote agrícola era o que pedia, pois “enquanto continuarem os lotes sem ser demarcados, não pode haver sossego nem amor ao trabalho”.<sup>430</sup>

Joana Roza Penna Oscental, colona uruguaia, também clamava pela demarcação de seu lote, “pois tem direito definitivo e receia morrer deixando sua família em dificuldade, sem nenhuma garantia”.<sup>431</sup> Joana Roza, que em 1890 havia extraído um bicho de vareja da narina do vice-diretor Antonio Baptista da Costa Junior, parece ter uma posição social de destaque na Colônia Militar de Foz do Iguaçu por fazer uso de seu poder sanador junto aos enfermos. Não se mostrava preocupada em perder as terras que lhe foram concedidas quando da fundação da Colônia Militar. Solicitava a demarcação visando assegurar a posse das terras para seus filhos, por entender que a

---

<sup>428</sup> SANTOS, Olympio dos. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 99.

<sup>429</sup> Artigo 42. DECRETO Nº 4662, de 12 de novembro de 1902 – Regulamento para as colônias militares.... Op. Cit. p. 14.

<sup>430</sup> SANTOS, Olympio dos. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 99.

<sup>431</sup> OSCENTAL, Joana Roza Penna. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 99.

documentação que possuía não era respeitada e não garantia a propriedade da terra.

Além de Joana Roza e Olympio dos Santos, outros sete colonos reivindicavam a demarcação de seus lotes. Para eles, a demarcação traria mais tranqüilidade e segurança com relação à propriedade da terra na fronteira. No entanto, outros 26 colonos viam na titulação provisória a garantia de posse e uso dos lotes agrícolas e pastoris que ocupavam. Desses 26 colonos, 11 colonos eram de origem paraguaia, 10 eram brasileiros e 5 eram argentinos. De acordo com o regulamento das Colônias Militares, os títulos provisórios deveriam ser “passados pelo director da colônia, por despacho do Ministério da Guerra e o ‘cumpra-se’ da Superintendência Geral de Colonização e Fronteiras no requerimento dos pretendentes”.<sup>432</sup> Caberia aos colonos dar início ao cultivo dos terrenos agrícolas e a criação de animais nos lotes pastoris no prazo máximo de um ano após a concessão, sob pena de cancelamento da referida concessão e retorno ao domínio público. Aos colonos estrangeiros, a expedição da titulação provisória somente seria providenciada quando “se tiverem naturalizados brasileiros”.<sup>433</sup> Impunha-se aos colonos estrangeiros a naturalização para se tornarem cidadãos brasileiros e, assim, ter acesso ao direito de possuir a titulação das terras e usufruir dos lotes que lhes foram concedidos.

Levando-se em consideração que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu situava-se nos limites territoriais do Brasil com as repúblicas da Argentina e do Paraguai; e que a presença de estrangeiros era maior do que a de brasileiros, a naturalização acabou se transformando num instrumento de abrasileiramento. Porém, alguns colonos estrangeiros que requereram a naturalização, ao serem interrogados pelo militar na audiência particular,

---

<sup>432</sup> Artigo 32. DECRETO Nº 4662, de 12 de novembro de 1902 – Regulamento para as colônias militares.... Op. Cit. p. 13.

<sup>433</sup> Artigo 35. DECRETO Nº 4662, de 12 de novembro de 1902 – Regulamento para as colônias militares.... Op. Cit. p. 14.

disseram ter nacionalidade argentina ou paraguaia. O colono Carmo Benitez estava na Colônia Militar havia 10 anos. Em fins de 1907, tinha lote pastoril e agrícola, este último com titulação provisória expedida em seu nome. Ao ser inquirido pelo militar sobre sua nacionalidade, disse ser argentino. Ignácio Martinez consta como paraguaio e Jacintho Salsa como argentino, ambos com títulos provisórios de lotes rurais e urbanos.<sup>434</sup> São indícios de que o brasileiroamento no papel, não se confirmava na vida cotidiana dos colonos.

A expedição da titulação provisória deveria ser requerida pelo colono junto à direção da Colônia Militar após ser assentado em terreno agrícola e/ou pastoril. No caso de ser colono estrangeiro, após seu assentamento e de ter em mãos a naturalização. A documentação seguia para o Rio de Janeiro, mais precisamente, para a *Superintendência Geral de Colonização e Fronteiras*, que após avaliar a documentação apresentada emitia a documentação provisória e remetia ao Ministério da Guerra para ser assinada pelo Ministro da Guerra. Em seguida, a documentação era despachada para a Colônia Militar.<sup>435</sup> A tramitação era lenta, informa Leônidas Boutin.<sup>436</sup> O isolamento e a distância da Colônia Militar de Foz do Iguaçu acabavam por ampliar ainda mais o tempo de espera dos colonos.

Felipe Saldanha reclamava os títulos de seus lotes, dizendo que estava “na colônia há cinco anos e ainda não lhe deram nem o título provisório, quando a lei lhe assegura o definitivo 3 anos depois da posse”.<sup>437</sup> Saldanha conhecia e estava atento aos direitos adquiridos quando ingressou na Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Assim como outros colonos, dizia ter sido muito prejudicado pela falta da documentação, mas não detalhou o que teria acontecido. Manoel Zeferino do Nascimento, colono militar, estava na Colônia

---

<sup>434</sup> Conferir *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 98, 102 e 108.

<sup>435</sup> Tais informações constam no Regulamento para as Colônias Militares. Capítulo IV, dos títulos de posse. pp. 13 a 15.

<sup>436</sup> BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná...* Op. Cit. p. 56.

<sup>437</sup> SALDANHA, Felipe. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 96.

Militar desde o início dos trabalhos para sua fundação. Disse possuir um lote agrícola e outro pastoril. Reclamava que “não obteve ainda os respectivos títulos”.<sup>438</sup>

Antigos e novos colonos, militares ou não, tinham anseios e angústias comuns. A troca de direção da Colônia Militar renovava a esperança dos colonos em ter em mãos a titulação provisória. Alguns colonos conseguiam, mas outros não. O que tinha por trás disso? Era somente a lentidão dos trâmites burocráticos? Não. O engenheiro Cândido Ferreira de Abreu ao escrever suas memórias de viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, no ano de 1905, ressaltou categoricamente que os diretores da Colônia Militar e muitos outros militares que possuíam cargos administrativos buscavam lucrar frente às mais diversas situações. Mesmo não mencionando diretamente a questão da expedição de títulos provisórios e/ou definitivos dos lotes urbanos e rurais aos colonos, o engenheiro Cândido de Abreu fornece indícios de que os militares poderiam estar cobrando pela emissão dos referidos documentos. Se tal prática realmente estava ocorrendo, porque os colonos não denunciaram perante o militar que realizou a audiência particular? Os colonos estavam sendo ameaçados pelos militares quando da realização da audiência particular? Como autor da narrativa da *Ata de Audiência particular*, teria o anônimo militar omitido as denúncias dos colonos? São questões que permanecem sem respostas.

Existe, no entanto, outro ângulo de análise. Os relatórios administrativos da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e os relatos de viajantes destacam que parcela significativa de colonos matriculados não cultivava sementes e nem criavam animais nos lotes a eles concedidos; que as habitações construídas em seus respectivos lotes eram choupanas rústicas; que os colonos preferiam extrair erva-mate e madeira como forma de renda e sobrevivência. Aos olhos do diretor da Colônia Militar os colonos não estavam cumprindo o contrato de

---

<sup>438</sup> NASCIMENTO, Manoel Zeferino do. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 98.



colono, portanto, não tinham o direito de receber a titulação provisória e definitiva dos lotes rurais que ocupavam. Isso explica o fato de alguns colonos terem recebido a titulação provisória dos lotes que cultivavam e/ou criavam animais.

A titulação definitiva dos lotes rurais era requisitada pelo colono após três anos de cultivo da terra e residência na Colônia Militar. De acordo com o Regulamento das Colônias Militares, o título definitivo deveria ser assinado pelo Ministro da Guerra. Ao preencher o requerimento, o colono deveria entregar ao diretor da Colônia Militar o título provisório para ser anexado a outros documentos. Junto a esses documentos seguia uma declaração lavrada pelo diretor informando “que o pretendente reside effectivamente na colônia há mais de três annos, das benfeitorias especificadas que realizou nas terras provisoriamente concedidas, sendo o processo encaminhado pela Superintendência Geral de Colonização e Fronteiras”.<sup>439</sup> (sic.) Dos colonos que prestaram queixas, somente as colonas Emilia Roberto e Joana Roza alegaram possuir titulação definitiva do lote agrícola, porém ambas ainda esperavam pela medição e demarcação dos terrenos.<sup>440</sup>

Uma questão ainda resta. Porque os militares não procediam a demarcação dos lotes rurais concedidos aos colonos? Era uma estratégia utilizada pelos militares e comerciantes visando explorar as florestas e tomar posse dos lotes então pertencentes aos colonos? Antonio Ortiz, Simão Ramiro, Américo Geraldo da Veiga e Olympio dos Santos, como aludido anteriormente, são testemunhas de que isso ocorreu. Outros colonos solicitavam a demarcação visando evitar que a invasão seguida de ocupação se desse em seus lotes agrícolas e pastoris. Porém, a estratégia adotada por militares e comerciantes para obter terras surgiu como consequência da não

---

<sup>439</sup> Artigo 36. DECRETO Nº 4662, de 12 de novembro de 1902 – Regulamento para as colônias militares... Op. Cit. p. 14.

<sup>440</sup> ROBERTO, Emilia. *Ata de Audiência particular...* Op. Cit. p. 107.

demarcação. A origem de tal situação, pelas informações que dispomos, estava na ausência de mapas detalhando os rios e os limites territoriais da Colônia Militar, assim como de estudos e plantas contendo a demarcação dos dois distritos administrativos e a projeção dos terrenos para o assentamento dos colonos. As plantas e mapas existentes se referiam à área urbana da Colônia Militar.

Nas *Instruções Provisórias* para a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, o capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo estipulou que a Colônia Militar teria uma área de 22.500 hectares, ou um quadrado de 15 Km de lado, a partir da foz do rio Iguaçu no rio Paraná.<sup>441</sup> Com o início dos trabalhos de edificação da estrutura urbana da Colônia Militar (após a mudança do lugar originalmente previsto), passou-se a incluir na condição de colonos alguns dos antigos habitantes levando-se em consideração o lugar onde já estavam residindo e a área por eles explorada e cultivada. Foi feito um mapeamento da área habitada pelos antigos moradores, mas não de toda a área territorial da Colônia Militar. Os novos colonos receberam lotes agrícolas e pastoris em áreas próximas à Colônia Militar. Em 1898, o coronel Joaquim de Salles Torres Homem destacou em seu relatório que “até duas e meia léguas de raio da mesma sede acham-se habitadas e cultivadas”<sup>442</sup> e que pouco se conhecia do restante do território colonial.

Francisco de Paula Argolo (Ministro da Guerra) menciona em seu relatório anual que durante o ano de 1902 os serviços de demarcação dos lotes rurais e urbanos da Colônia Militar de Foz do Iguaçu achavam-se paralisados devido “a falta de ajudante técnico”.<sup>443</sup> Em fins deste mesmo ano foi sancionada a nova Regulamentação para as Colônias Militares, que em seu

---

<sup>441</sup> MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. *Instruções provisórias para os trabalhos de...* Op. Cit. p. 3.

<sup>442</sup> TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório annual sobre a Colonia Militar de Foz do Iguassú (1898)...* Op. Cit. p. 12.

<sup>443</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Francisco de Paula Argolo (maio de 1903)...* Op. Cit. p. 31.

artigo 2º estipulava que as colônias deveriam ter uma “área de 40 Km X 25 Km ou de 1.000 km<sup>2</sup> e previamente discriminada em três zonas a saber: zona urbana, zona suburbana e zona pastoril”.<sup>444</sup> A área territorial da Colônia Militar de Foz do Iguaçu passou de 22.500 hectares para 100.000 hectares. Da margem esquerda do rio Paraná rumo a leste, o território colonial foi expandido em 10 km, além dos 15 km estabelecidos quando da formação da Colônia Militar. Da foz do rio Iguaçu rumo a norte, foram acrescentados mais 25 Km à antiga delimitação (que era de 15 km).

A ausência de pessoas com os saberes técnicos para promover a redefinição e a localização dos novos limites territoriais da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, assim como a reestruturação em três zonas e a produção de mapas cartográficos identificando os lotes rurais já concedidos e aqueles a ser concedidos, deu origem a partir de 1903 à uma série de problemas relativos à concessão de terrenos devolutos para a exploração de erva-mate e também no assentamento dos novos colonos, pois não eram conhecidos, demarcados e identificados em terra, os limites das zonas suburbana (destinada aos lotes agrícolas) e pastoril. Domingos Nascimento, que esteve na Colônia Militar em meados de 1903, assim se refere a essa situação:

Fora da sede da colônia, cujos limites não podem se estender por vastos domínios, como se pretende, e sim reduzidos ao estritamente necessário como desenvolvimento à estratégia, tudo mais pertence ao Estado [do Paraná], que é autônomo pelas leis da República. Concessões para exploração e usufructo das riquezas do solo, só as pode fornecer o Estado [do Paraná], não a União.

Entretanto, por um ponto de vista em contrario e errôneo, tem sido feitas em nome do Governo Federal concessões que invadem até quase 20 leguas de distância da sede colonial, o que tem provocado justas e constantes reclamações por parte do governo do Paraná.

[...] O maior inconveniente e que motiva essas presumpções, é o desencontro em que se acham todos os mappas levantados naquella zona colonial, pois nenhum combina no verdadeiro nome dos rios

---

<sup>444</sup> Artigo 2º. DECRETO Nº 4662, de 12 de novembro de 1902 - Regulamento para as colônias militares.... Op. Cit. p. 8.

que vão desaguar no rio Paraná. Há em tudo isto uma confusão estranhável.<sup>445</sup> (sic.)

A narrativa de Domingos Nascimento é preciosa, pois evidencia as estratégias levadas a cabo por militares e concessionários de terras para se apropriar de uma área muito maior de terras do que havia sido estabelecido nos contratos de concessão, dentro e fora da área colonial. A invasão e a grilagem de terras na fronteira ocorriam sob documentos verdadeiros mediante o uso de mapas em que a localização dos rios e seus respectivos nomes haviam sido trocados. Com essa estratégia, alude Domingos Nascimento, os concessionários teriam avançado sobre uma área de terras devolutas que chegava a 20 léguas (132 Km) para além dos limites territoriais da Colônia Militar, que por sua vez, estavam sendo objetos de contestação por parte do governo do Paraná. Essas informações vão de encontro à afirmação tecida por Márcia Motta, de que a grilagem é uma prática antiga e as estratégias de ação dos “senhores e possuidores de terras” não se resumem à construção de um documento de sesmaria e de sua legalização junto a cartórios de imóveis.<sup>446</sup> A utilização de mapas adulterados, como abordado acima, era outro instrumento poderoso utilizado pelos grileiros visando legitimar a posse das terras griladas.

Outra observação feita por Domingos Nascimento refere-se ao suposto direito do Estado do Paraná em conceder a vender as terras situadas além dos limites territoriais da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. A narrativa de Domingos Nascimento com relação às informações confusas e truncadas inseridas nos mapas da Colônia Militar também eram indícios de que a

---

<sup>445</sup> NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira...* Op. Cit. p. 116. Com acréscimos meus entre colchetes.

<sup>446</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. “A grilagem como legado”. In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 82.

demarcação dos lotes dos colonos iria dar muito trabalho aos agrimensores e auxiliares técnicos.

Em maio de 1904 o engenheiro Arthur Martins Franco esteve na Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Em suas recordações de viagem menciona brevemente que alguns colonos ficaram animados ao saber que o engenheiro e sua equipe de trabalho iriam fazer medições e demarcações de terras naqueles sertões, pois acreditavam que a Colônia Militar também iria ser medida e demarcada e, por extensão, os lotes rurais dos colonos.<sup>447</sup> Tal comentário leva a crer que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu ainda não dispunha de pessoal técnico para a realização de medições, demarcações e mapas. A longa espera pela demarcação dos lotes agrícolas e pastoris gerou desânimo e medo entre os colonos. A invasão e ocupação de terras, a extração de madeira e de erva-mate sem autorização passou a ser freqüente, a ponto de alguns colonos serem expulsos das terras que cultivavam e outros de abandonar tudo o que conquistaram durante anos de trabalho.

\* \* \*

Ser colono na fronteira, pelo que se pôde apurar pelas fontes documentais, não foi tarefa fácil. Como bem disse José de Souza Martins, levava-se uma vida cheia de privações, que se tornavam ainda mais agudas na medida em que os contratos dos colonos passaram a não ser cumpridos pelos militares. Muitos colonos tinham esperança de que dias melhores viriam após receberem a documentação das terras que estavam a cultivar e criar animais. Os militares privilegiaram os colonos brasileiros e estrangeiros que, de uma maneira outra, prestaram serviços quando da edificação da estrutura física da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

---

<sup>447</sup> FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná...* Op. Cit. p. 46.

Houve migração de dezenas de famílias paraguaias para a Colônia Militar, mesmo sem haver uma política de atração. A condição de vida dos colonos, o acesso grátis aos lotes urbanos e rurais, alimentação assegurada pela Colônia Militar, além de determinada quantia de dinheiro até a primeira colheita parece ter motivado a migração. O aumento populacional, no entanto, sofreu forte abalo com a chegada de Juca Tigre e seus homens à sede da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. A violência empregada pelos revoltosos contra militares e colonos levou ao êxodo de quase todos os habitantes da Colônia Militar. Os poucos colonos e militares que regressaram à Colônia Militar fizeram uso de diferentes estratégias para sobreviver, dentre elas, a aproximação aos comerciantes ervateiros e madeireiros da Argentina. Muitos colonos passaram a explorar erva-mate ao invés de cultivar o solo, com anuência e incentivo dos militares.

Os viajantes, em especial Domingos Nascimento, salientam que o lento desenvolvimento da Colônia Militar estava intimamente ligado ao isolamento com relação a outras cidades brasileiras; aos proveitos financeiros obtidos pelos militares com a extração de erva-mate e madeira; e às arbitrariedades cometidas por militares e comerciantes contra os colonos. Alguns colonos, em vão, buscaram auxílio jurídico na Argentina na tentativa de impor restrição e respeito aos direitos que haviam sido concedidos com a assinatura do contrato de colono.

As informações levantadas pelo engenheiro Cândido de Abreu deram maior visibilidade aos colonos (nomes, ofícios e estado civil). Ao cruzar essas informações com os relatos dos viajantes foi possível traçar o perfil de muitos colonos e as atividades desenvolvidas por alguns deles na Colônia Militar, além da lide na terra. Era o caso de Higgino Allegre e Jesus Val. O primeiro, negociante de madeiras; o segundo, proprietário do porto Aguirre (na margem esquerda do rio Iguaçu, lado argentino). A *Ata de audiência particular com colonos* também é rica em informações sobre os colonos e a vida cotidiana

levada por eles na fronteira. Destacamos as múltiplas formas de violência praticadas por diferentes personagens contra os colonos; assim como algumas táticas utilizadas pelos colonos para conseguir sobreviver e tirar proveito de alguns benefícios conquistados com a aproximação a comerciantes e/ou militares.

Não demarcar os terrenos distribuídos aos colonos e não lhes prover a a titulação era uma estratégia adotada pelos militares e comerciantes para explorar de diferentes formas os colonos matriculados. A elaboração de contratos de exploração de erva-mate e a expedição de autorização para derrubar madeiras eram algumas estratégias levadas a cabo pelos militares para obter lucros e benesses junto às casas de comércio instaladas dentro e nos limites territoriais da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. A expulsão, a invasão das terras e a violência física eram outras medidas utilizadas por posseiros e aventureiros visando obter acesso a terra (muitas vezes com o consentimento dos militares) sob a alegação de que os colonos não estariam cumprindo o regulamento da Colônia Militar; de terem contraído dívidas junto às casas de comércio; ou ainda, de não terem honrado um contrato de extração de erva-mate ou de derrubada de madeira com determinados negociantes.

A instalação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, a princípio parecia ser um lugar em que a esperança de uma vida melhor viesse a se tornar realidade para colonos, militares, aventureiros e comerciantes brasileiros e argentinos. Com o passar dos anos, somados às diversas situações que vieram a surgir para dificultar o sucesso daquela comunidade fronteiriça, a esperança de um futuro melhor cedeu lugar ao abandono, ao isolamento e de violências, cometidas, ora pelos militares, ora pelos negociantes de erva-mate e madeira, ora ainda, pelos comerciantes locais. A terra tornou-se mercadoria e suas riquezas naturais passaram a ser objetos de desejo, de lucratividade, principalmente pelos negociantes argentinos com sede em Posadas e

Corrientes. Aos poucos, esses negociantes tiveram acesso a terra via concessão de exploração por tempo determinado, com anuência e amparo dos militares.

Jorge Schimmelpfeng, por sua vez, soube tirar proveito do cargo de chefia da Agencia Fiscal de Rendas do Paraná. No desempenho de suas funções, fez uso de diferentes estratégias de atuação para obter riquezas materiais e *status* social junto a colonos, comerciantes, negociantes argentinos e militares. Afastou-se do cargo público na medida em que a casa de comércio lhe facultava maior lucro e reconhecimento social, a ponto de ser visto como um coronel por muitos colonos. Com a extinção da Colônia Militar em 1910, sua elevação à categoria de vila e, mais tarde a município, legou a Jorge Schimmelpfeng (e outras pessoas ligadas a ele) a se tornar personagem influente na sociedade e na política local.

Promover o abasileiramento dos limites territoriais do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e Argentina via fundação de uma Colônia Militar assentada nas atividades agrícola e pastoril, teve seu projeto comprometido ao ter como colonos, em sua maioria, famílias de origem paraguaia e argentina. A identidade de origem dos colonos não culminou no fracasso do empreendimento colonizatório. Mostramos que foram vários os fatores responsáveis pela trágica situação daquela comunidade fronteiriça. Extinguir a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e fazer nascer uma comunidade independente com características de vila (distrito e município) passou a ser a estratégia adotada, pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, visando por em prática uma ação mais enérgica com o objetivo de abasileirar a fronteira tendo como instrumento a prática política do coronelismo e da usurpação da terra dos colonos, nalguns casos, via grilagem.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trágica história de uma Colônia Militar. Esse poderia ser outro título deste estudo sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, fundada oficialmente em 1892 e extinta em 1910. O cruzamento de diferentes tipologias documentais acabou por evidenciar que o deslocamento humano com o intuito de abrir uma nova fronteira rumo a Oeste do território paranaense em fins do século XIX se fez acompanhar de dificuldades econômicas, isolamento geográfico, tensões sociais, disputas pelo poder e conflitos agrários. No entanto, as diferentes estratégias utilizadas por militares e colonos para sobreviver e manter em funcionamento a Colônia Militar eram evidências de que a população local tinha sonhos e esperanças de que poderiam ter uma vida melhor e perspectivas de futuro na fronteira.

Os problemas agrários existentes na fronteira, mais especificamente dentro e nos limites territoriais da Colônia Militar, nos forneceram elementos para afirmar que a disputa pela terra e suas riquezas naturais não ocorrem somente quando a fronteira está se fechando, quando as áreas de terras produtivas se tornam escassas. Os conflitos agrários têm início quando da abertura de uma nova fronteira e só cessam quando a fronteira se fecha, quando não mais existem terras a serem objetos de disputas, embates e mortes. Nesses embates em torno da posse e uso da terra na fronteira, o que muda são

as vítimas: primeiro, os índios, seguido pelos posseiros e os pequenos colonos. No caso da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, as primeiras vítimas foram os índios, que tiveram de migrar das margens dos rios Iguaçu e Paraná com a chegada dos posseiros de origem paraguaia, argentina e brasileira. Com a chegada dos militares, esses posseiros não foram expulsos das terras que estavam a ocupar e explorar. Muitos deles foram cooptados a se tornar colonos e, com isso, levar adiante o projeto colonizatório com ênfase na atividade agrícola e pastoril. Sem o aceite de muitos posseiros paraguaios e argentinos em se tornar colonos, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu poderia não ter prosperado. Poderia ter fracassado ainda na fase inicial de sua implantação.

As fontes documentais que exploramos informam que esses posseiros residiam em terras brasileiras e exploravam madeira e erva-mate, comercializado posteriormente com negociantes argentinos. Essa ação exploratória ainda estava no início. Foi reprimida com a chegada dos militares e, algum tempo depois, retomada mediante o incentivo dos militares para se conseguir diferentes produtos de primeira necessidade junto aos comerciantes argentinos. A aproximação dos militares aos comerciantes argentinos promoveu a intensificação da exploração de imensas áreas de florestas fora dos limites territoriais da Colônia Militar, via contratos de exploração. Eis um tema que merece maior atenção do historiador, pois existem fortes indícios de que os militares ao selarem contratos com os ervateiros e madeireiros argentinos acabaram por permitir que ocorresse o avanço sobre novas áreas de florestas e terras em diferentes pontos do extremo-oeste paranaense. Assim, antes de haver uma participação efetiva do governo paranaense em expandir concessões de terras por tempo determinado a empresas argentinas, ou ainda, antes de se praticar a comercialização de terras através de sociedades mistas (brasileira-argentina), coube aos militares que estiveram à frente da Colônia Militar facilitar a presença e a exploração das matas por estrangeiros.

A questão identitária na fronteira é outro tema que se destaca nas fontes documentais, tema esse ainda não explorado como se deve. Uma das premissas da Colônia Militar de Foz do Iguaçu era promover o abraqueiramento daquela porção do território brasileiro. No entanto, o que ocorreu dentro e fora dos limites territoriais da Colônia Militar foi uma crescente presença de argentinos e paraguaios, seja na condição de colonos, seja para trabalhar na exploração dos ervais e da madeira. A distância e o isolamento de núcleos urbanos brasileiros, bem como a ausência de uma política de atração de colonos nacionais para a fronteira, contribuíram para que tal situação viesse a surgir e crescer para além do controle dos militares. E mais, ainda não existem estudos históricos sobre os índios guaranis e kaingang e a relação de ambos os grupos indígenas com a população da Colônia Militar. As memórias de José Maria de Brito fornecem preciosas informações sobre essa relação amistosa e conflituosa com os indígenas.

O clientelismo, o mandonismo e o coronelismo, abordado de maneira rápida neste estudo merecem ser estudados com maior profundidade. Essas práticas políticas levaram à extinção da Colônia Militar e à formação de uma vila atrelada a Guarapuava. A vila tornou-se curral eleitoral de Jorge Schimmelpfeng e de pessoas próximas a ele. Ocuparam cargos públicos e políticos desde a primeira eleição local e, com o passar dos anos, se tornaram pessoas influentes no cenário local e regional, na área comercial, no turismo, na hotelaria e na política. Um estudo sobre o coronelismo na fronteira, centrado inicialmente na figura de Jorge Schimmelpfeng, anterior e após a criação do município de Foz do Iguaçu, certamente irá trazer a tona rupturas e permanências relativas à complexa teia de relações junto aos comerciantes argentinos.

Com relação à execução da demarcação e titulação dos terrenos urbanos e rurais distribuídos aos colonos, as fontes documentais consultadas não trouxeram detalhes. Foram feitas demarcações e titulação antes da extinção da

Colônia Militar? Se foram realizadas após a extinção da Colônia Militar por órgãos do governo do Paraná, as áreas ocupadas e exploradas pelos colonos foram respeitadas? Houve novos conflitos? A prática do clientelismo e do coronelismo interferiu no processo de demarcação e titulação? Quem adquiriu as terras, a princípio, destinadas e tituladas aos colonos? Eis algumas questões que tem chamado nossa atenção e, certamente, serão objetos de pesquisa futura.

A fronteira como destino. Para os diferentes grupos indígenas que habitavam a região margeada pelos rios Iguaçu e Paraná, a abertura de uma nova fronteira culminou na expulsão e na migração para outra área, ou ainda, na formação de laços de reciprocidade entre índios e os novos habitantes (brasileiros ou não). Para as famílias paraguaias, argentinas, uruguaias e de nacionalidades européias que se encontravam explorando e residindo nas terras próximas à foz do rio Iguaçu, a chegada dos militares lhes facultou novas possibilidades de vida, assim como tiveram aqueles que resistiram a ela. Para a maioria dos militares, a fronteira, inicialmente era o lugar onde iriam por em prática os ensinamentos aprendido nas escolas militares; onde iriam galgar novos postos militares, além de ganhar e economizar algum dinheiro, já que a nomeação para prestar trabalho nas Colônias Militares geralmente era acompanhada de uma gratificação em dinheiro. Porém, para outros militares, a nomeação para o destacamento militar e mesmo para estar no comando da Colônia Militar era encarada como uma punição.

Para aquelas famílias que vieram a se tornar colonos, a fronteira propiciou destinos diferentes. Para a maioria deles, o árduo trabalho agrícola e pastoril acabou sendo frustrado por não haver mercado para seus produtos, ou quando havia, não eram valorizados, se comparado com os produtos oriundos de Corrientes e Posadas na Argentina. A extração de erva-mate e madeira, por ter mercado rentável, levou a muitas famílias de colonos a abandonar a lide agrícola e pastoril (ou a cultivar somente para o sustento

familiar). Os conflitos decorrentes da não demarcação dos terrenos e da não expedição da titulação em nome dos colonos, os fez perceber que teriam de lutar e de resistir de diferentes maneiras para poderem ser senhores de seus destinos.

Para os ervateiros e madeireiros argentinos e para os comerciantes brasileiros, a fronteira traduzia-se num lugar de oportunidades diversas. A exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra lhes facultava enormes somas de dinheiro. Os laços de amizade cultivados com os habitantes da fronteira e com os militares, entre outras coisas, facultou aos ervateiros e madeireiros argentinos terem acesso a terra, dentro e fora da Colônia Militar. Para alguns comerciantes brasileiros e estrangeiros, o isolamento geográfico da Colônia Militar facilitou a implantação de casas de comércio na área urbana da Colônia Militar, levando ao endividamento de muitos colonos, militares e forasteiros. Alguns comerciantes acabaram falindo, outros se tornaram senhores de terras, compadres de colonos e negociantes de erva-mate e madeira na Argentina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES DOCUMENTAIS

Manuscritos:

ATA DE AUDIÊNCIA PARTICULAR COM COLONOS. Colônia Militar de Foz do Iguassú, 22/11/1907 a 02/12/1907. In: BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguazu e fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005. pp. 93-112.

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. AVISO à Intendência da Guerra - Comissão encarregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construcção das estradas estrategicas do Paraná. Rio de Janeiro, 02 de junho de 1888. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag].

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. AVISO à Directoria Geral das Obras Militares - Comissão encarregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construcção das estradas estrategicas do Paraná. Rio de Janeiro, 02 de junho de 1888. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag].

D'OLIVEIRA, Manoel Aleixo. Correspondência ao Exm. Snr. Frederico Guilherme Virmond, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava. Guarapuava, 18/12/1888. [Correspondência nº 009. Caixa 08 (anos 1886 a 1889). Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. MEMÓRIA apresentada a Ex<sup>a</sup> Snr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário d'Estado e dos Negócios da Guerra, sobre a fundação da Colonia Militar do Iguassú e Estrada para província de Matto-Grosso no mez de abril de 1888, pelo capitão de engenheiro Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. 19 pág. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. OFICIO ao Juiz de Direito da Comarca de Guarapuava, Exm. Sr. Dr. Ernesto Dias Laranjeiras. Guarapuava, 09/08/1888. [Correspondência nº 081. Caixa 08 (anos 1886 a 1889). Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. OFICIO a Câmara de Vereadores de Guarapuava. Guarapuava, 09/08/1888. [Correspondência nº 098. Caixa 08 (anos 1886 a 1889). Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. *Instruções provisórias para os trabalhos de fundação da colônia militar na foz do Iguassú*. Guarapuava, 30/09/1889. 10 p. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. NOMEAÇÃO da Comissão encarregada da fundação de uma colônia militar na foz do Iguassú e da construção das estradas estratégicas do Paraná. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. NOTA sobre os vencimentos para a Comissão encarregada da fundação de uma colônia militar na foz do Iguassú e da construção das estradas estratégicas do Paraná. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

PROCESSO CRIME Nº 890.2.331, de 07/04/1890. Caixa nº 13. [Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

ROCHA, José Figueiredo. OFFICIO Nº 97. Directoria da Colônia Militar de Foz do Iguassú, 22 de novembro de 1903. folhas 1 e 2. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. *Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú*, organizado pelo Diretor Coronel graduado Joaquim de Salles Torres Homem, e para ser apresentado ao Sr. Ministro dos Negócios da Guerra. Dezembro de 1897. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório anual sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú, 18 de dezembro de 1898. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]



## Jornais e Periódicos

BARROS, Mario. "Colônia Iguassú". *O Guayra*. Guarapuava, 26/03/1898. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

BORBA, Egas Morocines. "Colônia do Iguassú". *O Guayra*. Guarapuava, 02/10/1897. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

JORNAL A REPÚBLICA. Edital da Secretaria de Obras Públicas - Requerimento de concessão para exploração de minérios, de 07/12/1895. Curitiba, 03/01/1896. [Microfilmagem - Acervo do Arquivo Público do Paraná]

JORNAL A REPÚBLICA. Edital da Secretaria de Obras Públicas - Requerimento de Domingos Ignácio Araújo Pimpão, de concessão para exploração de minérios, de 30/12/1895. Curitiba, 07/01/1896. [Microfilmagem - Acervo do Arquivo Público do Paraná]

JORNAL A REPÚBLICA. "Diversas". Curitiba, 30/08/1903. [Microfilmagem - Acervo do Arquivo Público do Paraná]

JORNAL A REPUBLICA. "Exposição". Curitiba, 16/10/1903. [Microfilmagem - Acervo do Arquivo Público do Paraná]

JORNAL O PAIZ, "Colônia de Iguassú". Rio de Janeiro, 11/09/1897. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

MARTINS, Romário. "Exposição". *Jornal A Republica*. Curitiba, 06/08/1903. [Microfilmagem - Acervo do Arquivo Público do Paraná]

MARTINS, Romário. "Exposição - Concurso". *Jornal A República*. Curitiba, 13/08/1903. [Microfilmagem - Acervo do Arquivo Público do Paraná]

PLAISANT, Alcibiades Cezar. "Colônia Iguassú". *O Guayra*. Guarapuava, 12/03/1898. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

## Relatórios Provinciais

DISCURSO Recitado pelo excellentissimo senhor Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, Presidente da Província de São Paulo, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 07 de janeiro de 1847. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná pelo Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 1863. Corityba: Typ. De Cândido Martins Lopes, 1863.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa legislativa da Província do Paraná, pelo 1º Vice-Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª Sessão da 6ª legislatura, em 21 de fevereiro de 1864. Curitiba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1864.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o doutor André Augusto de Pádua Fleury, na abertura da 2ª sessão da 7ª legislatura, em 21 de março de 1865. Curitiba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1865.

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura, a 15 de fevereiro de 1866, pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury. Curityba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1866.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1876, pelo Presidente da Província, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins: Província do Paraná: Typ. Da Viuva Lopes, 1876.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da província, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. Da viúva Lopes, 1877.

RELATÓRIO com que o excellentissimo senhor presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da Província do 1º Vice-Presidente, o excelentissimo senhr conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 07 de fevereiro de 1878. Curityba: Typ. Da Viuva Lopes, 1878.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Typ. da Gazeta Paranaense, 1888.

RELATÓRIO que o Exm. Sr. Idelfonso Pereira Correia, 2º vice-presidente da Província, apresentou ao Exm. Sr. Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná em 30 de junho de 1888. Curitiba: Typ. Da Gazeta Paranaense, 1888.

### Relatórios do Ministério da Guerra

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa, na 4ª sessão da 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário D'Estado Joaquim Marcellino de Brito. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa, na 1ª sessão da 7ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário D'Estado Visconde de Macahé. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia geral Legislativa, na 1ª sessão da 8ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário D'Estado Visconde de Mont'alegre. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1865.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima sétima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Pelotas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Franklin Americo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, por João Ferreira de Moura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general da divisão, Antonio Nicoláo Falcão da Frota, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em junho de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general de brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

RELATÓRIO apresentado ao vice-presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo general Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

DECRETO Nº 4662, de 12 de novembro de 1902 – Regulamento para as colônias militares. In: RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Mallet, em maio de 1903. [Anexo A] Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

### Relatos de viagens

ABREU, Cândido Ferreira de “Visita ao Salto de Santa Maria” e “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol. XXII, 1974. pp. 119-127 e 129-135.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – 3 anos em suas florestas e campos*. Curitiba: Coleção Brasil Diferente, 2002.

BORBA, Nestor. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n 97, 1876. pp. 65-87.

\_\_\_\_\_. “Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba”. In: MONUMENTA – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. PP. 11-30.

BORBA, Nestor. Diário da expedição - “Mistérios dos Saltos”. In: VARGAS, Túlio. *O Maragato: a vida lendária de Telêmaco Borba*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2001.

BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

ELLIOT, John Henrique. “Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e sertões adjacentes”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (9). Rio de Janeiro, 1847, pp. 17/42.

\_\_\_\_\_. “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (10). Rio de Janeiro, 1848, pp. 153/177.

\_\_\_\_\_. "Itinerário de huma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, e os sertões adjacentes mandado fazer pelo Barão de Antonina". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. (28). São Paulo, 1930, pp. 230/267.

LOPES, Joaquim Francisco. "Itinerário da melhor via de comunicação entre a Província de SP e a de MT". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (13). Rio de Janeiro, 1850, pp. 315/335.

MURICY, José Cândido da Silva. *A Foz do Iguassú: Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*. In: MONUMENTA - Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

MURICY, José Cândido da Silva. *Viagem ao País dos Jesuítas*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975.

NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: s/ed, 1903.

NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. "Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados, mais bravios daquelles lugares". In: MONUMENTA - Documentação sobre povos indígenas (séculos XVIII e XIX). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

\_\_\_\_\_. "Echos do Brazil". *Pátria*. Montevidéu. Edições de 14, 15 e 16 de maio de 1886.

SCHIMMELPFENG, Otília. *Retrospectos iguaçuenses: narrativas históricas*. Foz do Iguaçu: Tezza editores, 1991.

SILVA, Camilo Lellis da. "Diario da viagem feita aos sertões de Guarapuava ao rio Paranan por Camilo Lellis da Silva, P. da Armada Imperial e Nacional, em 23 de maio de 1849". *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 28, vol 1, 1865.

SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1995.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Obras de Referência:

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria Editora do Chain e Banco do Estado do Paraná S/A, 1991.

PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*. Curityba: Typ. Da Livraria Econômica, 1889.

PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense: notas biographicas*. Curitiba, 1922.

### Dissertações e Teses

CAMPIGOTO, José Adilçon. *Hermenêutica da Fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. Florianópolis: UFSC, 2000. [Tese de doutorado em História]

CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Florianópolis: UFSC, 1994. [Dissertação de Mestrado em História]

\_\_\_\_\_. *A face da desordem: pobreza e estratégia de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu, 1964-1992)*. Niterói: UFF, 2005. [Tese de doutorado em História]

CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro Sul do Paraná*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985. [Mestrado em Sociologia Rural].

FERREIRA JUNIOR, Francisco. *A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX*. Niterói: UFF, 2007. [Dissertação de mestrado em História].

FREITAG, Liliane da Costa. *Extremo-Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação*. Franca: Unesp, 2007. [Tese de doutorado em História].

FORTUNATO, Maria Lucilene. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder*. Campinas: Unicamp, 2000. [Tese de doutorado em História]

LIMA, Ivone T. Carletto de. *O Jagunço moderno: Os pousos no processo de expropriação da Itaipu Binacional. (1905/1982)*. Assis: UNESP, 1999. [Dissertação de Mestrado em História]

\_\_\_\_\_. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Niterói: UFF, 2005. [Tese de doutorado em História]

MOTA, Lúcio Tadeu. *O aço, a cruz e a terra. Índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)*. Assis/SP: UNESP, 1998. [Tese de Doutorado em História].

MONTEIRO MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista - 1874/1888*. Niterói: UFF, 2008. [Tese de doutorado em História Social].

NETTO, Fernando Franco. *População, escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*. Curitiba: UFPR, 2005. [Tese de doutorado em História]

NERONE, Maria M. *Terras de plantar, terras de criar - Sistema Faxinal: Rebouças (1950-1997)*. Assis/SP : Unesp, 2000. [Tese de Doutorado em História].

PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856): na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Campinas: Unicamp, 2002. [Dissertação de Mestrado em Geociências].

PONTAROLO, Fábio. *Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*. Curitiba: UFPR, 2007. [Dissertação de Mestrado em História]

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimo. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil. (1904-1908)*. Assis: UNESP, 1992. [Dissertação de Mestrado em História].

RAMOS, Odinei Fabiano. *Ucranianos, poloneses e "brasileiros": Fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis (1895/1950)*. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. [Dissertação de mestrado em História].

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Itaipu, A Dança das Águas: Histórias e Memórias de 1966 a 1984*. Campinas: Unicamp, 2006. [Tese de doutorado em História]



TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto pedagógico ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo: PUC, 2001. [Tese de Doutorado em Educação]

TRINDADE, Alexandro Dantas. *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. Campinas: Unicamp, 2004. [Tese de doutorado]

### Livros

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Os ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza, Museu do Ceará, 2005.

ANDRADE, Theophilo de. *O rio Paraná no roteiro da marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti – Zelio Valverde editores, 1941.

ARENDT, Hannah. *Sobre Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BERBERI, Elizabete. *Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BOUTIN, Leônidas. *Colônias Militares na Província do Paraná*. Curitiba: Separata do Boletim do IHGEP, Nov/1977.

CAMARGO, João Olivir. *NERJE – Laranjeiras do Sul, raízes de nossa terra*. Laranjeiras do Sul: s/Ed, 1999.

CARNEIRO, Newton. *As artes gráficas em Curitiba*: Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/ Edições Paiol, 1975.

CARNEIRO, Davi. *O Paraná na Revolução Federalista*. Curitiba: Atena, 1944.

CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais (1889-1930)*. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século. André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998;

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os militares e a República....*

CHMYZ, Igor. *Relatórios Projeto Arqueológico Itaipu (1 a 8)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1975/1983.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagem ao Alto Paraná*. Curitiba: s/ed, 1973.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. [Coleção Retratos do Brasil].

GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados, terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EdUFBA/ULBRA, 2003. [1982]

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: Reforma e Utopia no contexto do segundo império, quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecth, 2001.

KNAUSS, Paulo (org). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América, de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EdUFF, 2004.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

LOPES, Cândido Martins. *Biografia ou breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Muricy*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. São Paulo: Unpes/Moderna, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

MAZZAROLLO, Jovêncio. *A taipa da injustiça*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2003. [1980]

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu*. São Cascavel: Edunioeste, 2002.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. 2 vol. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no Centenário 1500-1900*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980.

\_\_\_\_\_. *Para a História: notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1980.

SILVA, Oscar; et.all. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *A retirada de Laguna*. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1942.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O Guairá e o espaço missioneiro: Índios e jesuítas no tempo das Missões Rio-Platenses*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SÊGA, Rafael Augustus. *A Capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu - 1913/1916*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos Belicosos: A Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos; Editora CEFET, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SPERANÇA, Alceu. *Cascavel: a história*. Curitiba: Lagarto, 1992.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979. [Coleção Corpo e Alma do Brasil].

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 7 ed. Curitiba: Vicentina, 1995.

\_\_\_\_\_. *Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. [1982]

WELTER, Lotário. *Tempos heróicos de uma Igreja nascente*. Assunção, s/ed, 1992.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu*. Curitiba: UFPR, 1987.

#### Capítulos de livros, Artigos de revistas

ÁVILA, Arthur Lima de. "O Oeste historiográfico norte-americano: a *Frontier Thesis vs a New Western History*". Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.369-413, jan./dez. 2005.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. "Luar de Hinverno de Silveira Neto - expressão do decadismo", SILVEIRA NETO. *Luar de Hinverno*. Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1996.

CHAUÍ, Marilena. "Janela da alma, espelho do mundo". In: NOVAES, Adauto; Et. All. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMPIGOTO, José Adilçon. "Os faxinais da região das araucárias" In: MOTTA, Márcia; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. *História Agrária, propriedade e conflito*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2009. pp. 183-212.

DUTRA, Eliana de Freitas. "Companhia Editora Nacional: Tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30". In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: UFF/Fundação Casa Rui Barbosa, nov/2004.

FREITAG, Liliane da Costa. "Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898". In: *Revista de História Regional* 12(2): 191-224, Inverno, 2007. pp. 195-196.

GOMES, Oscar Martins. "Silveira Neto: oração proferida na sessão de homenagem póstuma, prestada ao poeta pela Academia, em 13/01/1943". *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Ano IV, jan/1946, n. 11.

MARTINS, José de Souza. "A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil (4) – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MELLO, Barão Homem. "Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan". *Revista do IHGEB*, Rio de Janeiro, vol IXII, 1900.

MENDONÇA, Sônia Regina. "Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República". In: MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). *Nação e Poder: as dimensões da História*. Niterói: EdUFF, 1998.

MOTA, Lúcio Tadeu. "O processo de desterritorialização dos índios kaingang nos Koran-bang-rê". In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. (Orgs.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009. pp. 159-182.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. "A grilagem como legado". In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

NOVAES, Adauto "De olhos vendados". In: NOVAES, Adauto; Et. All. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEZZA, José Vicente. *Revista Painel*, nº 233, Foz do Iguaçu, jun/2005.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Departamento de História, n.º 7, 1968.

Textos *on-line*

PEDROSO, Luiz Renato. “O pioneirismo de meu pai”. In: [HTTP://olimpiadas.parana-online.com.br/editoria/mundo/news/205518](http://olimpiadas.parana-online.com.br/editoria/mundo/news/205518) [Acessado em 18/02/2009].

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)